

HISTÓRIA DO CEARÁ

R. BATISTA ARAGÃO



N. Cham.: 981.3 A672h 2. ed.

Autor: Aragão, R. Batista

Título: História do Ceará



652377

Ac. 3373

v. 2 BCH

Volume 2
2ª Edição



HISTÓRIA DO CEARÁ – 2º Volume – 2ª
edição, revisada e ampliada, compreende o
período de 1801 a 1830, reunindo em seu bojo
os principais assuntos do interesse não só dos
estudiosos da matéria, como de um modo geral
aqueles que apreciam a História como forma
de literatura. Nesta segunda edição estão por-
tunizadamente alinhados os chefes de go-
verno, suas realizações, momentos acidentais
de inquietude e evolução política em sua
difícil fase de estruturação. Nos demais capítu-
los, cronologicamente organizados, destacam-
se a República do Crato de 1817, a República
do Equador de 1824, os levantes regionais nos
vários recantos da Província e a Revolução de
Pinto Madeira, conflito que envolveu seria-
mente o poder constituído. Destacam-se de
igual modo, o braço forte de José Pereira Fil-
gueiras, o pioneirismo de Tristão Gonçalves,
como proto-mártir republicano, além dos que

UA2
C 15433
OVIDIO
P. 125
R. BATISTA ARAGÃO

HISTÓRIA DO CEARÁ

VOLUME II

2ª EDIÇÃO

PERÍODO: 1800/1830

FORTALEZA

1991

BH/UFC SAU

R 652377

COD. CST. C 15253



CATIVO

CATIVO

981.5

A 672h

2. ed.

v. 2

HISTÓRIA DO CEARÁ

VOLUME II

3ª EDICAO

PERÍODO 1900/1930

FORTALEZA

1991

BH/UFC

R. BATISTA ARAGÃO

© 1991

End.: Rua Tertuliano Sales, 387
Planalto Rodoviário
Fone: 272.4104
CEP: 60.410
Fortaleza-CE

Projeto Gráfico: Cláudio Felipe

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

907
a-659-h
2. Ed.

ARAGÃO Raimundo Batista

HISTÓRIA DO CEARÁ – Vol. 2– 1991
1. História do Ceará – Geral
2. Título

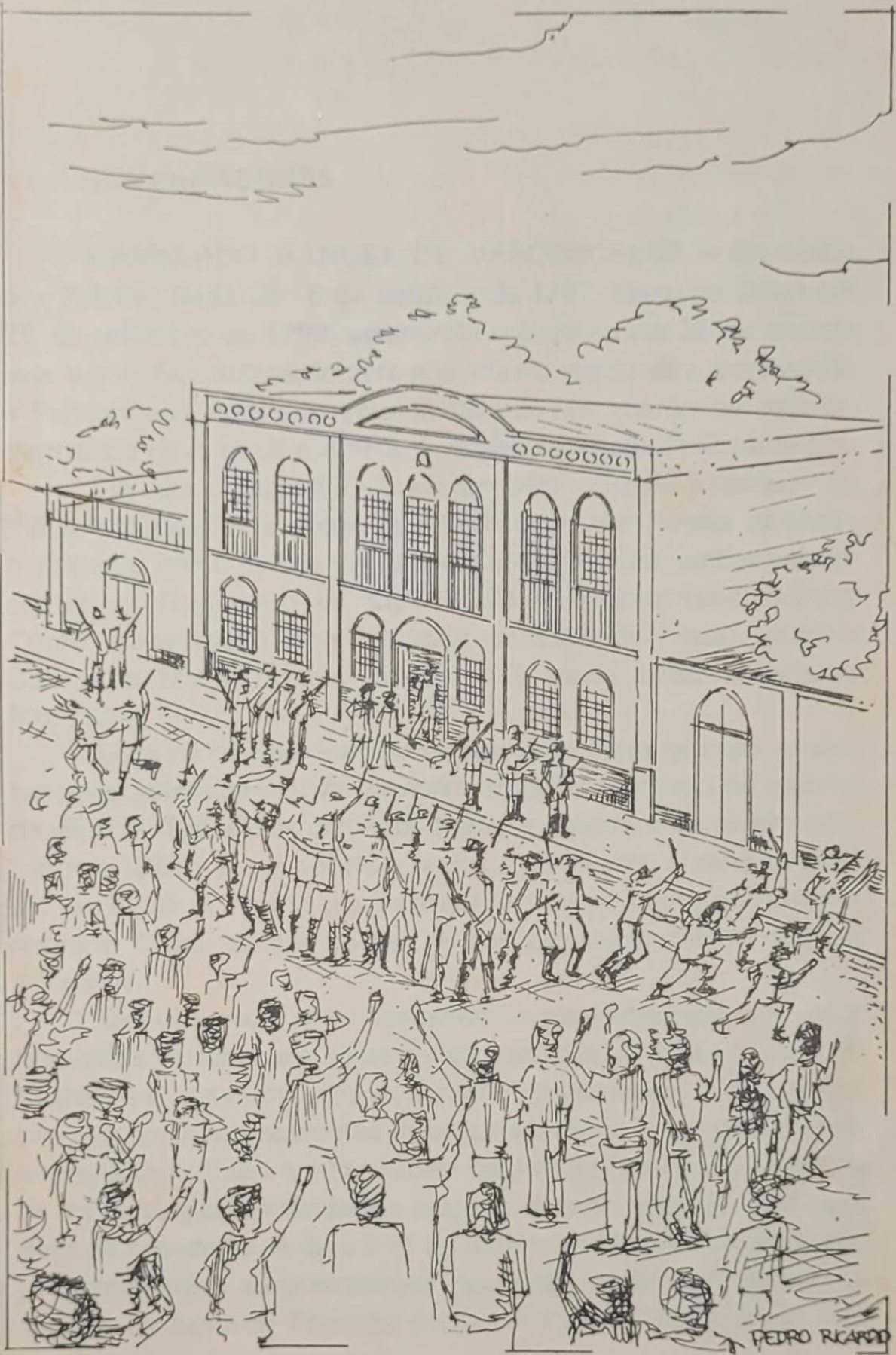
3./p

Fortaleza - 1991

BH/UFC

BH/UFC

CAPÍTULO I
GOVERNADORES E PRESIDENTES



PEDRO RICARDO

1.1 GOVERNADORES

BERNARDO MANUEL DE VASCONCELOS — Nomeado por Patente Régia de 18 de outubro de 1797, chega ao Ceará em 25 de setembro de 1799, assumindo o governo em 28 do mesmo mês e ano. Sua nomeação dera-se ainda no regime de subordinação a Pernambuco, com a patente de Capitão-Mor, porém ao assumir, dentro do novo quadro político, recebeu o título de Governador.

Em sua companhia vieram também o irmão Francisco de Paula Vasconcelos e o cunhado Francisco Leite Pereira de Melo, o primeiro como cadete e o segundo como tenente, ambos pertencentes ao Regimento de Lipe. Serão seus ajudantes-de-ordens. Como Encarregado dos Negócios da Fazenda (Real), nomeia Bento de Maria Targine, o mesmo a quem tanto perseguira Montaury.

Logo de início, revela-se o novo governante por um prisma bastante animador. O seu primeiro trabalho consistiu na escolha da equipe, fazendo-se cercar de homens capazes e de pendorados méritos. Disso se tem notícia graças a uma carta, através da qual ele se dirige à Rainha de Portugal e nela consigna pormenores sobre o Ceará, dentre outros os que elogiosamente se referem a Targine.

Um dos traços mais marcantes de sua missiva cuida de detalhes sobre Pernambuco e sua antiga condição de subordinação do Ceará, os entraves opostos ao comércio exportador, a intermediação descabida nas operações de compra e venda, as quais até então mantinham o Ceará como simples distrito de Pernambuco. Depois de tecer elogiosas referências sobre o decreto emancipador, cuja data de expedição se dera a 17 de janeiro de 1799 e cuja aplicação já demonstrava surpreendentes resultados, refere-se também à criação da Junta de Fazenda, órgão em substituição à antiga Pro-

vedoria. Havia sido nomeados para essa nova projeção fiscal Manuel Leocádio Rademaker (Juiz dos Feitos), Francisco Bento de Maria Targine (Escrivão) e Joaquim Inácio Lopes de Andrade (Contador).

Em termos de realizações próprias, constam do seu governo a ampliação de estradas, ereção de povoações indígenas em vilas, conclusão da primeira parte do prédio destinado à Tesouraria da Real Fazenda, construção do edifício-sede da Alfândega do Aracati e a instalação de laboratórios de química. Neste projeto incluíam-se pesquisas sobre minérios, notadamente o salitre, matéria-prima destinada à fabricação de explosivos.

Em linhas gerais, o Governo de Bernardo de Vasconcelos desponta como responsável por nova fase para o Ceará, tanto nas perspectivas de exportação comercial quanto no próprio relacionamento entre governantes e governados, o que de certa forma já poderia ser considerado grande avanço. Surpreendido por crise de diátese, falece em 8 de novembro de 1802, sendo substituído interinamente por uma junta de governo da qual fazem parte Gregório José da Silva Coutinho (Ouvidor), José Henrique Pereira (Comandante da Fortaleza) e Antônio Martins Pereira (Vereador). (1)

JOÃO CARLOS AUGUSTO DE OEYNHAUSEN — Nomeado por Decreto Imperial de 14 de dezembro de 1802, chega ao Ceará em 11 de novembro de 1803, assumindo o governo em 14 do mesmo mês.

João Carlos consta como sendo o primeiro governante a ser nomeado sem a interferência subordinativa de Pernambuco e o segundo a administrar o Ceará por relatório, perdendo apenas para Manuel Francez, o qual diariamente mantinha a Corte informada.

No seu oitavo mês de governo, tendo recolhido substancial material informativo, dirige-se ao Visconde de Anadia, seu confidente oficial, e faz minudente relato sobre a Capitania. Sem

(1) As principais informações sobre Bernardo Manuel de Vasconcelos estão contidas em Rev. do Inst. do Ceará — T/XXVIII - 1914 — pág. 330/366 - Studart.

descer aos pormenores de sua viagem, entre Lisboa e Ceará, detalhados até à exaustão, encontramos-lo a debruçar-se na janela da Capitania, num como que desejo insaciável de comentar suas mazelas. Fala preliminarmente da segurança interna, sua total inexistência e o clima de terror, especialmente no sertão, onde a impunidade campeia. Com respeito à artilharia, declara existir contingente de apenas 48 homens e a infantaria, pouco melhor servida, possui efetivo não superior à casa dos 143 integrantes. Em resumo, diz se encontrarem as tropas em verdadeiro estado de penúria, desassistidas e sem disciplina. Em outro ângulo da questão, declara-se surpreso com os índices de deserção registrados, abuso que por força da necessidade de sobrevivência pessoal havia tempo se verificava. Reconhece em tese a causa principal dessas deserções, porém como forma de evitar semelhantes abusos promete adotar medidas punitivas, caso no seu governo a prática venha a se registrar. Quanto aos implementos de defesa, diz constar no Mucuripe 17 peças de artilharia, todas corroídas pela ferrugem e consequentemente imprestáveis dentro de suas reais finalidades.

Em ofício mais recente, denuncia as deficiências de natureza fiscal ou precisamente uma Alfândega, instrumento fazendário indispensável ao funcionamento da máquina tributária, dificultando as operações de embarque da Capitania (02-11-1803). No final do seu relato, diz haver criado uma Alfândega Provisional, com sede em Fortaleza, e declara-se esperançoso de que a Corte lhe dê apoio com relação a essa iniciativa. Como solução para o problema de embarque, sugere a construção de cais no Mucuripe e aponta como fonte de custeio o imposto sobre a aguardente.

No setor de saúde, até então sujeito às epidemias de varíola, resolve colocar em prática um Aviso Régio de outubro de 1802, no qual se consignam ordens determinando aos Capitães-Mores e Governadores dos domínios ultramarinos a obrigatoriedade da vacina. Por essa forma, o Ceará registra na sua história a introdução da vacina antivariólica, ministrada por equipes devidamente organizadas, se bem que dentro das peculiaridades contemporâneas (10-02-1804).

No setor agroprodutivo, destaca a mandioca como prioridade da Capitania, fazendo ajuste entre as perspectivas de consumo, notadamente através da exportação e as condições de solo, onde as ofertas reuniam excepcionais condições. Com relação à flora, tece discretamente algumas considerações sobre a antiga Carta Régia, segundo a qual Sua Majestade proibira o corte de madeira nas matas virgens e impusera sanções rígidas aos lavradores (09-11-1697). Considera ultrapassado esse tipo de zelo. Como justificativa, visando à revogação dessa Carta Régia, aponta como fator de empobrecimento regional a constância das secas e a falta de alternativas econômicas, sendo que nesse particular a extração de madeiras, sua exportação e venda dariam certo alívio às necessidades mais angustiantes.

Insatisfeito com o clima de insegurança, as rapinagens e sobretudo a vadiagem exercida na Capitania, resolveu adotar providências enérgicas, baixando expediente no qual determina regras próprias de movimentação individual. Segundo essas regras, a ninguém seria permitido movimentar-se, indo de uma para outra localidade, sem que para tanto estivesse munido da devida autorização. O descumprimento dessa regra, salvo em se tratando de autoridades, levaria o infrator ao procedimento judicial cabível ou à prisão por crime de vadiagem. Esquecia ser necessário para cumprimento dessa determinação um policial para cada infrator e a vadiagem ser problema social gerado pela própria estrutura econômica da Colônia, centralizando o trabalho no regime escravo. Socialmente só existiam três categorias: o escravo, o proprietário e o que não sendo proprietário, mas sendo livre, não tinha condições de se estabelecer, ficando à mercê do desemprego.

Um dos seus procedimentos mais audaciosos, na área da justiça, deu-se com relação ao coronel Manuel Martins Chaves, homem forte da serra da Ibiapaba e regiões circunvizinhas. Pesavam sobre ele acusações sobre o assassinato do Juiz Ordinário da vila de São João Del-Rei, Antônio Barbosa Ribeiro, crime, segundo se dizia, praticado pelo sobrinho Francisco Xavier de Araújo Chaves e seus comparsas. Como coronel da Cavalaria Auxiliar do distrito, mesmo indiciado em processo, juntamente com outro

sobrinho (Bernardino Gomes Franco), Martins Chaves continuava na impunidade, graças ao prestígio político que desfrutava. A audácia, portanto, de nosso governante, consistiu na quebra de antigos tabus, embora o meio escolhido não seja suficiente para justificar os fins.

Convicto de que através da força policial não teria condições de efetuar a prisão de Martins Chaves, já tantas vezes exigida e não realizada, resolveu ir pessoalmente ao interior, utilizando-se de estratégia meio escuso. Programou simplesmente uma viagem de rotina. Em Vila Nova Del-Rei hospedou-se sem deixar transparecer os seus reais objetivos. Ao dar por concluída a visita, convidou o coronel Martins Chaves e o sobrinho Francisco de Araújo Chaves no sentido de o acompanharem até a povoação de Ibiapina, onde deveria fazer inspeção rotineira. Na sua boa fé sertaneja, Martins Chaves aquiesceu, embora contra a vontade de seus familiares, que precavidamente suspeitavam de trama.

Em Ibiapina, onde 400 índios do comando de Viçosa já o aguardavam, entrou em execução o ardiloso plano. No momento azado, quando despreocupadamente Martins Chaves e o sobrinho sequer imaginavam-se como caçados pela justiça, ele fez encenação teatral, exibindo a Real Coroa e a indagar se o desavisado coronel conhecia aquela réplica. Obtendo afirmativamente a resposta, volta a indagar se ele coronel seria capaz de prestar obediência ao que em nome daquela relíquia fosse exigido, dando assim a sua palavra de honra. Colocou o coronel num beco sem saída. Se negasse, além de quebrar a palavra empenhada, cometeria crime de desobediência à Sua Real Majestade, o que de acordo com as leis vigentes seria delito ainda mais grave. Se reafirmasse o seu propósito, correria o risco de cair numa cilada, o que no momento parecia inevitável. Martins Chaves ratificou sua intenção. Servindo-se da oportunidade, o ardiloso governante deu-lhe voz de prisão, fazendo-o em nome da Coroa cuja fidelidade acabara de ser proclamada pelo prisioneiro.

Concluída essa operação, toma a comitiva palaciana o caminho de retorno a Fortaleza, porém num desvio de itinerário estratégico, marchando diretamente para o Acaraú. Transferidos para a

Bahia, os dois prisioneiros tomaram posteriormente a rota de Lisboa, onde iriam apodrecer nos calabouços do Limoeiro. Já velho e sofrido, Martins Chaves morreu na prisão. O sobrinho, após anos de infortúnio, obteve liberdade, porém sem retornar à terra natal, no que restarão dúvidas quanto ao seu real destino.

João Carlos deixa o governo em 14 de fevereiro de 1807 e embarca com destino à Capitania de Mato Grosso, já nomeado para idênticas funções, ficando na interinidade uma junta de governo da qual participam Francisco Ferreira Afonso, Ouvidor; Francisco Xavier Torres, Comandante da Fortaleza; José Pereira de Castro, Vigário-Geral. (2)

LUÍS BARBA ALARDO DE MENESES — Nomeado por Decreto de 24 de junho de 1806, referendado por Patente Régia de 25 de setembro do mesmo ano, chega ao Ceará em 18 de junho de 1808, assumindo o governo no dia 21 imediatamente seguinte.

O governo de Barba Alardo realiza-se já numa fase modernizante da Colônia. Com a transferência das Cortes lusas para o Brasil, não só encurtou a distância do poder centralizador como se abriu o intercâmbio comercial com outros países, dotando a incipiente economia de oportunidades mais concretas. Sua indicação para o governo, portanto, terá sido o que proverbialmente se costuma dizer de **homem certo para o lugar certo**, visto como as suas qualificações profissionais assim o atestam. Não existem propriamente realizações de grande porte ou mesmo projetos de grande expressão, porém clara demonstração de senso organizacional, numa aferição técnica entre o que se possui e o que concretamente se deseja. Em seus relatórios iniciais, retrata a Capitania em seus vários aspectos e aponta alternativas viáveis, dando como fontes as próprias riquezas naturais.

(2) As principais informações estão contidas em Rev. do Inst. do Ceará — Coleção Studart — T/XXXIX — 1925/26 P/41/79 e Obr. Cit. T/XLI — 1927/28 — pág. 125/128 — "Arquivo Público Nacional" — Barão de Vasconcelos.

Sabe-se detalhadamente, graças a seus relatórios, o quanto custara ao Ceará a sua dependência pernambucana, tutela amordaçante, sujeita a monopólios dos quais resultavam grandes prejuízos para a economia local. Para que se tenha idéia mais nítida de como funcionava o intercâmbio comercial entre as duas Capitanias, basta acompanhar o disciplinamento das operações de compra e venda em suas origens, uma a exercer os privilégios garantidos pelo Estado e outra a vencer as dificuldades que o meio oferecia. A aquisição de mercadorias, obrigatoriamente feita na praça do Recife, tinha como consignação de desembarque o porto de Aracati, sob o pretexto de que outro local não existia. Desse ponto, conduzidas em costas de burro ou em carros de bois, chegavam a Fortaleza, de onde, com a mesma lentidão, tomavam o destino das vilas e povoações interioranas. Nas operações de embarque do algodão, da carne-seca, do anil, da canela e da madeira, a inversão do processo encarecia sobremaneira os custos mercantis, deixando com os especuladores a maior parcela de lucros. Nesse particular, sua autoridade de governo funcionou em termos benéficos, ajustando o Ceará ao conceito nacional de livre exportação e com isso fazendo desaparecer o fantasma do monopólio.

Como forma de melhor conhecer as potencialidades cearenses, suas riquezas, seus habitantes e suas necessidades, tratou de rever inicialmente os relatórios deixados por seus antecessores, deles extraíndo valiosos subsídios. Somente no governo de Bernardo Manuel de Vasconcelos os números são surpreendentes, tanto na produção agrícola quanto na pecuária. O algodão, por exemplo, referente ao ano de 1802, fixava-se em 30 mil arrobas, perdendo apenas para o Maranhão, o seu maior produtor. A indústria da carne-seca, apesar do declínio motivado pela estiagem dos anos de 1890/93, ainda pesava na economia regional, chegando à casa de 40 mil arrobas por ano, além da courama, cujo volume de exportação ultrapassava 100 mil unidades.

Quanto ao potencial humano, deste ele também não descurou, introduzindo na Capitania o regime censitário. Em 21 localidades, o máximo que pôde obter em termos de informação, registraram-se os seguintes dados populacionais:

RH/UFPA

Localidades	Habitantes
Fortaleza.....	9.624
Aquiraz.....	9.527
Aracati.....	5.333
São Bernardo de Russas.....	10.787
Icó.....	17.698
Campo Maior (Quixeramobim).....	6.515
Granja.....	4.924
São João do Príncipe (Tauá).....	7.560
Sobral.....	14.629
Vila Nova Del-Rei.....	7.623
Arronches.....	1.415
Messejana.....	1.570
Caucaia.....	767
Monte-Mor o Velho (Pacajus).....	2.745
Monte-Mor o Novo (Baturité).....	311
Vila Real Viçosa.....	7.934
Almofala.....	1.011
Ibiapina.....	4.170

Essa população, totalizando 125.878 indivíduos, está a merecer reparo, consoante diz o próprio Barba Alardo, visto como as fontes nem sempre dispunham de meios com os quais obter melhores informações. Constavam como principais informantes as Vigarias Paroquiais, através dos seus registros de batismo, ficando os demais dados com os capitães-mores das respectivas vilas. Diante desse sistema, absolutamente primário, suas previsões eram de que aproximadamente 150.000 habitantes formavam o contingente demográfico da Capitania.

Em outra projeção censitária, mas desta vez na área geográfica, situando em léguas as principais localidades costeiras, apresenta as seguintes referências:

	léguas
Aracati/Brejo Grande.....	7
Aracati/Canoa Quebrada.....	3
Aracati/Barra do Jaguaribe.....	3
Aracati/Aquiraz.....	22
Aquiraz/Choró.....	7
Aquiraz/Iguape.....	2
Aquiraz/Fortaleza.....	6
Fortaleza/Cocó.....	3
Fortaleza/Mucuripe.....	1
Fortaleza/Barra do Ceará.....	3/5
Fortaleza/Cauípe.....	7
Fortaleza/Barra do Curu.....	28
Fortaleza/Trairi.....	30
Fortaleza/Mundaú.....	40
Sobral/Aracatiaçu.....	26
Sobral/Aracati-Mirim.....	24
Sobral/Acaraú.....	20
Granja/Camocim.....	4
Granja/Tapuio.....	4
Granja/Timonha (Chaval).....	19
Granja/Camurupim.....	19
Granja/Itaqui (Pedra do Sal).....	24

Guarda-se nessa visão litorânea não propriamente o interesse de conhecer distâncias, mas o posicionamento exato de cada ancoradouro ou ponto de escoamento da produção regional, visando com isso a melhorar as relações tributárias.

Dentro da sua linha de realizações, embora restritas ao meio e aos implementos de contemporaneidade, instituiu presídios em Itaqui, Timonha, Camocim e Jeriquaquara, dando como comandante o Capitão-Mor Antônio José de Pinho. O regime de feira, até então desconhecido, instituiu-se em seu governo, realizando-se essa novidade, em termos de inauguração, em 15 de julho de 1809.

Criou-se na mesma época a feira anual e franca, oportunidade em que todos os produtos poderiam ser comercializados livremente de tributação. O primeiro desses eventos realizou-se durante os dias 15/17 de agosto de 1809, verificando-se regular concorrência. Nessa mesma linha de oportunidades mercantis, tem-se a criação de um mercado público, obra cujos editais de concorrência foram publicados em 15 de agosto de 1809. Consta também do seu governo a instituição da *décima urbana* ou a taxa de prédios e terrenos não ocupados, com vigência a partir de janeiro de 1808, e que pelos tempos adiante tomaria a designação de Imposto Predial.

Barba Alardo deixa o governo em 19 de novembro de 1811. Na sua bagagem nostálgica não restarão mágoas a carpir, nem desapeço aos seus governados, porém o orgulho de poder escrever suas memórias não apenas como governante mas, também, como cidadão, intelectual e cômico do dever cumprido. (3)

MANUEL INÁCIO DE SAMPAIO (São Paio) — Nomeado por Patente Régia de 7 de maio de 1811, chega ao Ceará em 11 de março de 1812, assumindo o cargo em 19 do mesmo mês e ano.

Sampaio inaugura sistema de governo completamente diverso do estilo adotado pelos seus antecessores. Homem de caráter rijo, monoliticamente fechado em suas formas de relacionamento, austero e de uma fidelidade canina às soberanas Cortes de Portugal. Tudo o quanto se empreende e realiza em seu governo deverá ser em nome do Todo-Poderoso Monarca, ainda que para satisfação dessa regra tenha de sacrificar as normas universais de respeito à pessoa humana. "Um homem, portanto, que não guarda fidelidade ao seu rei, não passará de um malvado e como tal deverá ser castigado" Tirano para uns, fidelíssimo súdito para outros, vê-lo-emos detalhadamente quando tratarmos do capítulo inerente às Revoluções, cabendo-nos por enquanto acompanhá-lo em sua caminhada administrativa.

(3) As principais informações estão consignadas em Rev. do Inst. do Ceará — T/XXIII — 1908 — Coleção Studart — P/327/369.

Em seu estilo próprio de governo, substituiu as improvisações pelo planejamento, cercado-se de profissionais habilitados e da tecnologia ao seu alcance, sendo seu principal assessor, na área de realizações urbanísticas, o engenheiro civil Antônio Silva Paulet. Do trabalho realizado por esse profissional resultaria a Fortaleza dos tempos modernos, com ruas e avenidas simetricamente traçadas e com projeção futurista para os séculos vindouros. As ruas, em princípio, seriam como as estradas reais, determinara Bernardo Manuel de Vasconcelos, ou o suficiente para que dois carros de boi se cruzassem e não provocassem congestionamento na via pública. Essa visão real e futurista deu à Capital cearense o privilégio de não guardar para a história o perfil arquitetônico de espaços *gangrenados*, ruas torcidas e becos estreitos de onde se têm originado as chamadas "Cidades Velhas", tão comuns em outras concentrações habitacionais urbanas. Nasceu, graças ao seu esforço, o que se poderia qualificar de cidade-modelo.

O quartel do exército, conhecido historicamente como Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção ou Presídio de Fortaleza, passou também por importantes reformas. Sua estrutura antiga não passava de ligeiro esboço sem expressão estética, inseguro e sem as mínimas condições de serviço. Com as reformas introduzidas, não apenas se corrigiu uma deformidade histórica como ainda se projetou para o futuro uma visão modernizante e excepcionalmente condigna dentro de suas reais finalidades.

Em outras realizações do setor público, concluiu as obras do Mercado Central, instalou condignamente os Correios e tratou do saneamento básico da Capital, novidade com a qual sequer alguém já havia sonhado.

Em termos de realizações administrativas, tem-se como novidade a criação do Batalhão de Tropas do Ceará (31-07-1813), a instalação de Agências Provisórias da Real Fazenda nas vilas de Sobral, Granja e Crato, vindo por último a divisão judiciária, fragmentando a Capitania em duas Comarcas.

No campo da literatura, revela-se com voluptuosa predileção cultural, o que seria raro e de hábito um tanto inusitado na raia palaciana. Os serões de Palácio, as declamações, a retórica e a poesia

deram nascimento ao apodológico de "Outeiro" dado ao Palácio ou rediviva demonstração nostálgica de similar recanto nobre existente em Lisboa.

Ao iniciar-se o ano de 1816, começa na Capitania o envolvimento secreto do liberalismo pernambucano, os conventículos e os planos que o levariam a tomar decisões políticas de extrema rigidez. O Ouvidor João Antônio de Carvalho, a quem coubera plantar no Ceará as sementes republicanas, conspira surdamente no sentido de conquistar adeptos para a nova filosofia. Sampaio apenas suspeita. Quando, porém, esses movimentos extrapolam a área dos cochichos, chegando aos seus ouvidos como traição ao monarquismo luso, rapidamente ele se transforma no tirano ou no monstro que para salvar os interesses da Real Coroa não vacila em suas medidas de repressão. Em 30 de março de 1817, conforme veremos em outra parte, manda encerrar no calabouço o republicano Ouvidor e o transfere posteriormente para as prisões da Bahia.

Na parte inerente ao ordenamento disciplinar das forças milicianas da Capitania, trata também de instituir normas atualizadas, considerando que os regimentos anteriores não mais se adaptavam à realidade contemporânea. De acordo com as novas regras, competiria aos capitães-mores superintender as vilas e seus respectivos distritos, tendo sob suas ordens os comandos inferiores. Em outro tópico do novo regimento, determina aos encarregados do policiamento interiorano a entrega de prisioneiros à justiça ordinária e nunca conceder-lhes liberdade, conforme habitualmente se fazia, além de obrigar-se a expedir comunicação do fato ao chefe do governo. Em terceiro item, determina aos comandantes de vila a fixação de residência nas respectivas sedes de trabalho, podendo, entretanto, no caso de não ser possível, visitá-la frequentemente, a fim de não comprometer a segurança nem o bom andamento da justiça.

Sem ser compreendido por uns ou acerbamente criticado por outros, Sampaio deixa o governo em 12 de janeiro de 1820, assumindo interinamente uma junta composta de três membros, cujos nomes são os seguintes: Francisco Xavier Torres, Comandan-

te do Batalhão de Tropas do Ceará; Adriano José Leal, Ouvidor; Joaquim Lopes de Abreu, Vereador. (4)

FRANCISCO ALBERTO RUBIM — Nomeado por Ato Régio de 23 de dezembro de 1819, assume o cargo em 13 de julho de 1820. Será o último dos governantes com a denominação de "Governador" e viverá o último período do Ceará como Capitania, quando, por força das transformações políticas, surgirão os indicativos modernos de "Província" e seus respectivos "Presidentes".

Rubim estréia no governo um tanto avesso às boas regras de moderação e cria com isso atmosfera hostil de múltiplos descontentamentos, em que ele próprio, para mostrar sua arrogância, repreende publicamente os vereadores. Acusa-os de negligentes, por não o terem apanhado em sua residência, quando do cerimonial de sua posse. Em segundo episódio e ainda dentro do cerimonial de posse, obriga os vereadores a deixarem suas insígnias e conduzirem o pálido, por ocasião do retorno da Câmara à sua residência. Será esta uma semente indestrutível, plantada no canteiro da vindita e que quando oportuno deverá produzir desagradáveis frutos. A esses atos comezinhos, reúne ele a proibição de posse de armas pela população civil, proibição justa, mas só platonicamente viável, pelo menos na quadra rude em que ele se encontrava. Como forma de demonstrar certo grau de frouxidão nessa disciplina, permitiu o uso de bastões ou cajados, porém dentro de determinadas especificações oficialmente elaboradas.

Deixando de lado as comezinhas atitudes de Rubim, iremos encontrá-lo a demonstrar interesse administrativo, notadamente com vistas a melhorar os baixos rendimentos do erário. Depois de acurados estudos e análises sobre o potencial econômico da Capitania, acredita poder através do comércio, da agricultura e sobre-

(4) Rev. do Inst. do Ceará — T/XXX — 1916 — P/201/247 — Administração Manuel Inácio de Sampaio — Studart — Obr. Cit. T/XXXVII — 1923/24 — P/325 — Studart.

tudo da pecuária, encontrar as fontes geradoras de riquezas e consequentemente a melhoria de recursos tributários. Mas, ante mesmo de esses estudos serem transpos dos cogitações para o campo das realizações, acontecimentos que lhe fugiam inteiramente à órbita governativa modificaram os rumos de sua administração.

Logo no começo de 1821, expandiram-se na Colônia os movimentos reformistas, embora ainda frágeis e dispersos, mas cujos olhos voltados para as transformações políticas em Portugal. Em janeiro de 1821, Belém do Pará deu o seu primeiro grito reformista. Viera em segundo lugar a Bahia (10-02-1821) e em seguida o Rio de Janeiro (28-02-1821), todos a exigir de D. João VI o juramento de fidelidade à Constituição feita em Portugal.

Vacilante e desinformado, aguarda Rubim com moderação injustificável, deixando que o tempo se encarregasse das soluções, mas sem nenhum esforço de sua parte ser exigido. Não adotou nenhuma providência. Nessa modorrenta expectativa, surge o decreto através do qual se determina a realização de eleições no Brasil com vistas à Constituinte de Lisboa (07-03-1821). A partir desse estágio se dará o descompasso da realidade evidente, de um lado o processo político em fase de ebulição e do outro um governante a ser atropelado pela própria inércia.

Com o advento da nova ordem, movimentam-se as classes políticas locais, notadamente as que comungavam dos ideais reformistas, tentando por alguma forma encaixar o governo dentro da sistemática emergente. Havia também os que se opunham, os que sem causa justificada ou mesmo justificável rejeitavam as novas idéias, porém contra estes exigiam-se medidas mais drásticas, o que na prática não se conseguia no governo vacilante de Rubim. Quando assediado por seus assessores, quanto à necessidade de urgentes medidas, limitava-se a responder com evasivas, dizendo que oficialmente nada recebera.

Em março de 1821 começam a descer as cortinas atrás das quais ele escondia as suas indecisões. Em correspondência do Capitão-General de Pernambuco (Luís do Rego Barros), nominalmente endereçada ao governo do Ceará, não só presta informações sobre

os acontecimentos de Lisboa como ainda faz alusão formal sobre os deveres de solidariedade. A indecisão, todavia, continua, porém os que o servem e o apóiam no governo tomam conhecimento e as pressões se sucedem. Em abril de 1821, já sem condições de suportar as reiteradas instâncias, expede circulares às Câmaras interiores, mas apenas a comunicar sobre as ocorrências de Lisboa. Aguarda passivamente os resultados, como se o seu dever fosse o de mero informante ou se o dever de jurar fidelidade à nova Constituição não tivesse como exemplo a própria Capital.

Esgotados os limites de tolerância, resolveram as Forças de linha interferir diretamente no processo de adesão, mesmo sujeitas à disciplina militar (14-04-1821). Em horas da madrugada e sob o comando do Sargento-Mor Jerônimo Delgado Esteves, cercam o Palácio, utilizando estrategicamente o Parque de Artilharia e exigem do vacilante chefe do governo uma decisão concreta. Sem se mostrar receoso e muito menos preocupado com os acontecimentos de Lisboa, Rubim concorda parcialmente com a proposta dos sublevados, porém sem atendê-los no tocante ao juramento de fidelidade. Inadvertidamente ou por idéia preconcebida de auferir vantagens, os militares haviam incluído em suas reivindicações não apenas o juramento proposto mas também melhoria de vencimentos. Depois de satisfazê-los em suas pretensões fisiológicas, descartou-se da segunda parte, informando somente poder formular a sua decisão com o aval da Câmara, o que na prática seria impossível, considerando àquela hora o poder legislativo não funcionar. Numa demonstração de não somente os seus interesses estarem em jogo, resolveram os militares convocar a Câmara, extraordinária e estapafúrdiamente e levá-la a Palácio, o que não se realizou graças a sua promessa de comparecer sem nenhuma objeção à Casa do Povo.

Na Câmara, reunidos povo, clero e nobreza, bem assim as autoridades civis e militares, Rubim usa da palavra, porém numa alocução cheia de evasivas, tentando por artifícios esconder sua disposição de negligenciar o pronunciamento reclamado. Depois de sua fala, usam da palavra o Ouvidor Adriano Leal, o Juiz-de-Fora e o Presidente da Câmara, todos unanimemente concordes com o pronunciamento do seu governante ou pedindo tempo para que

decisão fosse adotada. As tropas, no entanto, arredias a qualquer tipo de procrastinação, olvidaram os apelos da retórica e procuraram levar adiante a sua disposição de resistir. Gritaram vivas à Constituição. O povo aderiu imediatamente. Diante da reação popular, Rubim autoriza a lavratura do Ato Proclamatório, cujo teor está vazado nos seguintes termos:

"Povo, clero e nobreza, bem como autoridades civis e militares, reunidos, etc., resolvem:

1) Jurar obediência ao Muito Alto e Poderoso Rei o Senhor Dom João VI, e adesão à Sua Real Dinastia e observar à Santa Religião;

2) Jurar a Constituição que fizeram as Cortes em Portugal, da mesma forma que se adotou na Bahia e em Pernambuco;

3) Conservar nesta Província o mesmo Governo que até aqui se tem observado, até a chegada das ordens que da Corte vierem dirigidas a esse respeito, ficando entretanto, sem efeito a representação dos membros do Governo até a chegada das Reais Ordens e a execução dos seguintes artigos:

1) que a Tropa de Linha, com sua oficialidade, vença soldo dobrado a contar do dia 14 do corrente mês e ano, quando em serviço de primeira linha;

2) que o major Jerônimo Delgado Esteves, interinamente eleito para comandar o Batalhão de Linha, posto que Major de Linha venceria, terá saldo dobrado em gratificação da nomeação interina do comando, e o comandará durante a ausência do major efetivo Francisco Xavier Torres;

3) que aos majores e ajudantes de primeira linha se dêem cavalgaduras e soldos competentes;

4) que o comércio possa gozar de toda franqueza e liberdade conforme leis, sem opressão ou detrimento algum e auxiliado pelo Governo;

5) que, visto estar na prática a cobrança do Imposto do Subsídio Militar, abolido pelo Alvará de 30 de maio de

1820, por força de representação feita pela Real Junta à Sua Majestade, não se deverá pagar por isso, o imposto sobre a aguardente, de oito mil réis por pipa, até que Sua Majestade decida sobre a representação da Real Junta;

6) que a agricultura se promova até o seu maior auge, como primeiro ramo que sustenta a causa pública".

4) "Nessa forma, nobreza, clero e povo, unanimemente acordes, deferiu a Câmara o juramento dos Santos Evangelhos em um Livro do Excelentíssimo Governador ao Dr. Ouvidor da Comarca, ao Clero, Povo e Nobreza, também em livro deles, e recebido por todos o dito juramento que assim o prometeram cumprir". (5)

(5) "Documentos" — Ednarde Marques Peixoto — Rev. do Inst. do Ceará — T/XX — 1906/7 — P/399/400.

1.1.2 REAÇÕES INTERIORANAS

O processo de adesão constitucionalista, na forma proposta por D. João VI, aliado ao gesto dubio do Governador Rubim, não provocou tumulto apenas na Capital, onde forças militares organizaram-se e sublevaram-se. O interior da Província passou também a viver os seus momentos de indecisão e atropelos. Em princípio ignoravam-se os rumos determinados pela nova ordem, como exercer os postulados constitucionais e a partir de que deveriam começar as reformas. Não houvera precedentemente campanha de esclarecimento. Além do mais, havia os conservadores monarquistas, os que de forma alguma aceitavam o constitucionalismo e prometiam resistir contra as decisões tomadas em Portugal. Diante desse quadro, as perspectivas de adesão teriam que ser lentas e sobretudo tímidas, havendo, ao que parece, grande soma de descrédito.

A Câmara de Aracati, uma das primeiras a prestar o seu juramento de apoio, ainda se manteve vacilante. Oficiou, então, ao Governador Rubim, pedindo maiores esclarecimentos e ainda exigiu a publicação do decreto de 7 de março, a fim de poder firmar seu posicionamento. Veio em segundo lugar a Câmara de Russas. No Crato, entretanto, a situação se complicou. José Pereira Filgueiras, Leandro Bezerra Monteiro e seu filho Gonçalves Luís, principais líderes da região, discordam não propriamente do apoio ao monarca, porém da forma coacta de que se revestira o juramento. Achavam, e com muita razão, que tanto D. João VI quanto o Governador Alberto Rubim não haviam espontaneamente concordado, porém aderido pela força, fato que descaracterizava a legitimidade do procedimento. Diante do impasse, resolveu Alberto Rubim solucionar o problema através do desembargador José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, a quem confiou a missão itinerante.

Porbém Barbosa chegou ao Crato em 7 de maio de 1821, não propriamente como pacificador ou a levar na bagagem os esclarecimentos exigidos, porém a exercer o autoritarismo de quem pretende arrancar soluções a qualquer preço. Reuniu aodadamentemente a Câmara, transmitiu aos repúblicos a resolução governamental e por essa forma obteve o juramento. Vencidas as emoções de primeiro impacto e analisados os fatos dentro de suas reais dimensões, resolveram os camaristas retroceder nas suas anteriores resoluções, tornando sem efeito o juramento prestado (14-05-1821). Na mesma oportunidade e por sugestão de José Pereira Filgueiras, propôs a instalação de um governo constitucionalista.

Diante de fatos tão graves, viu-se Porbém Barbosa numa posição insustentável e sobretudo de ameaças à própria vida, considerando que, além da incumbência constitucional, constava da sua agenda determinadas medidas contra D. Bárbara de Alencar. Apoiado apenas nas forças das quais era comandante o sargento-mor Francisco de Moura, resolveu ele desertar para o Icó, onde o clima de segurança lhe era favorável e por essa forma tentar cumprir a missão que lhe fora confiada.

Sua deserção, no entanto, em nada contribuiu para o esfriamento das hostilidades no Crato, não apenas por parte das lideranças políticas, mas também por hordas agressivas, os chamados cabras ou mulatos da Serra de São Pedro. Desinformados ou propositadamente açulados por instigadores profissionais, invadem o Crato e chegam a ferir mortalmente o coronel José Vitoriano Maciel. Esse clima de hostilidade continua ao longo de vários meses, até que por resolução política, em realizar o pleito com vistas à Constituinte de Lisboa, a Vila retoma o caminho da normalidade (20-11-1821).

1.1.3 – A DEPOSIÇÃO DE ALBERTO RUBIM

Comprovada a fraqueza de Rubim, sua insegurança e instabilidade na condução do governo, cedendo quando pressionado, desapareceu dos seus governados o respeito que lhe era devido. As reivindicações se sucederam e todas contempladas, graças ao seu temperamento vacilante. Diante dessa postura, resolveram os políticos da Capital, notadamente os da oposição, exigir dele a criação de um Conselho de Governo, órgão cuja finalidade seria interferir diretamente no governo. Esse Conselho seria composto de nove membros, sendo três representantes das forças militares, três negociantes e três fazendeiros ou agricultores. Como das vezes anteriores, Rubim concordou. Depois, numa atitude ainda mais audaz, os proponentes resolveram transformar a idéia de Conselho Consultivo em Conselho Governativo, com a qual prontamente Rubim concordou. Assim combinado, realizou-se o pleito para formação desse Conselho, dele participando os seguintes membros (31-06-1821): Ouvidor Adriano José Leal, Comandante Francisco Xavier Torres, Manuel do Nascimento de Castro e Silva, José Antônio Machado, Mariano Gomes da Silva, Lourenço da Costa Dourado, Padre Antônio José Moreira.

Com o surgimento desse novo órgão, composto de sete e não nove membros conforme proposta inicial, julgou Rubim haver solucionado o problema político em suas manifestações mais hostis, porém as insatisfações persistiram. Desesperado, ele recorreu à Corte, em circunstanciado relatório e no final a solicitar a sua exoneração do cargo. Esta, porém, ocorrerá por antecipação a qualquer resolução da Corte, visto como a evolução da crise assim o determinaria.

Em 2 de novembro de 1821, numa atitude conseqüente dos entendimentos políticos realizados, deliberou a Câmara de Fortaleza levar o episódio ao extremo, decretando a deposição do gover-

no. Usou como pretexto o fato de ter ele procrastinado ou deliberadamente ter realizado manobras contra a Constituição. Desse conluio participaram todas as forças políticas e militares da Capital, de modo que em 3 do mesmo mês e ano Rubim entrega o cargo nas mãos dos sublevados, representando uma junta de governo da qual participam Francisco Xavier Torres, Presidente; Adriano José Leal, Vice-Presidente; Henrique José Leal, Secretário; Vigário Antônio José Moreira, Vogal; José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, Vogal; Marcos Antônio Brício, Vogal; Lourenço da Costa Dourado, Vogal; José Antônio Machado, Vogal; Mariano Gomes da Silva, Vogal.

Com o advento dessa nova ordem, caminha a Província em busca de sua normalidade institucional, consoante normas mais recentes, introduzidas pelo decreto de 29 de setembro de 1821, em cujo diploma ficara estabelecido o regime de Juntas Governativas em todas as Províncias do Brasil. Como complementação desse novo diploma e ainda com referência ao decreto instituidor das representações à Constituinte de Lisboa, realizou-se o pleito, do qual saíram vitoriosos os seguintes nomes: Vigário Antônio José Moreira, Vigário Manuel Filipe Gonçalves, Pedro José da Costa Barros, Manuel do Nascimento de Castro e Silva, Coronel Inácio Gomes Parente.

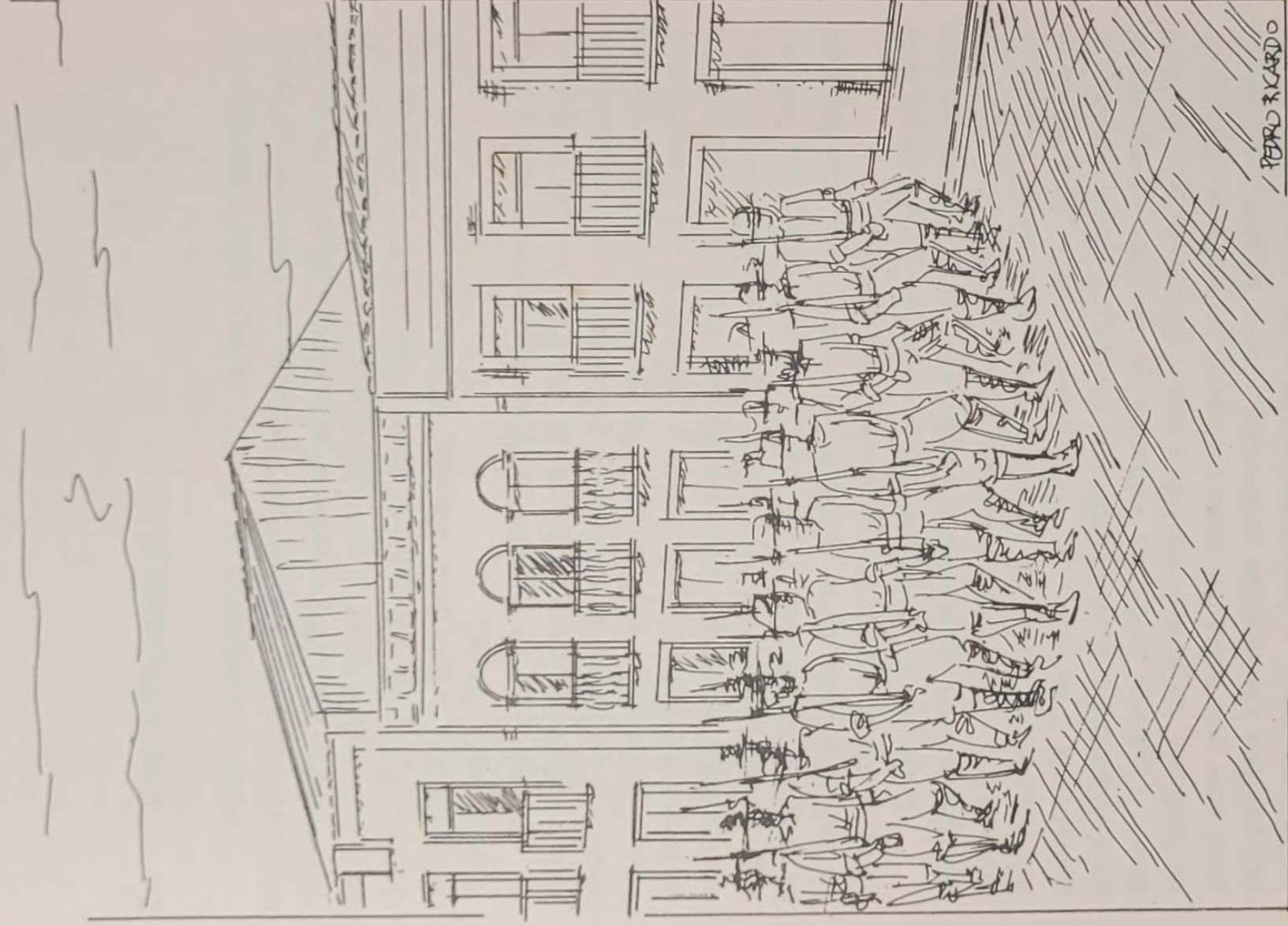
José Martiniano de Alencar, um dos fortes concorrentes ao pleito, não logrou o beneplácito da eleição, ficando em primeira suplência. Como, porém, o Cel. Inácio Gomes não se sentiu disposto a trocar o comodismo de sua acolhedora Granja pelos atropelos de Lisboa, licenciou-se e Alencar entrou no seu lugar. (6)

Essa Junta, conforme se deverá bem entender, teve como principal finalidade cumprir os requisitos constitucionais inerentes ao corpo representativo da Província e não de auto-sustentação de um governo provisório, de sorte que sua vigência não iria além

(6) As principais informações estão contidas em Rev. do Inst. do Ceará – T/XXI – 1907 – P/396/414 – Idem - T/XXV – 1911 – P/336/67 – T/X – 1896 – P/411 e segs.

dos atos complementares de sua destinação. Teremos, então, no capítulo seguinte, a retomada do processo governativo, provisório e tumultuado, mas a representar o perfil da cultura política do seu tempo.

CAPÍTULO II GOVERNOS TEMPORÁRIOS



CAP. II

2.1 — JUNTA PROVISIONAL

JOSÉ RAIMUNDO DO PAÇO DE PORBÉM BARBOSA — Eleito pelo Colégio Eleitoral de Fortaleza, em pleito realizado em 15 de janeiro de 1822, assume o cargo na qualidade de Presidente da Junta Governativa, da qual participam José do Nascimento de Castro e Silva, Vice-Presidente; Padre Francisco Gonçalves Pereira de Magalhães, Secretário; Mariano Gomes da Silva, Vogal; José Agrela Jardim, Vogal.

O governo de Porbém Barbosa, teoricamente programado para restabelecer a paz na Província, marcha sob os mesmos atropelos, o jogo bruto de interesses e as comezinhos desavenças políticas. Ele próprio traça a sua linha de conduta pelas sendas do revanchismo, preenchendo cargos ao talante de sua vontade ou a menosprezar valores, a exemplo do que praticou em relação ao engenheiro Antônio da Silva Paulet, antes nomeado para o comando interino das Armas. E no Cariri, onde há bem pouco deixara verdadeiro cabedal de insatisfações, o clima se torna cada vez mais tenso, o que na prática lhe roubava a tranqüilidade.

Como se as convulsões interioranas não bastassem, se bem que decorrentes da própria evolução política do País, surgiu fato novo cujos reflexos tornariam ainda mais incendiário o caldeirão das desavenças. Esse fato novo veio como decorrência natural do decreto de 3 de julho de 1822, determinando a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil. Crescem, então, as ambições, as opiniões divergentes se multiplicam, umas concordando e outras divergindo, mas de modo geral sem que nenhuma delas oferecesse perspectivas de pacificação política nas relações provincianas. Será sempre a costumeira bulha incendiária, a corrida eleitoreira entre conservadores e liberais e o poder governativo sem encontrar meios de conter os

ânimos. Realizado o pleito, em 7 de julho de 1822, conseguiram os primeiros lugares: Dr. João Antônio Rodrigues de Carvalho, Padre José Martiniano de Alencar, Padre Manuel Pacheco Pimentel, Padre José Joaquim Xavier Sobreira, Padre Antônio Manuel de Sousa, Padre Manuel Ribeiro Bessa Holanda Cavalcante, Major Pedro José da Costa Barros.

Com o cessar da corrida eleitoral, a Capital voltou a experimentar certa tranquilidade, porém no interior, notadamente o Cariri, as antigas rixas continuavam cada vez mais tensas. O Crato persistia no antigo propósito de hostilidade contra Porbém Barbosa, seu ferrenho inimigo e irreconciliável sob todos os títulos. Como forma mais agressiva de oferecer oposição, ameaçava instalar o seu próprio governo. Porbém Barbosa toma conhecimento dessa resolução. Receoso de que as ameaças se concretizassem, visto como a principal força concentrava-se na pessoa de José Pereira Filgueiras, resolveu demitir-se por conta própria e propor como solução a realização de novo pleito. A essa resolução opôs-se o Colégio Eleitoral, talvez por subestimar o valor de Pereira Filgueiras ou mesmo por supor no gesto de Porbém Barbosa um ato de covardia. Resolveu apoiá-lo. Em seguida, enviou dois de seus membros ao Cariri, especialmente para examinar in loco a situação e propor sugestões no sentido de debelar a crise.

Enquanto de um lado os mais sensatos procuravam por meios racionais minimizar a violência, do outro atiçava-se lenha à fogueira, adotando medidas inteiramente opostas. Foi o caso, por exemplo, de Manuel do Nascimento de Castro e Silva, Francisco Xavier Torres, Mariano Gomes da Silva e José Agrela Jardim, os quais, por suposição de prestígio junto ao Império, tentam soluções por meio da força. Em expediente endereçado ao Ministro Filipe Ferreira de Castro, não só denunciavam o clima de turbulência existente na Província como ainda se propõem a uma renúncia coletiva, caso urgentes e enérgicas providências não fossem adotadas.

Em novembro de 1822, sem que nenhuma providência de ordem superior houvesse sido adotada, graves notícias informam sobre os distúrbios em evolução, notadamente em Lavras, onde o

vigário José Joaquim Sobreira exercia total liderança. Dizia-se que Lavras e Icó, insatisfeitos com o governo de Porbém Barbosa, preparavam-se para instalar idêntico poder, tornando-se por essa forma independentes de Fortaleza. Soube-se, igualmente, também o Crato firmar-se no mesmo propósito e que, para marchar sobre a Capital e depor o seu desafeto, uma comissão já havia sido organizada, faltando apenas pequenos ajustes de ordem prática. Essa e outras informações de caráter ainda mais entristecedor foram transmitidas a Porbém Barbosa pelo padre Francisco Pinheiro Landim, oficialmente enviado pelo Colégio Eleitoral ao Cariri. A essa altura ninguém de bom senso se arriscaria a investir num governo que chegava naturalmente ao seu término. Convicto disso, Porbém Barbosa não quis aguardar o desfecho, entregando o cargo ao comandante Xavier Torres, visto como também os demais membros do governo renunciaram (22-12-1822).

JOSÉ PEREIRA FILGUEIRAS — Este governo, embora legalmente constituído, não chegará a produzir os efeitos para os quais fora previsto ou representar a solução imaginada para a crise. A escolha do seu nome deu-se à sua revelia, posto como a essa época ele se encontrava no Crato e sequer fora consultado. Parece mais ter sido forma sutil de contê-lo em seu propósito de marchar sobre a Capital ou, em razão da sua ausência, artifício para o quadro governativo não se modificar contrariamente ao que ficara decidido pelo Colégio da Capital, cuja composição constava dos seguintes nomes: José Pereira Filgueiras, Presidente; José de Castro e Silva, Vice-Presidente; Padre Magalhães, Vogal; Mariano Gomes da Silva, Vogal; Joaquim José Barbosa, Vogal (15-12-1822).

Ausente Filgueiras, obviamente assumiria José de Castro e Silva, ocorrendo por essa forma a morte de dois coelhos com uma só cajadada. A Capital entraria em regime de acomodação e o interior em esfriamento, pelo menos até melhores opções serem apresentadas. E como complementação dessa resolução, deliberou a Câmara pela realização de novo pleito, designando como data o dia 1º de março de 1823, quando então deveriam estar reunidos os eleitores do Termo.

FILGUEIRAS NO GOVERNO TEMPORÁRIO DO ICÓ

Conforme em outra parte ficou dito, Filgueiras teve a sua indicação referendada pela Câmara do Crato, quando ainda Porbém Barbosa achava-se no governo. Na época, somente os camaristas cratenses se manifestaram. Com a evolução da crise e o novo quadro político em evolução, o Icô achou por bem atrelar-se ao projeto instituindo o seu próprio governo e apresentando como cabeça-de-chapa José Pereira Filgueiras. Esse conclave se realizou em 22 de outubro de 1822, dele se elaborando ata e demais procedimentos cabíveis. E em 23 de janeiro de 1823, inexistindo rejeição ou obstáculo de qualquer natureza, deu-se a posse dos eleitos, cujos nomes estão dispostos na seguinte ordem: José Pereira Filgueiras, Presidente, eleito pelo Colégio Eleitoral do Crato; Vigário Antônio Manuel de Sousa, Secretário, eleito por Jardim; Vigário José Joaquim Xavier Sobreira, Lavras da Mangabeira; Tenente-Coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, Icô; Major Francisco Fernandes Vieira, Jucás e Inhamuns; Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, Quixeramobim.

Gera-se, em consequência, um governo xifódimo, cuja cabeça, tanto na Capital quanto no Icô, faz-se representar por uma só figura e cujo tronco se bifurca a partir dos que exercem cargos de menor graduação. Será, entretanto, situação apenas transitória e de curta duração, visto como no pleito geral que se avizinha se dará a retomada do processo governativo.

FRANCISCO PINHEIRO LANDIM — Eleito pelo Colégio Eleitoral em Fortaleza, em 3 de março de 1823 e não em 1.º de março, conforme resolução anterior, oportunidade em que também se deu por extinto o governo de Icô. O candidato escolhido e aplaudido por todos era indubitavelmente José Pereira Filgueiras, porém, de acordo com as suas preferências, resolveu ele abdicar da oferta e contentar-se apenas com o cargo de Comandante das Armas. Na composição governamental apresentou-se o seguinte quadro: Padre Francisco Pinheiro Landim, Presidente; Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, 1.º Vogal; Joaquim Felício Pinto de

Almeida, 2.º Vogal; Padre Vicente José Pereira, 3.º Vogal; Dr. Antônio Miguel da Rocha Lima, Secretário.

No dia seguinte, quatro de março, assumem os eleitos, formando o 2.º Governo Provisório na ordem de transição que se estabelecera e assim permanecendo até o encontro com a nova ordem de sucessão, estágio a partir do qual se esperava a consolidação do sistema. No momento, entretanto, o clima era de expectativa, espécie de areal movediço e de constantes surpresas, a qualquer instante podendo ocorrer desastres de graves consequências.

As primeiras manifestações de desagrado surgiram da parte do Comandante interino das Armas, Francisco Félix de Carvalho Couto, e que na ocasião, em virtude do afastamento de Pereira Filgueiras, destacado juntamente com Tristão Gonçalves para dar combate aos sublevados de Fidiê no Piauí, revelou-se como principal figura de desagregação política da Província. Por descabida arrogância ou por indisciplina manifesta, dirigiu-se ao Palácio e perante o chefe do Governo comportou-se de maneira chocante, exigiu a deportação do advogado João Ferreira Lima (Sucupira), assim como o fuzilamento do republicano João Carlos da Silva Carneiro, seus desafetos e igualmente dos monarquistas José Joaquim Barbosa e padre Vicente José Pereira. Esses rompantes de Carvalho Couto tinham como ponto de apoio os próprios amigos em nome dos quais ele exigia o suplício dos indigitados, o primeiro como Capitão-Mor de Fortaleza e o segundo como integrante do próprio Governo, além da cobertura dada por seus aderentes da família Castro.

Essas formas de opressão não se registravam apenas na Capital. O interior vivia também momentos de atropelos. Nos Inhamuns, grupos de ciganos, fortemente armados, invadiam fazendas, saqueavam e cometiam assassinatos, causando desassossego em meio aos desprotegidos moradores. Em Crato, forças governistas, tuteladas por Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, em comum acordo com a Câmara local, promovem o sequestro dos bens de Joaquim Pinto Madeira, provocando o renascimento de antigas rixas. O mais grave, entretanto, registra-se no Jardim, com

a prisão do líder político Antônio Manuel de Sousa. E no local onde a ciurmada política, o orgulho pedante dos que dominavam o paternalismo do próprio Governo ofereciam privilégios de comando, o ar que se respirava tinha odores de guerra civil.

Insatisfeitos com as manobras revanchistas e sobretudo com a falta de autoridade instalada na Província, resolvem os icoenses partir para a criação de novo governo provisório, porém de caráter republicano e destinado a opor resistência ao que há bem pouco se instalara. Essa idéia nasceu a partir de quando a Câmara recebeu da Corte expediente segundo o qual fora aprovada a criação de seu Governo Temporário, o mesmo que pelas mãos de Pereira Filgueiras fora transferido para a Capital. A idéia tomou vulto a partir de outubro de 1823, quando reunidas as principais lideranças ficou sacramentada a resolução, aprovando-se no momento a ida do padre Xavier Sobreira ao Rio, a fim de tratar detalhadamente do assunto. A essa propositura opôs-se apenas o chefe do comando militar da vila, Bernardino Lopes de Sena, comportamento que logo a seguir contaria com novos aderentes. A própria Câmara, através do seu Capitão-Mor Joaquim Lopes Raimundo, oficiou à sua congênera da Capital, denunciando o fato e fazendo outras considerações de natureza reacionária. Essa atitude do Capitão-Mor da vila custou-lhe simplesmente o cargo, não ostensivamente por ato de deposição, mas com o pretexto voluntário de agravamento da saúde e outros inconvenientes de ordem etária. Tudo isso ocorrera exatamente na ausência dos principais líderes Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras, conforme em outra parte veremos, designados especificamente para baterem os sublevados do major João José da Cunha Fidié.

Com o retorno da expedição revolucionária, altera-se completamente o quadro político da Província. Filgueiras e Tristão chegam ao Crato em 9 de janeiro de 1824, laureados por seus triunfos, prestigiados pelo Império e dignos do apreço que os seus concidadãos lhes tributavam. No Cariri, são detalhadamente informados sobre a dissolução da Constituinte, fato registrado em novembro de 1823 e de extraordinária repercussão nos meios políticos. Somente os radicais monarquistas, os que ainda guardavam

esperanças de retorno ao passado, concordavam com o retrocesso, porém a maioria repudiava o golpe sofrido pelas instituições nacionais. Como consequência desse retrocesso, alentavam-se os rumores favoráveis aos ideais republicanos, sufocados pela revolução suicida de 1817, mas a renascer das cinzas como se transformadas em nova Fênix. Além do Crato, onde José Martiniano de Alencar minara as bases reformistas, Quixeramobim mobilizara seus eleitores, promovendo concentrações públicas de elevada configuração reacionária. Consoante resolução da Câmara, tendo como pano de fundo a proclamação da Independência, proclamou-se também de decaída a dinastia bragantina e o próprio Imperador.

Quixeramobim possuía como instigadores dos ideais republicanos o padre Gonçalo Inácio Loiola de Albuquerque e Melo (Mororó) e outros que a ele se haviam reunido e constituído o projeto de governo na forma proposta pelo Icó, colocando no comando das Armas José Pereira Filgueiras, Granja, Uruburetama e a própria Capital extrapolavam em descontentamento, faltando apenas quem ateasse fogo ao estopim.

Concluídos os acertos que no Crato se faziam necessários, partem com destino a Icó Filgueiras e Tristão Gonçalves, chegando a essa vila em 14 de janeiro de 1824. A situação política era simplesmente desesperadora, com prisões e espancamentos, míseros lavradores sem eira nem beira a resgatar crimes políticos dos quais sequer tinham consciência e de modo especial contra os portugueses ali residentes, culminando inclusive com o assassinato de Nicolau José de Melo. Como consequência prática surgiram os protestos, as manifestações de descontentamento e o desprezo da própria sociedade local contra os que desabridamente mantinham a vila em desassossego. Tristão Gonçalves interferiu favoravelmente aos portugueses, porém em vez de mantê-los seguros em suas residências, achou por bem transferi-los para a cadeia do Crato, pretextando com isso livrá-los do ódio popular. Com essa forma de procedimento, em favor da qual nenhuma justificativa poderia ser invocada, nada mais se fez senão reacender o ódio entre conservadores e republicanos, numa clara demonstração de breves conflitos.

Como estímulo, dado aos já acirrados ânimos da população icoense, chega à conturbada vila uma deputação procedente de Quixeramobim, apregoando contrária e doutrinariamente a dissolução da Constituinte (18-01-1824). São emissários da Câmara daquela vila e compõem-se dos liberalistas Gonçalo Inácio de Albuquerque e Melo, Antônio Francisco de Queiroz e Belarmino de Andrade Câmara. Em sua reacionária mensagem, cujo texto foi lido perante o Senado da Câmara, consignavam-se exprobações dirigidas ao Imperador e sua dinastia, dentre outras o pejorativo de *raça decaída*, o que em linguagem prática traduzia-se por insulto público e subversão à ordem constituída. Em segunda mensagem, tratam os camaristas de Quixeramobim de revigorar o projeto de instalação de um governo paralelo, com sede no Icó, não propriamente com Pereira Filgueiras na cabeça, mas com o nome do Capitão-Mor da vila, José dos Santos Lessa. No final, conclamam povo e Câmara para, em conjunto, lutar o quanto possível pela conquista dos ideais libertivos, além de aprovarem mensagens nas quais solicitam o apoio das Câmaras de Russas e Aracati.

Enquanto, porém, essas propostas amadurecem, os distúrbios continuam na vila, a caça às bruxas do conservadorismo e os golpes baixos contra antigos desafetos. João André Teixeira Mendes, por exemplo, caudilho político e amigo de Joaquim Pinto Madeira, conhecido e respeitado por suas turbulências, não escapa à síndrome do liberalismo. Forças da Tropa de 1.^a Linha, sob o comando do tenente Antônio Vieira do Lago Cavalcante, o prendem e surram-no em sua própria residência, plantando para o futuro as sementes da vingança.

Em decorrência do espancamento de João André, ocorrido arbitrariamente e ostensivamente, resolveu Tristão Gonçalves interferir, determinando a prisão do agressor e seu comparsa Joaquim Fernandes de Moura. Remeteu os dois para a Capital. Esse gesto nobre, entretanto, pautado dentro dos seus conceitos naturais de justiça, pode ter satisfeito a sua consciência, porém aos seus correligionários não agradou, sujeitando-o a escutar veementes protestos.

Derivando em busca do Crato, onde as manifestações liberais florescem em termos agitados, encontramos a Câmara dessa

vila, em conjunto com a sua congênere de Quixeramobim a firmar-se no mesmo propósito reacionário do Icó. Nesse estágio, entretanto, as propostas estavam um pouco mais evoluídas, com a definição em termos de sistema ou a extensão republicana que secretamente se modelara para o Recife. Seria rendição do frustrado movimento de 1817, porém a refletir com perspectivas diferentes, visto como desta vez contaria com o apoio de Pereira Filgueiras.

Enquanto no interior o processo revolucionário se confundia com a hostilização de grupos antagônicos, na Capital o governo do padre Landim agonizava na oposição feita pelos seus adversários. Carvalho Couto continuava sem dar trégua, explorando a fragilidade do poder, a falta de apoio e até certo ponto o despreparo do governante para o exercício do cargo. Sem Tristão Gonçalves e sem Pereira Filgueiras, os únicos a terem condições de reprimir Carvalho Couto em suas arruaças, encontrou-se como solução paliativa, pelo menos até se dar o retorno da expedição revolucionária. Criou-se, então, o que se convencionou em designar por Junta Consultiva ou tutoria administrativa, com função mediadora ou câmara de refrigeração política com poderes moderadores. Com esse perfil, difícil até de ser descrito, chega-se ao mês de fevereiro de 1824, com o retorno triunfal de Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras e a Capital a entrar na disciplina, não sem a prisão de Carvalho Couto, conforme em outra parte veremos.

PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS — Nascido no Aracati em 7 de outubro de 1779, teve como pais o mestre-de-campo e português Pedro José da Costa Barros e a pernambucana D. Antônia de Sousa Braga. Militar de carreira, assentou praça no Regimento de Artilharia n.º 1, de Portugal, em 7 de outubro de 1803, e promovido a cabo de esquadra em 9 de dezembro do mesmo ano, terminando como cadete, conforme promoção de 14 de dezembro de 1805. Ao retornar ao Brasil, ingressou no Regimento de Artilharia de Pernambuco, sendo promovido a 2.º tenente em 30 de agosto de 1811 e, em 17 de dezembro de 1813, elevado ao posto de sargento-mor do Regimento de Infantaria de Milícias do

Ceará e, finalmente, comandante do 1.º batalhão do mesmo Regimento em data de 25 de julho de 1814. (7)

Em suas atividades maçônicas, ao lado daqueles que sob o estandarte da Ordem conspiravam em favor da Independência nacional, figura como uma das três pilastras de sustentação regimental ao Grande Oriente do Brasil, na qualidade de Venerável Mestre da Loja Esperança e Niterói. Patriota convicto, mas sem ambições de cargos ou interesses de natureza política, contribuiu quase anonimamente e no final contentou-se à margem do poder, guardando apenas a satisfação de ver o seu país livre da subordinação lusa.

Em outro ângulo de sua vida pública poder-se-á considerá-lo como o homem das realizações inacabadas. Quando ainda estudante, matriculado no curso de engenharia da Universidade de Coimbra, obrigou-se a interromper os estudos em virtude de accidental ocorrência. Em companhia de outros colegas, deixou-se envolver em movimentos hostis e dirigidos contra determinados religiosos dentre eles um frade. Indiciado como partícipe dos movimentos e condenado na qualidade de cúmplice, seguiu em viagem de degredo rumo a Angola, onde, juntamente com os demais envolvidos, cumpriria a sentença que lhes fora imposta.

Eleito deputado à Constituinte Portuguesa de 1821, deixou de seguir para Lisboa, preferindo ficar no Rio de Janeiro, onde prestaria relevantes serviços à causa da Independência. Eleito em 1822, como deputado à Constituinte Brasileira, surgiu-lhe novamente o fantasma do imprevisto, impedindo-o de tomar assento na recém-criada Câmara Baixa do País. Encontrava-se envolvido em processo por ocasião da sessão de posse. O crime pelo qual fora levado à justiça referia-se aos acontecimentos ocorridos em 30 de outubro do ano anterior, tidos como de natureza conspiratória, se bem que a sua participação tenha sido produto engendrado pela facção adversária. Sobrevindo-lhe a sentença absolutória, assumiu no Congresso a sua cadeira, porém a fatalidade mais uma

(7) Dicionário Bibliográfico Cearense - Barão de Studart, Vol. III, 1915, pág. 32.

vez o persegue, conduzida pela dissolução da Constituinte (1823). Guindado à suprema governança do Ceará, teve que se submeter às mesmas regras da inconstância, conforme sucessivamente veremos.

Sua chegada ao Ceará deu-se a 14 de abril de 1824. Logo à noite, reunida em sessão especial, a Câmara oficiou à Junta Provisória, com vistas ao Decreto Imperial que o nomeara para o governo da Província. No dia seguinte realiza-se o ato de posse, conforme decisão do juiz interino Joaquim Marcelino de Brito, mas a Câmara reagiu e se omitiu em dar o seu referendo ao ato resolutivo do Conselho. Restou, entretanto, a materialização da posse, prejudicada pelo conflito de poderes e sujeita a novas formalidades. Receosos de que Pereira Filgueiras não concordasse, resolveram os membros da Junta Governativa mudar-se para a vila de Arronches, simulando por essa forma ignorar o assunto. A esse gesto dúbio, e até certo ponto provocante, reagiu o Corregedor Joaquim Marcelino de Brito, a quem o Governo Costa Barros era simpático, forçando Conselho e Câmara ao cumprimento dos seus deveres, ou, em termos práticos, cumprirem o ritual de posse determinado pelas regras vigentes (18-04-1824).

A despeito de pertencer à corrente política defendida pelos seus opositores, Costa Barros comportou-se como governante de todos os cearenses, isento de revanchismo ou sem ofensas pessoais que suscitasse discórdia. Sua intenção, conforme se depreende de seus pronunciamentos, seria governar com harmonia e tentar aproximar-se o quanto possível das lideranças em atrito. Como prova dessa intenção, reuniu-se em público, cercado por seus aderentes políticos e boa parcela do povo, e fez proclamação de alto nível, conclamando a todos no sentido de unirem-se em torno de seus ideais de ordem e de justiça.

Essa proclamação, no entanto, produziu efeitos não mais que efêmeros ou mesmo nem isso terá atingido. O povo esqueceu rapidamente. E José Pereira Filgueiras, recém-agraciado com o título de Brigadeiro e a enfeixar nas mãos o comando das Armas, tratou de organizar-se contrariamente em Arronches, de onde passaria a exercer o seu poderio oposicionista.

Esperançoso de que poderia quebrar a resistência oposicionista, Costa Barros ainda tentou dialogar, oferecendo algumas explicações, porém sem lograr sucesso, visto como do outro lado não havia recuo. E se de um lado a impenetrabilidade negava chances ao diálogo, do outro a moderação perdia espaço, notadamente por aqueles que o cercavam, habituados ao revanchismo, e de mãos atadas no próprio Governo que lhes caíra nas mãos. Enquanto isso, e sem que nada transpirasse do que se estava planejando, em Arronches a oposição se arregimentava, tentando chegar ao momento decisivo para o golpe.

Em 24 de abril de 1824, Pereira Filgueiras entra na Capital, acompanhado de forte esquema, e convoca a Câmara especialmente para decretar a deposição de Costa Barros. Não foi bem-sucedido nessa empresa. Por razões não justificadas, os vereadores não compareceram, pelo menos em número suficiente, forçando dessa maneira o adiamento da sessão. Transferiu-se então para o dia seguinte. Filgueiras retornou ao refúgio de Arronches e no dia seguinte, em vez de comparecer para a reunião programada, desceu em busca do Aquiraz, onde grande parte de suas lideranças se concentrava. Lá, em ajuntamento político com os amigos, consolidou o plano de deposição, mesmo para tanto ser necessário o emprego da força. Diante dessa resolução, reuniu seus partidários e montou seu quartel-general em Messejana, recanto onde por trás de tudo escondia-se José Martiniano de Alencar. Na manhã de 26 de abril, a pretextos não justificáveis, determinou a prisão das seguintes pessoas: Joaquim Marcelino de Brito, Ouvidor Interino; José Narcísio Xavier Torres, sargento-mor; João da Silva Pedreira, tenente; Francisco Xavier Torres, ajudante de ordens; Manuel José Martins Ribeiro, coronel; José Joaquim Barbosa, capitão-mor de Fortaleza; João Facundo de Castro Meneses, sargento-mor; Antônio Delgado Esteves, sargento-mor; Manuel Antônio Diniz, tenente; Tenente Abreu.

Essa resolução draconiana, executada pelo sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, comandante interino das Tropas de 1.ª Linha, provocou na cidade os mais contraditórios pronunciamentos.

Segundo o que posteriormente se saberia, os motivos invocados por Pereira Filgueiras, verídicos ou não, teriam sido ato de represália contra os que haviam planejado o seu assassinato. Manipulados ou não, a verdade é que esses indiciados foram recolhidos à nau inglesa "Jubille", surta no porto da Capital, e posteriormente transferidos para o Rio de Janeiro, à exceção de Joaquim Marcelino de Brito, Antônio Esteves Delgado e o Tenente Abreu, que seriam remetidos para Liverpool. Tudo isso ocorreu debaixo das barbas de Costa Barros, que, sem querer interferir em assuntos de natureza militar, deixou o adversário minar as bases de sua própria estabilidade política.

Em 28 de abril (1824), nada mais restando a Costa Barros em termos de apoio, entraram na cidade os sublevados de Aquiraz, à frente de grande cortejo e a promover entusiástica manifestação de fidelidade a Pereira Filgueiras. Depois, sem nenhuma resistência palaciana, verificaram que do Governo de Costa Barros nada mais existia, visto como na madrugada desse dia, receoso de ser atropelado pela oposição, transferira-se para a vila de Arronches, homiziando-se em casa de amigos.

No dia seguinte, 29 de abril, Filgueiras concentra-se nos Paços do Conselho de Província, cercado por grande número de simpatizantes, e profere inflamado discurso, propondo a deposição de Costa Barros. Em ato contínuo, expede comissão especial com destino à vila de Arronches, levando o veredito da força ou simplesmente a notificação para que ele resignasse o Governo. Costa Barros aceita, pretextando evitar derramamento de sangue, e exige apenas o direito de inserir na ata de constituição do novo Governo o seu protesto de desabafo. Filgueiras concorda e em seguida realizam-se os atos inerentes dos quais se destacam a proclamação dos eleitos e as justificativas alentadamente constantes da fala do próprio Filgueiras. (8)

(8) Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/IV - 1890 - pág. 43/71; T/XXXVI - Paulino - Obr. Cit. 1923/24 - 236/241; Obr. Cit. T/XLV - 1931/32 - Lucas Alexandre - págs. 133/44.

BH/UTC

TRISTÃO GONÇALVES DE ALENCAR ARARIPE

Eleito Presidente Temporário em ato conjunto da Câmara e do Conselho de Província, em sessão extraordinária realizada em 28 de abril de 1824. Presidiu o Conselho o Juiz-Presidente Joaquim Antônio de Oliveira, presentes os vereadores Francisco Félix de Albuquerque e Manuel Pereira Viana, além do Procurador do Conselho José Antônio Machado, numa concorrida solenidade pública.

A rigor, essa atitude da Câmara e Conselho não condizia com as regras estruturais do sistema em vigor, considerando-se que, desde outubro de 1823, Decreto Imperial extinguiu as Juntas Governativas ou Governos Temporários. Era, portanto, um ato de força, calcado no prestígio dos dois heróis da rebelião piauiense e, sobretudo, na manifesta resolução de implantar no Ceará a "República do Equador", dentro da comunhão de pensamento já florescente em Pernambuco. Excluída esta hipótese, seria insensatez ainda maior depor um governo legalmente constituído e em seguida, sem o necessário aval do Império, instituir-se outro ao sabor das manifestações reacionárias. Mesmo assim, o ato proclamatório revestiu-se de todas as formalidades, legalmente exigidas, inclusive com a lavratura de ata e respectivas assinaturas. Há, por outro lado, que se considerar a ausência do governo central ou omissão do Império com relação a esse ato de força, deixando transparecer o beneplácito de sua aprovação, visto como nenhuma atitude contrária foi demonstrada. Isso talvez se explique dentro de duas hipóteses. Numa delas, estaria o desprestígio dos que haviam indicado o nome de Costa Barros para o Governo. Na outra, e a mais plausível, terá sido o prestígio do próprio Tristão Gonçalves e seu companheiro José Pereira Filgueiras, numa associação de valores em que por trás dos bastidores figuraria José Martiniano de Alencar, homem forte da política cearense e de atuação indormida junto ao Império. Se, pois, no ato de posse, Tristão não contou com o beneplácito imperial, a sua continuidade no Governo, passivamente aceita, demonstra muito bem que ele e não Costa Barros teria sido o homem certo da escolha imperial.

Nos primeiros dias de governo, procurou Tristão Gonçalves apagar os vestígios de força deixados pela deposição do seu antecessor, tanto por meio de atitudes moderadas quanto por via de manifestos endereçados ao povo, notadamente por parte de Pereira Filgueiras, principal figura do quadro político em evidência. Tudo, então, fizera-se em nome do bem-estar da família cearense, contra os perigos de retrocesso político ou o desejo dos monarquistas retrógrados em recolocar o Brasil sob a tutela portuguesa. Por trás desses propósitos ocultava-se o ideário republicano, já a despontar desnudamente, não só através da publicidade jornalística como nas manifestações de apoio ao governo que se instalara em Pernambuco.

A partir da segunda metade de maio (1824), começa a sequência de atos governamentais em que as intenções republicanas se aclaram e se ajustam em termos de estratégia previamente elaborada. Cria-se para a vila do Icó a Junta de Melhoramentos, órgão de extensão administrativa e de apoio político na região, considerando que nesse setor concentravam-se as principais lideranças reacionárias. Na mesma época e já numa projeção mais nítida, de breves conflitos, Baturité entra nos planos emergenciais ou centro de resistência se eventualmente a Capital viesse a ser batida por invasores. Na ocorrência de semelhante hipótese, o Governo se transferiria para aquela vila, onde montaria a sua cidadela e na Capital víveres e plantações seriam destruídos, forçando o inimigo a provocar o recontro (18-05-1824). Dentro da mesma sequência e a guardar os mesmos objetivos, Tristão Gonçalves dirige-se ao povo, através de ato proclamatório e concita a todos no sentido de unirem-se em torno do governo de Pernambuco, a exemplo do que já havia ocorrido entre as Províncias vizinhas (22-05-1824). O ato, porém, de maior extensão reacionária veio através de expediente segundo o qual os europeus residentes em Fortaleza ficaram impedidos do exercício de cargos públicos, tanto na área do poder civil quanto militar, atingindo em cheio os portugueses, considerados fiéis ao imperialismo (29-05-1824).

No dia 8 de junho (1824), em trabalho de conscientização popular e difusão dos ideais republicanos, Tristão Gonçalves faz

duas proclamações altamente reacionárias, destacando como instrumento de deterioração política a figura do Imperador. Alonga-se na exaltação a Pernambuco, patriótica, triunfalmente livre da escravidão lusa e conclama com ênfase guerreira o povo no sentido de engajar-se na luta contra os alienígenas.

Entre os dias 11 e 13 de julho (1824), chegam-lhe do interior informações animadoras. As Câmaras do Crato e do Icó têm rejeitado obediência à Constituição Imperial, como forma de repúdio ao continuísmo luso e guerra declarada em favor do movimento republicano. No Crato, especialmente, o domínio da violência havia extrapolado. Forças do comando local, chefiadas pelo major Pedro José de Carvalho, popularmente conhecido por "Bor-borema", haviam montado seu quartel-general defronte à Câmara, a pretexto de proteger o legislativo, mas em verdade a forçar o voto de rejeição ao Império. Será, entretanto, a partir desse estágio que começarão a surgir os primeiros boatos desvanecedores e os obstáculos iniciais com relação ao curso administrativo do Governo.

Notícias procedentes do Icó informam sobre a ocupação de estradas no Rio do Peixe (Cajazeiras) por tropas imperialistas, assim como no sítio denominado Santa Catarina, na mesma região, cerrados tiroteios haviam ocorrido, envolvendo patriotas republicanos. Em período coincidente, Fortaleza vive também momentos de tensão, com o sargento-mor João Facundo de Castro Meneses, já de volta e a pregar publicamente os seus desabafos contra o Governo de Tristão Gonçalves. Mas, como ainda é Tristão quem determina as regras do jogo, a força predomina e o grito oposicionista fica sem ressonância.

Quando se chega ao final de julho, problemas de ordem financeira ameaçam o governo que, sem renda própria para manter as despesas, tinha de contentar-se com as liberações feitas pelo Tesouro. Como forma de suprir essa deficiência, Tristão autorizou a emissão de vales, o que em tempos regulares seria normal, porém dentro da contingência em que as coisas andavam, nada mais seriam que simples pedaços de papel escritos. O Tesouro negou-se ao resgate. Como, porém, as autorizações operacionais do Tesou-

ro vinham de Pernambuco, ele recorreu ao Governo daquela Província, já transformado em republicano, e o resgate foi autorizado, num montante que chegou a 12 contos de réis.

No começo de agosto (06-08-1824), Tristão Gonçalves oficializa a Pereira Filgueiras, informando sobre dois acontecimentos que mereciam especial atenção. No primeiro deles consignava-se o empenho de tropas cearenses no sentido de que se prestasse socorro aos republicanos da Paraíba. No segundo, informava-se sobre a vinda de cinco barcos, surtos já no porto de Fortaleza, e que presumivelmente conduziriam suprimentos de guerra, com vistas à ofensiva imperialista contra os republicanos do Ceará. Ignora-se qual terá sido a atitude de Filgueiras, como Comandante das Armas, após o recebimento desse ofício, porém, à vista de documentos posteriores, sabe-se que em 19 de agosto (1824), tropas de 1.ª Linha transitavam pelo Icó. Constam como sendo forças do Batalhão "32", do qual Tristão Gonçalves era o seu comandante, e que no momento ficariam à disposição do seu imediato Pedro José de Carvalho. O comando itinerante estava a cargo do instrutor José Teles de Meneses, republicano de Quixeramobim e um dos signatários da ata na qual se consignara o texto proclamatório do governo republicano daquela vila (09-01-1824).

Apesar desses atropelos, muitos deles resultantes de falsos boatos, a situação no Ceará era bastante animadora, notadamente a partir de quando se teve conhecimento do triunfo pernambucano, assim como das vizinhas Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, todas entregues a governos republicanos. O Ceará, portanto, sede natural dos mais intensos movimentos republicanos, a contar de 1817, não poderia permanecer como espectador, notadamente quando no governo estavam as principais figuras reacionárias. Assim, em reunião conjunta, da qual participaram o Colégio Eleitoral e todas as Câmaras da Província e seus respectivos Procuradores, formando com o povo 405 eleitores, proclamou-se a REPÚBLICA DO EQUADOR, de cujo evento elaborou-se a seguinte ata:

"Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, 3.º da Independência e 1.º da Li-

berdade do Brasil, à Confederação das Províncias Unidas do Equador, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, na sala do Governo onde se achava o Exmo. Sr. Presidente do Governo da Província, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, os Vogais do Conselho, o Exmo. Sr. Governador das Armas, os Srs. Ouvidores das duas Comarcas, o Senado da Câmara desta cidade e das vilas de Aquiraz e Messejana, com Procuradores das demais Câmaras da Província, presentes os párocos das freguesias e na falta seus procuradores, os chefes dos Corpos Militares de 1.^a e 2.^a Linhas ou seus procuradores, os eleitores de paróquias e no seu impedimento os suplentes em maioria de votos, o clero, muitos oficiais militares, homens bons, abaixo assinados, com a competente nota de seus postos e graduações, e sendo aí em voz alta e inteligível, propôs o Exmo. Sr. Presidente: que, à vista dos perjúrios de D. Pedro I, Príncipe de Portugal (chamado Imperador do Brasil), estava roto o pacto social tantas vezes assegurado por ele e outras tantas violado publicamente à face das nações e em afronta àqueles mesmos povos dos quais ele, de motu-proprio, havia tomado o título de Defensor Perpétuo, não lhes tendo até agora senão um opressor encarnizado, não respeitando os foros de liberdade do Brasil, quando despoticamente e à força de armas, abolira a Assembléia Geral e Constituinte da Nação inteira, prendendo, degradando ainda para reinos estrangeiros, e despedindo com ignomínia os seus representantes, arrogando a si o direito absoluto de legislar e construir por si, como se viu do Projeto de Constituição que nos deu, mas também mandou arbitrariamente jurar por todas as Câmaras das Províncias do Brasil, reputando-nos escravos ou propriedades suas, contra suas promessas e juramentos; que, além de todos estes motivos do mais descarado despotismo, acrescido de mil traições, visivelmente aparecidas nos seus Decretos, Alvarás, Avisos, Manifestos e Proclamações com que pretendia sujeitar-nos novamente ao domínio português; não cumprindo assim com as obrigações essenciais pelas

quais havia subido ao Trono. Atestam, pois, tantas circunstâncias de justo ressentimento dos povos (concluiu o Presidente) que a pátria estava no maior perigo e era necessário salvá-la do cativo apesar de todos os sacrifícios da parte de seus filhos, pelo que o Conselho deliberasse, lançando mão dos meios os mais prontos e enérgicos, e mais plausíveis da sua segurança: e assim apresentou o Sr. Presidente um plano de nova forma de Governo para ser discutido livremente com imunidade de pessoas e de opiniões para ser ou não aprovado pelo Congresso. E com efeito foram lidos doze artigos e a leitura de cada um deles ressoava de todas as salas cheias de gente apinhada, vivas e aclamações de apoiados e um prazer geral se divisou no semblante de todo o Congresso, dando-se uns aos outros os parabéns de mútua felicidade. Logo foi aprovado geralmente o plano oferecido, propôs o Sr. Presidente que o Grande Conselho elege-se Presidente e Secretário para assistirem às suas sessões na discussão da matéria sem coação dos votantes, mas o Congresso elegeu unanimemente o mesmo Sr. Presidente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe para Presidente e para Secretário do Grande Conselho o padre Gonçalo Inácio de Albuquerque e Melo Mororó. Desceu o Sr. Presidente, desarmado, assim como tinha assistido o ato com o Sr. Governador das Armas e grande parte da Assembléia para os quartéis da Tropa de 1.^a Linha, onde igualmente se achou o Senado da Câmara desta cidade com o novo Estandarte da Liberdade, já por ele de antemão preparado, e depois, voltando todos, dirigiram-se com o Sr. Presidente no centro da tropa, trazendo arvorado um estandarte igual ao da Câmara para a igreja a render ações de graças ao Soberano autor da nossa felicidade, e aí benzeram-se as bandeiras, e o Sr. Governador das Armas foi pessoalmente entregar uma ao Corpo de Tropas reunido. No fim de um elegante discurso oratório-patriótico, recitado pelo reverendo vigário de Arronches, cantou-se um solene Te Deum, ficando adiado por hoje o juramento dos Santos Evangelhos cujo teor é o seguinte:

"Eu, F., juro aos Santos Evangelhos, voluntária e solenemente, defender e guardar a Religião Católica Apostólica Romana. Juro dar a minha gota última de sangue por manter e ser fiel à Confederação do Equador, que é a união das quatro Províncias ao norte do Cabo de Santo Agostinho e às demais que no futuro se forem unindo debaixo da forma de governo que estabelecer a Assembléia Constituinte. Juro fazer a guerra ao despotismo imperial que pretende usurpar nossos direitos, escravizar-nos e obrigar-nos a fazer ainda a união do Brasil com Portugal a qual jamais admitiremos por nenhum título que seja. Juro, enfim, fazer guerra eterna a todo despotismo que opuser à liberdade de nossa pátria e igualmente juro obediência ao Governo Supremo do Brasil, em Salvador, assim Deus me ajude. E, reunidos, todos, novamente na sala do Governo, com efeito prestaram o juramento na forma acima dita em Livro dos Santos Evangelhos apresentado pelo Sr. Presidente, o qual recebeu e prestou o primeiro que todos nas mãos do primeiro Conselheiro do Governo, o Exmo. Sr. Joaquim de Paula Galvão. E tudo para constar, mandou o Exmo. Sr. Presidente lavrar a presente ata, autorizando-me para o fazer no impedimento do Secretário de Governo, padre Gonçalo Inácio de Albuquerque que Mororó, na qual todos assinaram a competente nota do Palácio do Governo, aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, 3.º da Independência e 1.º da Liberdade e Confederação do Equador. Eu, Francisco de Paula Andrade, 2.º Oficial da Secretaria de Governo escrevi." Seguem-se 405 assinaturas. (9)

A fim de não restarem dúvidas quanto ao termo de abertura e o fechamento da ata, com datas divergentes, em que se consignam "26" e "27" de agosto, sucessivamente, deve ficar esclarecido que as solenidades proclamatórias e de juramento desdobraram-se

(9) *Datas e fatos* — Skudert. — Vol. II — 1892 — pág. 20/22.

em duas etapas, sendo que na última se deu a complementação formalística do evento.

Em 28 de agosto, reunidos em Palácio, os confederados se declaram constituídos em Colégio Eleitoral, cuja composição é a seguinte: José Martiniano de Alencar, Presidente; Luís Pedro de Melo César, Secretário; Padre José da Costa Barros Jaguaribe, 2.º Secretário; Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Escrutinador; José Ferreira Lima Sucupira, 2.º Escrutinador.

Conferido aos eleitos o grau de membros do supremo poder com vistas à eleição de deputados ou representantes da República cearense junto ao governo revolucionário instalado em Pernambuco, procedeu-se ao pleito, recaindo a escolha no seguinte quadro: Diácono José Martiniano de Alencar, Padre Manuel Pacheco Pimentel, Luís Pedro de Melo César, Padre José da Costa Barros Jaguaribe, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Mariano Gomes da Silva, Padre Antônio José Moreira, Tenente-Coronel João da Costa Alecrim.

Eleitos e imediatamente diplomados, coube a José Pereira Filgueiras, na qualidade de Comandante das Armas, escoltar a representação cearense na viagem até Pernambuco, mantendo-a segura contra eventuais acontecimentos. Filgueiras escolheu a rota do Crato, tanto por conveniência do serviço quanto pela oportunidade de instalar no local o Governo Republicano.

Na mesma oportunidade instalou-se na Província a guerra contra o imperialismo, com relação aos diversos pontos do interior, ficando essa tarefa a cargo das Tropas de 1.ª Linha, sob o comando interino do coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses. Ficou decidido que o início das operações se daria por Uruburetama, onde se dizia existir um contingente armado de 800 homens, prontos para defender o Governo do Império.

Filgueiras deixa Fortaleza em 3 de setembro de 1824. Começam a partir de então as mudanças que logo se processariam nos destinos republicanos do Ceará. Notícias procedentes de Pernambuco informam do desastre ocorrido naquela Capital, com o imperialismo no poder e o esmagamento dos republicanos. São boatos que somente na Capital circulam, porém no interior, onde

se achava Pereira Filgueiras, a operação continua inalterada. Sua chegada ao local dá-se em 23 de setembro de 1824, oportunidade em que a vila o recebe com festas e logo determina-se como data de instalação do novo sistema o dia 01 de outubro. Concluídas as solenidades, recebe Filgueiras a informação de que na vila de Jardim haviam sido assassinados Leonel Pereira de Alencar e seu filho Raimundo Pereira de Alencar, de quem era amigo particular e politicamente correligionário. Desloca-se, então, para esse novo destino, sem alterar a programação do Crato e desse ponto dar-se-lhe o desfecho que oportunamente veremos. Enquanto isso, Tristão Gonçalves entra na rota do declínio, com novas surpresas e todas a conspirar contra a efêmera República. Vejamos em rápido perfil alguns precedentes.

Concluída a deposição de Costa Barros e instalado o Governo de Tristão Gonçalves, lideranças sediadas no Aquiraz propuseram a ida de uma comissão ao Recife, com a finalidade de exigir do então governante Manuel de Carvalho Paes de Andrade armamento e o que necessário fosse para instalação do sistema republicano no Ceará. A escolha dessa comissão recaiu no major Luís Rodrigues Chaves, Tomaz de Aquino Pinto Bandeira, o furriel José Raimundo Façanha, o cabo José Maria e quatro praças. Essa comissão deixou o Ceará em 2 de maio de 1824, buscando a rota da Paraíba, Província de onde era natural Rodrigues Chaves e onde dizia existirem parentes seus dos quais estava afastado há algum tempo. Nesse vaivém de parentesco, Rodrigues Chaves caiu nas mãos de tropas imperialistas e como prisioneiro terminou no Recife, exatamente quando a República do Equador já havia desaparecido. Levado à presença do então coronel Luís Lima e Silva, por um seu amigo imperialista e cearense de Granja, o negociante Manuel Antônio de Almeida, aí se compôs politicamente e obteve o perdão, porém com a condição de trair seus antigos compromissos. Retornou ao Ceará no comando de forças imperialistas e localizou-se no Aracati, onde travaria combate com os seus antigos irmãos republicanos. (10)

(10) Depoimento de Tomaz de Aquino Pinto Bandeira — Rev. do Inst. do Ceará — T/XXV — 1921/22 — pág. 324/327.

Essa traição de Rodrigues Chaves e sua presença em Aracati traçaram nos destinos de Tristão Gonçalves a rota da fatalidade, sujeitando-o à improvisação de novos planos. Ausentes os principais homens de confiança, Pereira Filgueiras na condução dos parlamentares e Antônio Bezerra no combate aos imperialistas interioranos, resolveu ele próprio assumir o comando de tropas e bater-se pessoalmente contra os insurgentes, dos quais Rodrigues Chaves era o seu cabeça (17-10-1824). Ficou no Governo o Conselheiro mais votado, José Félix de Azevedo e Sá, biblicamente juramentado republicano, mas em verdade a encerrar com sua presença os 52 dias de governo dessa filosofia no Ceará. (11)

JOSÉ FÉLIX DE AZEVEDO E SÁ — Eleito por um golpe de sorte e empossado por força das más contingências republicanas, assume o governo em 17 de outubro de 1824. Será Governo Republicano por apenas um dia, o suficiente para que as ameaças de deposição o fizessem abjurar dos seus antigos propósitos, se é que os tinha, e aderir tal qual fizera o major Luís Rodrigues Chaves, levando suas convicções políticas para o imperialismo e entregando de mão-beijada o governo ao mercenário Lord Cochrane.

COCHRANE (THOMAS) — Conde de Donald — Processado em seu país e expulso da Marinha Britânica, transformou-se em caçaníquel dos países subdesenvolvidos e em guerras de consolidação de suas independências. Alugou primeiramente os seus serviços ao Chile, em 1817, e, a partir de 1822, passou a funcionar como mercenário do Império, com atuação nas Províncias do Nordeste, onde os focos reacionários tentavam instalar o sistema republicano e de onde ele arrancaria o título de Marquês do Maranhão. Sua esquadra fundeou a algumas jardas do porto de Fortaleza, ao correr da noite de 17 para 18 de outubro de 1824 e ao amanhecer desse dia ele já expedia mensagem ao governo, notificando-o

(11) As principais informações consignam nas seguintes fontes: DATAS E FATOS - Studart - 1892 - Vol. II - pág. 23/26; EFEMÉRIDES - Rev. T/XX - 1906 - pág. 175 — Eduardo Marques Peixoto — DOCUMENTOS - T/XX - 1906 - Rev. do Inst. do Ceará - pág. 155/171.

sobre sua disposição de submetê-lo pela força ou explicitamente o bloqueio, caso houvesse resistência.

Informado dessa resolução e numa característica própria de suas atitudes servis, José Félix envia uma comissão ao mercenário Cochrane, informando-o do seu retrocesso político e em seguida convoca o Colégio Eleitoral para o ato de sacralização do seu Governo nos moldes da filosofia imperialista. Vale a pena transcrever a ata em cujo texto se insere a sua mobilidade ideológica ou a falta de consistência nos seus juramentos prestados. Ei-la:

"Aos dezoito dias do mês de outubro de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independência e do Império, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, na sala do Governo onde se achava o Exmo. Sr. Presidente da Província, José Félix de Azevedo e Sá, juraram prestar obediência e fidelidade a Sua Majestade Imperial e Constitucional o Muito Alto Senhor D. Pedro de Alcântara, Perpétuo Defensor do Brasil, as pessoas abaixo assinadas; e para constar mandou o Exmo. Sr. Presidente do Governo lavrar o presente termo. Eu, Amaro Joaquim Pereira de Moraes e Castro, Secretário Interino do Governo o escrevi. José Félix de Azevedo e Sá - Presidente". (12)

Assinaram esse termo 435 pessoas ou 30 a mais de quantos figuraram em igual procedimento de anuência à República do Equador, não sendo de estranhar a existência de duplicidade em grande parte dos casos.

A partir dessa reversão ideológica, o novo governante esquece o passado e começa a batalha de abjuração política interiorana, com a expedição de mensagens e proclamações, notadamente com relação às Câmaras Municipais, órgãos descentralizantes, onde grande parcela do poder se concentrava. As determinações

eram claras e incisivas, não deixando margem a dúvidas ou interpretações divergentes quanto ao ingresso à nova ordem. Com esse procedimento, andava bem José Félix, com vistas à sua manutenção no poder, considerando agradar a Cochrane esse tipo de manifestação. Ele próprio, em suas proclamações e avisos, dizia-se satisfeito em reconquistar o Governo sem o emprego da força, contentando-se apenas com o bloqueio e a covardia dos que não tinham coragem de resistir. Disso se tem a prova, se não por palavras ou documento escrito, mas pelo que resultou de visita feita por José Félix ao supremo emissário imperial, ocorrência registrada em horas da noite de 19 de outubro, quando os dois se encontram em mar e discutem os termos do acordo. José Félix retorna sem o sacrifício do cargo, fortificado por Cochrane e disposto a empreender e realizar o necessário para obtenção dos imperiais objetivos.

Sabe-se que durante a permanência de Cochrane no Ceará, em período a se estender até novembro de 1824, praticamente dois governos se estabelecem no Ceará. De sua nau, fundeada nos arredores de Fortaleza, Cochrane expedia ordens e proclamações, endereçando tudo a José Félix, o qual por sua vez procurava cumprir com extrema pontualidade. Num desses expedientes, Cochrane se alonga e ultrapassa os seus deveres de mercenário, oferecendo garantias de vida aos que voluntariamente se apresentassem e de modo especial a Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras (20-10-1824). Exigia apenas o juramento de fidelidade ao Império. Muitos caíram nessa armadilha, à exceção naturalmente dos dois líderes republicanos, tanto porque no momento se encontravam ausentes quanto pelo caráter e o respeito que guardavam da própria dignidade. Concluída a sua tarefa, que afinal de contas ficou resumida a papéis de correspondência e alguns entendimentos pessoais, Cochrane deixa o Ceará na expectativa de imprevisíveis acontecimentos.

Livre da tutela cochraneana, José Félix empenha-se na campanha de expurgo republicano, enviando para o Rio de Janeiro os seus antigos partidários. Cada um dos indiciados tem o seu currículo, a nota de culpa e o seu grau de periculosidade particular e em todos a consignar-se o anátema de **traidores de Sua**

(12) *Datas e Fatos* — Studart — Vol. 2 — 1892 — pág. 24

Majestade Real. Mesmo assim, ainda se diz tolerante e permitir que o navio no qual viajam os condenados seja fartamente abastecido. Como ato final deste primeiro período de governo, manda destruir quaisquer documentos porventura existentes nas Câmaras Municipais da Província, alusivos ao frustrado movimento revolucionário, a pretexto de querer apagar para a história o que restara desse patriotismo extinto.

José Félix permaneceu no Governo até 17 de dezembro de 1824, data em que assumirá em segundo período o nosso já conhecido Pedro José da Costa Barros. (13)

PEDRO JOSÉ DA COSTA BARROS — Nomeado em segundo período — Assume o governo em 17 de dezembro de 1824, permanecendo até 13 de janeiro de 1825, fato mais uma vez a comprovar a sua predestinação para as coisas inacabadas. Nessa passagem pelo Governo do Ceará parece ter havido apenas questão de honra, espécie de vingança contra alguém que não ficou revelado ou mesmo o propósito de mostrar aos seus conterrâneos o prestígio que desfrutava na Corte do Rio de Janeiro. Expende-se esse julgo do fato de que desde 12 de dezembro de 1824 ele se achava nomeado para o Governo do Maranhão, não havendo outro motivo que justifique o seu meteórico tempo de Governo na Província.

Nos seus 30 dias de veraneio governamental, não esqueceu os inimigos de outrora, embora Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras já não mais existissem, porém contra José Félix, a quem ele acusava de protetor dos republicanos, fez o quanto pôde para denegri-lo junto ao Império. Em expediente endereçado ao Ministro dos Negócios da Fazenda, Mariano Pereira da Fonseca, além de tachá-lo de covarde, denuncia-o por haver feito despesas supérfluas por ocasião da remessa dos prisioneiros. Avalia essas despesas em quantia superior a cinco contos de réis, dinheiro retirado

dos cofres públicos, e propõe o seu reembolso, oferecendo como prova uma fatura na qual se consignam valores e tipos de suprimentos. Perde o seu tempo e as esperanças de que José Félix seja punido, pois será ele, graças talvez ao apoio de Cochrane, que ao despedir-se deixa o Governo da Província.

JOSÉ FÉLIX DE AZEVEDO E SÁ — Segundo Período — Nomeado em 01 de dezembro de 1824, assume o Governo em 13 de janeiro de 1825, mais um "13" escrito com tintas negras, do ponto de vista místico, considerando-se para tanto os atropelos que teria pela frente. Em primeiro lugar, terá que batalhar contra a sua própria fragilidade, o servilismo que lhe era peculiar e o despreparo para assumir cargo tão importante. Em segundo, o seu Governo inicia-se no limiar de terrível estiagem, com a Província reduzida à desordem, às vicissitudes dos golpes revolucionários e à total escassez de alimentos. Em terceiro, o flagelo da Comissão Militar do famigerado Conrado Jacob Niemeyer, os julgamentos arbitrários e a seqüência de fuzilamentos nos quais ele aparece como principal figura do espetáculo.

Cearense de Fortaleza, filho de pais agricultores, não se sabe se por sorte, como em outra parte ficou dito, ou se por infelicidade ele chegou às culminâncias do poder. Era militar de carreira, inicialmente como sargento-mor, depois tenente-coronel Graduado do Regimento de Infantaria de 2a. Linha e por fim, elevado ao posto de tenente por Decreto Imperial de julho de 1825. Na via política, conseguira eleger-se como Conselheiro no Governo Temporário de Tristão Gonçalves. Pusilânime para uns, frágil e despreparado para outros, benevolente para com os prisioneiros republicanos para Costa Barros e finalmente traidor para grande parcela dos seus concidadãos, o que lhe dá perfil bastante controverso.

Logo nos primeiros dias de governo, recebeu do Ministro da Justiça um aviso no qual se consignam informações sobre o retorno dos prisioneiros ao Ceará, antes remetidos para o Rio de Janeiro. Eram, dentre outros, o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó, o advogado José Ferreira Lima

(13) As principais informações estão contidas na seção DOCUMENTOS — studart — Rev. do Inst. do Ceará — T/XX — pág. 73/126 — 1906.

Sucupira e Francisco Miguel Ibiapina, todos condenados ao sumário da Comissão Militar. Ressalte-se, no entanto, haverem esses mesmos infelizes se apresentado espontaneamente, quando convocados pelo mercenário Lord Cochrane, e dele haviam obtido a garantia de indulto. Veremos esse assunto em pormenores quando tratarmos do capítulo inerente às Revoluções.

Além dos atropelos de ordem moral e administrativa, recaiu-lhe sobre os ombros a responsabilidade de presidir as eleições de renovação parlamentar, não apenas na qualidade de magistrado mas com o dever de obter maioria nas hostes imperiais. Os problemas surgidos foram inúmeros, desde o aliciamento oficial das Câmaras, através de proclamações e ofícios, ao emprego da força, quando esta se fazia necessária. O problema de maior gravidade, no entanto, ocorreu em Jardim, quando insatisfeita com o quadro político em vigor, resolveu a Câmara optar pelo monarquismo, impedindo por essa forma que o pleito naquela vila se realizasse (26-07-1825).

A partir desse estágio e até os dias finais do ano de 1826, somente decepções o perseguem, sem nada de proveitoso realizarem-se, a não ser o manuseio rotineiro da faina administrativa. Sofrido, vítima de incompreensões e sobretudo coagido, moral e politicamente, transmite o cargo ao seu sucessor em 4 de fevereiro de 1826. Fixa residência no Município de Caucaia, no sítio São Félix, de onde em breve irá prestar contas junto ao tribunal da eternidade. (14)

ANTÔNIO DE SALES NUNES BERFORD — Nomeado por Patente Imperial de 01 de agosto de 1825, assume o Governo em 4 de fevereiro de 1826, numa das conjunturas mais difíceis da Província.

Natural do Maranhão, Nunes Berford exercera naquela Província o comando das Armas em Itapicuru, de onde seguira preso para São Luís, acusado por crime de resistência à proclamação da

República. Submetido a julgamento, lograra o beneplácito da absolvição, o que lhe ensajara prestar relevantes serviços à mesma causa.

Historiadores coevos dão-no como sério, desconfiado dos que o cercam, intransigente em suas deliberações, temperamental, porém generoso diante dos padecimentos dos seus governados. Terá sido, pelo menos até certo ponto, o governante certo para dirigir o Ceará de sua época, em que a lealdade era escassa, a confiança era duvidosa e a generosidade vivia a tropeçar nas explosões do egoísmo. Para melhor se poder analisar o seu Governo, dentro da conjuntura em que o cargo lhe foi transmitido, devemos levar em conta os seguintes fatores:

- efeitos da seca de 1825;
- opressão exercida pelo chefe da Comissão Militar, Conrado Jacob de Niemayer;
- recrutamento militar;
- distúrbios pré-revolucionários de Pinto Madeira.

Ocorrendo todos quase simultaneamente, começamos pela seca, cujos reflexos apresentam resultados extremamente aflitivos. Esse flagelo, embora com incidência climática em 1825, formou o seu estuário de misérias durante os primeiros meses de 1826, com o inverno tardio e a Província completamente desagregada. A agricultura, ainda primária e restrita à subsistência doméstica, não prosperara. O criatório e o algodão, duas fontes substanciais da economia interiorana, foram quase totalmente riscados das cogitações produtivas. O comércio ficou reduzido a dívidas. A fome e a escassez d'água provocaram o êxodo rural primeiramente em torno de vilas mais adiantadas e destas para a Capital, onde as levas famintas passaram a viver da caridade pública. O Governo, então, seria a única esperança de minimizar o flagelo, porém este, sem renda própria e com os cofres vazios, sequer possuía recursos para saldar compromissos salariais com o seu funcionalismo civil e militar. Desesperado, Sales Berford lançou proclamação aos habitantes da Capital, convocando os homens de negócio e a sociedade

(14) Rev. do Inst. do Ceará - Paulino Nogueira - T/V - pág. 251/264; Ob. cit. STUDART - Datas e Fatos - Vol. 2 - 1892.

em geral no sentido de que mãos generosas fossem estendidas aos milhares de famintos, aos miseráveis retirantes, que sem pão e sem teto atufavam os logradouros públicos. Essa mesma proclamação foi levada aos mais distantes recantos do País, aos governantes e ao próprio Império, de sorte que ainda no ano de 1826 foram colhidos os seguintes resultados:

— Fortaleza.....	783\$000
— Maranhão.....	2:705\$000
— Grão-Pará.....	6:995\$565
— Grão-Pará (segunda remessa) ..	2:598\$630
— Câmara dos Deputados.....	3:812\$000 16:894\$195

Somaram-se a esses recursos mais duas mil sacas de farinha enviadas pelo Governo do Império, o que de certo modo proporcionou ao Governo a elaboração de planos assistenciais ou a instituição de comissões especiais com vistas à distribuição de alimentos. Essas atribuições ficaram a cargo do comerciante José Antônio Machado e do coronel José Joaquim Barbosa, se bem que posteriormente esse procedimento venha a ser objeto de censura. Mesmo assim, graças a sua intransigência e as suas desconfianças, milhares de famintos foram atendidos, minimizando de certa forma os efeitos da grande estiagem.

No que concerne aos fuzilamentos ocorridos em 1825, destes ele não participa, senão como testemunha ausente dos fatos, porém os reflexos ainda são bastante acentuados, restando nos meios políticos os dissabores do totalitarismo. O clamor das famílias enlutadas fazia reviver o drama em suas cores berrantes e sobretudo o medo que se instalara na Província, os receios de condenação, mesmo sem o cometimento de crime, considerando que para tanto bastaria cair no desagrado de Conrado Jacob Niemayer, o carrasco do Império. O próprio Chefe do Governo viu-se em aperturas, como denunciado e como denunciante, sem contudo abalar o prestígio de seu antagonista.

Para que se tenha idéia dos progressos alcançados por Niemayer em termos de provocação, basta citar o fato de que por di-

versas ocasiões e por determinação sua, a banda de música do quartel era colocada na sala do Palácio, a título de ensaio, mas na realidade apenas para fazer barulho. Em outra oportunidade, chegou a invadir os Paços do Conselho, onde se realizava uma sessão, e dispersar seus membros sob ameaças, tudo com a velada intenção de desmoralizar o Governo e os que dele participavam. Derivando em busca do interior, onde as desavenças políticas mantinham-se em efervescência, não só pregava a insubordinação contra Sales Berford, como fazia aliciamentos junto aos comandos regionais, notadamente em relação a Joaquim Pinto Madeira, de quem se tornou parcial. Maiores distúrbios, entretanto, ocorreram com relação ao recrutamento militar, flagelo que de tempos em tempos ocorria e que tantos males causou à juventude interiorana.

O recrutamento era a forma escolhida pelas autoridades militares no sentido de manter o seu efetivo. Desdobrava-se em duas linhas preferenciais. Numa delas, serviam os afortunados, os filhos de militares ou os **filho-família** que voluntariamente desejassem ter ingresso. A estes reservavam-se funções de carreira. Na outra linha engajavam-se os **recrutas**, os miseráveis arrancados ao eito e destinados a servir como praças-de-pré e só raramente com chances de evoluir. Até esse ponto e a despeito da discriminação, o critério de seleção poderia ser tolerado, considerando que o igualitarismo de direitos da época guardava distâncias consideráveis. O mal do recrutamento, o repúdio que provocava entre as populações em geral, consistia na forma e nos efeitos, com enormes prejuízos humanos e até mesmo de natureza econômica.

Em primeiro lugar, os recrutas ou **riculutas**, conforme o linguajar sertanejo, não passavam por processos seletivos, racionalmente estabelecidos, mas por simples escolha de nomes, dentro dos interesses políticos regionais. Quando um partido estava no governo, a ma sorte recaía nos protegidos dos integrantes do partido adversário. O inverso ocorria nas situações opostas. No fechamento de duas administrações, considerando que as alternâncias de governo se sucediam, pouco restava de braços úteis para a lavoura e outros afazeres de natureza econômica. O ponto crucial, no entanto, não era apenas o despovoamento de braços ou a de-

serção involuntária da mão-de-obra disponível, porém o descaminho fatal a que eram levados os miseráveis recrutas. Quase todos morriam em viagem. Lançados como animais nos sórdidos porões de navios, quando não morriam premidos pela fome eram esmagados pela peste variólica, companheira inseparável dos transportes marítimos. Estes, pois, eram os principais motivos da revolta interiorana, o repúdio ao serviço militar e o despreço do povo por aqueles em cujos ombros descansavam as responsabilidades de recrutamento.

Conrado Jacob Niemayer, num gesto servil de agradar o seu protetor e Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho (Marquês de Lages), tão logo chegara ao Ceará, comprometera-se em recrutar contingente de 2.200 homens, o que seria feito até meados de 1826. No final de 1825, ele fazia a primeira remessa, constante de 600 homens, e mais a informação de que em seguida 800 estariam recebendo ordem de embarque. Parte desses recrutas havia sido arrebanhada ao Maranhão, que dividia com o Ceará o mesmo flagelo, porém quanto ao restante, com as duas Províncias já escoraçadas, somente pela força das armas seria conseguido.

Nessa fase, Niemayer deu à Província e ao seu governante os mais sérios atropelos, o clamor das populações interioranas e até mesmo os riscos de guerra civil. Disso o Império tomou conhecimento, não só à vista de denúncias do Governo como também através do seu representante na Câmara dos Deputados, o cearense Manuel do Nascimento de Castro e Silva. Do que se saiba, entretanto, poucos foram os reflexos originários desses protestos, a não ser quando oportunamente se derem mudanças políticas no Império ou a transferência de poder para Gabinete de tendência oposta.

Em janeiro de 1827 começam a surgir os primeiros sinais de mudança. Caiu o Gabinete ao qual era atrelado o então Conde de Lages. Nessa oportunidade, resolveu ele dar o ar da graça aos reclamos do governo cearense e de modo especial aos protestos de Castro e Silva. Em expediente de 27 de fevereiro desse ano, endereçado a Jacob Niemayer, pede explicações sobre os seus exacerbados atos de força no recrutamento, o seu autoritarismo exercido

na Província e sobretudo com relação aos flagrantes desrespeitos ao chefe do governo.

Conrado, que não era nenhum idiota, para em situações desfavoráveis ignorar os riscos a que estaria sujeito, recebeu o expediente, porém, em vez de justificar-se, procurou por outras formas obter o beneplácito imperial. Como se estava em período eleitoral, com vistas ao preenchimento da vaga deixada no Senado, em virtude de renúncia do vigário do Icó, padre Domingos Teixeira da Mota, por essa via ele encaixou o seu artifício. Apresentou o nome do Conde de Lages como concorrente à vaga e findou por obter sucesso, levando o seu protetor ao triunfo. Não colheria, entretanto, os frutos desse artifício. Formado o novo Gabinete, fato que tem registro em 30 de setembro de 1827, os novos ocupantes do poder fizeram algumas exigências, dentre as quais a sua demissão do cargo de Comandante das Armas no Ceará. Essa demissão, no entanto, ainda aguardará o Decreto Imperial de 20 de abril de 1828, quando então Sales Berford e o Ceará vê-lo-ão fora do poder, se bem que ainda a permanecer na Província até 27 de agosto seguinte.

Rememorando os fatos em torno de Sales Berford, suas angústias, as perseguições movidas por Conrado Niemayer e os conflitos políticos na Província, vê-lo-emos a braços com Joaquim Pinto Madeira, caudilho de alentado prestígio nas hostes sertanejas. Dele servira-se Niemayer, ainda na administração José Félix, quando o pusera na cadeia e o libertara por conveniência, fazendo-lhe concessões especiais. Em segundo episódio, Pinto Madeira cai novamente prisioneiro, fato que tem registro já na administração Sales Berford e mais uma vez Niemayer interfere (01-07-1826). Não podendo fazê-lo diretamente, visto como o prisioneiro fora remetido para o Rio de Janeiro, mas opera à distância, valendo-se do suporte político de seus amigos. Conseguiu, então, desfazer as cores que denegriam a imagem de Pinto Madeira e, como prêmio, o Decreto Imperial nomeando-o para o comando do Batalhão "78", de Caçadores da 2a. Linha do Exército, com sede na vila do Crato (01-01-1827). Além dessa premiação, regimento lautante, Pinto Madeira trouxe enriquecida a sua bagagem com a patente de

tenente-coronel, conquista que lhe daria maior suporte político nas agitações em breve a se registrarem. Fatos dessa natureza, ostensivamente afrontosos ao Governo de Sales Berford, só contribuíam para aumentar os seus atropelos e o obrigarem inclusive a solicitar sua substituição no cargo. O acontecimento, entretanto, de maior gravidade, com reflexos na oposição feita por Niemayer, deu-se por ocasião da saída deste do comando das Armas, tendo como pomo da discórdia a indicação do seu sucessor.

De acordo com o regimento militar, o posto de Comandante das Armas só podia ser exercido por oficial de carreira, vinculado às Tropas de Linha, exceto nos casos especiais ou ausência de detentor dessa titularidade. Berford, segundo se comentava, indicara para a vaga um coronel de Milícias, provocando revolta no seio da tropa, visto como as preferências militares indicavam o nome do tenente-coronel Marcos Antônio Brício, amigo de Niemayer e de temperamento reconhecidamente exacerbado. Fundamentadas nesse princípio e a pretextar falta de legitimidade no Governo Sales Berford, cujo período vencera-se há seis meses, proclamaram a sua deposição. Aos sediciosos reuniu-se a Câmara de Fortaleza, se bem que somente em parte a concordar ou simplesmente reconhecer excessos na propositura.

Levada a questão ao Conselho da Província, este analisa os acontecimentos e delibera contrariamente à proposta de deposição de Sales Berford, mas decide em favor da indicação de Marcos Brício para o comando das Armas. E Berford, que por duas vezes solicitara do Império a sua substituição, aguardará apenas a indicação do sucessor, o que acontecerá logo no início de janeiro de 1829, quando então chegará ao fim o seu conturbado Governo: (15)

JOSÉ ANTÔNIO MACHADO — Nomeado interinamente como substituto de Antônio Sales Berford, desde 30 de outubro de 1829, assume o cargo em 2 de janeiro de 1830, numa contin-

(15) *Rev. do Inst. do Ceará* - T/XIII - 1899/900 - pág. 186/87 - Obr. Cit. T/V-IX - 1891/95 - pág. 290/329.

gência bastante difícil da Província. Até mesmo quanto ao titular pairavam dúvidas. Fora inicialmente indicado o nome de José Cássio de Miranda Ribeiro, deputado por Minas e senador por São Paulo, porém este não concordara com a nomeação. Seria posteriormente Ministro do Império e Visconde de Uberaba, perspectivas que por certo terão influenciado na recusa.

De índole pacifista, amigo do já distante e famigerado Conrado Jacob Niemayer, José Antônio Machado realiza curta administração, porém sem tropeços de grande monta, chegando até 5 de abril de 1830, quando então entregará o cargo ao substituto. Sem nenhuma realização a registrar, a não ser em termos políticos, antes do final do seu governo preside o pleito com vistas à representação cearense para a Câmara Baixa do País, logrando sucesso os seguintes candidatos: Padre José Martiniano de Alencar (220 votos); Manuel do Nascimento de Castro e Silva (149 votos); Antônio de Sales Nunes Berford (126 votos); José Ribeiro de Sousa Pereira (102 votos); Padre Manuel Pacheco Pimentel (101 votos); Padre Francisco de Paula Barros (98 votos); Antônio Joaquim de Moura (96 votos). (16)

MANUEL JOAQUIM PEREIRA DA SILVA — Marechal-de-Campo — Nomeado por Carta Imperial de 28 de fevereiro de 1829, assume o governo em 6 de abril do mesmo ano, recebendo-o das mãos do Presidente Interino José Antônio Machado. O ato de posse se dera na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 5 de março pretérito, presidido pelo próprio Imperador.

A escolha de Pereira da Silva para o governo do Ceará não ocorrera por acaso ou por satisfação a interesses políticos regionais, mas à vista de suas qualificações pessoais, reconhecidamente enérgico e ao mesmo tempo moderado, considerando-se para tanto o clima de hostilidades existente na Província. Na Capital guardava-se certo respeito à ordem pública, porém no interior, notada-

(16) *Dr. Paulino Nogueira* - *Rev. do Inst. do Ceará* - pág. 320/322 - Ts. V/IX - Anos 1891/95.

mente no Cariri, onde o repúdio ao constitucionalismo continuava efervescente, os distúrbios se multiplicavam. Pugnavam-se por um rei sem trambolho, isto é, governo absoluto e monarquista. Eram adeptos dessa filosofia o caudilho Joaquim Pinto Madeira e seus asseclas do Jardim, todos arraigados ao Trono Luso e sedentos de revanchismo, carecendo de pulso forte e não comprometimento local para reverter o quadro em evolução.

Logo por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo, Pereira da Silva serviu-se do momento para exortar seus governados sobre os propósitos de sua administração, fundamentando-os no pressuposto de manutenção da ordem, no restabelecimento da tranquilidade individual e, sobretudo, no respeito constitucional jurado por Sua Majestade o Imperador. O povo o acolheu festivamente, esperançoso de que a realidade se aproximasse da retórica e que algo fosse realizado para conter as agitações políticas. Eram, no entanto, esperanças já testadas em outras oportunidades, por ocasião de cerimônias idênticas, mas logo a serem colocadas à prova.

Informado de que no Cariri os "Colunistas do Trono" mantinham-se arredios à ordem estabelecida, tendo como cabeça das sublevações o caudilho Joaquim Pinto Madeira, resolveu dirigir-lhe ofício no qual fez consignar sua disposição de interferir diretamente no processo de distensão em andamento, fazendo destacar o respeito constitucional e obediência às determinações imperiais. Diz concisamente em sua mensagem (20-05-1829):

"Tenho a dizer-lhe, que S.M. o Imperador jamais quer nem tolerará outro método de governo que não seja o de Imperador Constitucional, e como tal deverá ser a nossa cega obediência; e, se por desgraça aparecer alguém que, esquecido do seu dever lembre-se de pronunciar outros sentimentos, imediatamente V.S. o fará saber ao ministro criminal desse distrito, para que ele possa proceder com os rigores da lei, contra os cabeças de motins".

"Estou convencido de que V. Exa. desempenhará com prudência e acerto a missão que S.M. o Imperador con-

fiou-lhe, de Comandante Militar dessas vilas; o que muito me lisonjearei de fazer subir a Augusta Presença do Mesmo Senhor, em tempo oportuno". (17)

Essa mensagem do precavido governante teria como finalidade o duplo sentido de atingir Pinto Madeira. No primeiro caso, fazia-lhe sutilmente uma advertência, visando alcançá-lo em suas atitudes monarquistas. No segundo, já que a ele cabia reprimir quaisquer sublevações ou manifestações reacionárias inerentes à nova ordem, procurava colocá-lo no cumprimento do dever, considerando que os focos mais ativos demoravam-se em sua área de jurisdição.

Dentre os fatos mais atuantes, havia no Crato o que se poderia classificar de remanescente do autoritarismo implantado na Província pelo chefe da famigerada Comissão Militar, o arrogante Conrado Jacob Niemayer. Pedro de Moraes Mayer, que após a extinção dos atos reacionários contra os republicanos de 1824 fora nomeado Ouvidor da Comarca, fixara residência no Icó, de onde comandava os seus desatinos. Sua simples presença na vila já podia ser considerada como insulto aos seus habitantes, na maioria de vocação liberalista, proprietários de terras e comerciantes abastados e obrigados a tolerar os desmandos de um arrogante magistrado.

Dentre os fatos pitorescos, que mais acertadamente deveriam figurar no folclore de nossa cultura colonialista, consta que por ocasião de solenidade religiosa ele abusou de sua autoridade, humilhando de maneira grotesca o Juiz Ordinário Carlos Antônio de Noronha Júnior. O Juiz era irmão do Santíssimo, ordem à qual ele também pertencia, porém a se auto-indicar como privilegiado e a exigir que por ocasião dos solenes atos os seus irmãos hierarquicamente inferiores o apanhassem em sua residência e o cortejassem publicamente durante o préstito. Fora, no entanto, esquecido e obrigado a cumprir sem essas formalidades os deveres

(17) Rev. do Inst. do Ceará - Studart - 1896 - pág. 10.

de religioso. Vingou-se ao término das solenidades, mandando encerrar na prisão o Juiz e com isso a criar para o novo governante o primeiro impasse de sua recém-instalada administração.

A prisão do Juiz gerou na vila repentino e tumultuado clima de hostilidades, tanto em razão do inusitado gesto quanto pela antipatia que a sua simples presença causava. Os moradores, então, levaram o caso ao conhecimento de Pereira da Silva, mostrando a gravidade do momento e exigindo justiça. Informado da ocorrência, o chefe do governo não só autorizou o relaxamento da prisão do indigitado como em expediente endereçado ao atrabiliário Ouvidor ordenou-lhe transferir-se imediatamente para a sede da comarca, local onde obrigatoriamente teria que residir. E em providência complementar, baixou portaria, através da qual determinou ao comandante geral da vila, tenente-coronel Agostinho José Tomaz de Aquino, fizesse cumprir o que em ofício endereçado ao Ouvidor ficara consignado, caso alguma resistência fosse oposta. Seria portador desse expediente o próprio tenente-coronel Tomaz de Aquino, que, tendo ido à Capital exatamente para tratar do assunto, receberia a incumbência e retornaria ao Icó. Desse diligenciamento teremos informação através de ofício expedido pelo executante, datado de 29 de maio de 1829, e a informar que o Juiz fora posto em liberdade, porém o Ouvidor permanecia na vila.

Outro acontecimento pitoresco, mas a registrar-se nos arredores palacianos, ocorreu com a chegada a Fortaleza do bacharel Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, monarquista professor e a se dizer portador de vasta cultura. Dizia-se também procedente do Grão-Pará e teria como destino o Rio de Janeiro, onde deveria assumir o cargo de Juiz da Praia Grande (Niterói). Prejudicado pela escassez de transporte, permaneceu por algum tempo no Ceará. Homem de índole irrequieta, mormente no campo das atividades políticas, cedo se intrometeu em assuntos locais, criando sérios problemas para o governo.

Por questões de somenos importância, envolvendo o rábula Ângelo José da Expectação Mendonça, Patroni teve a audácia de prendê-lo sob as vistas do Presidente da Província, embora para tanto não tivesse a devida autoridade. Irritado com essa forma de

procedimento, Pereira da Silva mostrou-se enérgico, não permitindo que a prisão se efetivasse. Alegou como justificativa o fato de que o suposto réu gozava de imunidades, por encontrar-se eventualmente dentro do palácio e por conseguinte jurisdicionado pela tutela governamental. Aborrecido, Patroni desistiu de realizar o seu intento, mas nem por isso deixou de castigar o governo, dirigindo-lhe acusações exacerbadas. Depois de alguns dias e sem obter sucesso na praça de Fortaleza, tampouco obter meios com os quais se transportar para o Rio de Janeiro, resolveu tomar a rota do Cariri, onde juntamente com os monarquistas da região iria promover distúrbios de graves conseqüências (07-06-1829). Antes, porém, de deixar Fortaleza, escreveu o seu desabafo, premiando-a com os seguintes versos:

"Terra infame, infernal, ó Fortaleza,
Que tens o nome vão sem força alguma
Que dás acolhimento ao irmão do Puma,
É quanto basta a prova de vileza.

Foco de vícios, centro de baixeza,
Terra de areia só, pobreza suma,
Onde a fé entre os homens é nenhuma,
Onde só proletários têm grandeza.

Desce do trono em que estais ufana
E curva-te ao sertão que te domina
Porque tem gente honrada, nobre, humana.

Nutris répteis com homens numa mina
E o pus letal que do teu seio emana
Te traga a fome, a peste mais "malina". (18)

(18) Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/X - 1896 - pág. 12.

Frustrado por não ter obtido sucesso em Fortaleza, Patroni toma o destino do Cariri, de onde prosseguiria viagem em busca do Rio de Janeiro. De passagem pelo Icó, tentou manter contato com as lideranças políticas locais, porém nessa empresa não obteve sucesso, visto como nessa área predominava o liberalismo. Não encontrou quem lhe desse apoio. A essa altura, o único monarquista professo de que se tinha notícia era o Ouvidor Mayer, mas este já havia sido transferido para a sede da comarca ou precisamente Crato, consoante determinara o governante Pereira da Silva. Ao chegar ao Crato, já encontrou em florescente estágio o ideário monarquista, fundado por Joaquim Pinto Madeira e outros, através da sociedade a que eles próprios haviam denominado de "Coluna do Trono".

Essa sociedade não era propriamente cratense de nascimento, mas uma extensão do gênero, originária de Pernambuco e disseminada de forma precária e dentro da clandestinidade, visando arregimentar grupos saudosistas da monarquia. Sob esse aspecto de clandestinidade, funcionava no "Engenho Coité", sítio do qual era proprietário Pinto Madeira e ao qual se vinculavam lideranças do Jardim e outros redutos de vocação lusa. Sua regularização junto ao Império fora requerida há alguns meses antes da passagem de Patroni pela região mas, para que suas frustrações se ampliassem, coincidiu com a sua presença o veredito imperial que a colocava fora da lei. Em expediente de 4 de julho de 1829, firmado pelo Ministro da Justiça e endereçado ao Presidente Pereira da Silva, constava a seguinte resolução:

"Ilmo. e Exmo. Senhor — Levei à Augusta Presença de S.M. o Imperador o ofício com o qual foi remetida a petição e estatutos da sociedade denominada 'Coluna do Trono Constitucional', a fim de que, na forma da lei, fosse concedida a permissão do governo. E tendo o mesmo Augusto Senhor, em considerando o quanto perigoso é nas atuais circunstâncias a instalação de qualquer sociedade que tenha por fim ocupar-se de objetivos políticos, por isso que

tais sociedades produzem desconflanças no ânimo dos povos e estas geram, naturalmente, partidos que cumpre evitar:

"Houve por bem o Mesmo Augusto Senhor não anuir, por enquanto, à referida pretensão. O que comunico a V. Exa. a fim de que o faça constar aos membros da referida sociedade, dos quais S.M.I. que independente dela terão todos os esforços que sua lealdade e patriotismo lhes sugerir, a fim de destruir quaisquer idéias que possam perturbar a boa ordem e tranqüilidade públicas. Deus guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1829. Lúcio Soares Teixeira de Gouveia". (19)

Durante os meses de agosto e setembro de 1829, persistiu no Cariri o clima de insegurança e expectativa, gerando informações contraditórias e alarmantes em torno de possíveis atos de sublevação. Na Capital, essa imagem refletia em cores ainda piores, ampliadas pela distância e pela simples notícia de que Pinto Madeira estaria a organizar grupos armados e insurgir-se contra o governo. Impotente para conter o fluxo de rebeldia e ao mesmo tempo esperançoso de que o Império prestasse imediato apoio, Pereira da Silva dirigiu ao Ministro reiterados apelos, demonstrando em cada um desses expedientes o quadro aflitivo em que vivia a Província. Num desses expedientes, datado de 30 de setembro de 1829, informa sobre a divisão da Província em praticamente duas facções opostas, uma formada por constitucionalistas e outra integrada por monarquistas ou "Colunistas do Cariri", prevendo-se em consequência breves conflitos.

Enquanto, porém, eram aguardadas providências imperiais, reuniu-se o Conselho para tratar do assunto e adotar de pronto as medidas que preliminarmente estivessem ao alcance do governo, ficando então decidido o envio ao Cariri de uma comissão para in loco avaliar a gravidade do momento. Coube essa tarefa ao major Francisco Xavier Torres. Sua partida de Fortaleza, rumo ao

(19) Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/X - 1896 - pag. 15.

Cariri, deu-se a 25 de outubro de 1829, restando ao governo esperar que novas informações lhe fossem endereçadas.

Como decorrência dos reiterados apelos, dirigidos anteriormente pelo governador Pereira da Silva aos diversos Ministros do Império, resolveu o poder central adotar providências mais enérgicas e restritivas com relação à Província, visando conter as sublevações em andamento. Decreto Imperial de 31 de outubro de 1829 suspende por seis meses as garantias individuais no âmbito provincial e trata de outros assuntos inerentes à regularização do processo político. Eis o que reza esse Decreto:

"Constando por vários ofícios do Presidente da Província do Ceará, que alguns indivíduos, esquecidos do seu solene juramento de fidelidade ao governo Constitucional do Brasil, que felizmente rege este Império e que Eu muito desejo manter, atentaram contra a sua existência, a fim de proclamarem ali o Governo Absoluto, e exigindo a segurança do Estado que em tais circunstâncias atenta a distância em que se acha a referida Província se adotem prontas e enérgicas medidas, não só para evitar e punir na sua origem tão horrorosos crimes, como para fazer cessar o progresso de seus terríveis efeitos: Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho de Estado e, na conformidade do Art. 179, § 35 da Constituição, ordenar que o caso de ser desgraçadamente realizado tão detestável projeto se suspenda provisoriamente na sobredita Província, por tempo de seis meses (se antes não se tiver conseguido o estabelecimento da ordem e perfeita tranquilidade dela), os §§ 4, 6, 7, 8, 9 e 10 do citado artigo, para que sem formalidades nelas marcadas se possa proceder contra quaisquer pessoas complicadas neste delito, ficando todos os mais em seu inteiro vigor". (20)

O mesmo Decreto, em sua parte final, antecipa o prazo de vigência do cargo de Ouvidor da 2a. Comarca (Crato) no qual se acha investido o Dr. Manuel Pedro de Moraes Mayer, nomeando para substituí-lo o bacharel Martiniano Rocha Bastos, Juiz-de-Fora do Aracati. Autoriza, outrossim, proceda-se devassa sobre as atividades dos membros da "Coluna do Trono Constitucional", conforme Aviso anteriormente expedido e que se apliquem todos os rigores da lei.

Enquanto Xavier Torres marchava rumo ao Cariri, na rota contrária deslocava-se Pinto Madeira, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a sua atuação política, notadamente com relação aos rumores de sublevação. Cumpria assim uma convocação que lhe fora feita pelo Presidente Pereira da Silva. Sua presença em Palácio registrou-se em 20 de novembro de 1829. Ouvido pelo governante cearense, soube descartar com inteligência os comentários a seu respeito, deixando boa impressão e sobretudo a certeza de nenhum movimento hostil ao regime estar sendo articulado na região. Mesmo assim, Pereira da Silva achou por bem retê-lo na Capital por alguns dias, o suficiente para Xavier Torres cumprir sua missão sem os inconvenientes de sua presença.

Xavier Torres, no entanto, não precisou ir ao Crato para colher informações seguras sobre o problema caririense, detendo-se no Icó e desse ponto prestando os esclarecimentos necessários. Consoante relatório de 14 de novembro de 1829, confirma parte das denúncias, porém sem os riscos de agitação popular, acrescentando que a simples ausência de Pinto Madeira teria concorrido para que o clima de tensão arrefecesse. Diante do expediente recebido, Pereira da Silva dirigiu-se ao Ministro do Império e prestou os seguintes esclarecimentos (23-11-1829):

I — que, em atendimento a uma convocação do Conselho de Província, comparecera em Palácio o indigitado Joaquim Madeira, a fim de prestar esclarecimentos de sua competência;

II — que, diante das informações, por ele prestadas, não demonstrara ser criminoso, embora sem deixar de ser um dos "sedutores colonistas";

(20) Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/X - 1896 - pág. 23.

III — que, finalmente, não tendo deliberado o Conselho, a respeito do assunto, resolvera apenas detê-lo informalmente por alguns dias, visando com isso alcançar uma trégua na região conflagrada. (21)

Esgotados os artifícios, expediente através do qual pôde o governo cearense reter na Capital o líder sertanejo Pinto Madeira, deu-se por finda a sua permanência nos arredores palacianos, cabendo-lhe retornar ao Cariri apenas com recomendações especiais sobre o comando do seu Batalhão dos Pardos. Esgotou-se também por essa época a capacidade de tolerância do Presidente Pereira da Silva, o cotidiano dos mexericos políticos, as infrutíferas tentativas de pacificar o sertão e os queixumes ora de um lado ora de outro, resultando tudo isso na sua disposição de deixar o cargo. Em expediente endereçado ao Ministro do Império, fez longas considerações a respeito do seu trabalho desenvolvido, o esforço para evitar a guerra civil, o zelo para que a disciplina fosse mantida e o cumprimento de devassas realizadas na comarca do Crato, além de outros assuntos pertinentes ao gerenciamento da Província.

Em termos de realização, quase nada deixa a comentar, a não ser ter tido a lembrança de solicitar ao Império se construísse o Farol do Mucuripe. Sobre esse empreendimento consta ofício de 13 de maio de 1829, assim como de sua aprovação conta expediente ministerial de 17 de agosto do mesmo e finalmente o edital de concorrência, por ele baixado, e que conserva a data de 3 de novembro também do mesmo ano. Seria o atendimento de antiga aspiração do setor de marinhagem, tão assiduamente reiterada e esquecida por quantos já haviam passado pelo governo cearense.

As últimas informações sobre sua permanência no Ceará prendem-se ao fato de ter comemorado, juntamente com o povo da Capital, os festejos alusivos ao "Sete de Abril", dia consagrado à abdicação de D. Pedro I e motivo de regozijo em todo o País.

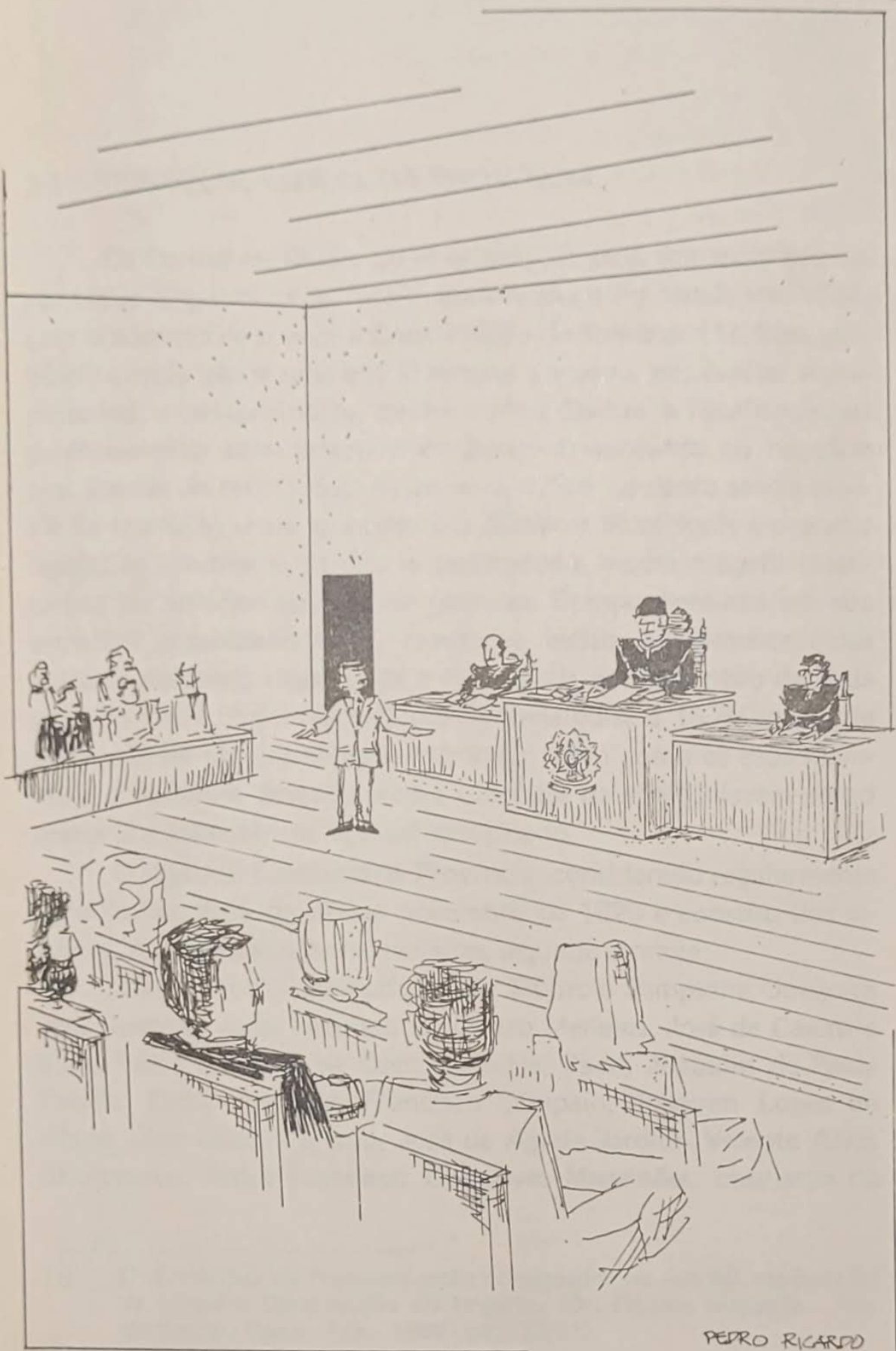
Deve-se dizer, consoante os registros coevos, que nessa oportunidade Fortaleza delirou, deixando a Praça dos Mártires (Passeio Público) entregue às mais variadas formas de manifestação. Comenta-se que no auge do estridor festivo, grupos exaltados extrapolaram das comemorações retóricas e passaram ao regozijo predatório de símbolos da monarquia, destacando-se destes a força, testemunho cruel de vítimas do liberalismo. Plantou-se na mesma data o símbolo da liberdade, representado por uma árvore e em torno dele se fez grande estridor, lembrando que pelos tempos adiante a concorrida praça jamais seria palco de atrocidades.

Em 30 de junho de 1830, estando concluído o seu tempo de governo, escreveu ao seu colega da Paraíba, informando-o sobre sua nomeação para reger os destinos daquela Província. Deixa o cargo em 7 de julho desse ano, passando-o ao seu substituto e no dia seguinte embarca rumo ao novo destino, onde decepções imerecidas o aguardariam. Assume interinamente o governo José de Castro e Silva, nele permanecendo até 7 de outubro de 1831, tempo demasiado longo para um governante sem experiência e a contar com atropelos ainda maiores e prestes ao deflagrar da guerra civil.

(21) Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/X - 1896 - pág. 21/22.

149

CAPÍTULO III
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E JUDICIÁRIA



PEDRO RICARDO

CAP III

3.1 CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA

Os Conselhos Gerais de Província são os precursores das Assembléias Legislativas e foram introduzidos no Brasil em 1824, com o advento da primeira Constituição do Império. (1) Suas atribuições estão vinculadas aos interesses do povo, em caráter representativo, e compreendem, dentre outros deveres, a fiscalização do gerenciamento administrativo do governo, apoiando ou negando aval através de resoluções. Poder-se-ia defini-los como sendo espécie de transição entre as poderosas Câmaras Municipais e o poder legislativo propriamente dito e destinados a mudar o perfil totalitarista do anterior sistema de governo. Compunham-nos em sua estrutura organizacional 21 membros, eleitos anualmente pelos colégios eleitorais respectivos e renováveis em dezembro de cada ano. No Ceará, o primeiro Conselho instalou-se a 16 de agosto de 1825, porém só raramente a funcionar, visto como os seus membros, certamente desestimulados por falta de apoio, davam como pretexto a inexistência de local apropriado.

O segundo Conselho de Província, considerado regularmente constituído, data de 30 de novembro de 1829 e constou dos seguintes membros eleitos ou reeleitos segundo a praxe:

José Antônio Machado, João Tibúrcio Pamplona, Joaquim José Barbosa, João Facundo de Castro Meneses, José de Castro e Silva, Padre Antônio de Castro e Silva, Padre Joaquim de Paula Galvão, Padre Antônio Francisco Sampaio, Joaquim Lopes de Abreu, José Inácio Parente, José de Agrela Jardim, Vicente Alves da Fonseca, Padre Francisco Gonçalves Magalhães, Lourenço da

(1) Os Conselhos de Província estão consignados no Art. 80, capítulo 5.º da primeira Constituição do Império. (Dr. Paulino Nogueira - Rev. do Inst. do Ceará - T/X - 1896 - pág. 28/31).

Costa Dourado, Padre João Nepomuceno de Brito, Padre João Rodrigues Leite, José Joaquim da Silva Braga, Francisco de Sousa Campelo, José dos Santos Lessa, João de Araújo Chaves, Bernardino Lopes de Sena.

A posse desses conselheiros deu-se em 01 de dezembro de 1829, elegendo-se na ocasião o seu presidente e o vice, respectivamente, Padre Antônio Francisco de Sampaio e José de Castro e Silva. A festa de posse foi digna de excepcional referência, a ela comparecendo, além do chefe do governo (Manuel Pereira da Silva), clero, povo e nobreza. Em a *Gazeta Cearense*, de 15 de dezembro de 1829, insere-se todo o roteiro obedecido pelas festividades, ocupando o dia e parte da noite e proporcionando em cada desdobramento a que ilustres participantes fizessem as suas pregações cívicas. (2)

Durante os meses de dezembro de 1829 e janeiro de 1830, período regimentalmente considerado para suas atividades, vários assuntos do interesse público foram tratados pelo Conselho. Tratou-se prioritariamente da construção de uma casa de correção, assim como protestou-se contra os abusos das *conhecenças* paróquiais, pugnando-se de outra forma pela criação de *rodas para enjeitados*. (3) No caso em espécie e tendo em vista o interesse social, propõe-se serem despesas de custeio transferidas para os cofres das respectivas Câmaras Municipais, exonerando de gastos as pessoas desprovidas de recursos. A proposição de maior repercussão política, e que só meio século depois seria atendida, refere-se à transferência do Termo de Crateús, então pertencente ao Piauí, fosse de alguma forma adjudicado ao Ceará.

(2) *Datas e Fatos* - Studart - Vol. II - 1896 - pág. 52.

(3) *Conhecenças* - Termo em desuso - No sentido proposto traduz o direito adquirido e abusivamente exercido pela Igreja, através de suas paróquias, em promover reuniões de caráter ideológico e por essa forma intrometer-se indevidamente em assuntos administrativos fora de sua alçada. Rodas de enjeitados consistiam no uso doméstico em que mulheres do povo eram contratadas para o aleitamento de crianças pobres e estipendiadas pelo segmento mais afortunado da sociedade.

Como forma de divulgar seus atos e manter o público melhor informado, houve como iniciativa dessa primeira diretoria instituir o seu próprio jornal, órgão noticioso que tomou a denominação de "*Diário do Conselho Geral de Província do Ceará*". O primeiro número desse noticioso entrou em circulação em 19 de dezembro de 1829 e logo se fez destacar, tanto pela novidade quanto pela oferta de espaço onde o público fizesse as suas reclamações.

No ano seguinte (01 de dezembro de 1830), apenas 13 dos conselheiros eleitos ou reeleitos compareceram à sessão de abertura, destacando-se dentre outros que prestigiaram o evento o Presidente Interino da Província e seu antigo membro, o aracatiense José de Castro e Silva. Em sua fala, discorreu sobre os problemas do Ceará, o empobrecimento regional, os efeitos desagregadores da seca e outras mazelas que afligiam a Província, dando destaque para a agricultura, a pecuária, o comércio e a educação, basicamente os instrumentos tidos por ele como indispensáveis ao desenvolvimento regional. Ao encerrar suas palavras, sugeriu a construção de duas importantes obras, trabalho que deveria ficar a cargo de seu sucessor e que consistiriam na criação de um Liceu para o Ceará e duas pontes, uma no rio Cocó, ligando Fortaleza a Messejana, e outra no rio Pacoti, ligando Fortaleza ao Aquiraz.

Esse Conselho, forçado pelo advento de novas modificações estruturais do País, extinguiu-se em 12 de agosto de 1834, quando da promulgação do Ato Adicional e conseqüentemente a instituição do sistema representativo através das *Assembléias Provinciais*.

3.2 OUVIDORIA

MANUEL LEOCÁDIO RADEMAKER — 14o. Ouvidor — Sucedeu ao Ouvidor José Vitorino da Silveira, conforme vimos no livro anterior, e tem sua nomeação consignada em Carta Régia de 21 de maio de 1800. Assumiu o cargo em data de 13 de abril de 1801. Sua presença no Ceará já era conhecida, não propriamente na área da justiça comum, porém como Juiz dos Feitos e Deputado da Junta de Fazenda, conforme Provisão datada de 14 de janeiro de 1799. Sua permanência na Ouvidoria se estenderá por tempo relativamente curto ou até novembro do ano seguinte (1802), quando então entregará o cargo ao seu substituto.

GREGÓRIO JOSÉ DA SILVEIRA COUTINHO — 15o. Ouvidor — Nomeado por Provisão Régia de 4 de novembro de 1802, assume o cargo em data de 2 de dezembro do mesmo ano, trazendo como afinidade regional o fato de ter exercido idêntico cargo na Paraíba. Sua permanência no Ceará, ainda mais reduzida que a do seu antecessor, destaca-se apenas por sua participação no governo, interinamente a compor a Junta substitutiva de Bernardo Manuel de Vasconcelos, não havendo maiores considerações a seu respeito.

LUÍS MANUEL DE MOURA CABRAL — 16o. Ouvidor — Nomeado por Carta Régia de 20 de novembro de 1802, assume o cargo em 26 de abril de 1803.

Ocorreu na sua administração o rumoroso caso Martins Chaves, a prisão do velho líder serrano e seu filho, tendo como personagem principal dessa faceta o então Capitão-Mor João Carlos Augusto Oeynhausén. Nessa empresa parece ter havido certo

jogo escuso de poderes ou a intromissão descabida do chefe do governo nas atribuições do judiciário, permitindo ao executivo o exercício em área diversa de sua competência. Excluídas essas observações, pouco resta a comentar a seu respeito, a não ser com relação à transferência natural do cargo ao seu sucessor.

FRANCISCO AFONSO FERREIRA — 17o. Ouvidor — Nomeado por Provisão de 15 de julho de 1806, assume o cargo no ano seguinte e nele permanecerá até o início do ano de 1810. Contra ou a favor de sua administração não há nenhum registro a comentar, a não ser como integrante da Junta de substituição ao governo de João Carlos Augusto de Oeynhausén.

MANUEL ANTÔNIO GALVÃO — 18o. Ouvidor — Nomeado em 8 de maio de 1809, assume o cargo em 9 de março de 1810. Galvão integra o elenco dos que tiveram suas administrações marcadas por arbitrariedades. Em razão do seu comportamento irregular, duas foram as penas impostas como forma de corretivo, uma em que o Príncipe Regente o suspendeu de suas funções e outra em que o Desembargo do Paço o submete a sanções de natureza disciplinar.

JOÃO ANTÔNIO RODRIGUES DE CARVALHO — 19o. Ouvidor e o último a compor o elenco dos que exerceram suas atividades no regime de uma só Comarca. Era baiano de nascimento. Sua nomeação deu-se em 6 de outubro de 1814, quando por razões políticas já se encontrava no Ceará, porém sua posse registrou-se em 8 de maio de 1815.

Na qualidade de republicano, fixara-se inicialmente em Aracati, a pretexto de respirar ares saudáveis e curar-se de males de que se dizia portador. Depois de empossado no cargo e já a residir em Fortaleza, serviu-se da oportunidade para ampliar seus contatos, fazer novas amizades e tentar solidificar os ideais libértivos de que era portador. Promovia constantemente reuniões secretas, apoiado pelos irmãos maçons que habitavam a Capital e for-

mulava planos futuros com vistas ao plano de sublevação republicana já em andamento no Recife. Coube-lhe profissionalmente presidir as solenidades de ereção em vila do povoado da Barra do Jardim, evento que teve lugar a 3 de janeiro de 1816, sendo esse um dos raros momentos de que se serviu para contatos mais estreitos e mais produtivos com relação à difusão dos ideais republicanos.

Seguido de perto pelo trabalho vigilante do governador Sampaio, Rodrigues de Carvalho não logrou sucesso em suas atividades secretas, vindo a cair nas malhas da repressão e castigado conforme a rigidez das leis do Império. Numa de suas visitas ao interior, onde diuturnamente procurava estender o seu raio de ação, seus delatores valeram-se da ausência e o denunciaram como conspirador do regime, de modo que ao retornar e sem tempo sequer para comunicar aos seus amigos, Sampaio meteu-lhe nos pulsos um par de algemas, remetendo-o como prisioneiro para Lisboa.

Anos mais tarde iremos encontrá-lo no governo de Santa Catarina (1823), depois Ministro do Supremo Tribunal e finalmente Senador pelo Ceará. Em suas atividades literárias, produziu importante trabalho sobre o Ceará (*Descrição Geográfica da Capitania do Ceará*), obra que na época prestou relevante serviço como fonte de pesquisa. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1841, aos 71 anos de idade e sepultado no Mosteiro de São Bento, depois de ao longo dos anos ter testemunhado o sucesso de seus ideais emancipacionistas. (1)

Não seria necessário morar na Província ou a seu respeito consultar documentos, para de antemão conhecer suas dificuldades em matéria de justiça, considerando que somente na Capital funcionava uma Ouvidoria. Os reclamantes melhormente aquirados ainda podiam ter acesso, constituindo procuradores ou mesmo promovendo o deslocamento pessoal, recursos que de qual-

(1) As informações relativas aos Ouvidores, transcritas neste capítulo, estão consignadas em *Rev. do Inst. do Ceará - T/XXXVII - Anos 1823/24 e pertencem ao Barão de Studart.*

quer modo exigiam grandes despesas. Já o pequeno agricultor, o modesto proprietário de terras ou qualquer habitante de posses menores tinham que se contentar com a justiça do sertão, o bacamarte ou outra forma de vindita, conforme a gravidade e o temperamento do ofendido. Diante de semelhante quadro, não somente os políticos com acesso ao Império, como governadores e até mesmo Ouvidores reclamavam do governo central a ampliação do judiciário, descentralizando-o e dando aos provincianos as chances de atendimento a que faziam jus. Assim, consoante Alvará de 27 de junho de 1816, resolveu a Corte dividir a Província em duas Comarcas, desdobramento que localizaria a segunda na vila do Crato. Esse documento, embora extenso e de conteúdo um tanto cansativo, vale a pena ser transcrito, a fim de melhor ser conhecido em sua essência. Ei-lo, portanto:

“Alvará criando a nova Comarca do Crato e compreendendo no seu distrito as vilas de São João do Príncipe, Campo Maior do Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente das Lavras.

Ordenou o mesmo Alvará que a cabeça da Comarca do Ceará, que até então era Aquiraz, ficasse sendo a vila da Fortaleza, que fossem anexadas ao Juizado de Fora da Fortaleza as vilas de Arronches, Soure e Aquiraz, ficando suprimido nelas os lugares de Juizes de Fora, Civil, Crime e Órfãos, um em Sobral e outro em Aracati e que fosse erigida em vila a povoação de São Vicente Férrer das Lavras de Mangabeira.

“ALVARÁ — Eu El-Rei, faço saber aos que o presente Alvará, com força de lei, virem, que subindo à minha real presença, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da minha real Coroa e Fazenda, a dificuldade em que a Província do Ceará Grande se acha a presente administração da justiça, em razão das distâncias e incômodos porque são obrigados a passar aqueles povos, para conseguirem os despachos dos seus negócios, sendo como que impossível um só Ouvidor possa fazer as devidas corre-

ções em tão grandes extensões e ouvir a mais de cento e cinquenta mil habitantes com que dita Província se acha povoada, resultando de qualquer falta prejuízos incalculáveis contra os mesmos povos, e contra os interesses da minha real Fazenda: querendo eu que os paternais cuidados com que promovo a felicidade dos meus fiéis vassallos, comuniquem-se a todas as partes dos meus reinos, para que todos gozem dos preciosos bens que tenham da justiça quando distribuída com facilidade e prontidão; sou servido conformar-me com o parecer da referida Mesa e determinar o seguinte:

PRIMEIRO — Hei por bem dividir a Comarca do Ceará Grande e criar outra com a denominação de Comarca do Crato do Ceará, servindo-lhe de cabeça a vila do Crato e compreendendo no seu distrito as vilas de São João do Príncipe, Campo Maior do Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente das Lavras, que por este Alvará sou servido elevar à categoria de vila. Todas estas vilas ficam desde logo desmembradas da referida Comarca do Ceará Grande e sujeitas à nova Comarca do Crato do Ceará.

SEGUNDO — O Ouvidor desta Comarca servirá pelo mesmo regimento e terá o mesmo ordenado, propinas e aposentadoria serão pagas pelas rendas da Comarca e o ordenado pela minha real Fazenda. Para o serviço desta Ouvidoria sou servido criar os ofícios de escrivão e meirinho, que servirão na forma dos regimentos que lhes pertencem.

TERCEIRO — Sou servido levantar em vila a povoação de S. Vicente Férrer das Lavras da Mangabeira com a denominação de Vila de São Vicente das Lavras. Terei por Termo todo o território da sua freguesia, ficando desde logo desmembrada do Termo do Icó com todos os rendimentos que lhe forem respectivos e deverão pertencer à vila novamente criada; para o governo desta vila sou servido criar os mesmos juízes ordinários e juiz de órfãos, vereadores e oficiais que pelo mesmo Alvará de trinta de agosto de 1814 me dignei conceder à vila de Santo Antônio do Jardim. As casas da Comarca, cadeia e demais oficinas necessárias serão

feitas à custa dos moradores, debaixo da inspeção da Mesa do meu Desembargo do Paço.

QUARTO — Querendo beneficiar a Comarca da dita Vila de S. Vicente das Lavras e aliviar o quanto for possível os moradores do seu Termo, hei por bem conceder-lhe para patrimônio uma sesmaria de uma légua de terras em quadro, conjunta ou separadamente onde a houver desembaraçada; e concedo à mesma Câmara a faculdade de a poder aforar em pequenas porções por contratos perpétuos, foros razoáveis e laudêmios da lei na forma do Alvará de vinte e três de julho de mil seiscentos sessenta e seis.

QUINTO — A cabeça da Comarca do Ceará Grande, que até agora era a vila do Aquiraz, ficará sendo a vila da Fortaleza onde atualmente reside o governador da Província e existe a Junta da Real Fazenda da qual é membro o respectivo Ouvidor.

SEXTO — Hei por bem anexar ao lugar de Juiz-de-Fora da Fortaleza as vilas de Arronches, Messejana, Soure e Aquiraz, ficando suprimidos nelas os lugares de juízes ordinários, cuja jurisdição deverá ser exercitada pelo Juiz-de-Fora e pelo vereador mais velho na forma da lei, havendo eu, por declarado nesta parte, somente o Alvará de sete de junho de mil seiscentos cinquenta e cinco.

SÉTIMO — Sou servido criar dois lugares de juiz de fora do cível, crime e órfãos: um na vila de Sobral, tendo-lhe anexadas a Vila da Granja, Vila Nova Del-Rei e Vila Viçosa Real e outro na vila do Aracati, e cada um deles deverá assistir ao menos pelo tempo de um mês em cada ano nas vilas anexadas à sua jurisdição. Servirão com eles os mesmos oficiais que servirem com os juízes ordinários e de órfãos cujos lugares ficam suprimidos em todas as vilas anexas na forma decretada a respeito das anexas da vila da Fortaleza.

OITAVO — Os juízes-de-fora, que por este Alvará sou servido criar, terão os mesmos ordenados pagos pela minha real Fazenda e as mesmas propinas e aposentadorias pagas

pelas Câmaras, que vencem o Juiz-de-Fora de Pernambuco na maneira concedida ao Juiz-de-Fora da Fortaleza por Alvará de 24 de junho de mil oitocentos e dez; e ainda que me não digno aceitar a imposição voluntária de cinco mil réis em cada meio de sola ou atanado fabricado no território da dita vila do Sobral e das outras vilas que ficam anexas, e exportados pelos portos daquele distrito, que os moradores da mesma vila do Sobral oferecerem para pagamento do ordenado do Juiz-de-Fora, que me suplicaram lhes concedesse por querer que os estabelecimentos dos magistrados para administrarem justiça, corra por conta da minha Real Fazenda e não à custa dos meus fiéis vassalos, sou contudo, servido, que esta imposição voluntária tenha lugar em benefício das mencionadas propinas e aposentadorias que elas são obrigadas a pagar, como das obras públicas de cada uma das ditas vilas na forma que houver por bem determinar, depois de havias as informações a que tenho mandado proceder sobre a liquidação, arrecadação e proporcional aplicação que da referida imposição deve fazer-se. Este se cumprirá como ele se contém. Pelo que mando à Mesa do meu Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, presidente do meu real erário, regedor da Casa da Suplicação, Conselho de minha Real Fazenda, governador da Capitania do Ceará Grande e a todos os tribunais e ministro a quem o conhecimento pertencer o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar. E valerá como carta passada pela Chancelaria, posto que por ela não há de passar e que o seu efeito dure por mais de um ano, não obstante ordenação em contrário. Dado no Rio de Janeiro, a vinte e sete de junho de oitocentos e dezesseis. Rei." (2)

Conforme se pode observar, o desdobramento do poder judiciário em duas Comarcas não foi tão simples como à primeira vista se poderia imaginar, mas de forma radical e bastante ampla.

(2) Studart - *Datas e Fatos Para a História do Ceará* - 1896 - pág. 495/98.

Em primeiro lugar, subtraíram-se de Aquiraz privilégios de quase cem anos, transferindo para Fortaleza a sede da Comarca, o que em outras oportunidades fora tentado, porém sem que se obtivesse êxito. Sempre que providências nesse sentido eram tentadas, os habitantes da vila chegavam ao extremo da resistência e de modo especial com relação à Fortaleza, sua rival desde os primeiros séculos. Em segundo ponto e a despeito da extensão geográfica da Província, a divisão em dois pólos de atendimento viria proporcionar aos usuários da justiça melhores condições de atendimento, visto como até então somente os mais arrecursados tinham condições de acesso à justiça. Em terceiro e último tópico, deve-se levar em consideração o fato de que, uma vez quebrado o tabu da centralização até então vigorante, outros desdobramentos viriam a ocorrer e novos benefícios seriam introduzidos na Província. Assim, concluindo o que se teria a comentar a respeito do assunto que nos ocupa, daremos em seguida o posicionamento das limitações jurisdicionais das duas comarcas, oferecendo o quadro adiante descrito.

PRIMEIRA COMARCA	SEGUNDA COMARCA
Fortaleza	Crato
Arronches	S. Vicente das Lavras
Messejana	São João do Príncipe
Aquiraz	Campo Maior do Quixeramobim
Soure	Santo Antônio do Jardim
Aracati	
Sobral	
Vila Nova Del-Rei	
Vila Viçosa Real	

3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS DA JUSTIÇA

No volume primeiro da obra que nos ocupa, fizemos referências de ordem estrutural, porém genericamente, o que de certo modo não esclareceu definitivamente o assunto. Nem todos os leitores são versados em história, nem a isso estão obrigados, mas detalhar pormenores elucidativos e ao alcance de todos, impõe-se como dever do historiador, pois, se para uns a generalidade satisfaz para outros somente as especificidades convencem. Não seria, então, admissível que depois de passar e repassar designativos funcionais, como indicadores de cargos dentro da nomenclatura jurídica, permanecesse na dúvida o leitor ou a indagar de um e de outro a respeito do Juiz Ordinário, do Almotacé, do Meirinho etc., quando poucos são os que têm condições de informar. Assim, para que dúvidas não parem a esse respeito, apresentaremos se não todos, pelo menos os principais aspectos estruturais da justiça, notadamente no que se relaciona com o Ceará. Temos, então, o detalhamento seguinte.

3.3.1 OUVIDOR

O Ouvidor era a principal figura da Comarca ou mesmo sem esta, quando nos primórdios da colonização a justiça concentrava-se na Bahia ou mesmo em Portugal, negando aos usuários do serviço as chances de atendimento. Sua introdução no sistema data de 1534, criada pelas Ordenações Manuelinas e posteriormente redimensionadas pelas Ordenações Filipinas (1580) e vigente até os anos 30 do século XIX, quando então se verificarão profundas reformas de ordem estrutural. Até 1548, os Ouvidores eram nomeados pelos Capitães-Donatários, a quem certamente prestavam contas de suas atividades. Com o desaparecimento do regime hereditário de Capitânicas, a faculdade de nomear dividiu-se entre os Capitães-Mores e o Rei, sendo que no Ceará esta última forma se estabilizou. O Ouvidor era nomeado pelo supremo mandatário das Cortes Lusas e subordinado em instância imediatamente superior pelo Ouvidor-Geral, magistrado que tinha como sede a Bahia. Suas atribuições estão catalogadas nos seus regimentos próprios e constam dos seguintes itens:

I — Conhecer, por ação nova, de apelação e agravo em toda a Capitania e até 10 léguas de onde estiver.

II — Do que conhecer, por ação nova ou por apelação de agravo:

CAUSAS CÍVEIS: não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil réis; daí para a frente dará apelação à parte.

CAUSAS CRIMES: juntamente com o Capitão e Governador (donatário), ter jurisdição e alçada até morte natural em escravos, gentios, peões cristãos e homens livres, sem apelação nem agravo; nos fidalgos, ter alçada até 10 anos de

degredo e cem cruzados de pena sem apelação ou agravo, exceto para os crimes de heresia (quando o herético lhe for entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia e moeda falsa, sobre os quais terá a alçada até morte natural.

III — Presidir, pelo Capitão e Governador (donatário), à eleição dos Juizes Ordinários e Oficiais de Justiça.

IV — Estar presente à eleição dos Oficiais de Ordenança, enviando ao Rei os nomes dos eleitos ao posto de Capitão-Mor de Ordenança.

V — Comunicar ao Rei os impedimentos e ausências (por mais de seis meses) dos Capitães-Mores, para serem novamente providos.

VI — Participar, juntamente com o Governador, o Provedor, o Capitão da Capitania, Oficiais da Fazenda, existentes e alguns principais da terra, na tomada de decisões sobre o governo e a segurança da Capitania.

VII — Ter alçada até vinte mil réis nas causas cíveis, sem apelação e agravo.

VIII — Dar apelação e agravo ao Ouvidor-Geral nos casos crimes, às partes que quiserem agravar e apelar; não as havendo, apelar de parte da Justiça.

IX — Nas Capitânias em que o Ouvidor-Geral não estiver, ter alçada nos seguintes crimes:

- de pena de açoite ou cortamento de orelhas, nos casos em que forem acusados escravos ou índios;
- de pena de açoite e até três anos de degredo em peões cristãos livres;
- de até um ano de degredo, fora da Capitania, nos casos de pessoas de maior qualidade.

XI — Dar apelação e agravo ao Ouvidor-Geral em todos os casos em que não forem os acima citados; ou apelar de parte da justiça, quando não houver quem o queira fazer.

XII — Dar apelação das causas que julgar ao Ouvidor-Geral das Capitânias do Sul.

XIII — Dar apelação e agravo ao Ouvidor-Geral do Estado do Maranhão.

XIV — Indicar, juntamente com os Oficiais da Câmara, ao general ou cabo que governa as armas da Província, que proporem ao Rei, através do Conselho de Guerra, o nome mais conveniente para o posto.

XV — Dar parecer nos casos em que o Governador prender ou suspender os Capitães de Capitânias e nos Alvarás de fiança e perdões passados por Governadores.

XVI — Auxiliar o Governador nas decisões relativas ao procedimento com os prelados e ministros eclesiásticos.

XVII — Conhecer dos agravos, nos casos de excomunhão, procedentes dos ministros eclesiásticos.

XVIII — Auxiliar o Governador na resolução de casos não previstos no regimento. (3)

(3) Fiscais e Meirinhos - Ed. Nova Fronteira/Pró-Memória - Instituto Nacional do Livro - Graça Salgado - pág. 129-147-206-259-357 e 393.

3.3.2 JUIZ ORDINÁRIO

O Juiz Ordinário é outra figura histórica da organização judiciária do Brasil, tão antigo quanto os Ouvidores e criado também pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas. Difere do Ouvidor em seus aspectos originais e obviamente funcionais, tendo suas atividades restritas aos limites jurisdicionais do município em que presta serviço e tem como órgão básico de funcionamento a Câmara Municipal do respectivo distrito. Sua ascensão ao cargo decorre de processo eletivo e renovável a cada três anos, tal como se verifica com relação aos vereadores e demais membros desse poder. Ao Juiz Ordinário cabe presidir os trabalhos da Câmara e suas atribuições, como instrumento de assessoramento ao poder judiciário, estão regimentalmente contidas nos seguintes itens.

I — Proceder contra os que cometerem crimes durante o período de um ano.

II — Participar das sessões da Câmara.

III — Exercer as funções de Juiz dos Órfãos onde não houver este ofício de Justiça.

IV — Dar audiência nos conselhos, vilas e lugares de sua jurisdição.

V — Ordenar aos alcaides que tragam os presos às audiências e passar mandado de prisão e soltura de acordo com o seu julgamento.

VI — Ter alçada nos bens móveis sem apelação e agravo nos lugares com mais de duzentos habitantes, até a quantia de mil réis, dando execução à sentença; com igual número ou menor de habitantes, até o valor de seiscentos réis, dando execução da sentença.

VII — Ter alçada nos bens de raiz sem apelação e agravo, até a quantia de quatrocentos réis, dando execução da sentença; acima deste valor dar petição e agravo.

VIII — Impedir que as autoridades eclesiásticas desrespeitem a jurisdição da Coroa.

XIX — Fiscalizar os serviços de estalagens e fixar os seus preços.

X — Fiscalizar a atuação dos almotacés.

XI — Despachar por si só os feitos provenientes dos almotacés, até a quantia de seiscentos réis; acima deste valor e até seis mil réis, despachar com os Vereadores na Câmara, sem dar apelação e agravo.

XII — Conhecer dos feitos crimes cometidos por escravos, cristãos ou mouros, até a quantia de quatrocentos réis, despachando sem apelo nem agravo com os vereadores.

XIII — Conhecer dos feitos das injúrias verbais e despachá-los com os Vereadores na primeira reunião da Câmara; nas sentenças até seis mil réis, dar execução sem apelação e agravo.

XIV — Conhecer dos feitos das injúrias verbais feitas a pessoas da "maior qualidade", suas mulheres e Oficiais da Justiça, despachando-os por si só e dando apelação e agravo.

XV — Tirar, por si só, devassas (particulares) sobre mortes, violentação de mulheres, incêndios, fuga de presos, destruição de cadeias, moeda falsa, resistência, ofensa de justiça, cárcere privado etc.

XVI — Tirar inquisições e devassas (gerais) dos juízes que o antecederam, assim como as de todos os Oficiais de Justiça, Vereadores etc.

XVII — Participar da escolha do Juiz de Vintena.

XVIII — Conhecer de ações novas no seu termo (município), dando apelação para o Ouvidor da Capitania nas quantias estipuladas nas Ordenações.

XIX — Executar as penas pecuniárias aplicadas pelo sargento-mor da Comarca aos oficiais da ordenança que faltarem com suas obrigações de posto.

XX — Tomar conhecimento das descobertas de minas em seu distrito, que serão registradas em livro pelo escrivão da Câmara, passando certidão a ser apresentada, após vinte dias, ao Provedor de Minas.

XXI — Dar apelação dos feitos que julgar nas vilas e povoações para o Ouvidor-Geral das Capitanias do Sul, assim como do Estado do Maranhão. (4)

3.3.3 PROCURADOR DO CONSELHO

O Procurador do Conselho tem suas origens nas Ordenações Manuelinas, reorganizadas pelas Ordenações Filipinas e sua criação data de 11 de março de 1521, tendo como órgão básico de desempenho a Câmara Municipal do respectivo distrito. Sua acensão ao cargo decorre de processo eletivo e renovado trienalmente, conforme regras estipuladas para os demais cargos que compõem o poder municipal. Suas atribuições constam dos seguintes itens.

I — Demandar, para o Conselho, as penas ou coimas não requeridas pelo rendeiro no devido tempo.

II — Cuidar dos reparos e consertos referentes a casas, fontes, pontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos e todos os outros bens do Conselho.

III — Requerer aos Vereadores e Oficiais responsáveis, através do escrivão da Câmara, o reparo dos bens não consertados a contento.

IV — Fazer, ao término do seu ofício, levantamento do estado dos bens do Conselho sob sua responsabilidade, enviando-o aos Vereadores.

V — Requerer e arrecadar a quantia estimada dos danos provocados por incêndios.

VI — Servir de Tesoureiro do Conselho onde não houver este Oficial.

VII — Pagar, por mandado do Capitão-Mor das Ordenanças, as despesas feitas com os exercícios militares e que lhe serão levadas em conta.

VIII — Estar presente à posse e entrega do governo ao chanceler e ao Provedor-Mor que, por procuração do Governador, assumirem provisoriamente o cargo. (4)

(4) Fiscais e Meirinhos - Obr. Cit., pág. 129-149-207-262-360.

(5) Fiscais e Meirinhos - Obr. Cit., pág. 133-151-209-264 e 361.

3.3.4 JUIZ DE ÓRFÃOS

Apesar de ter como órgão de funcionamento a Câmara e o ser fruto também das Ordenações (Filipinas), instituído por ato de 11 de janeiro de 1603, o Juizado de Órfãos era provido pelo Rei, pelo período de três anos. Teria necessariamente que ter no mínimo 35 anos de idade e em suas atribuições constava o seguinte elenco de deveres.

I — Cuidar dos órfãos, de seus bens e rendas.

II — Fazer levantamento do número de órfãos do lugar.

III — Elaborar, com o Escrivão dos Órfãos, livro onde constarão nome de cada órfão, filiação, idade, local de moradia, com quem morava, tutor e curador, bem como inventário de seus bens móveis e de raiz e o estado em que se encontravam

IV — Fazer com que os culpados, por danos aos bens dos órfãos, paguem por seus crimes.

V — Inventariar os bens dos defuntos que deixarem filhos menores de 25 anos.

VI — Avaliar, com o Escrivão dos Órfãos e outras pessoas juramentadas, os bens pertencentes aos órfãos que estiverem em processo de inventário ou partilha.

VII — Entregar os órfãos menores e desamparados a pessoas capazes de criá-los, determinando que estas recebam o necessário ao seu sustento.

VIII — Fazer pregão dos órfãos maiores de sete anos que forem dados por soldada.

IX — Garantir o necessário ao mantimento, vestuário, calçado e tudo o mais dos órfãos que forem dados por soldada, mandando registrar os gastos no inventário.

X — Mandar ensinar a ler e escrever aos órfãos que tiverem qualidades para isso, até a idade de 12 anos.

XI — Fiscalizar a atuação dos tutores e curadores em relação aos bens dos órfãos.

XII — Conceder aos órfãos licença para casarem e cartas de suprimimento de idade.

XIII — Depositar o dinheiro dos órfãos numa arca com três chaves, que ficarão com o Juiz de Órfãos, o Depositário e o Escrivão dos Órfãos.

XIV — Ter jurisdição em todos os feitos cíveis em que os órfãos estiverem envolvidos, enquanto não forem emancipados ou casados.

XV — Ter jurisdição sobre os feitos cíveis movidos pelos órfãos contra os que administrarem mal seus bens.

XVI — Fazer a partilha dos bens dos órfãos. (5)

(5) Fiscais e Meirinhos — Obr. Cit., pág. 262/360.

3.3.5 JUIZ-DE-FORA

O Juiz-de-Fora tem suas origens nas Ordenações Filipinas, criado em 11 de janeiro de 1603 e tem como órgão de funcionamento a Câmara. O cargo era provido pelo Rei e tinha as seguintes atribuições:

I — Proceder contra os que cometerem crimes no termo (município) de sua jurisdição.

II — Ter alçada até a quantia de quatro mil réis nos bens de raiz e de cinco nos móveis.

III — Ter alçada nas penas que puserem até mil réis, sem apelação nem agravo.

IV — Fiscalizar a atuação do alcaide-mor e alcaides-pequenos.

V — Vistoriar e arrecadar com os Visitadores por requerimento das partes.

VI — Assinar licenças passadas pelo Senado, dar juramentos aos capitães e oficiais de milícia da ordenança, dar juramentos aos juízes dos ofícios mecânicos.

VII — Conceder revista a julgamentos da Câmara e aplicar as penas julgadas revistas.

VIII — Servir de Intendente dos Diamantes nas Capitâneas do Brasil onde não houver ministro encarregado dos diamantes nem Ouvidores de Comarca, sob imediata inspeção da Junta Administrativa de Mineração.

X — Dividir e demarcar as terras diamantinas que possuam ouro (cuja exploração, até agora, vinha sendo vedada, este alvará derroga), ouvindo as determinações da Junta de Mineração no tocante à quantidade de terras e sítios que devam ser repartidos. (6)

(6) Fiscais e Meirinhos — Obr. Cit., págs. 261-268-359-393.

3.3.6 JUIZ DE VINTENA

O Juiz de Vintena data do século XVI, criado pelas Ordenações Manuelinas e tinha como órgão de funcionamento a Câmara, provido anualmente pelo Juiz Ordinário, Procurador e Vereadores, tendo as seguintes atribuições:

I — Conhecer e decidir verbalmente das contendas entre moradores de sua jurisdição, até a quantia de no máximo quatrocentos réis, sem apelação e agravo, nem abrir processo.

II — Não conhecer dos feitos sobre bens de raiz.

III — Não conhecer dos feitos crimes.

IV — Prender e entregar aos Juízes Ordinários do termo os criminosos que praticarem delitos em suas jurisdições. (6-A)

(6-A) Fiscais e Meirinhos — Obr. Cit., págs. 131-150-264-360-393

3.3.7 JUIZ DE CASAMENTOS

Instituído pelo Regimento de 1794, ou mesmo redimensionado, visto como desde 1696 já existia, tinha como órgão de funcionamento e provisão o Auditório Eclesiástico, com nomeação feita pelo Arcebispo e Carta passada na Chancelaria. No seu elenco de atribuições constam as seguintes:

I — Prover o necessário acerca dos casamentos e em tudo que não correr em juízo contencioso, de que o vigário-geral é juiz competente; no que prover acerca dos casamentos, seguirá o direito canônico, decretos do Sagrado Concílio Trentino e as Constituições do arcebispado.

II — Proceder às três denúncias que antecedem a celebração do matrimônio; só se dispensará com licença especial concedida pelo Arcebispo, guardando o disposto nas Constituições.

III — Quando não puder perguntar as testemunhas, pelo fato de serem pessoas que devam responder em suas casas, ordenará fazê-lo através do inquiridor do juízo com o escrivão; não sendo moradores na cidade, mandará passar comissão ao vigário da vara do distrito, a fim de perguntar com o escrivão; seus ditos, fechados e lacrados, serão remetidos ao Escrivão da Câmara por pessoa fiel e segura.

IV — Havendo alguém, casado duas vezes (sendo vivo o primeiro cônjuge), fazer auto disso e sumário de testemunhas, dando conta ao Arcebispo que mandará ver o processo na Relação, para determinar se convém remeter ao Santo Ofício por serem bastantes as provas (o mesmo observará o provisor e o vigário-geral).

V — Assinar as certidões das denúncias para fora do arcebispado, passadas pelo Escrivão dos Casamentos, e mandá-las selar na Chancelaria.

VI — Proceder todas as precatórias em matéria de casamentos que vierem de fora do arcebispado para serem feitas diligências e remetê-las cerradas, seladas e lacradas, como é costume, interpondo sua autoridade judicial; se as precatórias não forem passadas por provisor ou juiz dos casamentos das outras dioceses, não as deferirá nem fará diligência alguma.

VII — Não passar carta de casamento quando não constar certidão no livro dos casamentos; os que pedirem, mandará ir ante si pessoalmente, para o seu Escrivão, em sua presença lhes tomar os finais que irão declarados especificamente na carta. (7)

Além dessas figuras, consideradas indispensáveis ao funcionamento da justiça em suas projeções municipais, contavam-se mais os Juízes de Alfândega, da Balança do Tabaco, das Justificações, do Povo, dos Feitos da Coroa e Fazenda e dos Ausentes e Defuntos e dos Resíduos, o que de certo modo transformava a Justiça em verdadeiro cabide de empregos. Quanto ao grau de instrução desses juízes e até mesmo dos Ouvidores, deve-se observar nenhum deles possuir formação universitária, a não ser em casos excepcionalmente raros. Os poucos brasileiros que tinham condições de frequentar cursos superiores, matriculando-se na Universidade de Coimbra, quase sempre ficavam lá pela Europa, agregados às elites políticas ou, se retornavam, permaneciam à sombra do poder, porém longe de abraçar profissões que os descaracterizavam dos padrões de nobreza de que se julgavam detentores. Diante dessa realidade, os Juízes saíam do próprio povo, escolhidos por processo eletivo ou por indicação local da Câmara, enquanto que os Ouvidores, nomeados diretamente pela Corte, tornavam-se pro-

(7) Fiscais e Meirinhos — Obr. Cit., pág. 322/23.

fissionais do cargo, passando de uma para outra Comarca, quando trienalmente expiravam-se os prazos estipulados para as respectivas vigências de nomeação.

CAPÍTULO IV PARTIDOS POLÍTICOS



4.1 NASCIMENTO E EVOLUÇÃO

Até o final do primeiro quartel do século XIX não se conhecia, pelo menos literalmente, a tradução curricular da expressão "Partido Político". Por partido, simplesmente, designavam-se as tendências individuais, que dividiam os grupos familiares ou afins, em favor de determinado objetivo, sendo mais freqüentes os casos originários de desavenças fundiárias ou mesmo de interesses políticos, embora nessa última alternativa não se verificasse o significado vernacular da própria gênese.

Na questão, por exemplo, entre os habitantes do Aquiraz e Fortaleza, em que se polemizava em torno da posse do título de vila, nota-se uma questão eminentemente partidária. As duas parcialidades engalfinharam-se em luta aberta, cada facção a defender com vigor seus pontos de vista, a tecer intrigas e a querer por qualquer forma sobrepujar o grupo adversário. Todavia, como o sistema vigorante fechava-se nos arcanos da unipessoalidade autocrática, nas mãos do todo-poderoso Rei, as dissensões não passavam de simples rixas ou bulhas entre classes e ideologicamente desprovidas de qualquer efeito multiplicador e duradouro. Eram, enfim, o que se poderia denominar de conflitos localizados e sem riscos de extensão social além das próprias fronteiras.

Depois nas desastrosas questões entre Montes e Feitosas, Maciéis e Araújo, além de pontos isolados ao longo da Província, começou a emergir a idéia de Partido Político. Quando ainda governante Manuel Inácio de Sampaio, houve entre governo e portugueses radicados em Fortaleza o que se poderia conceituar como batalha de convicção política. Houve como móvel da questão a cobrança de impostos sobre o abate de gado. Antônio Moreira Gomes, rico e orgulhoso português, colocou-se em franca hostilidade contra o Juiz de Fora da Capital, procurando impedir a inci-

dência de tributos não só sobre o seu gado como também com relação aos rebanhos dos seus compatriotas. Obstinado e forte, Sampaio enfrentou o desafio dos seus compatriotas e com isso gerou-se o que se poderia classificar de cisma luso-cearense, dirigido e alimentado pela comunidade reinol então residente na Província. Contudo, será somente a partir de 1817, com o advento da Revolução Pernambucana, que se poderá admitir com propriedade a existência de Partidos, visto como só a partir de então as desavenças receberam o tempero ideológico.

4.2 REALISTAS E REPUBLICANOS

A efêmera República do Crato, proclamada em 1817, pelo diácono José Martiniano de Alencar, pode ser considerada como radical básico do sistema partidário no Ceará, se bem que aventureira nos objetivos e desastrosa nos resultados. Em verdade, Alencar, ao envolver-se no movimento republicano, não tivera a intenção de criar Partido Político, tampouco imaginara que com o seu sacrifício individual e o envolvimento de familiares seus estivesse a plantar as primeiras sementes. Fizera-o tão-somente movido pelos impulsos jovens de sonhador liberalista, que, emocionalmente contagiado pelos ideais de emancipação nacional, não contava com as vicissitudes que o futuro lhe haveria de destinar. Além da própria mãe e irmãos, parentes mais distantes e amigos foram incluídos na mesma rota do destino, como partícipes de primeira hora e conseqüentemente sujeitos aos mesmos enganos e frustrações. Aventureiro ou não, accidental ou propositado, o plano libertista idealizado por Alencar pode ser considerado no rol do pioneirismo político, em termos partidários, nele integrando-se preferencialmente as seguintes figuras: José Martiniano de Alencar, D. Bárbara Pereira de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Padre Carlos José dos Santos, Frei Francisco de Santa Ana Pessoa, Francisco Cardoso de Matos (português), Inácio Tavares Benevides.

Além desses, considerados umbilicalmente ligados ao diácono José Martiniano de Alencar, outros líderes não só do Crato como também de regiões não menos importantes subscreveram-se na ousada empresa contra o monarquismo impenetrável, definindo a linha política de oposição à subserviência lusa.

Na mesma oportunidade e com o objetivo de dar combate aos ousados Republicanos, surgiram os Realistas, tradicionalmente vinculados às Cortes Portuguesas e amigos incondicionais da real

Coroa. Até então, por desconhecerem forças opostas, esses afins da monarquia eram Realistas por conveniência, silenciosos e obedientes, não havendo motivo algum para que politicamente se organizassem. Diante, porém, da nova ordem que emergia, surgiu-lhes a necessidade de composição orgânica, no sentido partidário, e criou-se o que na época se denominou de "Coluna do Trono", dela participando os seguintes líderes caririenses: José Pereira Filgueiras, Leandro Bezerra Monteiro, José Vitoriano Maciel, Joaquim Pinto Madeira, Vigário Antônio Manuel de Sousa (Jardim), Manuel Brígido dos Santos, João André Teixeira Mendes (Icó).

Do confronto político dessas duas correntes ideológicas, compostas em sua maioria por lideranças cratenses, houve como resultado a capitulação dos Republicanos, deixando nos seus adeptos recordações de amargo sabor.

4.3 CONSTITUCIONALISTAS

Com o advento da Constituinte de 1822, introduzindo novas regras no comportamento político das Cortes Lusas, novo partido político surgiu na Província, espécie de Jano ou entidade mitológica representada por duas faces. Numa dessas faces refletia o saudosismo monárquico, sempre a contemplar o Trono em seu ocaso e na outra, ainda um tanto obscura e cheia de imperfeições, procurava-se divisar no futuro os melhores caminhos a serem percorridos. Parte dos liberalistas duvidavam dos propósitos imperiais e temiam o retrocesso do poder, o que seria para o Brasil verdadeiro desastre, enquanto que parte dos monarquistas, desestimulada por frustrações sofridas ao longo do tempo, tendiam para a desagregação do antigo sistema. Na Capital, por exemplo, onde a sedução constitucionalista massificara-se no pensamento das principais elites, contavam-se como aderentes da nova ordem figuras expressivas não só da área política como também do serviço público civil e militar, dos quais se destacavam os seguintes próceres: Major Francisco Xavier Torres, Vigário Manuel Moreira de Sousa, Mariano Gomes da Silva, Ouvidor Adriano José Leal, Lourenço da Costa Dourado, Marcos Antônio Brício, Conselheiro José Antônio Machado, José Agrela Jardim.

Posteriormente e após expurgar-se desse elenco a figura indesejável do Ouvidor e governante José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, associaram-se à mesma corrente Leandro Bezerra Monteiro e José Pereira Filgueiras, além do já tradicionalmente liberalista José Martiniano de Alencar, familiares seus e amigos. Permaneceram, entretanto, como partidários fiéis ao monarquismo os líderes Joaquim Pinto Madeira, o vigário Antônio Manuel de Sousa, João André Teixeira Mendes e outros.

Aos Constitucionalistas da Capital reuniram-se os Castros, que pela primeira vez aparecem no cenário político-partidário e emergentes dos que vacilavam entre o passado e o futuro, os Corcundas e os Caranguejos, isto é, os que andavam para trás e os que andavam para a frente. Os Castros vêm fortalecidos em suas posições políticas, visto como desde os tempos do Governador Manuel Inácio de Sampaio que vinham sendo prestigiados e consequentemente solidificados nas posições de mando. Disso se pode concluir pelo resultado das eleições da época, levando à Câmara Baixa do País Manuel do Nascimento de Castro e Silva, assim como em termos mais distantes ter-se-ia no governo da Província o comerciante aracatiense José de Castro e Silva. Por fim, se bem que meteórica e de consequência um tanto desagregadora, surgiu a figura do Constitucionalista Pedro José da Costa Barros, que mesmo em se indo, conforme em outra parte ficou dito, teve na sua passageira atuação algo de positivo em favor do agregamento partidário.

Essa aproximação aliancista, se assim se pode qualificar a reunião de tendências ideologicamente opostas, guardava no âmago a seiva de passadas dissensões, circunstância de certo modo a impedir o direcionamento das atividades políticas dentro da unidade que se fazia necessária. Simplesmente não havia afinidade de propósitos, predominando em cada grupo a esperança de obter vantagens futuras. Os Constitucionalistas eram alimentados pelo desejo de reerguer Portugal em suas tradições monarquistas, enquanto na outra facção cresciam os anseios de tornar cada vez mais fracos os seus competidores e por essa forma afastar os riscos de retorno ao passado monarquista. Diante desse quadro, cedo rompeu-se o que os mantinha na esperança de unidade e as duas tendências tomaram os seus verdadeiros caminhos, surgindo em consequência novo quadro político.

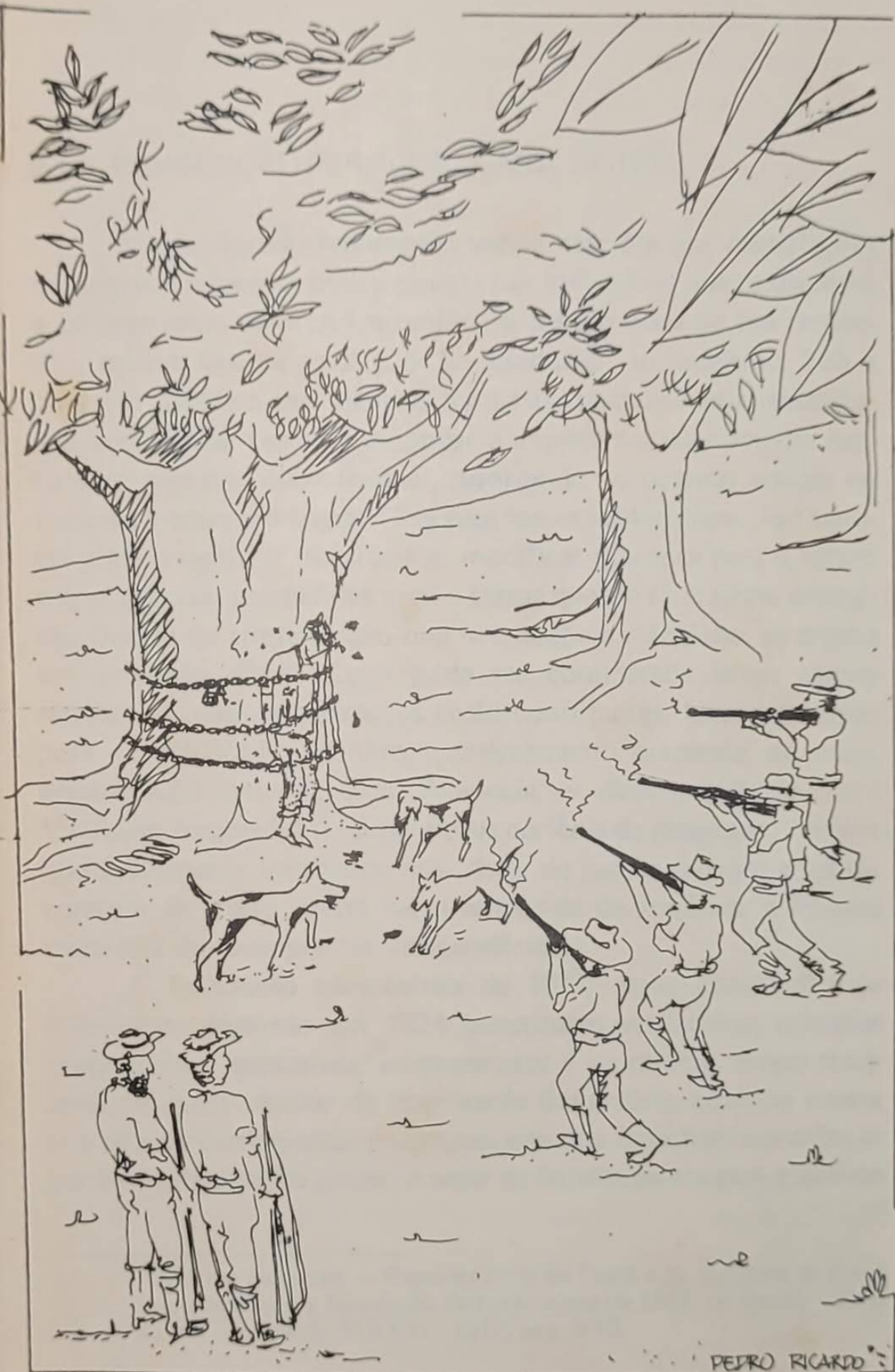
4.4 REPUBLICANOS E IMPERIALISTAS

A mudança de comportamento político, ideologicamente configurada em termos de efetiva definição, ocorreu a partir de abril de 1824, época em que se elegeu para o governo provisório o líder cariense Tristão Gonçalves. Os monarquistas de Pinto Madeira e outros Caranguejos da Província continuaram alimentados pelos sonhos de retorno ao passado, no restabelecimento da monarquia e na convicção de D. Pedro I ressuscitar o continuísmo bragantino. O golpe sofrido pela Constituinte, a morosidade com que se implantara a nova ordem e as indecisões procedentes do governo Imperial, surgiam como fatores de esperança e consequentemente um retrocesso no quadro político brasileiro. Já os Constitucionalistas, menos radicais que os primeiros, queriam o "Rei sem Trambolho", isto é, divergiam do monarquismo e abominavam a idéia de república, desejando apenas o Príncipe D. Pedro governar autonomamente e se perpetuasse no poder dentro das antigas regras. Esses dois grupos, embora separados intimamente, por convicções opostas, uniram-se de certa forma e procuraram fortalecer-se, visando impedir o avanço republicano. Eram, portanto, os Imperialistas os que se opunham a qualquer tipo de mudança e se colocavam frontalmente contra os chamados Corcundas.

O grupo liderado pelos Alencar, republicano desde os idos de 1817, não só permanecia tão forte o quanto antes como já havia conquistado novos e expressivos aderentes, dentre estes José Pereira Filgueiras. A Revolução de Fidié, conforme em outra parte veremos, servira para aproximar Filgueiras e Tristão Gonçalves, assim como apagar antigas mágoas e por essa forma colocar os dois líderes em afinidades ideológicas e solidamente estruturadas. Outra figura de prol., liberalista de primeira hora, mas vinculado ao governo Sampaio em 1817, consta como sendo o padre Gonça-

lo Inácio de Albuquerque e Melo (Mororó), formando incondicionalmente ao lado dos que levariam o Ceará ao frustrado movimento de 1824. No governo estabelecido pelos republicanos, tendo à frente Tristão Gonçalves, Mororó aparece na linha de vanguarda, ocupando lugar de destaque e formando na corte daqueles que teriam seus nomes inscritos no martirólogo bragantino.

O teste de superioridade republicana verificou-se por ocasião do pleito que elevou Tristão Gonçalves ao governo da Província. Mais de quatrocentos eleitores, representando os diversos Colégios do Ceará, dentre estes o da Capital, tiveram os seus nomes inscritos no livro que registrou a recém-instalada República do Equador, o status vitorioso de Partido. Foi, no entanto, passageiro e desastroso o seu destino. Com a queda de Paes de Andrade no Recife e a chegada ao Ceará da força imperial que deveria pôr cobro às aspirações republicanas, não só o Partido desapareceu como seus líderes mais preeminentes experimentaram o travesseiro do justicamento mais atroz, fatal e desumano sobre todos os aspectos.



PEDRO RICARDO

CAP IV

5.1 REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

Revoluções são fenômenos sociais nascidos das insatisfações populares e liderados politicamente por indivíduos que se dispõem a colocar sobre os próprios ombros o pesado ônus de sua realização, mesmo que os resultados os conduzam ao fatalismo. Sob o conceito genérico das ciências humanas, traduz-se por modificação vertical nas relações de poder e implica necessariamente ruptura do processo convencional, revolvendo do passado antigas estruturas e trazendo à superfície suas forças subterrâneas. Em sentido prático significa transformar, modificar e propor para o futuro regras não comprometidas com o *status quo* do qual tenha emergido. Dentro da configuração que nos ocupa e vinculada ao prisma em evocação, Pernambuco pode ser considerado como centro nuclear de todas as aspirações então conflitantes, fazendo irradiar para os territórios vizinhos o chamamento precursor de nossa emancipação nacional. Dessa Província, no dizer erudito do padre Valdivino Nogueira (1), surgiram os *corifeus da liberdade*, homens que bravamente inspirados nos ideais de justiça tiveram a subida coragem de erguer, nesta parte esquecida da América, a flâmula redentora de nossa prestes Independência.

A Revolução nacionalista de 1817 assim como idêntico movimento ocorrido em 1824 constituem verdadeiros suicídios programados, explosivos, intempestivos e ao mesmo tempo reprimidos durante séculos de dominação Bragantina, atraindo contra si e seus co-participantes a voragem dos que detinham nas mãos as opções restritivas do poder. Apesar de frustradas em seus objetivos

(1) Valdivino Nogueira — Representante do Ceará e do Instituto do Ceará ao centenário da Revolução Pernambucana de 1817, no Recife — Rev. do Inst. do Ceará - T/XXXI - 1917, pág. 3/12.

imediatos, profundos abalos se registraram nas barragens de sustentação das bases opressoras, mostrando no luzeiro do futuro a vulnerabilidade monarquista. O gigantesco tronco não só mostrou as raízes, carcomidas e dignas de serem lançadas ao fogo, como também as folhas emurcheceram, abrindo espaço para as plantas menores, as espécies nativas e até então sombreadas aleatoriamente, proporcionando às pósteras gerações o ensejo de fruírem do sol da liberdade. Não foram, contudo, movimentos isoladamente programados, nascidos de concepções apenas regionais, porém o efeito de transformações políticas ocorridas em outros países, notadamente na Europa, berço natural das grandes convulsões sociais e modernização de suas antigas estruturas. Conduzidas para a América, através do vigilante trabalho da Maçonaria, essas transformações encontraram terreno propício e cresceram, vindo em pouco tempo abrigar-se nos mais diversos países do continente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o primeiro grito emancipacionista registrou-se em 1776, por ocasião do I Congresso de Filadélfia, oportunidade em que foram debatidos e aprovados os Direitos do Homem. Consagrou-se nessa ocasião o que antes fora consignado na Constituição Britânica de Guilherme III e seguido por Portugal por intermédio de D. Maria II. (2) Dois anos após esse primeiro Congresso, viera o segundo, também realizado em Filadélfia e a manter as mesmas características libertárias. Nesse segundo conclave, não só os direitos universais do homem foram ratificados como as treze colônias americanas, até então dependentes da Inglaterra, conquistaram sua emancipação, cabendo a Thomas Jefferson redigir o histórico documento constitucional.

Com o advento da Revolução Francesa, fato registrado em 1789, revigoraram-se os ideais de liberdade, proclamando-se aos quatro ventos essa universal conquista. "Toda sociedade, na qual a garantia de liberdade não se encontra assegurada, nem a separação dos poderes determinada, essa sociedade não possui Constituição". Esse, portanto, era o canto do cisne mundialmente entoado

(2) Rev. do Inst. do Ceará - T/LXXIV - 1960, pág. 5/6, Dr. Carlos Studart Filho.

e dirigido às potências cujo sistema político ainda relutava em manter submissos os povos menos evoluídos e conseqüentemente este lado do Atlântico, onde milhares de seres humanos vegetavam à sombra das oligarquias totalitaristas.

Como precedente nacional de maior expressão, tinha-se ainda bem vívida a Inconfidência Mineira, movimento redentorista que levava Tiradentes ao suplício e que por ocasião do movimento pernambucano guardava o seu perfil em cores repulsivas. Os excessos de exação, a rapinagem oficial levada a efeito contra o povo, os privilégios, tudo isso resultava na soma insuportável de males infligidos à sociedade colonial, formando o colosso de insatisfações que determinará radicais mudanças. Por fim e num gesto de esplendoroso patriotismo, realiza-se em Tucumã o Congresso Libertário do Continente, oportunidade em que unanimemente se lança a pedra angular da Independência Platina. Surge, então, a Declaração de Independência das Repúblicas Unidas da América do Sul, vazada basicamente nos seguintes termos:

"Nós, os representantes das Províncias Unidas da Sul-América, reunidos em Congresso Geral, invocando o Eterno que preside o Universo, em nome e pela autoridade dos povos que representamos e prestando ao Céu, às nações e aos homens de todo o globo a justiça que regula nossos votos: Declaramos solenemente à face da terra que a vontade unânime e indubitável destas Províncias é romper os vínculos que as ligam aos Reis da Espanha, recuperar os direitos de que foram despojadas e investir-se de alto caráter de Nação Livre e Independente do Rei Fernando II, seus sucessores e Metrópole". (3)

Foram estes os principais fatores de instigação psicoemocional que açularam o instinto guerreiro dos pernambucanos e de outros pioneiros das demais Províncias nordestinas, notadamente do Ceará, onde o processo de evolução política se desenvolveu por

(3) Congresso Geral Constituinte - Tucumã - realizado a 9 de julho de 1816, com extraordinária repercussão continental.

conta própria e com o mesmo espírito de luta. Como instrumento básico, de conspiração e planejamento, tivemos como ponto de apoio a Maçonaria, cujo desempenho se fez notar de maneira efetiva e coerente, reunindo não só os que vocacionalmente lhe eram afins como também a intelectualidade religiosa. A Igreja, oficialmente, não colaborou, nem o seu apoio poderia ser esperado, visto como na época sua vinculação ao Estado não permitia, mas isoladamente os padres e até bispos, formando contingente de 70 participantes. Agregados à Maçonaria e protegidos pelo sigilo professado na Ordem, formavam na vanguarda dos acontecimentos, mesmo que as suposições de triunfo não afastassem os riscos do insucesso.

A pregação dos ideais reacionários tem sua implantação já nos apogeuos do século XVIII. Por essa época, regressara da Europa o naturalista Arruda Câmara, frade leigo Carmelita e posteriormente secularizado (Frei Manuel do Coração de Jesus). Situou-se preliminarmente em Pernambuco, onde o campo era sobremodo favorável à difusão dos ideais libertários e o apoio de lideranças locais prometia arregimentar grandes contingentes. Escolheu como centro de irradiação ideológica Itambé, onde estrategicamente poderia reunir simpatizantes da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e nesse reduto, fundou a primeira "Sociedade Secreta" da região, historicamente conhecida pela denominação de "Areópago". Dessa entidade participaram, além de Arruda Câmara, os padres Francisco de Paula Albuquerque Montenegro, José Pereira Tinoco, João Ribeiro Pessoa e o Capitão-Mor de Olinda, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Houve sucesso imediato, porém, denunciados por agentes da fidelidade Bragantina, sofreram as mais atrozes perseguições, de modo que ao atingir-se o ano de 1801, não só o Areópago deixava de existir como seus integrantes eram severamente punidos. Várias prisões foram efetuadas, a pretexto de se estar a conspirar contra Portugal ou transplantando da França o republicanismo de Napoleão Bonaparte. Não seriam, entretanto, as pressões lusas que iriam impedir o avanço ideológico, preconizado pela Maçonaria e difundido através de suas Oficinas, visto como somente no ano de 1802, debaixo do mais absoluto

segredo, fundaram-se em Pernambuco as seguintes Lojas: Academia Suassuna, Academia do Paraíso, Sociedade Reunião, Constância, Filantropia e Virtude e Religião (Bahia). (4)

Nesse trabalho pertinaz e vigilante, Pernambuco chegaria a 1816 com nada menos de 10 Lojas Maçônicas, representadas completamente pelas Oficinas Pernambuco do Oriente, Pernambuco do Ocidente, Guatimozin (5) e Restauração e Paraíso.

Diante dessa estrutura, organizada secretamente e fortalecida com o que de melhor existia em termos elitistas, estaria a Mauricéia em condições de deflagrar a revolução conforme fora planejado, restando apenas a massificação popular, calcada publicamente através dos ideais libertivos. Nesse particular o próprio sistema governativo fornecia a matéria-prima. O povo, então, já vivia exausto de aturar o quadro extorsivo, as pressões sobre os menos afortunados da sorte e as orgias de gastos registradas na manutenção da opulenta Corte. Sabia-se que a permanência da Família Real no Brasil, com suas lautantes mordomias, onerava de modo afrontoso a passiva generosidade dos súditos. Seiscentos milhões de cruzados, o equivalente a 2:400.000\$00 (dois mil e quatrocentos contos de réis), eram despendidos mensalmente com a real sustentação. Traduzindo em termos práticos, o Brasil mantinha às suas custas o governo português, uma estrutura antiga e sobrecarregada de vícios, de portentosos gastos, de nobreza estagnária e a exigir da Colônia aquilo que estava além de sua capacidade produtiva. Como consequência prática, as captações aumentavam, a disciplina contra os insurgentes crescia e o bolso do povo esvaziava-se a cada dia. De resto e como veículo motivador das explosões psicosociais, surgiam os privilégios, o regime discricionário de acesso ao serviço público e outros condicionantes de na-

(4) Rev. do Inst. do Ceará - Carlos Studart - T/LXXXIV, pág. 12, ano 1960.

(5) Guatimozim (Cualtemóc) - último soberano azteca (1497/1524), submetido a torturas e posteriormente o nominativo maçônico dado ao Príncipe D. Pedro I.

tureza privativa das castas lusas, deixando o brasileiro em condições de servilismo, de mero espectador da real grandeza que se tentava. Nesse estágio somente o romper do dique poderia ser aguardado e este, graças a acontecimentos pouco significativos e acidentais, surgiu de repente e o palheiro incendiou-se.

5.2 ECLOSÃO DO MOVIMENTO

O dia 01 de março de 1817 assinala na agenda revolucionária o rompimento das cortinas atrás das quais se processavam as "démarches" reacionárias. Comparece em Palácio, onde se propalava existirem conveniência e interesses do então governante Caetano Pinto Montenegro, o ex-Juiz-de-Fora do Ceará, José da Cruz Ferreira, inimigo acérrimo dos republicanos. Segundo informações prestadas ao titular do governo, planejava-se nos bastidores maçônicos a sublevação militar, prestes a eclodir, dela participando também religiosos e outros segmentos da sociedade recifense. Seria, consoante o plano armado pelos "Carbonários", uma urdidura rebelde da qual participariam militares insatisfeitos, tendo como principal objetivo a deposição de Caetano Pinto.

Essa denúncia, conquanto possa ter produzido efeito reacionário no comportamento reconhecidamente passivo de Caetano Pinto, aparentemente não teve ressonância, talvez por falta de credibilidade do próprio denunciante ou porque naqueles dias informações no mesmo sentido haviam-se tornado vulgares. Os bastidores do governo viviam saturados de informações anti-monarquistas, queixumes populares e conspiratas inconseqüentes de republicanos, de sorte que apenas mais uma não seria motivo para preocupações. Na cúpula reinol, entretanto, a notícia repercutiu de forma alardeante, produzindo diferentes reações. Achavam uns que medidas urgentes deveriam ser adotadas, enquanto outros, usando da empáfia que caracterizava os detentores do poder, exigiam de Caetano Pinto sua definição a respeito do assunto. E, como se as delações não bastassem, nem as advertências retirassem do ceticismo o governo, surgiu episódio novo cujos reflexos contribuíram para mais ainda a situação se agravar.

Durante a noite de 4 de março e sem nenhuma vinculação com o que se propalava estar ocorrendo, um preto do Regimento dos Henriques (alferes Roberto Francisco Cabral), injuriado com um português com quem se desentendera, revidara-lhe a ofensa, esbofetando-o duramente no rosto. Levada essa ocorrência ao conhecimento do chefe da Província, com os acréscimos naturais das emoções do momento, fundadas convenientemente no pressuposto de que a guerra contra os portugueses havia começado, resolveu Caetano Pinto reagir conforme os desejos de sua parcialidade, fazendo com que o comando militar da Província baixasse a seguinte ordem-do-dia (05-03-1817):

"Constando que no dia 01 do corrente, que nesta vila, entre os nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil há, presentemente, alguns partidos fomentados por homens malvados, com esperança de tirarem vantagem das desgraças alheias, sem se lembrarem de que todos somos portugueses, todos vassallos do mesmo Soberano, todos concidadãos do mesmo Reino Unido e que esta feliz união igualando e ligando com os mesmos laços sociais aos de um e de outro continentes só podem dividir e separar aos que fomentam tão perniciosas rivalidades, desejando que sentimentos e ódios tão errados e fora de tempo não contaminem a tropa, mandar recomendar aos senhores oficiais e a todos o que têm a honra de servir debaixo da Bandeira de Sua Majestade, que guardando a subordinação estabelecida pelas Leis Militares vivam entre si, na maior harmonia e amizade e que não tratem nem tenham amizade com esses empestados que só os pretendem enganar com falsas sugestões, e que se persuadam sem a menor excitação que o lugar em que cada um nasce não lhe dá merecimento algum sem o amor, a fidelidade ao Soberano, o Patriotismo, a observância das Leis, o exato cumprimento do que devem a Deus e a si mesmo e aos homens, os conhecimentos as nobres qualidades que distin-

guem os homens, embora nascessem eles na Europa, América, na Ásia ou na África". (6)

Segue-se a esta ordem-do-dia uma proclamação, através da qual o chefe do governo concita brasileiros e portugueses a se unirem sob a bandeira da fraternidade, a fim de que irmãos de sangue e filhos da mesma pátria não se voltem entre si e busquem o caminho da harmonia. O apelo, no entanto, cai no vazio, por ser inútil e inoportuno, considerando que a essa altura a animosidade entre lusos e brasileiros crescia em ritmo acelerado e as hostilidades já não mais admitiam reconciliação. Na mesma oportunidade e certamente premido pelas forças que o apoiavam, Caetano Pinto reuniu-se em palácio com seus oficiais superiores e definiu-se contra os militares supostamente envolvidos no processo conspiratório, criando o Conselho de Generais da Guarnição. Esse Conselho teve como finalidade imediata e de natureza cautelar prender os seguintes oficiais: Capitão Domingos Teotônio Jorge, Capitão José de Barros Lima, Capitão Pedro da Silva Pedroso, Tenente José Mariano de Albuquerque, Tenente Antônio Henrique Rabelo.

Havia, segundo a estratégia do governo, recomendação especial no sentido de que a execução do plano fosse realizada discretamente, visando com isso evitar a sublevação da tropa ou mesmo o ingresso de civis na defesa dos indiciados. Além dos militares descritos, deveriam ser presos os chamados cabeças do movimento rebelde, cujos nomes são os seguintes: Antônio Cavalcante da Cruz Cabugá, Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, Manuel de Sousa Teixeira, Domingos José Martins.

Julgavam os estrategistas do plano anti-revolucionário que uma vez efetivada a prisão dos principais líderes do movimento, o restante seria facilmente dominado.

(6) Coleção Studart - Rev. do Inst. do Ceará - T/XXXI - 1817-1818, pág. 13/14.

Em sessão do Conselho de Província, realizada na manhã de 6 de março, fica deliberado caber ao brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro prender os militares do seu regimento e ao brigadeiro Antônio Salazar Moscoso idêntica providência com relação ao seu regimento, envolvendo integrantes da Artilharia e Infantaria, respectivamente. Concluídos esses pormenores, cada um dos responsáveis tomou a direção do seu quartel, a fim de dar cumprimento ao que ficara decidido.

Passava do meio-dia (06-03-1817), quando contrariamente ao que ficara estabelecido, que em princípio seria guardar segredo e surpreender os indigitados, ouviu-se com alarde o início da operação. Arrogante e certamente ancho da missão que lhe fora cometida, o brigadeiro Manuel Joaquim mandou tocar a-rebate, provocando na tropa o despertar de algo inusitado. Incontinenti e obedecendo determinações do Palácio, sobre o que estaria a ocorrer no quartel, chega a esse local o ajudante-de-ordens do governador Caetano Pinto, tenente-coronel Alexandre Tomaz de Aquino. Sua chegada ao quartel coincidiu exatamente com o momento em que o brigadeiro, procurando distrair a tropa, fazia preleções extemporâneas de advertência, dirigindo palavras ofensivas aos que secretamente estariam a conspirar contra a monarquia. Ao concluir o seu discurso, dirigiu-se ao capitão José de Barros Lima, cognominado "Leão Coroado", e deu-lhe voz de prisão. Deu-se nesse momento o que seria a queima do estopim revolucionário.

Enfurecido, Barros Lima saca da espada e investe contra o vociferante brigadeiro e tenta varar-lhe o peito. Este se esquivava e a arma não o atinge, reagindo imediatamente. Tentou sacar suas pistolas. Não conseguiu, entretanto, o seu intento. No mesmo instante e sem que ficasse devidamente esclarecido quanto à identidade do autor, uma espada varou-lhe o coração. (7) Prostrado ao chão e já nos estertores finais, intromete-se na questão o ajudante-de-ordens Tomaz de Aquino, determinando a prisão dos suble-

(7) Alguns autores dão como responsável pela morte do brigadeiro, José Mariano de Albuquerque, enquanto que outros afirmam ter sido José Francisco de Paula, filho do capitão Suassuna.

dos e atraindo contra si a fúria que o momento ensejava. Enraivecido e assessorado pelo seu protegido e amigo José Mariano de Albuquerque Cavalcante, Barros Lima volta-se contra o seu desafeto e o fere mortalmente, nascendo desse episódio a Revolução.

Ignorante sobre o que se passara, pelo menos em extensão e gravidade do fato, a multidão que no momento abeirava-se do quartel prorrompeu aos gritos de viva a Independência, a enaltecer com honras de herói os patriotas e a proclamar sentença de morte contra os europeus. A essa altura, ninguém teria mais condições de segurar as manifestações de agressividade, tanto da multidão que instantaneamente se formara diante do quartel quanto por parte de grupos isolados que logo a seguir se reuniam, levando o "mata-mata marinho" aos quatro cantos da cidade. Eram na maioria gente do povo, negros e mestiços, recalcados e sofridos, vingativos e cheios de ódio, todos a ver no momento a oportunidade de tomarem vingança contra seus opressores. A Capital pernambucana transformou-se em verdadeira praça de guerra, tal como se houvesse sido acometida por hunos ou etruscos das lendárias invasões bárbaras, negando aos vencidos as menores chances de defesa.

Impotente e cercado apenas por pessoas de sua intimidade, Caetano Pinto só teve tempo de desertar do Palácio e homiziar-se na Fortaleza do Brum, local de onde imaginava poder resistir. Como forma de melhor proteger-se, mandou destruir a ponte que dava para a Fortaleza, isolando-a totalmente da cidade, porém a essa determinação o regimento de Artilharia não acatou, preferindo montar guarda a submeter-se ao isolamento. Nesse compasso de espera e sem algo de novo que indicasse meios suficientemente capazes de reverter o quadro, chegou-se ao aprofundar da noite, quando por nova sugestão de Caetano Pinto propôs-se acometer os rebeldes. Dever-se-ia utilizar as forças aquarteladas no Campo do Erário. Discordavam novamente os oficiais. Se assim se procedesse — alegavam em suas justificativas — ter-se-ia que destruir a ponte, objeto da recusa anterior e correr o risco de isolamento e consequentemente a capitulação pela escassez de alimentos.

Enquanto na Fortaleza do Brum o governador e seus oficiais discutiam os planos de ofensiva, no Campo do Erário, bem próxi-

mo ao aquartelamento dos rebeldes, mantinha-se encurralado o marechal José Ribeiro, comandante das tropas milicianas, na expectativa de ordens que deveriam partir do comando central ou precisamente da própria Fortaleza. Os recursos, entretanto, com que contava essa unidade eram mínimos, constando apenas de uma peça de artilharia e um punhado de homens cuja fidelidade era discutível. Esse e outros ângulos da questão eram analisados detidamente pelo comando superior, havendo por consenso a inoportunidade de reação. Diante das circunstâncias, autorizou Caetano Pinto a deposição das armas, dando aos republicanos o seu efêmero triunfo.

A essa resolução seguiram-se os acertos de praxe, alguns desentendimentos entre o próprio governante e seus comandados e a posse dos que por algum tempo deveriam comandar os destinos da Província. Instituiu-se, então, o Governo Provisório em 8 de março de 1817, dele participando os seguintes membros: Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, Coronel Manuel Correia de Araújo, Capitão Teotônio Domingos Jorge, Domingos José Martins e José Luís de Mendonça. (8)

Como Secretário de Governo, elegeu-se o padre Miguel de Almeida e Castro, o legendário Padre Miguelino, cuja vida pública dedicou aos postulados da Liberdade.

Aqui, sendo propósito nosso escrever a História do Ceará e não a de Pernambuco, em que eméritos historiadores já o fizeram, julgamos concluído o nosso trabalho de embasamento sócio-político ou a gênese revolucionária que colocou o Ceará no cenário das convulsões libertistas de 1817. Então, para que nossos objetivos possam ser alcançados, passamos às ocorrências registradas em nossa Província, tão fascinantes e dramáticas o quanto foram os acontecimentos pernambucanos, mas salutareis e patrióticos em seus fins.

(8) Coleção Studart - Rev. do Inst. do Ceará - T/XXXI - 1917, pág. 22.

5.3 O CEARÁ REPUBLICANO

Até o final da primeira década do século XIX, as rebeliões, sublevações e guerras ocorridas no Ceará mantinham-se nos limites internos da Província e decorriam de fatos isolados e sem nenhum comprometimento ideológico. As questões fundiárias eram as mais freqüentes, assim como o abuso de autoridade e os conflitos entre famílias, via de regra passionais, mas restritos a determinadas regiões interioranas. As convulsões de maior extensão eram também localizadas, envolvendo índios, porém estas, mesmo freqüentes e em alguns casos dirigidas, não suscitavam maior empenho governamental, nem socialmente extrapolavam as raiais de suas origens. Poder-se-ia dizer que o Ceará, sem estrutura econômica permanente, vivendo modestamente da bovinocultura, do algodão e dos plantios de subsistência, guardava na sua modéstia a paz dos que aprendem a sofrer com resignação. A partir, no entanto, de quando Pernambuco passou a exportar seus ideais libertários, revolucionando de maneira inusitada e contagiante as vizinhas Províncias setentrionais, rompeu-se o elo do passado e o seu ingresso na ordem das transformações adquiriu forma e consistência.

As primeiras sementes doutrinárias, visando à introdução do sistema republicano na Província, foram transplantadas pelas mãos do Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Seus contatos iniciais se deram via Aracati, aonde terá chegado em agosto de 1812, conforme referências posteriormente feitas pelo Governador Manuel Inácio de Sampaio. Sua presença no Ceará prendia-se ao fato de ter sido nomeado Ouvidor da Comarca, com sede em Fortaleza, até então ocupada pelo seu colega Manuel Antônio Galvão, embora secretamente a guardar como atividade complementar difundir os ideais republicanos. Sua transferência para Fortaleza, em termos de moradia, ocorreu em 1813, não propriamente na

qualidade de titular da Ouvidoria, mas na expectativa de vacância do cargo e sua conseqüente nomeação.

Por razões não bem esclarecidas, pelo menos historicamente, ignoram-se os motivos pelos quais a vinda para Fortaleza antecipara-se ao advento da investidura em expectativa, a não ser que houvesse como principal objetivo arrebanhar simpatizantes em torno de suas pregações. Isso ele já havia feito no Aracati e disso o Governador Sampaio já havia tomado conhecimento, o que menos ainda justificaria sua presença na Capital. Subordinando-se a questão sob a ótica desse pressuposto, pode-se chegar à conclusão de que esse fora o seu propósito, visto como nas atitudes seguintes os fatos corroboram. Em seu relacionamento com o Ouvidor Galvão, procurou influir artificialmente em suas decisões, orientando-as no sentido de ferir os interesses de Sampaio e por essa forma tornar ainda mais assíduos os desentendimentos. Galvão não se percebeu da manobra. Os casos, então, sucederam-se e os descontentamentos governamentais se multiplicaram até que finalmente o dique rompeu-se. Com a prisão do vigário de Sobral, fato que não somente revoltou o clero como também o próprio Governador, abreviou-se a exoneração do atrabiliário Ouvidor.

Com o afastamento do Ouvidor Galvão e não tendo ainda chegado a sua nomeação para o cargo, passou a exercê-lo interinamente o Juiz-de-Fora José da Cruz Ferreira, o mesmo que em outra parte já vimos como delator no Recife. Complicou-se a situação. Medíocre e inseguro e além disso contrário aos ideais republicanos, Cruz Ferreira tornou-se seu inimigo e ao mesmo tempo simpático ao chefe do governo. Como forma de tirar partido dessa situação, Rodrigues de Carvalho mudou de tática, passando a favorecer aos que tinham contas a prestar com a justiça. Graças a esse trabalho, desenvolvido cautelosamente junto às pessoas de maior influência, pôde granjear em torno de sua personalidade elevado grau de simpatia e conseqüentemente melhores oportunidades em favor de suas pregações.

Em outubro de 1814, finalmente, concretiza-se o plano, tão demoradamente esperado e procrastinado pelos que não desejavam tê-lo à frente de cargo tão relevante. Isso se comprova à vista do

comportamento de Sampaio, que, na tentativa de obstar-lhe a posse, reclamou a ausência de certas formalidades processuais, se bem que inocuamente, visto como as suas exigências podiam ser supridas em data posterior. Investido no cargo, uma das primeiras preocupações do recém-nomeado Ouvidor consistiu em promover correições no interior, não propriamente para cobrar impostos ou rever antigos processos engavetados mas para difundir no sertão o liberalismo reacionário.

Durante os anos de 1815/16, esse trabalho de conscientização massificada se intensificou, notadamente junto às pessoas com quem antes mantivera entendimento ou haviam sido favorecidas em decisões da justiça, assim como junto às boas amizades conquistadas na Capital. Dentre os que moravam em Fortaleza, contavam-se o Tesoureiro de Rendas Reais Luís Antônio da Silva Viana, o Capitão-Mor Antônio José Moreira, o vigário de Arronches Joaquim Pereira de Castro, o padre José da Costa Barros, o Inspetor do Algodão José Pacheco Spinoza, José Tibúrcio Pamplona, Vicente Rodrigues de Carvalho, Sargento-Mor Pedro José da Costa Barros, Ângelo José da Expectação, o naturalista Feijó e outros influentes próceres da política cearense. No interior privavam da mesma corrente Inácio Tavares Benevides (Crato), padre Domingos de Melo Ferreira (Icó) e padre José de Lima (Arneiroz), todos de sua confiança e integrados irmãmente aos princípios gerais de libertação nacional. (9)

Diante do que se sabe a respeito do Governador Sampaio, sua fidelidade ao monarquismo, sua ojeriza às falácias de cunho libertário e o seu vigilante trabalho contra as atividades secretas do Ouvidor Carvalho, poder-se-á tachar de inconcebível a difusão doutrinária que se realizava na Província. Os espiões, os mexeriqueiros do tipo do Juiz-de-Fora José da Cruz e o próprio vazamento de conversas despreziosas seriam suficientes para denunciar as conspiratas, os conventículos, no dizer de Sampaio, e por essa forma colocar em risco qualquer plano em evolução. Esse risco não existia. As reuniões nas quais se tratava de assuntos reacioná-

(9) Rev. do Inst. do Ceará - Carlos Studart - T/XXXI - 1960, pág. 16/17.

rios eram protegidas por segredo maçônico, jurado e cumprido, tendo como ponto de encontro a residência do próprio Ouvidor, do vigário Antônio José Moreira ou de outro qualquer membro, negando aos olheiros qualquer chance de penetração.

O trabalho de interiorização mais expressivo realizado pelo Ouvidor Carvalho ocorreu quando de sua viagem ao Cariri para instalação da Vila de Santo Antônio do Jardim (03-05-1816). Concluídas as solenidades e já de retorno pelo Crato, demorou-se nessa vila por alguns dias, o suficiente para ampliar suas amizades e formar novos adeptos. Não se sabe ao certo por quanto tempo tenha demorado no Crato, nem quantos iniciados tenha conquistado, porém os resultados foram satisfatórios. Depois desse estágio, em que os trabalhos da Ouvidoria se misturavam com a propagação ideológica, permaneceu por algum tempo no Icó, onde reeditou as mesmas atividades secretas, de modo que somente em março do ano seguinte estaria de volta à Capital. Seria, então, a fase negra de sua passagem pelo Ceará, o rompimento do ódio monarquista e as punições contra aqueles que secretamente arquitetavam planos revolucionários.

Já vimos que o movimento revolucionário de Pernambuco triunfou, pelo menos de impacto, e que a tendência seria estender-se a outras Províncias, notadamente as da vizinhança, dentre estas o Ceará. Isso de fato ocorreu. A Paraíba integrou-se ao novo sistema em 15 de março e o Rio Grande do Norte, também movido pelos mesmos sentimentos, fez sua proclamação libertista em 22 do mesmo mês, faltando apenas o Ceará, onde a vigilância de Sampaio seria capaz de impedir qualquer movimento.

Um dia após o ato proclamatório do Rio Grande do Norte, depondo o governo monarquista e colocando no trono o dirigente republicano, chegou a Fortaleza a primeira notícia sobre o que ocorrera em Pernambuco. Procedente de Pernambuco, aportou uma jangada na qual viajava um negociante do Açu e com ele vinham as informações sobre tudo o que ocorrera naquela Província. Não se sabe se por convicção monarquista ou por simples espírito de fofoqueiro, este negociante dirigiu-se ao Governador Sampaio e relatou minudentemente o que testemunhara. Sampaio,

então, não teve dúvidas quanto aos possíveis envolvidos na conspirata, bastando para tanto ligar os conventículos aos políticos de quem apenas desconfiava. Seriam estes, segundo o seu testemunho escrito, o naturalista João da Silva Feijó, o vigário Antônio Moreira e o próprio Ouvidor João Antônio de Carvalho.

Em horas avançadas da noite de 29 de março (1817) e sem que informações mais recentes e dignas de maior credibilidade tenham chegado aos ouvidos de Sampaio, retorna do interior o Ouvidor Carvalho, acompanhado de parte dos seus assessores. Chovia copiosamente. A despeito do tempo chuvoso e do aprofundamento da noite, compareceram a sua residência o comerciante Mariano Gomes da Silva e o vigário de Arronches, padre Antônio Moreira. Dessa visita nada restou para a história, pelo menos em termos de documento, porém, diante do que ao correr dos últimos dias se propalava, o motivo principal terá sido informá-lo sobre o que houvera dito o comerciante do Açu e a expectativa gerada em torno do que poderia acontecer.

Na mesma noite e sem que os amigos do Ouvidor Carvalho houvessem tomado conhecimento, aportou em Fortaleza o bergantim "Inocência", vindo de Pernambuco e trazendo dentre os passageiros o comerciante Manuel Gomes da Cunha. Esse comerciante testemunhara, tanto quanto o anterior, as ocorrências do Recife, porém mais que o outro merecia credibilidade junto ao Governador Sampaio. Dirigiu-se, então, a Palácio e prestou as informações que dariam a Sampaio a segurança de que necessitava para a adoção das medidas de sua responsabilidade. Delator reles para os republicanos, mas fiel ao monarquismo no dizer dos que detinham nas mãos o poder, esse comerciante seria mais tarde compensado pela sua lealdade. Sampaio requererá em seu favor uma pensão vitalícia, ou, em caso de não acolhimento pela Corte, a comenda da Ordem de São Thiago, preço bastante elevado para simples delator.

No dia 30 de março e sem que tenha havido a intenção de denunciar o Ouvidor Carvalho, chega a Fortaleza o restante de sua comitiva e dirige-se como de praxe a Palácio. Nenhum dos participantes da comitiva tinha conhecimento do que se passara em Per-

nambuco e tampouco sabia dos receios de Sampaio ou qualquer fato novo que incriminasse o chefe da expedição. Nessa oportunidade, entre conversações de somenos importância e próprias dos bájulos encontros, surgiu a informação segundo a qual o Ouvidor fizera apressar o retorno, deixando de cumprir parte do seu itinerário. Sampaio, então, montou as pedras que lhe faltavam juntando o que acabara de ouvir aos boatos mais recentes do dia. Dizia-se que com o triunfo da Revolução Pernambucana e o sucesso republicano no Ceará, deveriam ser presos, além do Governador Sampaio, os oficiais da tropa de linha e o sargento-mor e comandante das milícias de Sobral Francisco Inácio da Costa. A pretexto de agravar ainda mais a situação comentava-se, sobre o comandante Francisco Inácio, que sua prisão seria efetivada, mesmo que para tanto o arrancassem "de entre as pernas do próprio Sampaio".

Resoluto e sem alimentar dúvidas quanto a participação do Ouvidor no movimento revolucionário, Sampaio adotou de pronto as providências que lhe pareceram oportunas, mandando policiais cercarem as casas não só do principal suspeito como dos demais cujos nomes figuravam na lista dos possíveis implicados, dentre estes o comerciante Mariano Gomes e o vigário Antônio Moreira. João Antônio de Carvalho e o comerciante Mariano Gomes foram recolhidos imediatamente ao calabouço, e quanto ao vigário Antônio Moreira, por desfrutar de regalias próprias da sua condição de religioso, Sampaio consentiu deixá-lo permanecer em liberdade.

5.4 FIM DE UMA REVOLUÇÃO QUE NÃO EXISTIU

Com a prisão dos principais implicados, Sampaio julgou-se triunfante como se de fato houvesse comandado uma revolução e festejou com o povo triunfo que nunca existira. Em 6 de abril, quando não restavam mais suspeitos a ser encarcerados, reuniu povo, clero e nobreza e deu a essa reunião um caráter festivo e publicamente repleto de exaltações. Montou defronte o Palácio um palco, diante do qual, além dos participantes ilustres, perfilou-se o corpo de tropas e de modo especial o capitão-mor da vila, o monarquista Antônio José de Castro, a quem coube a honra de portar com orgulho o lábaro vitorioso da soberania lusa. Falaram diversos oradores, dentre outros o presidente da Câmara e o Juiz-de-Fora Manuel José de Albuquerque, todos a tecer louvaminhas e a enaltecer com vibrantes palavras os sentimentos de fidelidade Bragantina de que era detentor Sampaio. Até o vigário Antônio Moreira, incluído por Sampaio no rol dos traidores, participou do evento, embora sem fazer qualquer manifestação. Por fim, usou da palavra o próprio chefe do governo, que, em discurso recheado de patriotismo e de entusiasmo luso, conseguiu sensibilizar os ouvintes, notadamente os que votavam repúdio aos inovadores libertistas. Essas solenidades se prolongaram por dois dias consecutivos, tempo durante o qual a repetitividade patriótica dominou as atenções, deixando na consciência de cada participante a convicção de que evidentemente triunfara-se sobre o inimigo.

Em 16 de abril (1817), quando os indícios revolucionários haviam totalmente desaparecido, zarpa de Fortaleza um navio mercante e nele Sampaio fez embarcar o Ouvidor Carvalho, preso e tendo como destino as prisões da Bahia. E no dia seguinte, dando prosseguimento ao seu trabalho de dedetização republicana no Ceará, baixou expediente através do qual adotou as seguintes medidas:

— apreensão de todas as embarcações surtas no porto de Fortaleza cujo destino fosse Pernambuco;

— fazer difundir, entre os criadores da Província, o boato segundo o qual a condução de gado para Pernambuco estava ameaçada de grandes riscos;

— bloquear as estradas de acesso a Pernambuco, por onde deveriam ser conduzidos os rebanhos cearenses, a fim de que aquela Província ficasse privada do seu abastecimento de carne;

— guarnecer as fronteiras do Ceará, nos pontos lindentes entre Rio Grande do Norte e Paraíba, a fim de que, em caso de invasão pernambucana, as tropas revolucionárias fossem repelidas;

— reforçar a fronteira do Aracati com o Rio Grande do Norte e instalar presídios em vários pontos da costa cearense, a fim de que o desembarque de tropas pernambucanas, caso fosse tentado, encontrasse total resistência;

— construir fortificações na Capital;

— montar guarda particular para defesa de sua residência;

— armar os índios moradores nas aldeias vizinhas da Capital;

— remeter para o Maranhão os prisioneiros existentes na cadeia de Fortaleza (crimes de morte), a fim de que numa eventual sublevação não fossem libertados pelos invasores;

— conceder aumento de soldo ao batalhão de linha;

— nomear em cargo de comissão, os alferes disponíveis, a fim de que os lugares vagos fossem preenchidos;

— promover os oficiais inferiores, sendo uns a efetividade e outros a graduados;

— estabelecer, finalmente, que após o conflito, caso este se verificasse, todos os cidadãos livres poderiam obter baixa, desde que assim o desejassem. (10)

(10) Rev. do Inst. do Ceará - Barão de Studart - Movimento Revolucionário de 1817 - T/XXXI - 1917, pág. 111.

Diante desse acervo de medidas, todas escandalosamente implantadas, poder-se-ia dizer transformara-se o Ceará em verdadeira praça de guerra, faltando apenas os combatentes adversários. Estes, entretanto, poderiam até deixar de existir, como de fato não existiam, resumindo-se tudo a estardalhaço proposital. Sampaio queria provar perante o povo e o Rei sua dedicação pelas Cortes lusas e o seu poder de fogo caso a Província viesse a ser invadida. Atingira seus objetivos e tanto assim fizera, que em 24 de abril de 1817 fez publicar edição do jornaleco ao qual denominou de "Gazeta do Ceará" e nele fez consignar farto material informativo, dedicando-o exclusivamente ao "frustrado" movimento revolucionário.

Esse jornal seria espécie de "Diário Oficial" do governo e destinado à publicação de atos oficiais, porém feito em manuscrito, visto como na Província não existiam serviços gráficos. No momento, serviu para levar ao interior as informações sobre os fatos supostamente ocorridos e as providências governamentais, tendo como principal finalidade desencorajar a quantos tentassem conspirar contra as soberanas Cortes. Neste ponto, como já nos antecipamos a certos acontecimentos vinculados ao movimento revolucionário de Pernambuco, deixaremos Sampaio por algum tempo e buscaremos em outra vertente as águas que irão provocar inundação em outras fontes da Província.

5.5 REPÚBLICA DO CRATO

O movimento revolucionário de Pernambuco, momentaneamente vitorioso e com perspectivas de extensão ao longo das vizinhas Províncias, pecou por falta de coordenação e simultaneidade, oferecendo ao inimigo o ensejo de combatê-lo isoladamente. Isso se deu menos pela vontade dos seus idealizadores que pelo caráter accidental verificado no momento de eclosão. Os acontecimentos militares do Recife anteciparam o desfecho. Houve como consequência dessa situação o distanciamento de datas, a dependência exclusiva do triunfo pernambucano, quando o correto teria sido a sublevação individual e coincidente de cada Província, o que pela extensão e amplitude teria fortalecido as bases revolucionárias. Tivemos, então, Pernambuco em 6 de março, Paraíba em 17 e Rio Grande do Norte em 22 do mesmo mês, tempo suficiente para que em cada caso o trabalho de repressão governamental se organizasse. E o Ceará, mais distante e menos vulnerável ao doutrinação massificado, contara apenas com o trabalho realizado pelo Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, o que nada significaria em termos de sublevação isolada. Assim, tão logo se organizou o governo provisório de Pernambuco, determinou-se para o Ceará a comitiva que deveria levantar as forças de adesão ao movimento, cabendo essa tarefa ao diácono José Martiniano de Alencar.

Alencar deixou o Recife logo nos primeiros dias de eclosão do movimento revolucionário e teve como companheiro de viagem, pelo menos até Pombal, o patriota Miguel Joaquim César de Melo. Sua designação continha a assinatura de dois membros do governo provisório, o padre João Ribeiro Pessoa e Domingos José Martins. O roteiro de viagem assim como as demais instruções a serem observadas estão vazados nos seguintes termos:

"Irão os patriotas fazendo sua viagem com toda paz, política e cautela, obrando por esse modo: quando tratarem com os povos por onde passarem, se os acharem dispostos para a boa causa procurarão acender ainda mais o seu patriotismo, mostrando-lhes as antigas opressões e os bens que nos virão de não sermos mais governados por ladrões, que vêm de fora chupar a nossa substância; se acharem os povos em uma total ignorância e abatimento, procurarão dar-lhes algumas idéias a favor da causa e inflamá-los, porém se acharem algum tenaz partidista da tirania não entrarão com ele em discussão, bastando apenas que o fiquem conhecendo. Assim, irão direito até se avistarem com o vigário de Pombal e dele obterão notícias do estado da Comarca do Ceará, tanto do seu interior como beira-mar, e terão notícia do padre Luiz José. Se o padre Luiz José se tiver declarado pela boa causa irão ter com ele e dali partirá o Patriota "B", (11) pelas cabeceiras do Rio do Peixe ao seu destino, ficando com o padre José Luiz o Patriota "A", (12) para dali escrever cartas e mandar papéis para os seus amigos do Icó. Estas cartas deverão ser persuasivas e sem darem a entender que as pessoas, para quem foram dirigidas, têm princípios de quere-rem a Liberdade, para não os comprometerem. E chegando ao Pombal, se houver certeza de que o padre Luiz José não é pela Pátria, daí seguirão o mesmo destino. E, se parecer, ambos irão para o Crato, por cima. Revolucionando o Crato e o Icó, mandarão logo a Pernambuco aviso para lhes ir em socorro, e estas vilas podem, com cartas e proclamações, fazer que se levantem Aracati e Sobral e, mesmo sem socorro de Pernambuco, poderão atacar a vila de Fortaleza e destruir o Tirano". (13)

(11) Patriota "B" - José Martiniano de Alencar.

(12) Patriota "A" - Miguel Joaquim César.

(13) Rev. do Inst. do Ceará - T/XXXI - 1917, pág. 120/121 - Studart.

Seguindo o roteiro contido nessas instruções, os dois patriotas atingiram o Rio do Peixe (Cajazeiras-PB), exatamente dentro das previsões de que o padre Luís José os acolheria, formando ao lado dos que se haviam engajado na campanha. Desse ponto, cada um tomava o seu destino. Antes, porém, de tomar a rota do Crato, Alencar resolveu se antecipar e despachar adiante um mensageiro, munido de instruções e levando consigo farto material de propaganda, além de cartas aos amigos e à própria mãe, D. Bárbara de Alencar, encarregando dessa tarefa Geraldo Henrique Mira. Partiu em seguida, mais vagaroso e cercado de cautela, visto como a essa altura os agentes de Sampaio já andavam à espreita.

Sua chegada ao Cariri deu-se ao anoitecer do dia 29 de abril de 1817, no sítio Pau Seco, lugar do qual era proprietária a própria mãe, D. Bárbara de Alencar, e conseqüentemente em casa, como se diz na intimidade. Pernoitou. No dia seguinte e ainda cauteloso quanto a sua chegada à vila, chegou ao sítio Pontal, propriedade do seu amigo, o padre Miguel Carlos da Silva Saldanha. Esse seria o primeiro e um dos importantes contatos, visto como de sua adesão ao movimento poderia ocorrer o engajamento de José Pereira Filgueiras. Depois de cumprir essa parte da missão, obviamente infrutífera, pelo menos com relação a Pereira Filgueiras, fez o restante da caminhada até Crato, onde no mesmo instante se reuniu com parentes e amigos.

Logo nos primeiros entendimentos, desagradável notícia lhe foi transmitida. Geraldo Henrique de Mira, a quem ele despachara da Paraíba, caíra nas mãos dos milicianos de Sampaio e com ele se fora toda a correspondência. Continha essa correspondência, além de referências comprometedoras de familiares seus, recomendações diversas, dentre outras um manifesto segundo o qual seu nome constava como porta-voz da Revolução. Seria perda irreparável, tanto do ponto de vista doutrinário, pelo desaparecimento do material de propaganda, quanto pela identificação dos possíveis envolvidos. Alencar, no entanto, procurou esquecer o fato, já que dos principais documentos possuía cópias e procurou logo entrar em ação, reunindo sob seu comando parentes e amigos.

O dia primeiro de maio revestiu-se de intensa movimentação, contatos pessoais, entrega de correspondência, divulgação dos ideais revolucionários, objetivos a serem alcançados, chances de triunfo e preparo de lideranças com vistas à eclosão do movimento. Em verdade, o sucesso obtido não correspondeu às expectativas. Já no dia seguinte e sem que ele houvesse tomado conhecimento, formavam-se em torno do assunto opiniões diversificadas. Houve divisão de pensamento em dois sentidos ou o que se poderia caracterizar de partidarismo, separando as opiniões em dois grupos. De um lado apareciam pela primeira vez os rumores do "liberalismo nacionalista", até então desconhecido e a prometer franca ascensão. Do outro predominava o conservadorismo luso, o repúdio aos ideais libertivos e os sentimentos de fidelidade à monarquia, sendo que a parcialidade mais expressiva concentrava-se neste último grupo. Além desses obstáculos, espelhava-se na personalidade do jovem entusiasta certa dose de insegurança ou mesmo falta de credibilidade, o que no futuro poderia comprometer os adesistas da nova filosofia. Faltava a Alencar a vivência política, o embasamento artificioso e convincentemente retórico, ingredientes diante dos quais sua capacidade de liderança fosse refletida. Poucos, então, seriam os que se dispunham a colocar o pescoço na armadilha, caso o movimento fracassasse e surgissem de imediato as represálias. Restou como esperança apelar para o líder caririense José Pereira Filgueiras, que apesar de monarquista tradicional e de exercer cargo de confiança no governo Sampaio, poderia ceder diante das amizades. Seria a mais valiosa conquista da região. Apreensivo com os resultados da campanha, Alencar reuniu-se ao irmão Tristão Gonçalves e ao Frei Francisco de Santa Ana Pessoa e dirigiu-se ao sítio São Paulo (Barbalha), onde demoradamente manteve contato com Pereira Filgueiras (02.05.1817).

Sobre o que politicamente possa ter ocorrido entre Alencar e Pereira Filgueiras a história não registra. Obviamente, se deduz que o assunto não terá sido diverso, porém em caráter sigiloso; tanto por sua relevância quanto pelos resultados ou as conveniências que o momento exigia. Sabe-se, no entanto, que se Alencar não conseguiu de Filgueiras o apoio ostensivo, obteve pelo menos

uma recusa enfeitada com adornos passivos ou a promessa de omissão. Isso se comprova não só pelo indiferentismo de Filgueiras no desenrolar inicial dos acontecimentos, mantendo-se isolado a ponto de ser denunciado a Sampaio pelos partidários, como em razão da amizade existente na própria área familiar. Filgueiras era compadre de D. Bárbara de Alencar. Quaisquer, então, que tenham sido os resultados, quando Alencar retornou ao Crato sua decisão de ir à luta já estava amadurecida, improrrogável e resolutamente firmada para o dia seguinte.

Domingo, 3 de maio, realizava-se pela manhã a missa conventual. A Igreja matriz estava apinhada de fiéis, gente da vila e dos sítios, conforme habitualmente ocorria. Surgiu de inopino Alencar, vestido de batina, e a dirigir-se imediatamente rumo ao altar. Até esse ponto nada de estupendo poderia ser divisado ou mesmo previsto, uma vez que como religioso sua presença no sole-ne instante seria apenas normal. A estupefação começou, quando no momento oportuno ele assumiu o púlpito, depôs o roquete e assumiu a postura de quem evidentemente iria fazer a homilia. A uns causou espanto, porém a outros, aos que de parceria com ele já conheciam previamente o sentido, coube apenas aguardar o desfecho.

Procedendo de modo contrário à praxe doutrinária da Igreja, iniciou o seu discurso com arroubos de predicação política, dissecando com precisão a sofrida realidade brasileira. A oração despertou geral interesse, trazendo a atenção dos ouvintes para o campo das simpatias e arrancando momentosos aplausos. Quando oportuno julgou, fez ecoar de maneira candente o grito revolucionário que surpreendeu, propondo que se fizesse instalar a República do Crato. Houve frêmitos de aquiescência. Triunfante e ao mesmo tempo fascinado com o sucesso, mandou hastear a bandeira branca do adro e dela fez o lábaro vitorioso da Revolução. Do lado de fora, onde vasta multidão se concentrava, estrugiu o pipocar de fogos, em que não somente peças de artifício foram queimadas, como também disparos de espingardas e outros tipos de arma completaram o espetáculo. Festejou o Crato uma epopéia de fantástica aparição, proclamando sem efusão de sangue o fim da tira-

nia monarquista e instalando festivamente os princípios gerais de liberdade e justiça. O passo seguinte consistiu em dar forma política e estruturação jurídica ao grito proclamatório, destituindo as autoridades monárquicas e elevando ao poder os novos guardiães da vila.

A essa nova etapa ele deu prosseguimento logo após deixar o púlpito. Cercado de parentes, amigos e povo, que nem mesmo entendera o significado da proclamação, tomou a direção da Câmara, vencendo o percurso debaixo de estrepitosas manifestações. Ao atingir a Câmara, onde expressiva multidão já se concentrava, mandou hastear a bandeira branca do adro, eleita improvisadamente como símbolo triunfal da Revolução, e passou aos atos complementares de consolidação da recém-instalada República, elegendo solenemente os que deveriam presidir a nova estrutura administrativa da vila. (14)

Dentre os novos dirigentes da recém-instalada República destacavam-se Francisco Pereira Guimarães, para o comando da vila, e no comando geral das forças revolucionárias José Pereira Filgueiras, embora este não se encontrasse presente, nem de sua aquiescência houvesse confirmação. Seria o que politicamente se costuma classificar de inteligente jogada, envolvendo o pretendido à sua revelia e depois conquistar-lhe a adesão. Contudo, algo de inexplicável existia, levando-se em conta a presença de Filgueiras no jantar comemorativo do triunfo, evento que à noite do mesmo dia realizou-se em casa de D. Bárbara de Alencar. Ao ágape não só Filgueiras compareceu como também um seu filho, além do seu amigo José de Sousa Brabo. Com Filgueiras ou sem ele, não se pode negar a Alencar o pioneirismo republicano no Ceará, embora furtivo e passageiro, mas a legar para a história dados importantes em favor de nossas conquistas liberais.

(14) Carlos Studart Filho — Rev. do Inst. do Ceará — T/LXXIV — 1960 pág. 52.

5.6 DECADÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Passados os instantes iniciais de euforia, surgiu a ressaca moral, própria dos momentos impensados, das empresas sem consistência e dos impulsos coletivos geradores de falso entusiasmo. Muitas pessoas não sabiam nem mesmo o porquê das entusiásticas manifestações, visto como para tanto não estavam preparadas, nem convenientemente doutrinadas a respeito da mudança de sistema. Na concepção de muitos, república e monarquia não lhes alterava a rotina de trabalho, nem lhes acrescia na panela alguns carochos de feijão, servindo apenas para dar emprego aos políticos e seus familiares. Como forma de maior desestímulo, começaram a circular boatos segundo os quais Pernambuco já se encontrava em guerra e que as Províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba viviam momentos difíceis, pressionados por tropas monarquistas. Além desses comentários, todos alarmantes e inquietadores, começaram a circular informações sobre manifesto do Governador Sampaio, através do qual não só são lembrados os deveres de cada cidadão para com o Rei, como sérias ameaças são proclamadas contra os que se mostrarem insurgentes. Num dos tópicos do manifesto pinta-se em cores negras o demoníaco liberalismo. No final, conclama e apela para as tradições conservadoras dos leais representantes da magnânima soberania lusa e condena os agitadores, os que a pretexto de independência pretendem levar o país à desordem. Essa nova fase deixa Alencar preocupado, porém não lhe retira o ânimo, vendo-se apenas forçado a buscar apoio em outras fontes.

Em 5 de maio de 1817, fazendo-se acompanhar de Francisco Carlos Rozendo Zacarias, Francisco Pereira Arnaud, Francisco Cardoso de Matos, Inácio Tavares Benevides e Alexandre

Raimundo Bezerra, dirigiu-se ao Jardim, na esperança de que o seu tio Leandro Pereira de Alencar formasse ao seu lado. Nessa empresa, os resultados foram apenas de fachada. Durante as horas em que permaneceu no Jardim, houve recepção festiva, certamente em relação ao parentesco, a presença sempre honrosa de Alencar na vila, porém em termos de efetivo apoio somente o tio firmou o seu propósito de adesão.

Nos dias compreendidos entre 6 e 9 de maio, intensificaram-se na vila as atividades anti-revolucionárias, as pressões monarquistas sobre os indecisos e os que açodadamente haviam festejado o triunfo republicano, e a organização de forças para deter o movimento em seu nascedouro. Apresentou-se como cabeça do movimento o tenente-coronel de Milícias Leandro Bezerra Monteiro, assessorado pelo sargento-mor José Vitoriano Maciel e o escrivão da Câmara José Antônio Ferreira Chaves. Foram, então, convocados os soldados às armas, assim como expedido ofício ao Governador Sampaio, documento em que se consignam todos os pormenores concernentes ao movimento revolucionário, além de conter informações injuriosas contra o capitão-mor José Pereira Filgueiras, acoimando-o de parcialidade com os rebeldes. Em expediente simultâneo, Leandro Bezerra dirige-se ao coronel e comandante das Tropas de Fronteiras do Jaguaribe, Alexandre José Leite Chaves e Melo, solicitando dessa autoridade o apoio anti-revolucionário. Faltava, no entanto, o apoio de Pereira Filgueiras, se não declaradamente a formar ao lado de Alencar, pelo menos omisso, visto como de sua parte nenhuma providência havia sido tomada. No sentido de persuadi-lo, Leandro usou de expediente estratégico, encarregando dessa tarefa o próprio filho Geraldo Teles de Meneses, a quem Filgueiras tinha especial atenção. Este nada conseguiu. Em segunda tentativa, usou como intermediário o padre Francisco Gonçalves Martins, a quem pelo respeito e pela confiança nele depositada Filgueiras não poderia escusar-se. Ignoram-se os pormenores dessa missão, porém, a avaliar pela resolução de Filgueiras, em marchar contra os revolucionários, colocando em armas cerca de mil "cabras", deve-se concluir que a recondução de Filgueiras ao seio das hostes monarquistas não comporta dúvida.

Em 10 de maio de 1817, registraram-se na vila as primeiras manobras legalistas, a contra-revolução organizada por Leandro Bezerra e seus partidários. O escrivão do Termo, José Antônio Ferreira Chaves, e o seu amigo Francisco Miguel Pereira da Silva encarregaram-se da arregimentação de voluntários e de alertar os partidários do monarquismo quanto aos deveres de defender a causa de S. Majestade o Rei. Como se isso não bastasse e ainda restando dúvidas quanto à participação de Pereira Filgueiras, fizeram retornar ao seu sítio nova comitiva, de modo que ao fechar do dia vasta programação constava em vias de conclusão, faltando apenas o momento exato de acometer os republicanos.

Na manhã de 11 de março registra-se na vila intensa movimentação. Os monarquistas formavam em posição guerreira. Contingentes armados, compostos na maioria de civis, bloqueavam as principais estradas de acesso à vila, numa clara demonstração de que os rebeldes estariam sitiados. Por volta do meio-dia, chegaram de Barbalha as tropas comandadas pelo capitão-mor José Pereira Filgueiras e acamparam no subúrbio da vila ou precisamente no "Barro Vermelho", fazendo instalar nesse local a bandeira do Império. Se alguém indagasse no momento a razão de tamanho espetáculo, por certo ficaria sem resposta, visto como da parte dos sediciosos, restritos a um punhado de heróis, parentes de Alencar e amigos da família, não suscitavam tamanho empenho. Mantinham-se encurralados na Câmara Municipal, onde o seu "QG" fora montado e praticamente sem condições de resistir.

Diante do aparato e na impossibilidade de oferecer confronto, resolveram os sediciosos tentar pela última vez isolar Filgueiras ou conquistá-lo para as suas hostes, enviando um mensageiro ao comando anti-revolucionário. Serviu de medianeiro o major Joaquim Francisco de Gouveia Ferraz, pessoa de relevo na sociedade cratense e de fácil penetração na facção inimiga. Ignora-se que tipo de cortesia (ou descortesia) terá ocorrido como introdução parlamentar, porém do que desse encontro resultou claramente ficou definido. Filgueiras aproximou-se de Ferraz, retirou o pé do estríbo e com essa mesma "arma" aplicou-lhe tremenda rebatida. Em seguida o prendeu. A partir desse instante estavam se-

lados os destinos republicanos no Ceará, frustrados em seu nascedouro com a prisão do Ouvidor Carvalho, há bem pouco realizada por Sampaio e no momento pela intervenção de José Pereira Filgueiras.

5.7 DESFECHO REVOLUCIONÁRIO

Depois do incidente, iniciou-se a operação que deveria sufocar os reacionários. Descem o morro os principais líderes monarquistas, dentre eles José Pereira Filgueiras, Leandro Bezerra Monteiro e José Vitoriano Maciel. Alcançam rapidamente a vila e cercam o quartel-general dos amotinados, deixando-os completamente sem condições de reagir. Destroçam a bandeira revolucionária e colocam no lugar o lábaro monarquista, numa demonstração ostensiva de que o movimento anti-revolucionário triunfara. Seguem-se a partir desse instante as prisões dos principais líderes republicanos, a começar por José Martiniano de Alencar, seus irmãos Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e padre Carlos José dos Santos, Inácio Tavares Benevides e Frei Francisco de Santa Ana Pessoa. Colocam-nos ao lado do já prisioneiro Gouveia Ferraz. Enquanto isso, outros participantes do frustrado movimento desertam, procurando isentar-se de culpa, havendo também os que, não tendo desertado, juram publicamente fidelidade ao Rei, tal como aconteceu com Francisco Carlos e Bartolomeu de Quental. Cada um procurava a seu modo livrar a pele ou esquecer que momentos antes vestira a camisa de republicano, sem se excluir os redimidos até mesmo parentes e amigos de outrora com que contara Alencar. Desse episódio seriam guardadas pungentes e lamentáveis recordações. Quando no cárcere, a lembrar os mais devotados amigos e até parentes, sofrido e sem esperanças, nasceria do vate solitário o grito merencório de protesto:

“Não lastimo do terrível cárcere a opressão,
Nem dos pesados ferros o rigor,
A perda dos bens não me causa dor,
Não sinto contra mim a parca da mão.

A pobreza, o desprezo e a humilhação,
Em mim não causaram o menor temor,
Nem de cruéis trabalhos o vigor
Abatem meu firme e constante coração.

Dos meus parentes a esquivança
Não sinto; desprezo com constância,
De bárbaros inimigos a vingança.

Só sinto, só lamento com instância
E trarei escrito na lembrança,
De certos amigos meus a inconstância”.

“É do infeliz José Martiniano Pereira”. (15)

(15) Rev, do Inst. T/XXXI — 1917 — pág. 148 — Studart.

5.8 NA ROTA DO CÂRCERE

Depois de dominados e aprisionados os sediciosos, reeditaram-se os atos próprios dos que vencem e querem demonstrar ao mundo o poder tirânico de reprimir o vencido. A Casa da Câmara, local onde os reacionários haviam montado seu quartel-general, mudou de ocupantes e serviu de palco para a recomposição da ordem monarquista. Em sessão presidida pelo tenente e comandante do regimento de cavalaria, Leandro Bezerra Monteiro, com o assessoramento dos Juizes Ordinários capitão Manuel Joaquim Teles e Manuel de Jesus, assistidos pela oficialidade e povo, proclamou-se o novo quadro político-administrativo, preenchendo-se imediatamente os cargos municipais. Foram eleitos por aclamação Alexandre Raimundo Bezerra, o capitão Gonçalo José Ferreira, Francisco Pereira Guimarães e Francisco José de Andrade, os três primeiros como vereadores e o último como procurador do município. Com a realização desse primeiro ato, consolidou-se o triunfo monarquista, faltando apenas as providências acessórias e inerentes aos prisioneiros.

Antes que o destino dos sediciosos fosse incluído na pauta dos trabalhos, Leandro Monteiro houve por bem divulgar o sucesso obtido, dirigindo-se por ofício aos redutos mais importantes do monarquismo. Um dos redutos contemplados por esse tipo de comunicação constou como sendo o Icó, através de sua Câmara e a ter como material informativo farta produção literária. Consignavam-se no ofício elogiosas referências a Pereira Filgueiras e glorificava-se o "Onze de Maio" como tendo sido o dia de consagração da mais retumbante vitória já alcançada em terras caririenses. Comentava-se também sobre o destino a ser dado aos insurretos e nessa parte traçava-se o itinerário dos prisioneiros, quando de sua transferência para a Capital e passagem por essa e outras vilas da

Província. Até Icó, o percurso deveria ser coberto sob proteção de Joaquim Pinto Madeira, considerando que nesse espaço poderiam ocorrer tentativas de confronto, notadamente por forças republicanas do Rio do Peixe. Nesse mesmo estilo, diversos expedientes foram endereçados, inclusive ao Governador Sampaio, a quem mais interessava o assunto.

Em 12 de maio, dia imediatamente posterior ao desfecho revolucionário, os principais responsáveis pelo movimento já se encontravam na cadeia, exceto D. Bárbara de Alencar, a quem Pereira Filgueiras poupava esse vexame. Na qualidade de compadre e amigo, chegara até a se expor, insinuando-lhe fuga para a Paraíba, onde certamente deixaria de ser procurada. D. Bárbara, no entanto, recusara a sugestão, preferindo juntar-se aos filhos e com invulgar bravura enfrentar os rigores da lei.

Em 19 de maio, quando a situação local achava-se em completo domínio, chegavam ao Crato as primeiras informações sobre a derrota sofrida pelos republicanos nas diversas Capitais onde se instalara. O Rio Grande do Norte capitulara a 25 de abril, antes mesmo de deflagrado o movimento do Crato, vindo em seguida a Paraíba, datando de 7 do mês andante a restauração do poder pelos monarquistas. Soube-se também que no Ceará Sampaio havia-se antecipado a qualquer levante em Fortaleza, enquanto Pernambuco, melhor estruturado e mais fortalecido, apenas resistia em seus combates finais. Essas informações injetaram nos monarquistas do Crato novo alento e produziram manifestações de regozijo, dando aos que se haviam comprometido em favor das Cortes Lusas a certeza de que suas posições estavam ainda mais fortalecidas. Como forma de transpor para as Cortes essa convicção, resolveu a Câmara oficializar a D. João VI, relatando pormenorizadamente os principais lances da operação, declarando o que sucintamente corresponderá aos seguintes termos:

- 1) — que, uma vez vitorioso o movimento contra-revolucionário, ocorrido a 11 de maio em curso, fora totalmente restabelecida a ordem e o sossego públicos, restando somente a contenção do fluxo rebelde ainda existente no Rio do Peixe (Cajazeiras-PB).

2) — que, à vista da crise financeira, decorrente das comoções sociais registradas na vila, as tropas viviam momentos de grande abertura.

3) — que, em razão dessa ocorrência, havia deliberado a Câmara encetar movimento de subscrição popular, tentando por essa forma angariar fundos de suprimento para manter o pessoal subalterno.

4) — que, finalmente, já havia sido arrecadado, em dinheiro e bens comestíveis, o equivalente a 344\$000 (trezentos e quarenta e quatro mil réis), o que de certa forma aliviaría as necessidades mais prementes.

No dia 20 de maio, já concluídos os dispositivos que deveriam assegurar a condução dos prisioneiros para Fortaleza, inclusive com a presença de D. Bárbara de Alencar, começou por volta de três da tarde o ritual de humilhações. Tem-se como palco a cadeia pública da vila, onde o ferreiro se instala, de martelo e bigorna, e cumpre o seu trabalho de rebater os cravos das algemas. No espaço defronte e nas praças vizinhas, o povo se acotovela ansioso, tentando ver de perto o desenrolar da cena.

Movido pelo respeito ou certamente pelo temor, em ter que enfiar nos pulsos de um religioso as algemas, no momento de rebater a peça o ferreiro errou a martelada, atingindo em cheio os punhos de Alencar. Tristão Gonçalves testemunhou o golpe. Apesar de já se encontrar algemado e vigiado pela segurança, não conseguiu reter o impulso, desferindo contra o ferreiro dupla bofetada. O ferreiro caiu por terra. E Filgueiras, que no íntimo deve ter apreciado a reação, apenas silenciou, deixando entender que nada ocorreria.

Concluída essa primeira parte, os cavalos são trazidos para o local e em seguida os prisioneiros recebem instruções para montá-los. As precauções de fuga são terríveis. Coloca-se em cada prisioneiro uma corrente, envolvendo o pescoço, descendo cada ponta até as pernas e dessa extensão a voltear por baixo da barriga do animal, onde se dá o arremate. Somente D. Bárbara de Alencar

BH/UFC

não tem as pernas atadas, porém, como medida de precaução, mantém-se na ponta do cabresto um soldado. Como providência complementar, forma-se ao redor a escolta cujo comando está a cargo do Coronel de Fronteiras Alexandre de Chaves e Melo, obedecendo a seguinte disposição:

— Vanguarda — Formada por milicianos pertencentes ao Regimento dos Pardos, trajando camisa, ceroula e chapéu de couro e armados de clavinotes, cacetes e espingardas;

— Retaguarda — Formada por índios, nus da cintura para cima e portando como arma somente arcos e flechas. (16)

Surgiram no final as recomendações conclusivas do comandante-geral Pereira Filgueiras. Segundo o seu desejo e para maior ostentação do triunfo, a viagem Crato-Fortaleza deveria ser feita apenas durante o dia, sendo que na passagem de povoados e vilas houvesse regular demora ou o tempo suficiente para o cortejo ser notado. Seria esta a maneira de mostrar o destino de quantos se rebelassem contra o Rei. Ao dar por concluídas suas recomendações, ouviu-se o estridor de palmas e vivas, gesto natural com que o vulgo costuma brindar os vencedores.

No dia seguinte, o peregrino cortejo atingiu o Icó. Nessa vila, por ser uma das mais importantes da região, houve três dias de permanência, período durante o qual algumas alterações se processaram. Desligou-se do comando Joaquim Pinto Madeira, cuja responsabilidade não seria propriamente conduzir os prisioneiros, mas reforçar a segurança, visto como se supunha viessem tropas paraibanas para libertá-los. Em seu lugar assumiu o capitão de milícias Manuel da Cunha Freire Pedrosa, homem de inteira confiança monarquista e seguramente capaz de concluir o percurso sem colocar em risco a empresa. Feitos esse acertos, a marcha teve prosseguimento, seguindo a rota do Riacho do Sangue (Solonópole) e desse ponto em direção a São Bernardo de Russas.

(16) Rev. do Inst. do Ceará - T/12 - 1897 - pág. 41/42 - Dr. Paulino Nogueira.

Durante esse percurso, os prisioneiros se mantiveram com exemplar conduta, o que seria o óbvio, visto como proceder de modo diferente seria irracional e inconsequente. Essa moderação fez despertar na guarda certa parcela de confiança. No pernoite ocorrido no lugar denominado Cangati, o afrouxamento da vigilância estendeu-se além do que necessariamente seria admissível e deu-se ligeiro incidente. De posse de uma lima, arranjada não se sabe como, Alencar serrou as algemas e embrenhou-se na caatinga, levando em sua companhia os demais companheiros. Quando a tropa despertou, deu-se pelo logro. Irritado e ao mesmo tempo receoso de punições que por certo deveriam ocorrer, o comandante espalhou na caatinga os seus soldados, de modo que ao cabo de três dias conseguiu recapturar os fugitivos. A viagem, então, prosseguiu. Em dias do mês de junho (1817), sem data concretamente firmada, Sampaio recebia solenemente os prisioneiros e logo em seguida os encaminharia ao calabouço.

5.9 NA SOLIDÃO DO CÂRCERE

Na prisão, o tratamento dispensado aos indigitados foi simplesmente desumano. À exceção de D. Bárbara de Alencar, que teve o seu confinamento em quarto isolado, os demais ficaram em cubículos infectos, divididos em grupos de dois e absolutamente incomunicáveis. Antes, porém, de terem sido levados aos insólitos cubículos, foram revistados da cabeça aos pés, a pretexto de que poderiam conduzir instrumentos de metal ou mesmo os chamados "bilhetinhos subversivos". D. Bárbara foi dispensada dessa inspeção, por respeito à sua pessoa ou por ter sido considerada incapaz de conduzir acessórios proibidos. Quanto às formas de tratamento, não houve privilégios, nem atenção especial, sendo considerados todos debaixo dos mesmos padrões de tortura e desprezo.

Além da exigüidade de espaço, da falta de sanitários e da ausência de iluminação, sujeitando os prisioneiros às mais execráveis formas de convivência, havia como forma de suplicio diário o regime alimentar. Única ração por dia era servida e invariavelmente a constar de vísceras malcozidas, preparadas em água e sal e certa porção de farinha. Não havia pratos nem colheres ou o que de mais pobre poderia existir em termos de utensílios domésticos, mas cochos de madeira, como se estivesse se dar ração a porcos. Na passagem entre a guarda do presídio e os cubículos, esses cochos eram vistoriados pelo chefe da segurança e quase sempre a resultar em trabalho de repugnante feito. O exame era feito com a ponta da espada, mexendo e revolvendo os pedaços de vísceras e deixando propositadamente boa parte cair no piso imundo. Depois e sem esconder dos prisioneiros o seu repugnante gesto, o chefe da segurança repunha nos cochos as fatias largadas ao chão, apanhando-as ostensivamente com a ponta da espada.

Com o aprofundar dos dias, elevou-se a cota de sofrimento dos prisioneiros. Os traumas físicos, produzidos pelo agrilhoamento individual, algemas e pesadas correntes, haviam-se tornado insuportáveis. As vestes, as mesmas com que haviam saído do Crato, além de sujas e intoleráveis, já estavam parcialmente dilaceradas. As partes emergencialmente dispensáveis haviam sido rasgadas e utilizadas como forro ou atadura nos ferimentos. Nessa terrível conjuntura, em que as próprias fezes inundavam o chão do cárcere, em que o cheiro fétido de urina exalava odores nauseantes e em que a escuridão sugeria halos de tumba, lembrou-se Alencar de recorrer ao tirano que os oprimia. Lembrou-se, então, que no governo um seu irmão em Cristo e maçonicamente irmão disfrutava das graças palacianas, podendo se assim o quisesse interceder em seu favor e dos demais padecentes. Esse duplamente irmão era o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, liberalista de tradição, mas no momento a funcionar como Secretário de Governo. Ocorreu-lhe, então, através desse possível elo de ligação, dirigir-se a Sampaio, fazendo em forma de soneto as súplicas que achou conveniente. Eis o que a história guardou:

“Ao Ilmo. Sr. Dr. Manuel Inácio de Sampaio”

Soneto

“Basta já, ó tirana e cruel sorte!
Tanto mal que tens ocasionado,
Da cara família o dano executado,
Contra mim, intimamente duro o corte.

Em uma prisão fumacenta, dura e forte,
Já perdidos os bens, acabrunhado
Como traidor do Soberano reputado,
Labéu que sinto mais que a própria morte.

Basta, sim, não chegues a tanto maltratar,
Aparta de mim, agora, o vão terror,
Deixa-me, ó benigno Governador, ir suplicar!

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,
Compadecei-vos da minha sorte e do meu penar.
Aliviei-me dos pesados ferros o rigor. (17)

Vê-se por essa mensagem o desespero de Alencar, a humilhação a que chegou, tratando por “benigno” o seu opressor e a pedir complacência como se nas cogitações do inimigo restasse algo de humana sensibilidade. Daria ensejo apenas a hipócritas lamentações. Mesmo assim, Sampaio ainda consultou o seu Secretário, o padre Gonçalo Inácio de Loiola, que, numa atitude rediviva de Pilatos, contentou-se em lavar as mãos. Simplesmente respondeu que, como irmão, se interessaria pelo suplicante, porém como súdito do Rei voltava-lhe as costas, dizendo: “Morra o traidor”. Sampaio contentou-se com o menosprezo de Loiola e continuou monoliticamente insensível aos apelos de Alencar.

Diante da insensibilidade governamental, continuariam os prisioneiros seus padecimentos carcerários. Já quase totalmente desprovidos de roupas, gemebundos e desesperançados, resolveu D. Bárbara suprir essas necessidades, utilizando-se dos recursos próprios de que dispunha. Possuía, como remanescente dos bens sequestrados, um cordão de ouro, peça de valioso conteúdo, sigilosamente envolto em panos e atado a uma das pernas. Com essa jóia e após haver comovido ou mesmo subornado o chefe da guarda, conseguiu roupas e cobertores, operação que custaria ao voluntário benemérito o rebaixamento de posto e o recolhimento prisional.

Farto de sofrer e na expectativa de que os seus dias estariam contados, Tristão Gonçalves desesperou e resolveu abreviar o seu destino, preferindo enfrentar a morte a permanecer indefinidamente encarcerado. Concebeu, então, o plano de fuga. Essa aventura deveria realizar-se por ocasião da distribuição de alimentos, oportunidade em que surpreenderia os encarregados do serviço e os

(17) Rev. do Inst. do Ceará - T/LXXIV - 1960 - Carlos Studart Filho - pág. 63.

submeteria pela força. Mas, para tal plano ser levado a cabo, teria que primeiramente submetê-lo ao consenso de D. Bárbara, a quem por dever maternal deveria emitir sua opinião. Como, porém, entre os dois cubículos não havia comunicação verbal, Tristão resolveu expor sua idéia através da forma escrita, tão difícil o quanto se poderia imaginar. Faltavam papel e tinta. Como forma de suprir essa necessidade, ele se valeu de antigo escravo da família, o preto Jerônimo, o único bem semente que ainda restara do confisco, adquirindo por seu intermédio um espinho. De posse desse instrumento, furou uma das veias do próprio braço. Depois, como forma de suprir a deficiência de papel, ele se utilizou das "mortalhas" de cigarro, nelas escrevendo a sua proposta. Ao recebê-la, graças ao trabalho sigiloso de Jerônimo, D. Bárbara desaprovou, mas, corajosamente, tomou outra decisão, remetendo a Sampaio o sangue do próprio filho. O heróico procedimento de D. Bárbara sensibilizou o empedernido governante, que, fingindo ignorar o que se passava no cárcere, não só transferiu os prisioneiros para local mais adequado como lhes permitiu trocar de roupa, tomar banho e barbear-se.

Decorridos mais de seis meses e sempre a aguardar decisões maiores, vindas da Bahia, Sampaio transferiu os prisioneiros para o Recife, não só os republicanos do Crato, vinculados familiarmente a D. Bárbara, como os demais da mesma vila e outras regiões da Província. Constaram da relação os seguintes nomes: D. Bárbara Pereira de Alencar, Diácono José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, Padre Carlos Antônio dos Santos, José Mariano Gomes da Silva, Padre Francisco Manuel de Barros, Gregório José de Lemos, Antônio da Costa Vilar, Joaquim Francisco de Gouveia, Vigário Manuel Carlos da Silva Saldanha, Frei Francisco de Santa Ana Pessoa, Inácio Tavares Benevides, Lourenço Mendes, Jerônimo de Abreu, Bartolomeu Alves de Quental, Aleixo Raimundo Bezerra, Francisco Antônio Raposo, Manuel Pereira de Brito, José Cipriano Gaforini (24-01-1818). (18)

(18) Rev. do Inst. do Ceará — T/LXXIV — 1960 — pág. 77 — Dr. Carlos Studart Filho.

O transporte dos prisioneiros fez-se pela sumaca "Santo Antônio", sob a responsabilidade de José Firmino da Silva, ficando os processos respectivos a cargo de Antônio Inácio Torres Bandeira. Esses processos chegariam às mãos do presidente da Alçada somente em 27 de julho de 1818. Quando Alencar e os demais companheiros chegaram ao Recife, tomaram conhecimento dos fuzilamentos ocorridos na Bahia contra os seus irmãos revolucionários e constantes dos seguintes nomes: Domingos José Martins (06-06-1817), José Pereira Caldas (06-06-1817), Padre Luís José de Mendonça (11-06-1817), Capitão José de Barros Lima (11-06-1817), Domingos Teotônio Jorge (11-06-1817), Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro — Miguelino — (12-06-1817), Antônio Henrique Rabelo (05-07-1817), José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima — Padre Roma — (01-07-1817).

O padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, para não dar aos inimigos o prazer de levá-lo ao fuzilamento, suicidara-se quando perseguido pelas tropas, num engenho próximo ao Recife, onde fora sepultado e logo em seguida exumado. O corpo fora transformado emostas e estas dependuradas em estacas ao longo da estrada, castigo póstumo com que os monarquistas costumavam tratar suas vítimas. Igual tratamento fora dado ao tenente Henrique Rabelo, o qual depois de assassinado pelos seus perseguidores, servira de exemplo aos que tentassem contra o monarquismo.

D. Bárbara de Alencar e os demais prisioneiros cearenses, assim como aqueles de outras Províncias, submetidos a julgamento após 20 de maio de 1819, foram beneficiados com o indulto, deles constando a seguinte relação:

PERNAMBUCO

Antônio José Vitoriano, Antônio Caminha do Amorim (capitão), Antônio Caetano da Costa Monteiro (alferes), Antônio Joaquim de Sousa (cadete), Antônio Moreira de Carvalho, Basílio Quaresma Torreão, Carlos Leitão de Albuquerque, Francisco Caetano Vasconcelos (sargento), Filipe Lopes Neto Santiago (pardo), Filipe Nery Ferreira (tenente de milícias), Padre Francisco de

Sales (vigário de Limoeiro), Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, Francisco José Correia de Queiroga (sargento), Inácio de Almeida Fortuna, Inácio Vieira da Silva, Inácio Antônio de Trindade, Joaquim Ramos de Almeida (sargento-mor dos Henriques), Joaquim José Luís (sargento), Joaquim Domingos de Sousa, José de Barros Falcão (capitão), José Francisco do Espírito Santo Nalóia (tambor-mor), Padre José Filipe de Gusmão, José Ferreira de Almeida (alferes), José Inácio do Carmo, José Nepomuceno Carneiro da Cunha, Inácio Cavalcante de Albuquerque (capitão de Goiânia), João Camelo Pessoa, José Francisco de Arruda, José da Silva Monteiro, José Joaquim de Aragão, João Francisco de Araújo, José Pires Campelo (brigadeiro), José Pires Campelo Júnior (alferes), João Ribeiro-Pessoa de Lacerda (coronel), José Maria Idefonso Albuquerque Pessoa de Melo (cadete), João Ferreira Lopes (tenente-secretário), Joaquim Jerônimo Serpa (cirurgião), Jerônimo Vilela Tavares (cirurgião), João Alves de Sousa, Jerônimo Inácio Leopoldo Albuquerque Maranhão, Joaquim Pedro de Magalhães (alferes), José Francisco do Desterro (alferes), Joaquim Nunes da Silva (ajudante-dos-pardos), Luís Francisco de Paula Cavalcante (coronel), Manuel Correia de Araújo (coronel), José Carneiro de Carvalho e Cunha (tenente-coronel), Matias José da Silva, Manuel Elias da Costa (ajudante), Manuel Luís Albuquerque Maranhão (pardo), Miguel Caetano do Nascimento Costa Monteiro (alferes), Manuel Caetano de Almeida, Manuel Atanásio da Silva Caxurra, Manuel José Martins (capitão), Manuel José de Serpa Brandão (cadete), Pedro Luís Henriques (ajudante), Tomás Ferreira Vilanova (sargento-mor dos Henriques), Tomás Pereira da Silva (alferes), Tomás Antônio da Silva, Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto (cirurgião), Vicente de Sousa Couveiro (tenente), Venceslau Miguel Soares (alferes).

PARAÍBA

Alexandre Francisco de Seixas Machado, André Dias de Figueiredo, Antônio Rogério Freire Júnior, Aniceto Ferreira, Francisco de Leão, Francisco José de Azevedo, José Apolinário de

Faria, José Jerônimo de Lima, Joaquim Cipriano Gomes dos Santos, José Filipe de Albuquerque Maranhão, João de Albuquerque Maranhão Júnior, José Vidal da Silva, Silvério da Costa Cane.

RIO GRANDE DO NORTE

Antônio da Rocha Bezerra, Antônio Ferreira Cavalcante, Agostinho Pinto de Queiroz, Padre Feliciano José Dornelas, Joaquim José do Rego Barros (coronel), João Rabelo de Siqueira Aragão, João Saraiva de Moura, Manuel da Silva Chaves (capitão)

CEARÁ

D. Bárbara Pereira de Alencar, Padre Carlos José dos Santos, Diácono José Martiniano Pereira de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira de Sousa, Frei Francisco de Santa Ana Pessoa, Francisco Antônio Raposo do Beco, Francisco Pereira Maia Guimarães, Inácio Tavares Benevides, Jerônimo de Abreu, Joaquim Francisco de Gouveia, José Cipriano dos Santos Gafurini, Manuel Pereira de Brito, Lourenço Mendes, Manuel Domingues, Padre Miguel Carlos da Silva Saldanha, Padre Manuel Gonçalves da Fonte, Francisco Jorge da Fonseca, Francisco Carlos de Rezende, Antônio de Holanda (ferreiro), Antônio Rodrigues Santiago, Bartolomeu Álvares de Quental.

Somente dessa relação constam 104 nomes, todos implicados no movimento sedicioso e a aguardar julgamento na Bahia, onde o famigerado Conde dos Arcos apenas esperava o momento oportuno para a degola. Não figuram obviamente os nomes daqueles cujo julgamento foi sumário e cujo destino teve como final o fuzilamento, além de outros que seriam apenas expatriados, constando destes José Mariano de Albuquerque Cavalcante, posteriormente Presidente do Ceará. Com isso, julgavam as Cortes de Lisboa haver depurado a vassalagem nordestina, extirpando de entre os que lhe eram fiéis os monstros, os traidores da pátria, quando na

realidade estimulavam o efeito multiplicador da rebeldia. Vemos isso sete anos mais tarde, quando novamente Pernambuco, na liderança de suas coirmãs nordestinas, reeditará o grito patriótico de independência nacional.

5.10 REBELIÃO DE FIDIÉ

Convencionou-se denominar de "Rebelião de Fidié" o movimento de sublevação militar do Piauí, ocorrido como forma de rejeição política ao ato proclamatório da Independência do Brasil e liderado pelo Governador das Armas daquela Província, o major João José da Cunha Fidié. A rigor, esse movimento não teria ligações históricas com o Ceará ou pelo menos essa não seria a regra, considerando para tanto a privacidade jurisdicional do seu desenvolvimento. As Províncias gozavam de autonomia entre si, cada uma com o seu governo próprio, sua organização militar independente e o poder de decisão conforme os seus próprios interesses. No caso específico da Rebelião de Fidié, esse conceito se modificou. O foco de resistência possuía conotações nacionais e, não obstante o seu reduzido espaço físico, poderia servir de espelho a outras Províncias, notadamente o Ceará, onde as correntes do saudosismo luso geravam constantes atritos. A decisão, portanto, de intervir na vizinha Província, embora no começo tenha sido do Ceará, passou a ser do próprio Império, ao delegar poderes ao governo cearense e determinar o deslocamento de tropas para a região sublevada. E os motivos pelos quais Fidié fez irromper a sedição poderiam ser considerados os mais torpes que se deveria imaginar, visto como no momento o recém-instalado Império carecia de força e união de todos os brasileiros.

Historicamente sabe-se que a Independência do Brasil, em que pese o seu caráter de universalidade nacional, não se operou de fato dentro da uniformidade do tempo, divergindo de datas conforme as distâncias ou sendo proclamada de acordo com os padrões de receptividade. A morosidade com que as notícias chegavam às Províncias, a falta de prévia conscientização política sobre o evento, o apego das lideranças regionais ao antigo regime

e mesmo o baixo nível de credibilidade do nascente Império, tudo isso contribuía para que de uma forma ou de outra o grito de Independência fosse procrastinado. No tocante à falta de unicidade do tempo, sabe-se que somente no Rio de Janeiro festejou-se o Sete de Setembro dentro dos padrões cívicos de sua proclamação, ficando o restante do País à mercê de acontecimentos futuros. No Ceará, por exemplo, e a despeito da superação momentânea dos obstáculos, o ato comemorativo realizou-se somente a 23 de janeiro de 1823, o que historicamente comprova a morosidade.

No Piauí, as manifestações de solidariedade nacionalista ocorreram mais cedo que no Ceará. Em 2 de novembro de 1822, graças ao patriotismo do Juiz-de-Fora João Cândido de Deus e Silva, Parnaíba festejou sua proclamação, antecipando-se até mesmo ao governo da Província. No momento, entretanto, ignorava-se o pensamento das principais autoridades da Capital, notadamente com relação ao Governador das Armas, a quem de modo especial caberia respeitar e fazer respeitar a magna resolução nacional. Mas, sendo Fidié um dos monarquistas vocacionais, fiel ao trono e amante de suas tradições governativas, logo a informação sobre Parnaíba lhe chegou aos ouvidos, tratou de rebelar-se e adotar as providências que lhe pareceram corretas, o que viria provocar meses de inquietação. Partiu, então, de Oeiras, protegido por forte contingente armado e buscou o norte da Província, onde esperava bater os inimigos da Corte.

A notícia de que Fidié se deslocara de Oeiras deixou os parnaibanos em aflição. Sabendo-o radical e atrabiliário, inimigo de qualquer coisa que cheirasse a liberalismo, via-se a qualquer momento o destroço da vila. Como por si só os habitantes não tinham condições de bater-se contra o exército agressor, a maioria desertou e buscou refúgio em Granja, onde seguramente poderia ser evitado o massacre. Granja, por seu turno, não possuía suporte militar capaz de resistir ou repelir forças organizadas, caso se desse a invasão do seu território, a não ser que a Capital lhe desse apoio. Esse apoio foi realmente solicitado, de modo que em 25 de dezembro e por determinação da Junta Provisória de Governo, reuniam-

se em Uburetama as primeiras tropas que deveriam prestar socorro aos fugitivos parnaibanos. (1)

O movimento revolucionário não ficou restrito apenas ao município de Parnaíba, mas de modo geral ao território piauiense, notadamente com relação às vilas cuja localização relacionava-se com as áreas margeantes do rio (Parnaíba). Campo Maior, por exemplo, e Piracuruca, embora distantes entre si, não deixavam de ser importantes em seus propósitos de submissão, especialmente esta última, considerando também o seu relacionamento com o Ceará. Todas as vilas, enfim, desde Oeiras até Parnaíba, deveriam passar pelas armas, caso se mantivessem no propósito de formar ao lado dos que não rezassem pela cartilha do Trono.

Ao deixar Oeiras e, certamente, ao se imaginar exclusivo nas suas afirmações políticas, esqueceu-se Fidié de que a Capital ficaria entregue exatamente aos que lhe iriam fazer oposição e conseqüentemente aderir aos postulados da Independência. Aconteceu evidentemente esse fatal reverso, embora o pressuposto fosse de lealdade e assim ele continuasse até o término da jornada.

Vistos sucintamente estes dois prismas, acresceu-se à situação de Granja o fato de ter o governo de Oeiras enviado uma deputação ao Cariri, visando proteger-se contra os mesmos males que afligiam seus irmãos parnaibanos. Essa deputação apresentou-se em Crato em 17 de janeiro de 1823, liderada por José de Sousa Coelho, um dos líderes oeirenses da nova ordem. Em sua mensagem, não se dirigia propriamente ao governo da Província, porém à Câmara local, considerando que na época o próprio Ceará não se entendia muito em torno de quem governava. Crato, Icó e Fortaleza se confundiam em poderes, todos a mandar e poucos a obedecer.

Na ausência de Pereira Filgueiras, chefe de um dos governos temporários, a Câmara resolveu deferir o apoio solicitado, o que na prática deixaria a Província com duas frentes de guerra. Granja teria o apoio direto de Fortaleza e Oeiras receberia do Cariri a sua

(1) Efemérides - J. Brígido - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1899/900, pág. 165.

maior expressão de força. Essa resolução, no entanto, produziria efeitos somente no papel. Inimigos da nova ordem que se estabelecia e sem Pereira Filgueiras para conter-lhes os impulsos, Joaquim Pinto Madeira e Leandro Bezerra Monteiro acharam por bem dispor contrariamente, retirando da pauta das obrigações o compromisso firmado pela Câmara e adiando por essa forma o ingresso do Ceará no conflito.

Em data quase coincidente (23-01-1823), comparece perante a Junta de Governo Frei Alexandre da Purificação, representando os paroquianos de Viçosa, o Juiz Ordinário de Vila Nova Del-Rei e os demais cidadãos do planalto ibiapabano. Traça na oportunidade o verdadeiro perfil da sedição piauiense, os receios de que Fidié derive em busca do Ceará e a necessidade de urgentes medidas serem adotadas, a fim de se restabelecer o sossego na região. Em sua exposição, relata e propõe o seguinte:

1) — que, em arrimo à causa do Brasil, preste-se auxílio aos nacionalistas do Piauí, porém, antes, a fim de que enganos não sejam cometidos, dever-se-á interpelar Fidié sobre os motivos que o terão levado a insurgir-se contra a Independência;

2) — que, dada a gravidade da situação, proceda-se imediatamente ao envio de tropas para aquela Província, distribuindo-as estrategicamente em três frentes, sendo uma na direção de Oeiras, outra na rota dos Inhamuns-Crateús-Valença e a terceira na Vila Nova Del-Rei, Viçosa, Sobral e Granja, derivando em busca de Parnaíba;

3) — que, no impedimento do Governador das Armas, José Pereira Filgueiras, no momento ainda em viagem no interior, seja confiada uma das frentes ao deputado Antônio Bezerra de Meneses, chefe do comando sediado em Uruburetama;

4) — que, sendo a revolução do exclusivo interesse do Piauí, corram as despesas por conta de Oeiras, considerando para tanto que o governo do Ceará somente deverá responder até o limite de suas fronteiras;

5) — que, finalmente, no sentido de estimular o voluntariado, necessariamente objeto de convocação, fique assegurado o privilégio nos empregos públicos, desde que ao retornarem assim o desejem. (2)

Essa proposta de Frei Alexandre da Purificação alterou profundamente os destinos revolucionários de Fidié, gerando a base, o estuário de forças repressivas e o ponto a partir do qual se daria a participação do Ceará no movimento. Logo em reunião do dia seguinte (24-01-1823), o Conselho apreciou detalhadamente o seu conteúdo e optou pelo acolhimento imediato, surgindo desse entendimento a resolução governamental. Enquanto, porém, no Ceará nasciam as primeiras medidas de repressão, no Piauí a situação se complicava, o terror das populações desassistidas e o desespero de Fidié em busca de seus objetivos.

Depois de deixar Oeiras, tendo sob seu comando cerca de 1.300 facínoras, cortou direto à procura das regiões setentrionais, visando principalmente alcançar Parnaíba e submeter à disciplina os seus habitantes. Nessa aventura pouco ou mesmo nada de significativo encontrou que satisfizesse a sua sede monarquista, a não ser fazendeiros despreparados para a guerra e sem qualquer preferência ideológica. Cerca de dois meses foram consumidos nessa marcha. Quando, então, atingiu Parnaíba, distante de Oeiras pouco mais de duzentas léguas, decepcionou-se diante do quadro de desolação em que se encontrava a vila. Os principais moradores, exatamente aqueles cuja presença seria do seu interesse, haviam desertado para o Ceará, deixando-o frustrado em seus propósitos. Nesse comenos, chegam-lhe informações de Oeiras, dando conta de que também naquela parte, tão logo lhe voltara as costas, a Independência fora proclamada. Além de Oeiras, também Piracuruca tomara a mesma resolução, acolitada e protegida por tropas cearenses. Enraivecido, deixou as preocupações parnaibanas e tomou o caminho de volta, visando por essa forma recompor o monarquismo destronado (01-03-1823).

(2) "Expedição do Ceará" - Tristão Gonçalves - Rev. do Inst. do Ceará - T/XXVI - 1913/14, pág. 245/46.

Ao aproximar-se de Piracuruca e após tomar conhecimento de que fortes contingentes protegiam a vila, resolveu mudar de itinerário. Em verdade, essa deverá ter sido a sua melhor opção, haja vista ali já se encontrarem tropas conjuntas do Piauí e Ceará, aguardando exatamente o seu retorno. Eram, então, os comandados do major Bernardo Antônio Saraiva, do capitão Chaves e de Alexandre Pereira Nereu, além do voluntariado civil adrede recrutado. Nessa mudança de itinerário, tomou ele o caminho à deriva e buscou em linha reta o destino de Campo Maior, com o propósito certamente de transferir-se para o Maranhão.

Durante o mês de abril nada aconteceu de grave, a não ser os atropelos vividos pela população sertaneja, os saques de que foram vítimas os fazendeiros e o terror, a expectativa de instantaneamente surgirem os grupos em tropelia. Em maio, rebeldes e legalistas apertavam o cerco ou estreitavam-se entre si, antevendo-se a qualquer momento o recontro fatal. Isso se deu no dia 13, em local descampado ou precisamente nos Campos do Jenipapo, pouco distante da vila de Campo Maior. No momento do recontro cerca de dois mil legalistas entraram em combate. As tropas de Fidié deveriam constar de número quase idêntico. A despeito do equilíbrio de forças, a batalha desenvolveu-se em condições flagrantemente desiguais, brutal sob todos os aspectos e sem precedentes em terras piauienses. Fidié, além do adestramento com que prepara seus combatentes, possuía farta munição, armas em suficiente quantidade e quatro bocas-de-fogo, o que por antecipação lhe garantiria o triunfo. A facção legalista só possuía de militar o comando. Os comandados eram na maioria agricultores, gente recrutada às pressas ou mesmo voluntariamente a servir, reunindo nesta parcela os que por receio de massacre haviam aderido. À exceção dos militares, previamente organizados, a maioria dos combatentes portava míseros facões, machados, foices e até estacas de madeira como se a batalha fosse um mutirão de roça. Mesmo assim, o confronto se realizou. Os legalistas resistiram por espaço de duas horas, tempo durante o qual o chão ficou juncado de cadáveres, com extraordinária vantagem para Fidié. Batidos, os legalistas desertaram em busca de Oeiras, tentando por essa forma

o encontro com forças de apoio e o retrocesso em condições menos dramáticas. Duzentos patriotas deixaram nos Campos do Jenipapo o testemunho fraticida do seu devotamento à causa nacional, além de quinhentos feridos e sem recursos médicos que lhes proporcionassem alívio. Morreram nas tropas de Fidié cem combatentes e sessenta restaram feridos, saldo bastante expressivo diante da inferioridade inimiga.

Na fuga das tropas legalistas, buscando a rota de Oeiras, ocorreu ao comandante Alexandre Pereira a idéia de homiziar-se na vila de Campo Maior, receoso de que Fidié o alcançasse. Errou, no entanto, o caminho e tomou a estrada que dava para o Marvão, seguindo rumo diverso dos seus planos. Na Fazenda Tapera, distante de Campo Maior cinco léguas, encontrou-se com o reforço de tropas cearenses, comandadas pelo capitão Florêncio Magalhães, e já a buscar o encontro com Fidié. Audazmente, o comandante Alexandre Pereira concebeu o plano de retornar aos Campos do Jenipapo, visando nessa arrancada bater-se novamente com as tropas de Fidié. Ao chegar, porém, à vila de Campo Maior, novas informações lhe foram prestadas e novos rumos tomaria a campanha. Fidié havia deixado o Piauí, transpondo o rio Parnaíba em busca do Maranhão, ou precisamente Caxias, onde durante meses preocupava as autoridades do Império.

5.11 EXPEDIÇÃO DO CEARÁ

As notícias sobre o massacre do Jenipapo ressoaram no Ceará, com alardes catastróficos, notadamente nas vilas e povoações lindentes do Piauí, onde em cores aterrorizantes pintava-se o agressor e seus sequazes. A impressão que se firmara, desde o fazendeiro desprotegido à donzela recatada, era a de que ninguém seria poupado, nem na virgindade nem nos bens de seu patrimônio. Além desses rumores, extremamente inquietantes, dizia-se que também o Ceará deflagraria a sua revolução, contando para isso com a sublevação dos monarquistas. Crato, Jardim e Icó não ficavam à margem das preocupações, uma vez que nessas três vilas concentravam-se as principais lideranças rebeldes, os monarquistas fanáticos e sempre à espera de revanchismo. Então, antes de ousadamente alguém tentar sublevar as massas, resolveu a Junta de Governo cortar o mal pela raiz, instituindo o seu "Exército de Salvação" ou força especial, à qual denominou de JUNTA EXPEDICIONÁRIA DO CEARÁ.

Essa Junta reuniu em torno de seus objetivos dois líderes anteriormente opostos, representados por Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, sendo que a este, como Governador das Armas, coube o título de General-em-Chefe do Exército Auxiliar. Posteriormente, essa unidade tomaria a denominação de Junta Expedicionária do Ceará e Piauí, acomodando forças das duas Províncias, e acrescentando como terceiro membro o brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Funcionaria como Secretário da Expedição o patriota pernambucano Luís Pedro de Melo, um dos revolucionários de 1817 e no momento a serviço do Império.

Antes da resolução final, com vistas à partida de Fortaleza, comando revolucionário e governo reuniram-se e analisaram detalhadamente os principais fatores de natureza funcional, visando à

avaliação de alguns problemas domésticos. Discutiu-se em primeiro lugar o quadro financeiro da Província, as disponibilidades de caixa e os meios através dos quais deveriam ser custeadas as despesas. Sabia-se, a priori, que os gastos de manutenção e deslocamento deveriam ocorrer por conta do Piauí ou até mesmo do Maranhão, conforme as relações de comportamento desta última Província, porém isso em outra fase e não coerente com as necessidades do momento. Em segunda perspectiva, sabia-se que de inopino o Ceará não possuía recursos tão urgentemente necessitados e capazes de satisfazer o monitoramento expedicionário, pelo menos dentro dos padrões mínimos de equipagem. Por último, discutiu-se a possibilidade de reversão do quadro piauiense para o Ceará, o que na prática seria um desastre. O envio de tropas para a região conflagrada iria com certeza esvaziar o governo em seus dispositivos de segurança e conseqüentemente oferecer aos visionários do Trono a oportunidade de revolucionar o interior, ou apenas cobrir um santo para outro descobrir. Afastada, no entanto, semelhante hipótese, visto como até o momento os principais suspeitos permaneciam em silêncio, optou-se pelo deslocamento imediato de tropas cujo comando ficou sob a responsabilidade de Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras. A Tristão Gonçalves coube o ônus peregrino de propagar os objetivos expedicionários, percorrendo as principais vilas e tentando em cada uma delas a angariação de fundos para as despesas mais urgentes. Pereira Filgueiras teve como itinerário a rota direta do Cariri, com ponto de estacionamento em São João do Jaguaribe e encontro definitivo com as tropas do seu companheiro itinerante.

A coluna de Pereira Filgueiras deixou Fortaleza em 23 de março de 1823, tomando diretamente a rota do Crato, conforme ficara estabelecido. Tristão Gonçalves deslocou sua coluna em 29 do mesmo mês, tendo como itinerário inicial as vilas de Aquiraz e Aracati. Em 4 de abril, já acampado nesta última vila, Tristão reuniu povo, clero e lideranças políticas do município e fez sua exposição doutrinária, incluindo nesse propósito a intenção de levantar fundos para custeio da operação. Houve compreensão e receptividade, notadamente com relação aos empréstimos de que necessi-

tava, reunindo em breve espaço a quantia de R\$ 1:480\$000 (um conto e quatrocentos e oitenta mil réis), dinheiro a ser creditado ao patriotismo dos voluntariosos patriotas. Antes de deixar o Aracati, visando encontro com Pereira Filgueiras, resolveu tranquilizar os habitantes da vila, nomeando como responsável pela segurança local o sargento-mor João da Guerra Passos. A esse dispositivo foram agregadas 12 praças de linha, se não o suficiente para repelir os invasores, em caso de agressão, pelo menos como reforço aos grupos civis que emergencialmente viessem a ser formados.

Concluída essa primeira etapa, a expedição retomou o seu destino. Em caminho e já nas proximidades de São João do Jaguaribe, mensageiros do próprio governo da Província entregavam correspondência sobre os acontecimentos do Piauí e extensão do movimento ao Ceará. Eram informações originárias da Câmara do Icó, que por sua vez já havia tomado as providências de sua alçada, fazendo marchar para a região conflagrada o batalhão de Segunda Linha, cujo comando estava a cargo do capitão Antônio Vieira do Lago. A zona sob ameaça constava como sendo o Rio Piranhas (Cratús), então pertencente ao Piauí e situada no extremo oeste da Província. Além dessas informações, noticiava-se também ter o Cariri se sublevado e os monarquistas do Jardim e do Crato estarem dispostos a marchar em apoio a Fidié. Por fim, fazia parte da mensagem a informação segundo a qual os sublevados do Piauí encontravam-se refugiados em Caxias no Maranhão, protegidos por monarquistas locais. Depois de acampados em São João e sendo mister prestar ao governo de Oeiras os esclarecimentos que a missão requeria, Filgueiras e Tristão Gonçalves endereçaram-lhe o seguinte ofício:

"Apenas foi constante ao governo desta Província, o total abandono do ponto de Piracuruca, ocupado por nossas tropas auxiliares, deliberou a marcha de um grosso exército em direção a essa Capital (Oeiras), e logo que foi confirmado o destroço das tropas estacionadas em Campo Maior imediatamente fez pôr em execução o deliberado, delegando em nos todos os poderes civis e militares, a fim de que

nada possa demorar o auxílio que tanto convém prestar a essa Província em favor da causa pátria; e tendo nós, muito em consideração a importantíssima tarefa de que estamos encarregados, depois de havermos tomado as medidas mais adequadas a este objeto; e achando-nos já distante da Capital quarenta léguas, aí recebemos os ofícios de V.S. datados de 20 passado, pelos quais ficamos na inteligência do estado de abatimento em que se acha a Capitania do Piauí. Nós, penetrados dos mais puros sentimentos, não poderíamos nunca olhar com indiferença o desacato feito à dignidade brasiliense, e não nos sendo permitido outro distintivo, além daquele que nos caracteriza, as palavras — INDEPENDÊNCIA OU MORTE — podemos afiançar a V.S. que não é só o comprometimento em que se acha esta para com essa Província que nos fará com presteza possível voarmos em defesa de Oeiras, abocanhando por essa porção da raça humana; outro dever ainda mais sagrado nos chama...

Da Capital já marchou um bravo batalhão de milícias, sem diferença em seu manejo à tropa de linha, e na sua vanguarda marcha a infantaria, com peças e mais petrechos em direção à vila do Crato, lugar por nós indigitado para reunião do exército, que terá por denominação "Exército Libertador e Pacificador". Já sabe V.S. que imenso povo se reunirá nessa ocasião, não só desta Província como de outras. Ainda agora acabamos de receber ofício da vila de Porto Alegre, da Capitania do Rio Grande (Norte), em que só dali se ofereceram setecentos homens armados em nosso auxílio; e portanto não temos que recuar. Esta direção não pode ser tão abreviada e por isso convém que V.S. tome todas as medidas e cautelas, a fim de salvar o cofre nacional, retirando a passos lentos até o nosso encontro. Estes são os nossos sentimentos e que por enquanto temos a levar ao conhecimento de V.S. — Quartel-General de São João, aos onze dias do mês de abril de 1823". (Ass.) José Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. (3)

3 "Apontamentos" para a Crônica do Ceará" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 116/17.

Ainda no acampamento de São João do Jaguaribe e como parte do acervo de correspondência originária do governo cearense, assim como do Piauí e outras procedências, outras denúncias foram recebidas e dentre tantas a informação segundo a qual não somente o Piauí rebelara-se contra a Independência, mas também o Maranhão. Naquela Capital os portugueses tinham como opositores os chamados "Bem-Te-Vis", grupos liberalistas que resistiam, porém inocuamente, visto como a maior força estava do lado dos sublevados. Pormenores dessa situação seriam conhecidos mais tarde, quando em referendo à resolução do governo cearense, em formar o exército expedicionário, do Império receber-se-ia o documento máximo de credenciamento. Por ser documento relevante, em particular com referência ao gigante caririense José Pereira Filgueiras, pedimos permissão para transcrevê-lo, conforme segue:

"José Pereira Filgueiras, Capitão-Mor dos Aracatis, Província do Ceará. Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil, vos envio muito saudar. Desejando de há muito pôr a salvo os habitantes da Província do Maranhão, dos gravíssimos males que têm sofrido e que continuam a sofrer, enquanto ali estiveram tropas lusitanas; e sendo um dos Meus Sagrados Deveres, como Defensor Perpétuo deste grandioso Império, acudir com pronto e eficaz remédio para que se estabeleça a paz, o bem e a alegria entre os Meus fiéis súditos daquela Província, digna por certo de melhor sorte e de entrar no gozo das vantagens de que já desfrutam as demais deste Império, debaixo do suave sistema feliz e geralmente proclamado; e portanto Estou bem certo do vosso acrisolado patriotismo, honra, vigor e adesão à Sagrada Causa que defendemos, vos encarrego da importante Comissão de reunirdes a maior força possível, tanto de tropas da primeira Linha e de Milícias, como de cidadãos armados, e vos Autorizo para que, com esta força e de comum acordo e com inteligência com o Coronel de Milícias da Parnaíba Simplício Dias da Silva, a quem dirijo igual Carta, marcheis a libertar a escravizada

Província do Maranhão do infame jugo que a oprime, tendo vós toda a circunspecção, para que não haja alguma reação dos diversos partidos, que trabalheis para conciliar e reprimir; espero, pois, cumprireis quanto vos incumbo, fazendo-se por isso credor dos mais distintos testemunhos do Meu Imperial Agradecimento. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de abril de 1823, Segundo da Independência e do Império". (As.) O Imperador. (4)

A partir do conhecimento oficial desse régio instrumento, saber-se-ia ter a Junta Expedicionária, além da Missão Fidié propriamente dita, sob sua responsabilidade submeter os monarquistas do Maranhão. Seria, então, o alongamento das responsabilidades e conseqüentemente tarefa a mais nos ombros de Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras. Mas, enquanto essa determinação navegava do Rio de Janeiro em busca do Ceará, os dois paladinos rompiam os sertões inóspitos, conduzindo vagarosamente o seu peregrino exército.

Em 20 de abril de 1823, quando a Expedição atingiu a vila do Icó, informações mais recentes davam conta de no Cariri o clima dominante tender para a sublevação. Grupos radicais se organizavam, formando frentes diversas e, estimulados pelos acontecimentos do Piauí, colocando em desassossego os habitantes da região. Confirmavam-se por essa forma as suspeitas anteriormente levantadas. Esse novo quadro alterou de imediato os planos expedicionários, quanto à divisão do exército em duas colunas e fez com que medidas mais enérgicas fossem adotadas. Então, para o governo da Província permanecer informado e por seu turno em condições de propor o que fosse de sua competência, resolveu o comando dirigir-lhe ofício e nele consignar os fatos em evolução, vazando-o mais ou menos nos seguintes termos:

1) — que, diante do clima existente no Cariri, a rebel-
dia de grupos insatisfeitos e a gravidade gerada pela exten-

(4) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 117/18.

são dos naturais efeitos, dúvidas já não mais pairavam quanto ao deflagrar da guerra civil no Cariri;

2) — que, nas vilas de Crato, Jardim e Lavras, redutos de maior concentração populacional, organizavam-se os opositores da Independência, formando contingentes armados e ameaçando invadir os sertões em busca da Capital;

3) — que, em particular na vila do Crato, onde as correntes monarquistas eram mais pronunciadas, prenunciava-se de modo ostensivo o pipocar da rebelião, visando principalmente a instalação de um governo próprio, governo do qual Joaquim Pinto Madeira seria o cabeça;

4) — que, em data de 14 de abril próximo findo, houvera no Crato um levante dos chamados "Soldados de Nosso Senhor", denominação atribuída aos sectários de Pinto Madeira e do vigário do Jardim, padre Antônio Manuel de Sousa;

5) — que, por ocasião dos tumultos então registrados, os fanáticos de Pinto Madeira haviam posto em liberdade um soldado e um preto do mesmo grupo, assim como invadido a residência de José Dias e ateado fogo a um barril de pólvora;

6) — que, após esses atos de vandalismo e acompanhado de Francisco Miguel Pereira (Ibiapina), além de numeroso séquito, Pinto Madeira provocara distúrbios na vila, promovendo manifestações de desprezo contra os ideais de Independência;

7) — que, finalmente e a fim de que a ordem fosse restabelecida, deveriam ser presos todos aqueles indivíduos cujo comportamento fosse contrário à causa nacional e que, a título de medida cautelar, permanecessem sob vigilância os indivíduos José Félix e o comandante Diniz, qualificados pelos monarquistas como "Anjos Tutelares". (5)

(5) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 122/123.

No dia seguinte à expedição desse relato, Tristão Gonçalves convocou povo, Câmara e Senado da Câmara para reunião especial, oportunidade em que proferiu circunstanciado discurso. Dentre os pontos referenciados, tratou do monarquismo em evolução, os riscos de guerra civil e sobretudo do dever de cada patriota em preservar os postulados da Independência. No final, conclamou a união de todos, assim como a necessidade de socorrer o Piauí, notadamente no referente ao custeio da operação. A sociedade icoenense assimilou com interesse. Em termos de apoio financeiro, em verdade o mais importante no momento, houve como empréstimo a quantia de RS\$ 1.118\$680 (um conto e cento e dezoito mil seiscentos e oitenta réis), dinheiro cujo ressarcimento deveria ocorrer por conta do Império.

Em 26 de abril e em aditamento às medidas complementares, baixou expediente segundo o qual nomeava para o comando geral da vila o coronel João André Teixeira Mendes, além de outras providências necessariamente correlatas. João André, pelo menos historicamente, alinhava-se na política de Joaquim Pinto Madeira, no radicalismo do Trono, no que parece ter havido exagero no cometimento. Não ocorreu bem isso. João André não seria capaz de merecer a confiança nele depositada, tampouco reconciliar-se com a facção dos Alencar ou qualquer coisa que divergisse de Pinto Madeira. O que houve no momento não passou de artifício. Como responsável pela segurança da vila e conseqüentemente a exercer função de confiança do governo, teria como obrigação recolher à prisão aqueles que viessem a perturbar a ordem ou tivessem contas a prestar com a justiça. No rol destes figuravam os dissidentes monarquistas Manuel da Cunha Pedrosa, Antônio Freire Pedrosa e o capitão-de-ordenanças José Inácio de Freitas, também inimigos dos liberalistas. Assim, mais de um coelho seria morto de uma só cajadada, ficando a responsabilidade local nos ombros de João André. Concluídos os trabalhos do Ico e urgindo a necessidade de prosseguir, a Expedição deixou a vila e tomou o destino de Lavras, onde também outras providências deveriam ser adotadas.

A chegada a Lavras deu-se em 27 de abril de 1823, onde a Expedição acampou e colocou em andamento as operações de emergência. Tristão Gonçalves reeditou nessa vila o comportamento anteriormente assumido em outras povoações, reunindo povo e autoridades, com o seu discurso de esclarecimento e no final solicitando apoio financeiro para a Expedição. Além do apoio financeiro, exigiu da parte do povo o engajamento voluntário, a adesão dos que quisessem participar da operação e dar o seu contributo pessoal em favor da nobre causa. No dia seguinte, oficiou ao comandante das forças liberalistas do Crato, capitão José Ferreira da Silva, informando-o sobre pormenores da jornada e formulando sugestões em prol do andamento expedicionário. Nesse mesmo expediente fixou como provável data de chegada ao Crato o dia 8 de maio próximo, acrescentando que até o momento cerca de dois mil homens integravam as hostes da Expedição, havendo fortes indícios de esses quantitativos serem aumentados. Por último, e sempre a manter informado o governo da Capital, expediu ofício no qual ficaram consignados os seguintes detalhes:

- 1) — que, diante da presença da Junta Expedicionária na região, onde se dizia ser desfavorável ao novo sistema, todos os indícios de sublevação haviam desaparecido;
- 2) — que, forças procedentes do Rio do Peixe (Cajazeiras), Pombal e Porto Alegre haviam oferecido os seus serviços, propondo-se a marchar contra os insurretos do Piauí;
- 3) — que, finalmente, para maior segurança da vila de Lavras e seus arredores, fizera-se nomear para o comando local das forças defensivas o cidadão Vitorino Leitão Júnior, com o que ficariam afastadas as hipóteses de sublevação regional. (6)

(6) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 124/125.

Em 5 de maio e não 8, conforme fora previsto, chega triunfalmente ao Crato a Expedição, onde povo, clero e nobreza manifestam regozijo. Cerca de 3.500 homens, entre militares e voluntários, compunham o anejo exército, havendo esperança de novos contingentes serem incorporados. Isso comprova, sem dúvida, não propriamente o sentimento de brasilidade, teórico na expressão nacionalista, mas a liderança de Filgueirás e Tristão Gonçalves, a confiança que neles o povo depositava e aderiu ao grito de guerra como se tratasse de festivo mutirão. Podem alguns detratores, apoiados nas dobras do tempo ou escondidos na falta de patriotismo, negar a esses dois eminentes cearenses os pendores de honra que eles fazem jus, podem até tratá-los de visionários e caudilhescos, mas nunca de estrelas apagadas na constelação política de nossos tempos pretéritos. O súdito, nessa conturbada contingência, era maior que o soberano, mais vibrante a sua palavra e mais convincentes os seus argumentos, justificando-se por essa forma a feliz escolha do Império. O futuro, no entanto, dirá o contrário, o justo passará à coorte do injusto e o preço da dedicação patriótica será retribuído em moeda de desapareço.

Já acampados no Crato, resolveriam os chefes da Expedição oficiar ao governo de Oeiras, tranquilizando-o quanto ao apoio em andamento e prestando outras informações inerentes. Em alguns tópicos, destacam o seguinte:

- 1) — que, até o dia 15 de maio, a Expedição estaria a caminho de Oeiras, conduzindo cerca de 3.500 homens dos quais 1.500 seriam voluntários das vilas de Crato e Jardim;
- 2) — que, a demora até então verificada, prendia-se à necessidade de conter pequenos focos de rebelião em três vilas da Província ou precisamente Crato, Jardim e Lavras, lugares onde o monarquismo promovia reuniões ocultas contra o "Exército Libertador", restando algumas prisões a serem efetuadas, porém sem importância sobre os destinos da Expedição. (7)

(7) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 126/127.

Em 12 de maio, tendo chegado ao conhecimento da Expedição de que os propagadores do monarquismo procuravam esvaziar suas fileiras, estimulando a deserção entre os que voluntariamente se haviam alistado, medidas de repressão foram adotadas, dentre outras a prisão de alguns cabeças do movimento. Em portaria datada de 13 de maio, autorizou ao sargento-mor Antônio Geraldo Pereira de Carvalho e ao tenente José F. de Carvalho a recolher os principais líderes da sublevação, representados pelo coronel Leandro Bezerra Monteiro, tenente-coronel Gonçalo Luís Teles e tenente-quartel-mestre Manuel Leandro Bezerra. Seriam esses os que se opunham ao "Exército Libertador" ou que impatrioticamente queriam por qualquer forma impedir a marcha rumo ao Piauí.

Em 15 de maio (1823), julgando Tristão Gonçalves oportuno convocar a sociedade cratense, com vistas à angariação de fundos para a campanha, reuniu em praça pública a gente do lugar e mais uma vez reeditou o seu discurso de peroração. O povo acolheu com entusiasmo. No final, recolheu-se a quantia de R\$ 2.460\$930 (dois contos quatrocentos sessenta mil novecentos e trinta réis), batendo os recordes anteriores de arrecadação.

Em 22 de maio de 1823, notícias procedentes da Capital informavam sobre o comportamento do Governador Interino das Armas, Francisco de Carvalho Couto, com relação à ordem pública e o clima de hostilidades contra o governo provisório. Arrogante e monarquista professo, Couto exorbitara dos seus deveres, efetuando prisões descabidas e criando problemas administrativos para a Província. Como forma de conter os excessos, o comando expedicionário baixou circular de advertência, referindo-se diretamente à Capital e disciplinando o uso regular do poder. Com relação ao Cariri propriamente dito, nomeou para o comando da vila do Crato, com subordinação ao comando do Icó, o alferes José Vicente Magalhães. Em 26 de maio, como ato final dessa fase preliminar, baixou portaria segundo a qual ficou como presidente da Comissão de Comando Geral do Icó o vigário Filipe Mariz, a quem caberia superintender os demais grupos regionais.

Em 27 de maio e não 15, conforme previra o comando expedicionário, o peregrino exército abala-se do Crato com destino a Oeiras. O ponto de referência para encontro, reunindo todas as tropas volantes do Ceará, ficou sendo a Várzea das Vacas (Campos Sales), já nos limites entre Ceará e Piauí. Pouco se tem historicamente dessa laboriosa jornada, a não ser que somente no Ceará muitos dias foram consumidos, em pousos e reabastecimento de víveres, passando por Assaré e tomando finalmente a rota do Piauí.

5.12 BLOQUEIO DE CAXIAS

Decorridos quase dois meses de viagem, a Expedição atinge Caxias, no Maranhão, onde Fidié e seu exército encontram-se acampados e fortemente protegidos por seus aderentes monarquistas. Pereira Filgueiras determina o acampamento nos arredores, na expectativa de que os habitantes da vila aderissem ao comando revolucionário e com isso facilitassem a operação contra os sublevados. Como não houve receptividade, nem o comando inimigo se intimidou à vista das tropas legalistas, Filgueiras determinou o bloqueio, deixando povo e rebeldes inteiramente sem comunicação. Em seguida e numa tentativa moderada de evitar o confronto, dirigiu a Fidié a seguinte proclamação:

"A minha filantropia, de que abunda meu coração, conduz-me a presença de V.S. a fazer-lhe ver que chegou a ocasião de V.S. preencher o Art. 3o. do Regulamento, convencendo-se de que não está abarrancado em Tróia amuralhada e fortalecida. Com denodo tem V.S. uma errônea opinião, que é mais filha da intriga que do dever; e com essa, comigo não deve ter lugar, e o tempo dos prestígios esteja superado, poucos dias de resistência poderão ser o flagelo desta porção de brasileiros em cujo país infelizmente V.S. pisou. A sua resistência já não é mais coragem. Parece mera toleima, que ao invés de lhe render troféus, irá lhe agravar eterno ódio dos habitantes de ambos os Mundos, e quando V.S. para afeiar as nossas ações, afastando-se das veredas trilhadas por militares probos, apelida de facciosos e piratas a uma porção de Povos, que zelosamente dos seus direitos procura destruir este pequeno foco de insídias, como manancial de divergências tem feito maior dos insultos à Nação

Brasileira, que toda, à exceção de parte do Pará e Capital do Maranhão têm aderido à Independência e concebido a hipótese de que seja um atentado e um erro, como dizem os lusitanos, já deixa de ser quando a opinião se generaliza. Não lhe falo como amigo, porque não o posso ser de um opressor de minha Pátria. Porém, como humano e sensível às desgraças de meus semelhantes. V.S. não teve a ordem positiva do Congresso a que idolatra, nem de Sua Majestade Fidelíssima para fazer guerra aos brasileiros ou defender a vila de Caxias como sustentáculo de criminosas preocupações e por isso (caso fisicamente impossível), se pudesse V.S. conservar-se nesse ponto por algum tempo a custa de muitas vidas, nunca mereceria senão o título de louco sedento do sangue humano e não do intrépido guerreiro. As cartas inclusas são demonstrativas do estado em que se acha a Capital da Província e saiba V.S. que Itapicuru, Tutóia, São Bernardo, Icatú, Carnaubeira, Viana e demais povoações têm aclamado o nosso Imperador e recebido a indulgência; à vista, pois, disto, o que espera V.S. neste aperto de circunstâncias? Bem longe de temer esta pequena força que V.S. tem à sua disposição eu lhe falo com singeleza do meu costume e sem valer-me das hiperbólicas e impolíticas expressões de que V.S. lança mão para abafar os naturais impulsos desses iludidos entes que o seguem, afirmo-lhe que V.S. não haverá de ser mais feliz do que o experimentado Luís do Rego ou o maquiavélico Joaquim Pinto Madeira que acaba de voar, e aos que V.S. tanto deseja imitar. Entre em si e advirta-se de que está em uma posição e circunstâncias que ignora até os movimentos da Europa e que, garanti...Jo os loucos caprichos de alguns atrabiliários patrícios que o cercam, está dando passos agigantados contra si e eles, que possuídos de pânico e de terrores, pensam que vinte peças montadas no Morro das Tabocas, sem gente para manobrá-las, serão capazes de os fazer invencíveis; é preciso olhar para as coisas de todos os lados. O Brasil jamais retrogradará do heróico passo que tem dado e por isso convém que V.S. persuadido de que

eu não conheço o medo, deixe de sacrificar tantas vítimas inocentes. V.S. tem defesa na respeitável presença de Sua Majestade Imperial e deve preferir o pequeno incômodo de ir ali, responder a conselho, a perda de tantos entes que podem ser profícuos; eu não tenho prevenções contra V.S. e haverei de recebê-lo e tratá-lo como a um semelhante. Se ontem a sua força, encaminhada a um ponto fraco, pôde tirar algumas vantagens, hoje e amanhã, quando estiverem todos guarnecidos, serão infrutíferas as suas diligências; e os pequenos choques que têm ocorrido com a pouca tropa que aqui se achava, assaz tem provocado a coragem dos cearenses. Todas as Províncias independentes do Brasil conservam europeus empregados e respeitam os pacíficos e pode V.S. certificar aos que o seguem, que o procedimento da plebe desenfrada tem incutido algum terror de que a minha tropa é de homens católicos, tem subordinação e que eu sei respeitar os direitos individuais e de propriedade; enfim, V.S. bem sabe como pode ganhar uma tábua para salvar-se e não espere ter a sorte do teimoso Pinto Madeira; pois que se a sua tropa tem alguma disciplina, não deixa de ser brasileira, e as continuadas deserções o devem convencer de seu constrangimento. A política tem lugar em todas as circunstâncias; e a diferença de opinião não me faz duvidar de que V.S. deixará de dizer-me alguma coisa sobre o que tenho expedido".

Deus guarde V.S. — Quartel-General do Bonfim, em 23 de julho de 1823, 2o. da Independência e do Império — (As) — José Pereira Filgueiras". (8)

Dois dias após o envio desse ultimato, não respondido ou esquecido por Fidié, novamente o comando expedicionário tenta por vias diplomáticas, desta vez dirigindo-se à Câmara de Caxias. Sabia-se que esse poder mantinha-se em posição ambígua, tendendo mais em favor dos sublevados que das forças legalistas ou talvez

(8) "Apontamentos" - T/XX - 1906/7 - Rev. do Inst. do Ceará, pág. 131/133.

mais precisamente a aguardar a resolução final do comando rebelde. Três dias se passaram sem resposta. Em 28 de julho, percebendo a movimentação de tropas e a intenção dos legalistas em levar adiante o propósito de invasão, o comandante geral de Caxias, tenente-coronel Luís Marques de Mesquita, oficiou ao comando expedicionário, fazendo a seguinte proposta:

"Sendo do meu dever procurar todos os melhoramentos dos povos deste distrito e não desejando ver derramado o sangue de tantos, delibero-me a propor uma convenção, nomeando-se os emissários que deverão tratar deste objeto e sustando-se o fogo de uma parte e de outra". (9)

No dia 29 de julho, reunido em conselho, resolveu o comando geral das forças revolucionárias de Caxias enviar ao comando expedicionário a sua proposta de rendição, fazendo-o, no entanto, em termos não aceitáveis. Exigia privilégios além dos limites de concessão. Depois de examinar o seu conteúdo e certamente aborrecido com os termos propostos, Filgueiras tomou a resolução final e ditou a rendição, cujo teor se consigna nos seguintes termos:

"1) — que o Major Fidié e esse resto de tropa, que iludida ainda o segue, e se acha dentro do sítio na guarnição do Morro da Taboca e mais Presídios, deverá depor as armas e as bandeiras e vir ocupar o Campo de São José, debaixo de guardas;

2) — que o Exército Independente se apossará do Morro da Taboca e da vila de Caxias com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia;

3) — que os inimigos se entregarão à discrição dos vencedores, preservando-os a Junta da Delegação dos ataques e insultos, assegurando-lhes o direito de propriedade com as mais ajustadas medidas e providências;

(9) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 134.

4) — que a tropa dissidente da Causa Brasileira será conservada no lugar onde a Junta determinar até que Sua Majestade Imperial, a quem se dará imediatamente circuns-tanciada participação, haja por bem perdoar-lhe o crime que tem cometido;

5) — que os proprietários da vila de Caxias e Termo, que não tiverem prestado donativos à Causa Pátria, serão obrigados a uma contribuição para pagamento do Exército, que a sua toleima, o criminoso aferro às Cortes de Portugal, e os procedimentos hostis do pérfido Fidié chamaram a este lugar;

6) — que esta Junta da Delegação não será responsável pelos bens desencaminhados dos proprietários desta Província e somente a dar providências, tomar enérgicas medidas e anuir às requisições tendentes à segurança da propriedade e à reivindicação deles;

7) — que a Junta residirá na vila de Caxias o tempo que for necessário para tomar medidas para constranger a Vila de Alcântara e a Capital que ainda reincidentem no erro da proclamação da Independência, ou até que seja possível instalar-se um Governo Temporário que se encarregue dessa tarefa, e que assegure o direito individual e de propriedade;

8) — que nenhum socorro de mantimentos devam prestar aos inimigos sitiados, porque isto seria concorrer diretamente para a sua reincidência e dar-lhes azo a tramar, visto que os evadidos são bem acolhidos e nada lhes faltarão;

9) — que, se marcasse ao Comandante de Caxias, seis horas para se deliberar a anuir ou não aos artigos oferecidos e que terminado o prazo não sejam admissíveis mais negociações ou meios paliativos; e trate cada um de defender-se, não se evitando mais hostilidades e toda qualidade de pressão permitida na guerra". (10)

(10) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 135/36.

Insatisfeito com os termos da rendição, tentou o comandante-geral Luís Marques de Mesquita procrastinar a resolução tomada pela Junta Expedicionária, propondo novas formas de entendimento. Encarregou dessa tarefa os seus comissionados, capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel e o major Francisco Salazar Moscov, e teve como principal reivindicação a dilatação do prazo por mais quatro horas. A Junta não concordou. De volta ao ponto de origem, os emissários fizeram o relato da missão, dando por fatal o prazo estipulado, e Fidié entregou-se à rendição (01-08-1823).

No dia seguinte ao ato de rendição, reúnem-se em conselho o Presidente da Junta Expedicionária, José Pereira Filgueiras, e os vogais Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, (11) Manuel de Sousa Martins e Joaquim de Sousa Martins, para juntos deliberarem sobre a proclamação da Independência e o ato de juramento de fidelidade ao Imperador. Assentes os principais detalhes, tiveram início as solenidades, tudo rápido conforme a premência do tempo e tudo rígido conforme as características ditadas pelas próprias circunstâncias. Breves alocuções foram proferidas. Em sua fala, Filgueiras discorreu sobre a importância da Independência, os seus efeitos em termos nacionais e o dever de cada brasileiro em associar-se à sua proclamação. No final, prometeu paz aos habitantes da vila e segurança individual aos sublevados. Isso, de certa forma, servia como atenuante aos que só pela dura força entravam na disciplina.

Concluídos os atos de rendição e devidamente instalado o comando expedicionário, nos procedimentos seguintes tratou-se da organização da vila, dentro da nova ordem e de acordo com as modificações que deveriam ser introduzidas. Oficiou-se, então, à Câmara e ao reverendo pároco, e a esses dois poderes cometeu-se a tarefa de convocação do povo para as respectivas festividades proclamatórias, cuja realização ficou determinada para 3 de agosto

(11) Tristão Gonçalves Pereira de Alencar - Até esse dia era o nome do líder caririense. A partir de então, o "Pereira" foi subtraído e substituído pelo "Araripe".

próximo. Oficiou-se também ao Juiz-de-Fora, no sentido de essa autoridade fazer prender todos os indivíduos que maior oposição tivessem feito à causa da Independência, referindo dentre outros o comandante-geral da vila, Luís Manuel de Mesquita. Nomeou finalmente para exercer o mesmo cargo o sargento-mor do Grão-Pará, Inácio Antônio da Silva. Como conclusão a esses expedientes, Filgueiras adicionou texto proclamatório, dirigindo-se aos habitantes de Caxias nos seguintes termos:

"Habitantes de Caxias: Chegou o dia em que deveis desterrar os sustos e os terrores que nos vossos corações tinham infundido esses tiranos, inimigos da causa pátria; expirou, enfim, a sua criminosa resistência; nada mais tendes a temer. Já, nesta vila, tremulam as Bandeiras da Independência; já na mesma vila se vê estacionada parte do Exército Imperial, esse inexpugnável baluarte assombrador da atrevida facção, que enquanto vos ameaçava, com estrondosa vinda de seus europeus patrícios, prosseguia na ruína total desta Província. Cidadãos: Vinde alegres jurar a Independência, ela vos dará segurança individual e de propriedade debaixo dos auspícios do Grande Pedro Primeiro, Defensor Perpétuo do Brasil. Reconhecei que o sistema que adotamos afiança o maior bem de nossa Pátria. Obedecei a Lei e seremos felizes. Viva a Santa Religião Católica! Viva a Independência! Viva o Congresso Brasileiro! Viva o Senhor D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil e Sua Augusta Dinastia! Viva! — Assinam os membros da Junta.

Em sessão extraordinária, realizada pela Câmara em 3 de agosto de 1823, presentes povo, clero e nobreza, procedeu-se ao pleito para renovação dos membros da Casa, o que seria feito dentro da ordem estabelecida e de acordo com os interesses revolucionários. Não houve, entretanto, consenso de escolha e o pleito

(12) "Apontamentos" - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7, pág. 138.

teve o seu adiamento fixado em 6 do "mesmo mês, o qual efetivamente se realizaria sem nenhum embaraço. E em 7 de agosto, concluído o ritual político na forma constitucional, realizaram-se os atos finais da Independência, cujo coroamento se deu com o juramento de fidelidade ao Imperador. Cumpria-se por essa forma a missão expedicionária, seis meses de peregrinação e o triunfo que daria a Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras o troféu de heróis.

5.13 BATALHA DE RESSARCIMENTO

Embora o final das hostilidades tenha ocorrido com a rendição de Fidié, a batalha de Tristão e Pereira Filgueiras continuou, não propriamente em termos de guerra armada, mas diplomática e dentro da mesma facção vencedora. Conforme vimos no início, as despesas de campanha deveriam ocorrer por conta das Províncias sublevadas, no caso Piauí e Maranhão, cabendo ao Ceará apenas o deslocamento de tropas. Essa era regra ditada não isoladamente pelo Ceará, mas de consenso nacional e portanto sem comportar discussão em contrário. No caso presente não houve dúvida quanto ao procedimento do Império. Ficava incumbido dessa parte o mercenário Lord Cochrane, encarregado de submeter os sediciosos de São Luís e de outros municípios da Província. Quando, porém, imaginava-se apto a obter o ressarcimento das despesas, recebeu-se de Cochrane uma carta-circular, através da qual não somente ele se declara vencedor dos rebeldes do Maranhão como determina novas tarefas e novos deveres a serem cumpridos pela Expedição, porém sem em nenhum momento fazer referência a despesas. Filgueiras, que não guardava nenhum elo de subordinação ao comando de São Luís e percebendo naquela atitude um gesto esquivo e autoritário, de quem na realidade queria transformá-lo em súdito, reuniu-se em conselho com os seus pares e resolveu enviar a São Luís uma deputação, objetivando explicitamente receber o que por direito lhe devia ser pago. Formaram na deputação o tenente-coronel Luís Pedro de Melo César, o capitão José Manuel Lopes de Oliveira e Antônio Joaquim de Carvalho, partindo de Caxias em 26 de agosto de 1823. Ao presunçoso Lord e no momento a responder pelo governo do Maranhão, remeteu-se o seguinte expediente:

"A Junta Expedicionária do Ceará e Piauí, ligada aos interesses desta Província por todas as relações, ambiciona concorrer para a estabilidade da Independência como manancial das propriedades que afiançam uma Constituição Liberal; e por isso, dirige-se a VV. EExa. com as seguintes reflexões a que julga capazes de cortar pela intriga e assegurar o direito individual de propriedade:

1) — que, não sendo possível reunirem-se na vila de Itapicuru ou nessa Capital os povos da Província, para eleição do atual governo, julga da maior importância e urgência se tomem medidas para que em sua correspondência se lhes dê essa regalia de eleger os representantes, como é de costume inveterado, mesmo para evitar desgostos, queixumes e até convulsão;

2) — que esta Junta deverá o quanto antes proporcionar os meios de segurança individual e de propriedade dos habitantes do centro desta Província, obstando com as de mais bem ajustadas providências às pequenas depredações, mortes, insultos, que diretamente quadrilhas estão praticando;

3) — que julga a propósito, uma guarnição de tropas suficiente na assolada vila de Caxias, para garantir a tranquilidade daquela e vizinhas povoações e evitar algumas consequências entre os dois partidos chocados;

4) — que, julga de sumo interesse, ao bem-estar da Província, a organização de um batalhão de milícias e caçadores em todas as vilas e povoações mais notáveis, tanto para se promover a disciplina militar como influir a mocidade e compensar os beneméritos que mais se distinguiram nos trabalhos marciais;

5) — que, considerada assaz indispensável a deposição dos europeus, empregados em todas as repartições civis, militares e eclesiásticas, tanto para minorar a execração popular, que essa porção de homens aferrados têm granjeado que só confiam em seus patrícios;

6) — que, parece de melhor justiça, que esta Junta mande processar todos os indivíduos que pegaram em armas contra os defensores da Independência do Brasil, não lhes valendo a anistia de 18 de setembro do ano passado, por quem a vontade de S.M.I. foi perdoar crimes de opinião e não de gatos, como do mesmo Decreto claramente se conhece;

7) — que, em consequência do Art. 2o. da Capitulação feita com os dissidentes da vila de Caxias, deverão estar à disposição dos vencedores não só os prisioneiros, como também os petrechos, munições e artilharia existentes naquela vila e Morro da Taboca, considerando-se as sacas que servirem para reduto e os dissidentes as abandonaram, assim como as castanholas eretas no dito Morro, como petrechos, e apliquem-se para pagamento das tropas;

8) — que, os capitalistas e proprietários desta cidade, uniformes em sentimento e co-réus com os de Caxias, devem contribuir igualmente para o pagamento das tropas, que a sua pertinácia e o seu indiscreto aferro chamou a esta Província e que VV. EExa. devem tomar em consideração o negócio que faz o objeto deste artigo, atenta a ruína que vai causando a esta Província e paralisação de tão considerável número de tropas em um canto dela. Maranhão, aos 26 de agosto de 1823, 2o. da Independência e do Império". (13)

Filgueiras, em verdade, tornou demasiado prolixa a sua exposição, preocupado mais com os problemas do Maranhão que propriamente o ressarcimento dos valores gastos, cujo montante correspondia à astronômica importância de RS\$ 204:182\$800 (duzentos e quatro contos, cento e oitenta e dois mil e oitocentos réis). Nesses valores estavam incluídos, além de quantias originárias dos cofres da Província (Ceará) e empréstimos compulsoriamente havidos no curso da jornada, os meses de soldos devidos às tropas

(13) O número de tropas era calculado em aproximadamente 6.000 homens - Rev. do Inst. do Ceará - 1906/7 - T/XX, pág. 130 - "Nota".

e sujeitos a pagamento imediato. Contrariamente à sua prolixidade e o interesse público demonstrado, Cochrane foi sucinto e parcimonioso, enviando a quantia de cem contos de réis ou pouco menos de metade do que se tornara devido, não propriamente em dinheiro, mas em tecidos, produto de multas arrecadadas aos comerciantes da Capital. Como prêmio de consolação, informou que de sua parte os valores contratados orçavam em RS\$ 424:196\$500 (quatrocentos e vinte e quatro contos, cento e noventa e seis mil e quinhentos réis), embora que nos acertos finais houvesse reduzido essa importância para apenas um terço. Feliz do Império que tinha a seu serviço tão abnegado estrangeiro ou caçador de guerra nos países subdesenvolvidos do Novo Mundo. Filgueiras contentou-se com a resposta, aprendeu a lição e cotizou de idêntica forma os comerciantes de Caxias, obtendo com esse procedimento o restante que faltava para o licenciamento das tropas.

Em outubro de 1823, e já sem problemas de ordem política, no Maranhão, Filgueiras e Tristão Gonçalves deixam Caxias, regurgitantes do dever cumprido. Pisam terras cearenses em novembro, cobertos de glória e a receber do Império os elogios a que faziam jus os heróis, se bem que momentaneamente, pois, segundo o poeta, "a mão que afaga é a mesma que apedreja" e, eles, em menos de um ano, dariam testemunho pessoal dessa amarga assertiva.

5.14 REPÚBLICA DO EQUADOR

Denominou-se República do Equador o movimento revolucionário eclodido no Recife em 1824 e difundido nas demais Províncias nordestinas, tendo por modelo o sistema institucionalizado na Colômbia, em substituição ao regicismo espanhol. Sua introdução em terras nordestinas deveu-se principalmente à gênese reacionária das classes não favorecidas pelo domínio luso ou, mais que isso, as classes marginalizadas pela dinastia bragantina. A conquista da Independência, em que pese os seus méritos e a glória de soberania pátria, não produziu na região os salutaros efeitos de sua propagação histórica, predominando em sua extensão política os mesmos privilégios de outrora. Os empregos públicos continuavam nas mãos dos portugueses, desde o simples juiz de vintena ao supremo governante provincial, ficando aos brasileiros a modesta escolha de ingressar no serviço militar. Pugnavam-se, então, por um sistema autêntico, não vinculado a Portugal e nacionalmente estruturado no liberalismo, coisa que só em se imaginar causava arrepios.

O precedente mais próximo dessas aspirações estava na Revolução de 1817, com vívidas e dolorosas recordações, porém tão reverenciada como se triunfalmente houvesse chegado aos seus objetivos. O sangue de heróis reduzidos ao martírológico, arrancado com as pinças do ódio e da tirania lusa, guardava na consciência de cada nordestino o sentimento rebelde, o cheiro nauseante das prisões infectas ou o retinir de correntes a quebrar o silêncio de escuras e tenebrosas noites de sofrimento. Não seria, portanto, de estranhar figuras preeminentes desse passado deixarem de ser evocadas e virem no momento oportuno estimular os que ainda restavam, tocando-os de corpo e alma rumo à desastrosa e patriótica aventura

No Ceará, restavam os Alencar, tronco ideológico que apenas arrefecera, enquanto no Rio Grande do Norte e na Paraíba os Albuquerque mantinham-se vigilantes, ficando ao pernambucano intrépido a responsabilidade de atear fogo ao palheiro. Será, então, pelo braço forte de Sebastião Paes de Andrada, o mesmo em 1817 a recusar submissão a D. João VI, gritando vivas à República e morte à tirania real, que em segundo turno a massa reacionária reeditará os seus feitos heróicos.

O estopim, que desta vez lançará a brava gente no cenário da guerra, encontra precedentes novos na dissolução da Constituinte de 1823, jurada e defendida quando oportunamente proclamada e esquecida tão logo os seus efeitos se chocaram com os interesses então dominantes. As Províncias do Sul ou têm aderido passivamente ou conscientemente concordado com a vontade imperial, deixando que na prática o interesse luso continuasse a exercer preponderante desempenho. O Nordeste, porém, cioso dos seus anseios liberalistas e descrente das afirmações nacionalistas da metrópole, rompeu a barragem do falso patriotismo e veio à tona com os seus protestos. A facção mais expressiva insurgiu-se especialmente contra as medidas de repressão das quais foram vítimas as figuras mais distintas do cenário político nacional, com prisões e deportações injustificáveis. O caso, por exemplo, dos irmãos Andrada, bem assim os que se relacionavam com os líderes José Joaquim da Rocha, padre Belchior Pinheiro de Oliveira e Francisco Montezuma, atestavam flagrantes contradições às proclamadas afirmações imperialistas. "Traição a todos os brasileiros" eram os gritos ressoantes a correr de boca em boca e a engrossar os protestos de quantos honestamente sonhavam ou haviam sonhado com os doces enlevos de uma pátria livre e politicamente descompromissada com as opressoras tradições portuguesas. E Pernambuco, então, como centro de polarização cultural do Nordeste, seria mais uma vez o vanguardeiro da sublevação nacionalista, fazendo irradiar para as demais Províncias as diretrizes básicas que serviriam de aval político e em breve a transformarem os protestos em ação física e aguerridamente decisiva. Assim, em 7 de abril de 1824, deu-se no Recife a primeira manifestação reacionária, o grito

de largada que logo a seguir se alastraria em busca do setentrião, formando num só bloco, o qual se chamaria de Províncias Confederadas.

Reunidos em Grande Conselho, decidiram os republicanos impedir a posse do titular do novo governo, capitão Francisco Paes Barreto, imperialista radical e opressor dos anseios populares. Nesse primeiro passo, os republicanos lograram sucesso, colocando no governo o liberalista Manuel de Carvalho Paes de Andrade, instaurando no Recife a chamada Confederação do Equador (02-07-1824). Reuniram-se em torno do novo sistema, além de Pernambuco, as Províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Consolidadas em Pernambuco as bases do governo provisório, o povo saiu às ruas e proclamou a insurreição contra D. Maria I, rainha de Portugal, assim como se votou repúdio à dissoluta Corte lusa, havendo como pretexto a traição levada a efeito contra o Brasil. Congratulando-se com os manifestantes, Paes de Andrade lançou o seu manifesto de apoio à nova ordem, fazendo o seguinte pronunciamento:

"Brasileiros, pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este: Salvemos a HONRA, A PÁTRIA E A LIBERDADE, soltando o grito festivo de VIVA A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR!" (1)

Nesse momento, abjuraram da obediência imperial os principais reacionários pernambucanos e passaram a adotar como instrumento básico de obediência política a Constituição da Colômbia, numa adaptação emergencial que deveria prevalecer até a própria carta ser elaborada. Em seguida, instituiu-se a bandeira republicana, cujo desenho teve como inspiração os seguintes motivos:

(1) Rev. do Inst. do Ceará — T/XXVII — 1913/14 — Confederação do Equador — pág. 62.

CENTRO — escudo esquartejado de amarelo-gama, ladeado por um ramo de cana e outro de algodão;

CENTRO DO ESCUDO — círculo branco, contendo a inscrição gravada em preto: RELIGIÃO, INDEPENDÊNCIA, UNIÃO E LIBERDADE, separando-se estas duas últimas palavras por quatro feixes de varas escarlates e uma faixa branca dividindo o círculo ao meio;

SUPERFÍCIE — azul-ferrete, com duas estrelas brancas por cima e duas nos 2/3 inferiores, representando as quatro Províncias signatárias (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará); na parte de baixo, mais nove estrelas em semicírculo;

PARTE SUPERIOR DO ESCUDO — formada em escarlate e terminada por uma mão em cujo centro desenhava-se o "Olho da Providência", circulado por mais quatro estrelas brancas, sendo que a mão apontava para a flâmula desenhada no alto e contendo a palavra CONFEDERAÇÃO. (2)

Retrata-se nesse esboço o perfil da Revolução Pernambucana de 1824, cujo destino, tanto quanto ocorrera com idêntico movimento em 1817, seria o fracasso, o esmagamento imediato por forças repressoras e o revanchismo levado a efeito através de fuzilamentos. Sem descermos aos fatos em seus pormenores, estritamente ligados à história de Pernambuco, apenas oferecemos como referência a data final de ocupação do Recife por tropas imperialistas ou 17 de setembro de 1824. As demais Províncias tiveram também os seus dias breves e marcados pelos mesmos desígnios, ficando o Ceará na rota dos últimos acontecimentos.

No Ceará, conforme já visto na parte referente aos governos provinciais, o movimento republicano começou a tomar corpo depois do retorno de Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, triunfalmente originários do Maranhão. O prestígio do qual desfrutava

(2) Rev. do Inst. do Ceará — T/XXVII — 1913/14 — pág. 63.

vam no momento, a glória de terem sido os baluartes da Independência, tanto naquela Província quanto no Piauí, as manifestações de aplausos, as moções de contentamento procedentes do próprio Império, tudo isso exerceu invulgar soma de credibilidade em torno dos dois paladinos e fez com que também eles se embriagassem na batalha de reconstrução nacionalista. Precisava-se, então, levar a nação ao desabafo, ao protesto contra a dissolução da Constituinte e o retorno do País aos princípios jurados por Sua Majestade o Imperador D. Pedro I, a quem abertamente se dizia haver traído o povo brasileiro. Além dos sentimentos próprios de que o Ceará estava possuído, Pernambuco monitorava suas lideranças, não só com a liberação de verbas como também através de publicações reacionárias, chegando inclusive a doar uma gráfica, proporcionando o editoramento do primeiro jornal cearense. O apoio a Pernambuco, e particularmente no tocante ao posicionamento do Ceará, tornou-se oficial por ato manifesto do governo provisório, do qual era presidente o padre Francisco Pinheiro Landim, dirigindo ao povo a seguinte proclamação:

Senhor! (Imperador) — É indizível o desprazer universal que causa nesta Província do Ceará a notícia infausta da dissolução da Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa da Nação Brasileira no fatal 12 de novembro do ano passado no Rio de Janeiro! Cada cearense, Senhor, pensa ainda agora, atacados os seus direitos na pessoa de seus legítimos representantes, pelo movimento daquele dia que, entretanto, ofuscou a glória do ingênuo povo brasileiro, que de melhor grado abraçará os massacres e a morte, que recair no antigo e abominável jugo. Nós falamos a Vossa Majestade com toda a simpleza dos nossos corações, tão gratos quanto sensíveis e desde sua origem amamentados por este País e sua doçura, que sobremaneira tem produzido o melhor e o mais puro esclarecimento. É mister, sem dúvida, haver brilhantes e incontestáveis rasgos como emenda de um erro do qual o Brasil inteiro não está na responsabilidade somente por delicto de três ou quatro dos homens de

sua escolha. O povo é demasiadamente zeloso de seus direitos e de suas liberdades e é por isso que muito nos há custado contê-lo nas suas obrigações, até porque já não conhece mais limites a sua desesperação, não obstante à natural docilidade do gênio americano. Nós, porém, venceremos nos seus ressentimentos com a prudência que requer a natureza das coisas, aliás de toda monta. Cumpre-nos expor a Vossa Majestade pela soltura do Deputado Cipriano José Barata, preso nessa Corte; o qual, justamente se tem tornado o ídolo do povo brasileiro a quem causa de dia em dia a mais terna saudade e por quem o mesmo povo se interessa a par, também, dos mais desgraçados extermínios do Império e outros, que gemendo nas masmorras, não gozam de menos compaixão de um povo aflito e da clemência do Grande Príncipe, o Imortal Imperador do Brasil. Punam-se os culpados, mas salvem-se a inocência! Sejam, pois, os nossos votos tão aceitos à Vossa Majestade a favor desses infelizes, quanto nós somos obedientes súditos do Primeiro Imperador do Brasil. Deus guarde a preciosa vida de Vossa Majestade como todos os brasileiros hão mister. Palácio do Governo do Ceará, aos 31 de março de 1824, 3.º da Independência e do Império". Assinam: Francisco Pinheiro Landim, Presidente; José Pereira Filgueiras, Vogal; Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Vogal; Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, Vogal; Miguel Antônio da Rocha Lima, Secretário.

Esse manifesto, nominativamente endereçado a S.M.I., mereceria da Corte o mais veemente protesto, cujo teor vale a pena transcrever:

"É um desaforado e ultrajante ofício do indigníssimo governo do Ceará, em data de 31 de março deste ano, em que prateia como uma calamidade pública e um erro que custará a sanar a dissolução da Assembléia, que encheu os povos de indignação, dando a entender que estão a ponto de

revoltar-se e que tem custado muito a contê-los; por fim estes miseráveis ecos de Carvalho (governador revolucionário do Recife) ousam exorar pela soltura de Barata, por quem estão morrendo de amores e pela de quantos revolucionários estão empestando as Fortalezas desta Corte". (3)

O manifesto cearense, lido em praça pública e dirigido posteriormente aos escalões superiores do Império, dava a Pernambuco o seu aval republicano, mas fechava na mesma proporção suas portas ao poder central, anulando de um só golpe tudo o quanto se fizera durante a recente campanha expedicionária, notadamente com relação a José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves. Não se pretende negar a esses dois líderes e aos demais que com eles formavam o direito de livre escolha, de pensar ideologicamente em sentido mais amplo, sonhar com um país totalmente isento da influência bragantina, mas não se pode também negar a inopuntividade do momento, os riscos a que se submetiam e as chances remotas de triunfo. A mão que antes os afagara, conforme proverbialmente se disse, seria a mesma que lhes iria apedrejar e escrever com tintas de sangue o reverso de tudo o quanto em termos de elogio fora dito. Tristão Gonçalves subiu o primeiro degrau, ainda sob o calor das manifestações de apreço, porém, ao chegar ao governo, como supremo comandante das forças políticas que o apoiavam, rompeu em definitivo com as estruturas do Império, afastando da administração provincial os militares portugueses. Essa medida agradou os liberalistas, o que seria o óbvio, mas em dose inversa desagradou os conservadores, com especial referência aos portugueses residentes na Capital. João Facundo de Castro Meneses, ligado politicamente à facção oposicionista, serviu-se do momento para fortalecer suas hostes, denunciando de imediato às autoridades imperiais. Isso, no entanto, não obstou a Tristão Gonçalves, numa atitude ainda mais forte e decisiva, reunir o Colégio Eleitoral e aderir publicamente a Pernambuco, proclamando a Re-

(3) Rev. do Inst. do Ceará — T/XX — 1906/7 — pág. 40 — Eduardo Marques Peixoto.

pública do Equador (26-08-1824). Em ato complementar ou mesmo decorrente de sua resolução, despachou com destino a Pernambuco uma comitiva, tendo como finalidade, além de informar sobre o ingresso do Ceará no novo sistema, solicitar do governo daquela Província o apoio de que necessitava em prol dos seus objetivos. Participaram dessa comitiva os seguintes membros: Major Luís Rodrigues Chaves, Tomaz de Aquino Pinto de Almeida, José Raimundo Pinto Bandeira (furriel) e José Maria (cabo), quatro praças cujos nomes a história não revela.

Da escolha dessa comitiva, infeliz para Tristão Gonçalves, pela indicação do seu comandante, resultaria a perda do herói republicano, o afastamento do governo e o massacre de que seria vítima.

Na Capital as reações conservadoras não chegaram a comprometer o governo republicano, a não ser por via de denúncias e protestos que se perdiam nos seus próprios arredores. O Cariri, no entanto, não se conformou e entrou em regime de agitação, prometendo deflagrar a guerra civil. Nessa oportunidade, sendo Pereira Filgueiras o Governador das Armas e consequentemente responsável pela segurança da Província, abalou-se da Capital em busca da região, levando na bagagem a esperança de acalmar os sublevados. Além dessa tarefa, incumbia-lhe também difundir os ideais republicanos e procurar através de encontros solidificar a posição do governo e preparar os seus liderados com vistas às reações imperiais.

Em 23 de novembro (1824) e sem que da capitulação do governo de pernambuco houvesse notícia, Filgueiras chega ao Icó, onde triunfalmente instala a República e submete à disciplina alguns exacerbados imperialistas. Ocorre-lhe nessa ocasião tomar conhecimento de vários distúrbios provocados no Jardim e dando como vítimas fatais Leonel Pereira de Alencar e o filho Raimundo Pereira de Alencar, ambos chacinados por questões políticas. Teria sido mandante dos crimes o procurador da Câmara, Antônio Francisco, pessoa vinculada a Joaquim Pinto Madeira. Diante da ocorrência, deixou ele o Icó e tomou o destino do Cariri, na suposição de poder restabelecer a ordem e cumprir

o restante de sua missão. Enquanto isso, os destinos republicanos, que somente no Ceará mantinham-se amparados pela distância, chegavam ao fatalismo, esmagados pelas forças imperiais.

No Recife, onde Lord Cochrane aportara com o seu poderio militar (12-09-1824), já não mais existiam os esteios republicanos, imprescindíveis sob todos os títulos à sustentação do regime nas demais Províncias. No Rio de Janeiro, onde dúvidas já não existiam do triunfo imperial, o governo baixava decreto e dava instruções aos seus representantes para prender, julgar e punir os reacionários, instituindo para tanto uma Comissão Militar. Já não havia mais dúvidas de que o sonho republicano se fora e os seus responsáveis seriam punidos, restando apenas o desespero de última hora e a cronometragem do tempo.

5.15 MARTIRES DO VINTE E QUATRO

Em 17 de outubro de 1824, Tristão Gonçalves tomou conhecimento do fracasso a que chegara a comissão da qual fora responsável o major Luís Rodrigues de Araújo Chaves, fracasso a ter como precedente a traição do seu comandante. Em trânsito pelo Rio Grande do Norte, onde visitara alguns parentes, Araújo Chaves fora instado a fugir do dever e aderir com a sua tropa aos comandos imperiais. Preso ou consensualmente levado ao Recife e conduzido à presença do chefe militar Luís Lima e Silva, abjurou do seu passado republicano e passou a formar nas hostes legalistas, retornando ao Ceará à frente de tropas repressivas. Instalara-se no Aracati. Diante dessas informações, deixa Tristão Gonçalves o governo nas mãos do seu vice, José Félix de Azevedo e Sá, e toma a rota que o levaria ao seu fatal destino.

Em Aracati, legalistas e republicanos batem-se em confronto. A facção republicana triunfa, pelo menos de início, e os seus inimigos desertam, buscando refúgio em Mossoró. Registram-se, nessa passagem, cometimentos que fogem ao bom senso e depõem contra o próprio Tristão Gonçalves, com saques ao comércio e a embarcações surtas no porto, resultando em prejuízos superiores a cinquenta contos de réis. Com o ressurgimento das tropas legalistas e sem condições de resistir à pressão inimiga, Tristão abandona a vila e toma a estrada de Russas.

Em Russas, Tristão passa quase só e sem rumo predeterminado. Parte de suas tropas ou tem desertado para as hostes legalistas ou simplesmente o tem abandonado. Ele próprio, em reunião com os seus amigos mais devotados, liberara a quantos não desejassem arriscar a vida em sua defesa. Conhecia perfeitamente os rumos aos quais a sorte o levaria, tampouco resignaria dos seus propósitos, preferindo enfrentar sozinho o inimigo a ter o seu

nome manchado pelo estigma da covardia. Nessa resoluta disposição, em que a morte, mais que as chances de triunfo, se aproximava, prosseguiu em seus últimos passos, deixando-se atropelar pela própria desgraça. Tomou a direção da fazenda Santa Rosa, onde, acossado pelas tropas do comandante Manuel Antônio do Amorim e do sargento-mor Manuel Antônio Pereira, cairia surpreendentemente na armadilha.

Nove horas da manhã — comenta o relator da ocorrência — de 31 de outubro de 1824, Tristão divisa ao longo da estrada as forças que lhe seguiam no encalço. Eram cordões que abrolhavam em cerco, procurando cada militante ganhar dez mil cruzados, prometidos por Cochrane, em troca de sua cabeça. Exausto e meditativo, protegido apenas por um punhado de fiéis companheiros, prepara-se para reagir. À própria natureza não o ajuda. O desnudamento característico da região nega-lhe os anteparos de defesa. Mesmo assim, mantém-se resolutos, firme na adversidade o quanto fora nos momentos de glória e aguarda o desfecho. Parte dos companheiros ainda encontram espaço para fuga. Alguns o deixam e desertam. De repente, como que sinistramente oculto na galharia ressequida, alguém se aproxima e profere a fatal sentença: "O senhor está morto capitão!" A descarga assassina vara-lhe o peito. Tomba sem vida o herói. A matula assassina aproxima-se, vingativa e sedenta de sangue, pica-lhe o corpo, pisoteia-lhe os moribundos destroços e deleita-se diante do bárbaro espetáculo. Colocam-no de pé, escorado num tronco e contemplam-lhe a esquelética fisionomia, rosto angustiado de quem vive os últimos estertores e entra no silêncio da morte. Depois, num gesto de extrema ferocidade, um colecionador de troféus observa que as orelhas do mártir permanecem intactas e, numa atitude de feroz desumanidade, saca do punhal e decepa-as pela raiz. Será relíquia da tirania com a qual pretenderá, certamente, brindar juntamente com os seus familiares mais íntimos as honras do mórbido triunfo. Coube, pois, a Tristão Gonçalves a primazia de ter o seu nome inscrito no rol dos Mártires de 1824, o que na barbaresca comédia seria apenas o primeiro ato.

Em segundo episódio vem o fim não menos dramático de José Pereira Filgueiras. Quando de sua chegada ao Crato, deixando o ló com destino a Jardim, encontrou-se com as tropas imperiais, que do Recife já vinham em busca do Ceará. Comandava as forças legalistas o capitão Reinaldo de Araújo Bezerra, e sua prisão se deu em oito de novembro de 1824, sendo em seguida conduzido rumo a Pernambuco. Filgueiras esperava obter de S.M.I. o perdão, graças em favor da qual deveriam pesar os seus relevantes serviços, notadamente com relação aos conflitos do Piauí e Maranhão, oportunidade em que recebera da Corte pendorosas referências. Mas, entre as suposições de indulto e a generosidade imperial, antepôs-se o fatalismo, talvez premeditado ou consentido, impedindo-o de levar adiante suas esperanças. Morreu no povoado de São Romão, em Minas Gerais, acometido de febre maligna, atestaram os que o mantinham sob guarda, porém sem confirmação dos que racionalmente vêem a história sem as cores emocionais do partidarismo.

Entre os republicanos do Cariri, presos em companhia de José Pereira Filgueiras, a volante pernambucana recolheu também José Martiniano de Alencar, assassinando na ocasião um seu sobrinho de 13 anos. A prisão do chefe caririense se deu no lugar denominado "Pintado", do julgado pernambucano de Cabrobó, sendo transferido com os demais para a vila do Crato, de onde tomariam o destino de Fortaleza.

5.16 FASE TERMIDORIANA

Conforme vimos em outra parte, quando Tristão Gonçalves deixou o governo, buscando o destino do Aracati, assumiu como substituto o coronel José Félix de Azevedo e Sá, cearense filho de agricultor, homem sem instrução e sem vocação republicana. Uns o qualificam como traidor, enquanto outros o tratam por moderado, o que não impede lhe seja acrescido o designativo emocional de pusilânime. Em verdade era esta a qualidade mais pronunciada em suas atitudes, em que o medo, a subserviência e o desejo de permanecer no cargo modelavam o seu comportamento, transformando-o em verdadeiro títere nas mãos do imperialismo. Disso ele deu suficientes provas, quando, em 18 de outubro de 1824, aportou em Fortaleza a nau que conduzia Lord Cochrane e suas forças de repressão, prontas para desembarque e submissão dos sublevados à disciplina. Simples bilhete, informando que 3.000 homens de bordo aguardavam ordem e que 200 seriam lançados em terra, fê-lo voltar as costas aos seus antigos companheiros e aderiu-se incondicionalmente ao poderoso mercenário inglês. Na mesma data, reuniu em Palácio seus assessores, clero, povo e nobreza e fez com que solenemente se prestasse o seguinte juramento:

“Aos dezoito dias do mês de outubro de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independência e do Império, nesta cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, na sala do governo, onde se achava o Exmo. Sr. Presidente do Governo da Província, José Félix de Azevedo e Sá, juraram prestar obediência e fidelidade a Sua Majestade Imperial e Constitucional, o muito Alto Senhor Dom Pedro de Alcântara, Perpétuo Defensor do Brasil, as pessoas abaixo assinadas e, para constar, mandou o Exmo. Sr. Presidente do Governo

lavar o presente termo. Eu, Amaro Joaquim Pereira de Moraes e Castro, Secretário Interino do Governo o escrevi. José Félix de Azevedo e Sá - Presidente”. (4)

Seguem-se 405 assinaturas, muitas das quais constavam da ata de proclamação da República, elaborada pouco menos de dois meses antes, inclusive a do próprio José Félix. Redimia-se, persuadido pela força, o medo de que Lord Cochrane desembarcasse suas tropas e submetesse Fortaleza à discricção.

Cochrane (Thomas), Conde de Donald, Marquês do Maranhão, graças ao seu trabalho de redução daquela Província à obediência Imperial, consta como sendo almirante da Marinha Britânica, mas expulso e contratado desde 1817 para prestar serviços ao Império. Antes, estivera a serviço do governo chileno. No Brasil, o seu contrato envolvia as capitais litorâneas, da Bahia ao Maranhão, mercê do que recolheria polpudas verbas. Vivia das desgraças alheias. Depois de notificar o governo cearense e dele receber o consenso de adesão, dirigiu-lhe em termos oficiais o seguinte ultimato:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor — Sinto que a circunstância da nau ter garrado tão perto da terra, como quase tocar, fez necessária minha presença aqui a bordo esta manhã e privou-me do prazer de pessoalmente fazer os meus cumprimentos esta manhã a V. Exa. E de mais o sinto, como talvez tenha levantado a idéia de que eu faltara a atenção devida ao serviço público, debaixo das circunstâncias existentes. Tinha eu uma ansiedade de me comunicar particularmente com V. Exa. as minhas razões por não mandar à terra uma força maior de esquadra cujas razões não as julguei prudente comunicar às pessoas da deputação que V. Exa. me fez a honra de mandar. Isto, porém, menciono a V. Exa. em confiança e não outros senão que a marujada estrangeira, apesar de serem muito úteis para obrarem contra

(4) Documentos - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7 - pág. 72/78.

inimigos, por forma nenhuma são adaptados para guarnecerem uma praça de onde não haja inimigos com que se batam. Se V. Exa. for servido me mandar dizer, quando os revolucionários tiverem avançado quatro léguas distante da Capital, então terei muito prazer em render a V. Exa. e toda a boa gente da Província do Ceará auxílio efetivo. Mas cumpre-me observar a V. Exa. que é de todo necessário que o povo da cidade e da Província adote logo essas medidas efetivas entre si, para conservar a tranquilidade da praça, que atualmente se acham ao seu alcance e que são os únicos meios para fazerem desnecessário a dispensa e inconveniência da presença imediata de uma força militar. Rogo a V. Exa. que haja me dar para informação do Governo Imperial uma conta do estado da Província ao presente momento e também de qualquer queixa que o povo tenha que fazer, a fim de que Sua Majestade Imperial saiba tomar os passos necessários ao bem do seu povo nesta Província, que Sua Sabe-doria e Benevolência sugerirem. Deus Guarde V. Exa. Nau Pedro I, surta na frente do Ceará, em 19 de outubro de 1824 — Cochrane e Maranhão". (5)

Menos que isso seria necessário para José Félix abdicar dos dons personalísticos, porventura ainda restantes no seu diâmetro, e rastejasse com fidelidade canina à sombra de Lord Cochrane, tudo fazendo para merecer do ilustre mercenário as graças da simpatia e da confiança. Em ofício de 20 de outubro de 1824, responde solicitamente o recado que lhe fora dirigido, prestando as seguintes informações:

"Em resposta ao ofício de V. Exa. datado de 19 do corrente, sobre o estado atual desta Província, presentemente, como seus povos da mesma tem de levar a presença de S.M.I. e C. alguma representação tenho de responder a V. Exa. que os povos de muitas vilas desta Província já protes-

taram solenemente obediência, fidelidade e adesão a S.M.I. e C. e quanto às dos resto dos povos da mesma Província, afianço a V. Exa. que são dos mesmos sentimentos e que, se não têm aparecido um testemunho de fidelidade tão autêntico como dos povos que ficam perto desta Capital, é em razão da longitude em que estão da mesma. Não me consta que os povos desta Província tenham de levar queixas algumas ao Augusto Trono de S.M.I. e C. Finalmente afianço a V. Exa. que a fidelidade dos povos desta Província e que jamais deixarão de se prestar ao serviço e obediência de S. M.I. e C. Deus guarde a V. Exa. Palácio do Governo do Ceará, aos 25 de outubro de 1824, 3.º da Independência e do Império. Ao Ilustríssimo Senhor Marquês do Maranhão — José Félix de Azevedo e Sá - Presidente". (6)

Os documentos acima transcritos, além do testemunho que por si só revelam, atestam o quanto de pieguismo existia em José Félix, a ânsia de servir e a falta de moral para regatear direitos, tudo fazendo para satisfazer as exigências do arrogante Lord. São 48 documentos no mesmo estilo, indo e vindo diariamente, e a conter informações as mais diversas, desde o mais longínquo recado da Província aos arredores da Capital. Constam principalmente desse acervo o trucidamento de Tristão Gonçalves, a prisão de José Pereira Filgueiras, a captura das tropas que aos dois acompanhavam e a submissão do coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes, detido nas Itãs, na serra de Monte-Mor o Novo (Baturité). Nesse meio tempo, visando submeter os recalcitrantes através de engodo, Cochrane acena com a promessa de indulto, extensiva inclusive a José Pereira Filgueiras e a Tristão Gonçalves. Tristão e Filgueiras já haviam sido eliminados e os demais, que tolamente caíam no logro, ou foram espingardeados no sertão ou, posteriormente, submetidos às penas da lei. Nem as propostas de indulto feitas pelo Império tinham seriedade, nem Cochrane podia anteceder-se à Corte. Esse clima de insegurança, perplexidade e submis-

(5) Documentos - Rev. Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7 - pág. 79/80.

(6) Documentos - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7 - pág. 80/81.

são prolongou-se até os primeiros dias de novembro, quando oportunamente ele achou por bem deixar Fortaleza e entregar nas mãos de José Félix o destino dos condenados (C3-11-1824).

5.17 FUZILAMENTOS

Sabe-se que por Decreto Imperial de 5 de outubro de 1824, estenderam-se ao Ceará os efeitos da Comissão Militar, instituída e implantada no Recife desde agosto pretérito e destinada a julgar sumariamente os implicados na revolução. Essa Comissão operaria inicialmente em Pernambuco. Ao se transferir para o Ceará, teria na sua composição o tenente-coronel de engenheiros Conrado Jacob Niemayer, Manuel Pedro de Moraes Mayer, José Gervásio de Queiroz Carreira, capitão Luís Maria Cabral de Teive, João Sabino Monteiro e João Bloén. Mas, enquanto se aguardava a vinda dos comissionados, José Félix e seus agentes administrativos preparavam a lista dos que deveriam ser julgados, constando prioritariamente dos seguintes nomes:

1) TENENTE-CORONEL ANTÔNIO BEZERRA DE SOUSA MENESES — Ex-Governador Interino das Armas. Marchara de Uruburetama contra o partido de Sua Majestade Imperial e Constitucional e aquartelara-se em Baturité, onde promovera o alicia-mento de tropas e reagira às forças legalistas. Preso no lugar Itãs, à frente de grupo armado e em seguida posto à disposição da justiça.

2) FRANCISCO MIGUEL PEREIRA IBIAPINA — Ex-diretor administrativo de José Pereira Filgueiras, no comando das Armas, e acompanhante de Tristão Gonçalves por ocasião da marcha rumo ao Aracati. Fora preso em Russas, acompanhado dos demais "facínoras".

3) ALEXANDRE RAIMUNDO PEREIRA IBIAPINA — Filho de Miguel Pereira Ibiapina e 3.º Escrivão da Junta da Fazenda, preso como coadjuvante de Antônio Bezerra, na marcha sobre Uruburetama.

4) INÁCIO LOIOLA DE ALBUQUERQUE E MELO MORORÓ — Secretário do Governo Tristão Gonçalves e redator do jornal "Diário do Governo do Ceará", como republicano atuante, fundara em Quixeramobim o sistema adotado em Pernambuco, de que fora seu ardente defensor.

5) JOSÉ FERREIRA LIMA SUCUPIRA — Inimigo declarado de Sua Majestade o Imperador e transformado em Tesoureiro-Geral da Província no governo de Tristão Gonçalves.

6) FRANCISCO DE PAULA FERREIRA TAMANDUÁ — Além de republicano e acompanhante de Tristão Gonçalves, na marcha sobre o Aracati, promovera com os demais do seu comando o saque contra embarcações surtas no porto daquela vila.

7) ANTÔNIO FERREIRA BRAGA — Republicano, integrante do exército de Tristão Gonçalves na marcha sobre o Aracati e companheiro de Ferreira Tamanduá no saque a embarcações no Aracati.

8) LUÍS INÁCIO DE AZEVEDO BOLÃO — Tenente de 2ª Linha do Regimento de Infantaria das Milícias do Ceará e Jaguaribe. Unira-se às forças de Tristão Gonçalves em Aracati.

9) MANUEL SEVERINO DO AMARAL — Além de republicano professo, acompanhara Tristão Gonçalves na marcha sobre o Aracati, sendo também acusado de haver retirado a bandeira do Império.

10) JOSÉ FRANCISCO PINTO — Sargento de 2ª Linha e acompanhante de Antônio Bezerra na marcha sobre Uruburetama.

11) MANUEL BARROSO — Republicano convicto e acompanhante de Antônio Bezerra na marcha sobre Uruburetama, sendo também um dos que retiraram a bandeira do Império, substituída pelo pavilhão de sua parcialidade.

Além desses e de outros, como Pessoa Anta, ainda procurados pelas tropas imperialistas, constavam como presos de polícia Francisco de Sousa Marinho, João Carvalho Montenegro, Antônio Sebastião, Antônio Pereira do Rego, Antônio Prozódio e demais vadios que a estes se haviam reunido. (7)

(7) Documentos - Rev. do Inst. do Ceará - T/XX - 1906/7 - pág. 94/96.

A despeito de estar previsto para o Ceará o julgamento destes e de outros criminosos de guerra, através da Comissão Militar, todos foram remetidos para o Rio de Janeiro. Esse erro de jurisdição ou falta de melhores esclarecimentos das autoridades cearenses retardou em mais de três meses a ação da justiça, de modo que somente em 15 de março de 1825 os prisioneiros foram tocados de volta, com instruções precisas sobre o assunto. À exceção do padre Mororó e de José Ferreira Lima Sucupira, que deveriam ser julgados pela Corte, constavam da lista os seguintes réus: José Pereira Filgueiras (falecido), Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luís Rodrigues Chaves, Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó, José Ferreira Lima Sucupira (8), Luís Pedro de Melo César, José Francisco Ferraz, Feliciano José da Silva Carapinima, Padre Manuel Pacheco Pimentel, João Bezerra de Sousa, João da Costa Alecrim, João de Andrade Pessoa Anta, Antônio Bezerra de Sousa Meneses, Francisco Barroso de Sousa Cordeiro, Francisco José Pacheco de Medeiros, Alexandre Néry, Alexandre Pereira Raimundo, João da Costa e Silva, João Carlos da Silva Carneiro, Luís Borges da Fonseca Primavera, Antônio Ricardo Bravo Sussuarana, Manuel Filipe de Castelo Branco, Francisco Inácio, Luís Inácio de Azevedo Bolão, José Joaquim de Brito, José Ferreira de Azevedo, José Carneiro Campelo, Padre José Francisco dos Santos, Frej Alexandre da Purificação, Padre José da Costa Barros, Julião Coelho da Silva, Manuel Barroso, Francisco de Sales, José de Queiroz, Miguel José de Queiroz, José Simões Branquinho, Manuel Mendes Pereira, Jorge da Rocha Moreira, Manuel Delermano Paes, Francisco de Paula Martins, Francisco de Paula Ribeiro Tamanduá, Antônio Ferreira Braga, João Francisco de Lima, Antônio da Costa Seixas, Luís Liberato Marreiros de Sá, Antônio Carlos da Silva, Padre Joaquim Ferreira Lima Sucupira, Padre Francisco de Paula Barros, Vicente de Borba, Padre Estevam da Porciúncula Pereira. (9)

(8) Mororó e Sucupira, a despeito de terem sido reservados para julgamento no Rio, foram posteriormente incluídos no rol dos demais.

(9) Studart - Rev. do Inst. do Ceará - Datas e Fatos - 1926 - pág. 35/36.

Em ordem do dia de 21 de abril de 1825, determina o Comandante das Armas a instalação da Comissão Militar, designando a manhã seguinte para início dos trabalhos. O expediente deveria ter começo às 8,30 e se prolongaria por quanto tempo fosse necessário para conclusão dos julgamentos em pauta, tendo como local a Casa da Câmara ou o prédio n.º 42, situado na Rua Sena Madureira. Os dois primeiros réus, submetidos à tirania imperial, constam como sendo o padre Inácio Loiola de Albuquerque e Melo Mororó e o coronel João de Andrade Pessoa Anta. O júri ou tribunal de exceção, presidido por Conrado Jacob Niemeyer, reuniu-se na data e hora programadas e prolongou-se até 25 de abril, quando pelo veredito unânime dos seus componentes os dois foram condenados à pena de morte. Não houve, entretanto, o prosseguimento imediato de outros processos, porém o andamento das sentenças já prolatadas e assim sucessivamente com relação aos demais, mantendo em cada caso a dosagem constante de barbarismo. Dentro desse ordenamento, já em 26 de abril (1825), o Presidente José Félix adotava as providências de sua alçada, oficiando aos padres Antônio de Castro e Silva e Antônio Joaquim do Nascimento Beleza, assim como ao Frei Luís do Espírito Santo Ferreira, a fim de prestarem assistência espiritual aos condenados. Em ofício, também, da mesma data, dirigiu-se ao Juiz-de-Fora, determinando fosse posto à disposição da Comissão Militar um dos presidiários que quisesse assumir o lugar de carrasco. Como complemento final de suas preocupações, do servilismo de que se tornara devoto, José Félix oficia ao Intendente de Marinha e Armazéns Nacionais, encomendando seis alvas, o que de antemão já se previa igual número de vítimas para os breves dias.

Em 27 de abril, tendo recebido do Juiz-de-Fora a informação segundo a qual nenhum presidiário quisera aceitar o ofício de carrasco, José Félix nomeou arbitrariamente o recluso pardo de nome Agostinho Vieira, que recusou o encargo e entrou no rol dos puníveis. Dois soldados invadiram a cadeia, autorizados pelo carcereiro, e o surraram até deixá-lo estendido no chão. Em seguida, dois outros prisioneiros incorreram no mesmo crime e

foram postos a ferro e surrados com os mesmos requintes de perversidade. Nesse momento, Conrado Jacob Niemeyer interferiu na questão e resolveu por conta própria o problema, autorizando verbalmente a conversão da morte por enforcamento em fuzilamento. Com essa resolução, não só ele contrariava as leis do Império como dava publicamente o seu testemunho de solene árbitro da justiça.

Em 28 de abril, por volta de três da tarde, os réus Pessoa Anta e Mororó recebiam de seus algozes a notificação de seus breves destinos. Escolta os conduziu do andar superior do Quatrel de 1.ª Linha para as dependências do Oratório, local onde deveriam ser assistidos pelos seus confessores. Destes, apenas dois se fizeram presentes, visto como Frei Luís do Espírito Santo Ferreira deixara de comparecer, pretextando motivos de saúde. Como, de acordo com a lei, deveriam ser três e não dois assistentes, José Félix ainda dirigiu consulta ao Juiz-de-Fora, indagando se o padre Manuel Pacheco Pimentel, na qualidade de co-réu e a aguardar julgamento, podia ser convocado. Silenciou-se a esse respeito. Como conclusão dos aprestos desse dia, todos de piegas deferências por parte do servil Presidente, oficiou-se ao Administrador do Trem Militar, informando-o sobre certos detalhes mortuários. Explicitava o ofício que o caixão no qual deveriam ser recolhidos os cadáveres dos réus conteria obrigatoriamente a respectiva almofada, adereço indispensável ao conforto póstumo dos condenados.

Em 29 de abril de 1825, receando Conrado Jacob Niemeyer possíveis excitações populares, adotou preventivamente as seguintes providências:

1 — que no dia seguinte, data designada para fuzilamento dos dois primeiros condenados à pena última, deveria a guarda do Presídio ser substituída por soldados e recrutas;

2 — que, ao comandante da Brigada Pacificadora, fosse incumbida a missão de mandar formar sua tropa de 1.ª Linha no "Largo de Fortaleza" (pátio do edifício-sede

do exército), devendo em cada flanco permanecerem duas bocas-de-fogo, com morrões acesos e suficiente munição;

3 — que, para composição do dispositivo militar, necessário às operações de fuzilamento, sejam nomeados dois oficiais, um de patente inferior, assim como dois cabos e 60 soldados para condução dos réus;

4 — que, para dar cabo às execuções, sejam escolhidos indistintamente seis soldados de cada corpo militar, acompanhados de um inferior para realização do "penalite de morte" cuja distância deverá ser de seis passos e sob profundo silêncio;

5 — que, à saída do Oratório, seja o tenente-coronel João de Andrade Pessoa Anta despojado solenemente das honras militares e despido diante da brigada;

6 — que, finalmente, mantenha-se em forma a brigada até o final das execuções, como preventivo de urgência. (10)

Em 30 de abril de 1825, logo por volta de sete da manhã, realizaram-se no Oratório os preparativos que deveriam anteceder às execuções. O primeiro réu a ser submetido ao ritual macabro foi Mororó, em favor de quem o impredor recomendara clemência e contra quem o ódio dos seus justicialistas extravasara com maior rigor. O cerimonial começou com o despir de suas vestes sacerdotais e substituição pela alva, símbolo característico da degradação moral. Ao ser concluída essa operação, bem humorado e a zombar dos seus algozes, Mororó pilheriou, dizendo: "Louvado seja Deus que até a última camisa que me dão é curta". Não houve graça, pelo menos para os que o constrangiam, e a cerimônia continuou. Em seguida, ele e Pessoa Anta foram transferidos para o local defronte ao Quartel, no lado sul, onde forças de linha compunham o quadrado ao qual eles seriam submetidos.

(10) Studart - *Datas e Fatos* T/2 - 1926 - pág. 38.

As tropas que formavam o quadrado tinham no comando o major Gervásio de Queiroz Carreira, e havia como finalidade, de acordo com as regras militares, proceder à degradação de Pessoa Anta. Assim se procedeu. Colocado no centro, em posição de sentido, a tropa volveu à direita e deu-lhe as costas. Nesse momento os tambores rufaram. Um soldado aproximou-se, retirou-lhe dos ombros divisas e dragonas, arrancou-lhe do peito os galões e findou por despojá-lo da farda, vestindo-lhe em seguida a alva. O quadrado voltou à sua primitiva forma, num gesto característico de que o cerimonial terminara e o réu estava pronto para o suplício.

Concluída essa parte, Mororó foi levado também ao quadrado e posto à direita de Pessoa Anta, ambos ladeados pelos seus confessores. Deu-se, então, prosseguimento ao cerimonial de ostentação pública, a ostentação de poder ou o peregrino desfile em busca da igreja do Rosário, seguindo o itinerário da Rua de Baixo (Sena Madureira). A essa altura a multidão já disputava com o mata-pasto os espaços beirantes da rua, gente que se condoía e gente que regurgitava na alegria de testemunhar o fim daqueles que se haviam insurgido contra Sua Majestade Imperial. Houve na igreja a demora suficiente para celebração da santa missa, mistura de piedade e compungido desdém e logo em seguida o cortejo retrocedeu, buscando o Largo do Paiol ou Praça dos Mártires, denominação que apenas nascia do sangue de suas primeiras vítimas.

Durante o trajeto, repleto de emoções fortes e solenemente anunciado pelo repicar insistente dos sinos. Mororó tornou-se o pólo de convergência das atenções populares. Encanecido prematuramente aos 45 anos de idade, exibía na brancura dos cabelos o reflexo alvejante dos raios de sol que caíam, sol de abril em ano seco, claro e vigoroso como se estivesse em pleno verão. O mar regava a terra com o seu bafo ameno. Ao longo, nas posições de retaguarda e nas laterais, a multidão se agitava, mulheres pobres cobertas de filhos, famintas e tangidas pela cruenta estiagem queriam ao mesmo tempo ver, mas ver com os olhos dos dedos ou tocar o rosto sofrido daquele "objeto" estranho e

sentir no próprio peito as dores que o afligiam. A guarda não permitia aproximação. Seguindo a mesma rota, o cortejo projetou-se ao longo da Rua da Palma (Major Facundo), até dobrar defronte ao prédio n.º 102 (sobrado do comendador José Antônio Machado).

Já no beirar da praça, onde cada vez mais a multidão se acotovelava, acidente sem importância quebrou o silêncio, provocando ligeiros hiatos de algazarra. Se aqui os termos de invertem, ali deu-se a inversão pela quebra do galho de um cajueiro, sobrecarregado de curiosos, e num piscar de olhos a se despejarem no chão. A tropa revidou com estupidez, castigando os xereteiros, mas o nosso mártir de cabelos esvoaçantes se regozijou com o espetáculo. Riu, num rir que por certo seria o último, como se naquele momento tivesse encontrado o momento próprio do seu desabafo.

Instantes após, o préstito macabro esbarra no local onde deveriam ser realizadas as execuções. Mororó teria essa fatal primazia. Colocado em posição de espingardeamento, recusou a venda e pediu para que não lhe pusessem no peito a fita indicativa do mirante de descarga. Os carrascos o atendem. Em seguida e sem perder flegma do mártir resignado, coloca ele sobre o coração a mão direita e resolutamente diz: "Camaradas, o alvo é este: atirem certo para que não me deixem sofrer muito". Temia certamente o conhecido "tiro de misericórdia", suplício muitas vezes continuado e de extremo padecer. Nesse momento, as carabinas ecoam, três dedos da mão rolam por terra e o herói tomba sem vida. Seguiram-se os aplausos oficiais, por entre surdos lamentos de alguns menos bárbaros, e termina a primeira cena do espetáculo, completando-se com Mororó, a terceira vítima da tirania imperial. Tristão Gonçalves fora o primeiro e o segundo se completara com José Pereira Filgueiras, que "malignamente" padecera por conta de febre. Em seguida seria a vez de Pessoa Anta, republicano granjense e com história à parte.

Comenta-se que Jacob Niemeyer tinha a sua maneira própria de ser honesto. O zelo que dedicava à justiça, ou que pelo menos fingia dedicar, possuía suas limitações e estas, dependendo das

posses do réu, começavam a partir das chances de negociar a pena de morte. Usava para realização dessa negociata os dois pratos da balança. Num, colocava ele o réu e no outro o seu peso em ouro, estabelecendo assim o equilíbrio que lhe daria algumas dezenas de contos de réis. Propala-se que do coronel Manuel de Sousa Barroso ele teria exigido esse preço. Verdade ou não, existe a coincidência, a exclusão do réu e o segredo que cada interessado certamente levou para o túmulo. No caso particular de Pessoa Anta, essa verdade não se consumou, porém os indícios são bastante claros, numa demonstração de que onde há fumaça existe fogo.

Diz-se, então, que por intermédio da esposa do advogado Miguel Rocha Lima, amiga da esposa de Conrado Niemeyer, acertara-se essa composição salvadora, ficando o trabalho de complementação por conta do Dr. Francisco de Paula Pessoa, futuro senador do Império e irmão do condenado Pessoa Anta. Conhecedor das disponibilidades dos seus familiares, parentes e amigos que residiam nas vilas de Granja e Sobral, fechara o negócio e abalara-se para a região, convicto de que a generosidade de muitos poderia salvar a vida de um condenado. Conseguira, evidentemente, os valores exigidos. Em seu retorno, porém, não logrou sucesso, visto como um fato inesperado o surpreendeu em caminho.

Quando atingia o Boqueirão do Araras, distante de Fortaleza quatro léguas, os cavalos não suportaram mais a viagem. Isso ocorreu em horas já avançadas da noite. No local não havia como substituir os animais. A comitiva pernitoou. Na manhã seguinte já não havia tempo suficiente para se concluir a jornada. Estava-se a 30 de abril, dia que por coincidência seria realizada a execução e consequentemente sem eficácia o seu esforço. Verdade ou não, isso que à margem da história se comenta, tem-se como certo o deslocamento de Paula Pessoa, a coleta de jóias, o acidente de percurso e a inexorabilidade do prazo, deixando que fatalmente a lei fosse cumprida.

Pessoa Anta foi conduzido ao local de fuzilamento exatamente às nove da manhã, momentos após ter sido retirado o cadáver do padre Mororó e feita a recomposição do cenário para o espetáculo. Seguiu-se o ritual de praxe. No momento da descarga

houve falha ou premeditadamente assim se procedeu, de modo que ao tombar, houve inesperado impulso e o réu ficou de cambaleio. Seguiu-se o "tiro de misericórdia", que por sua vez falhou e o quise-morto ficou em rodopio. Um soldado completou o espetáculo, desfechando-lhe na cabeça uma coronhada e estourando-lhe os miolos. "Viva o Imperador" — estrugiu o brado vitorioso dos que comandavam a operação. A tropa retirou-se. Junto aos republicanos destroços, apenas um mísero cão faminto fazia o seu desjejum, servindo-se regaladamente dos restos dilacerados. Emalam-se, finalmente, os dois cadáveres, colocam-nos em esquifes e os conduzem à igreja-matriz onde deveriam encontrar eterno sossego.

No dia seguinte (01-05-1825), Conrado Niemeyer oficia ao seu protetor e Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, informando-o sobre o que galhardamente praticara:

"Ontem, por volta de nove da manhã foram fuzilados os rebeldes Padre Gonçalo Inácio Loiola de Albuquerque e Melo Mororó e o Tenente-Coronel João de Andrade Pessoa Anta. Não posso deixar de apreciar com prazer esse delicioso momento. A Província do Maranhão precisa entrar em ordem e eu não desespero de obter os mesmos resultados felizes que tenho alcançado, uma vez que possa conseguir transportar 400 voluntários para casco da força militar" (Rev. do Inst. T/V - 1891/95).

Entre as execuções de Pessoa Anta e Mororó, registrou-se uma semana de trégua, não propriamente nas atividades da Comissão Militar, diariamente a se reunir e se empenhar na instrução dos processos, mas no arremate das conclusões sanguinárias. No começo de maio reiniciou-se o processo de fuzilamentos, tendo como primeiro na pauta o republicano Miguel Pereira Ibiapina, um dos primeiros de que se ocupara o Presidente José Félix.

Ibiapina sofria terrivelmente no cárcere. Contraíra varíola. Durante o tempo de espera, largado ao abandono e sem nenhum remédio que lhe minorasse a situação, tinha os pés esfolados, carcomidos de bolhas purulentas e a ter por alimento os odo-

res fétidos do presídio. Dele restaria o seguinte atestado de informação:

"Nesta prisão solitária
Vê-se o pobre Ibiapina
Desprezado dos amigos
Contudo não desanima. (11)

Em prosseguimento ao calendário de execuções, Niemeyer enviou ao campo de fuzilamento o terceiro réu, Luís Inácio de Azevedo Bolão, contra quem mais uma vez o poder de fogo seria insuficiente e o transferiria para suplício ainda mais cruento. Por erro de pontaria, não o atingindo em lugar mortal, Bolão sobreviveu aos disparos. Um dos carabineiros não lhe desfechou propriamente segundo tiro, porém terrível paulada, atingindo-lhe os testículos e fazendo-o cabriolar como se estivesse a encenar gestos de acrobacia. Em seguida, aplicou-lhe o golpe fatal, esfacelando-lhe o crânio e deixando expostos os miolos. Nesse instante, o alferes-adjunto Braga Visão chamou o seu cão, aproximou-se dos destroços e ao lado ficou a curtir a satisfação de ver o mísero animal a refestelar-se no seu macabro desjejum.

O último republicano a ser sacrificado foi Carapinima (Feliciano José da Silva). Sua execução se realizou em 25 de maio de 1825 e consta como sendo o mais sofrido dos mártires. Tendo resistido à primeira descarga, ergueu-se da cadeira, quebrando as amarras e ficou a rodopiar entontecido. Volteou desordenadamente a praça. Sob a alegação de que faltara munição, Niemeyer ordenou o deslocamento de um soldado ao Quartel, onde deveria recarregar as carabinas e concluir o espetáculo. Houve prolongada demora nessa operação. Vendo o marido nesse padecer, a esposa do réu ainda tentou socorrê-lo, chorando desesperadamente, mas foi contida, vindo em seguida a desmaiar. Assim permaneceu o cenário das atrocidades por cerca de meia hora, sob os olhares complacentes de uns e de outros a mórbida satisfação, até finalmente o tiro de misericórdia encerrar o espetáculo.

(11) R. Batista Aragão - História do Ceará - V/2 - 1.^a Ed., pág. 215.

Não fora o açodamento com que Niemeyer levara ao pelotão de fuzilamento os réus e, de modo especial Carapinima, por certo não teriam eles sido conduzidos a destino tão cruel. Teriam sido atingidos pelo indulto. Em Aviso Ministerial de 25 de julho de 1825, além de outros que se beneficiam, como Antônio Bezerra e Frei Alexandre da Purificação, constava explicitamente o seu nome. De qualquer modo, preciosas vidas foram poupadas. Quanto ao famigerado Conrado Jacob Niemeyer, de tristes recordações para a história do Ceará, sua permanência na Província ainda se prolongaria por algum tempo, cometendo arbitrariedades e pondo em desassossego a vida da população.

5.18 MONTES E FEITOSAS

A questão entre as famílias Monte e Feitosa não deve ser catalogada no elenco das Revoluções, mas apenas vinculada ao capítulo, visto como em suas características sociais e etiológicas não envolveu conflitos, além do conceito de passionalidade e restrito a dois grupos isolados. Brigava-se pela posse da terra. Se envolvimento houve por parte das autoridades, conforme se verificou da atitude passiva do governo e do posicionamento ostensivo do representante da justiça, esse envolvimento não chegou a comprometer a segurança interna da Província, nem extrapolou o espaço geográfico onde o espetáculo mantinha-se em suas encenações de hostilidade. Era questão de honra pessoal, calcada na suscetibilidade de cada grupo e difícil de ser resolvida por via de consenso, razão pela qual quase duas décadas de conflitos se registraram.

Os Monte constavam originariamente de cinco irmãos, três homens e duas mulheres, embora nem todos ocupassem a um só tempo o mesmo espaço. Eram de procedência espanhola, certamente "Cristãos Novos", extorquidos e expulsos de seu país por obra e graça da Santa Inquisição, principal responsável pelas migrações da época. Três desses irmãos, sendo um homem e duas mulheres, fixaram residência em território pernambucano, em Penedo para sermos mais claro, que posteriormente seria absorvido pela Província de Alagoas. Os dois restantes fixaram residência no Baixo São Francisco, região por onde haviam penetrado no Brasil e aí se estabeleceram.

Depois, sem que haja referência de data ou de vinculação gregária, Francisco do Monte agregou-se às expedições da Casa da Torre e por essa via chegou ao Ceará, findando por se estabelecer em terras margeantes do rio Jaguaribe. Posteriormente, traria para

a região parte dos seus familiares, embora disso não se tenha nenhum dado concreto, sabendo-se apenas que vários nomes foram envolvidos no conflito. Reportando-nos ao grupo familiar, originariamente provindo da Ibéria, constam os seguintes nomes e parte desses já vinculados à colonização regional.

1) — Francisco de Montes e Silva — Tornou-se capitão-mor da ribeira dos Icó, onde montou fazenda e constituiu família, vindo a falecer em 1743.

2) — Isabel do Monte — Viúva e casada em segundas núpcias com o cap. Francisco Alves Feitosa e um dos responsáveis pelo conflito entre as duas famílias.

3) — Simão de Montes Ferreira — Originário do Baixo São Francisco e atrelado ao grupo cearense, embora dele inexistassem referências especiais.

4) — Vitória Leonor de Montes — Radicada no Ceará e casada com o alferes Gaspar de Sousa Barbalho. Residia e tinha fazenda montada no arraial então denominado de Alto Santo da Viúva, distante do Ico cerca de quarenta léguas.

5) — Geraldo do Monte — Questionado pela maioria dos historiadores quanto à sua existência, mas referido por outros, notadamente quanto à sua presença na ribeira do Jucá. Teria obtido sesmaria nessa região por volta de 1706. Se dele se tem negado a existência, não se tem colocado no lugar outro nome que componha os "cinco irmãos", o que na prática torna irrelevante a questão. (12)

Em termos de colonização, sabe-se que a primeira sorte de terras, obtida na região do rio Salgado, na confluência do Jaguaribe, tem como beneficiários Josefa do Monte Carmelo e quarenta companheiros, tendo como localização a ribeira do Jaguaribe.

(12) As principais referências constam de Rev. do Inst. do Ceará - Ano 1965 - T/LXXXIX - pág. 89/98 - Girão, Raimundo e Obr. Cit. T/ XLIV - 1929/30 - pág. 28/91 - Leonardo Feitosa.

Ignora-se o grau de parentesco dessa cidadã com os precedentes, mas sabe-se não existir outro ramo familiar guardando as mesmas relações prenominais, sendo de presumir-se alguém mais vinculado à ancestralidade. Aparece em segundo lugar o capitão-mor Francisco de Montes e Silva, o clã da estirpe migratória e sobre quem recairia o pesado ônus da querela familiar. Francisco de Montes e Silva requer e obtém por sesmaria uma sorte de terras margeantes do rio Salgado, ribeira acima e nas proximidades do então Arraial de Nossa Senhora do Ô. Essa concessão data de 13 de novembro de 1706. Pouco menos de dois anos após, o mesmo cessionário obtém por sesmaria três léguas de terras na região também do rio Salgado e encravadas nos extremos do Arraial e do lugar denominado Pilar, datando esse registro de 21 de novembro de 1708. Antes, o requerente João do Monte obtivera por sesmaria, juntamente com outros companheiros, sorte de terras encravadas na ribeira do rio Cariús, sem contudo se estabelecer grau de parentesco com o precedente. E finalmente Manuel José Monte, identificado como pertencente ao ramo, obteve por sesmaria terras encravadas na ribeira do rio Salgado, sendo seu companheiro de cessão George Mendes Guimarães. (13)

Insere-se nessas informações o rastreamento mais concreto que se poderia fazer com vistas à identificação dessa família tão polêmica, injustiçada por uns e agredida por outros, mas de qualquer forma a plantar na Capitania raízes enobrecentes. Quanto aos Feitosa, têm-se deles as seguintes informações.

O tronco Feitosa tem raízes no Século VIII da era cristã e surgiu numa povoação lusa à qual os normandos deram o nome de Vendredi ou sexta-feira, o que seria dado memorialista a ser conservado. Posteriormente, esse lugarejo passou à denominação de Domosi, de onde por corruptela passaria a ser conhecido por Domes. No ano de 1131, Sesnando Ramirez e sua mulher Justezenda fizeram doação do reduto a D. Pelágio, arcebispo de Praga, onde em breve se instalaria projeção religiosa. Nesse patriarcado, conforme referem crônicas abalizadas, a família Feitosa era nume-

(13) SESMARIAS - Studart - numeração cronológica 29-65-174-208-231.

rosa, sendo provavelmente desse tronco a procedência do ramo que povoaria os sertões cearenses.

Comenta-se em outra versão que a 375 quilômetros ao norte de Lisboa existiu vila com a denominação de Feitosa, localizada na Província do Minho e a 30 quilômetros a oeste de Braga. Pertencia ao arcebispado de Braga e tinha capela cuja invocação era dedicada a São Salvador. Em 1757, o vilarejo contava 60 fogos e era considerado como freguesia-couto da Casa de Bragança. Daí terá saído João Alves Feitosa, o patriarca da família e novo habitante de plagas brasileiras.

João Alves Feitosa acostou inicialmente em Penedo, então pertencente à Capitania de Pernambuco, onde contraiu matrimônio, casando-se com uma filha do colono e também português Manuel Martins Chaves. Casou-se também na mesma época, com outra filha de Martins Chaves, o português Antônio de Sousa Carvalho, gerando-se desse tronco os Araújo Chaves, do Ceará. (14)

Da geração João Alves Feitosa nasceram dois filhos, Lourenço Alves Feitosa e outro chamado Francisco Alves Feitosa. Lourenço contraiu matrimônio com Antônia de Oliveira Leite, irmã do padre Ferreira Gondim, vice-vigário do Recife e vigário de Goiânia. Deste casal nasceu Lourenço Alves Penedo, filho único e falecido sem deixar descendentes, visto ter morrido solteiro. Francisco Alves Feitosa, com vocação sentimental para amores de "segunda-mão", desposou sucessivamente três viúvas, uma delas de nome Isabel do Monte, irmã daqueles que pelos tempos adiante seriam seus inimigos.

Os conflitos entre Feitosas e Montes, conforme dito no início, não decorreram propriamente de honra ofendida ou questões familiares envolvendo cicatrizes passionais, mas de terras. Terá sido principal móvel a aquisição de sesmarias na ribeira do rio Jucá, onde em primeira cessão familiares da parcialidade Monte já se diziam proprietários. Eram, no entanto, sesmeiros comissos, isto é, decaídos do direito de posse por abandono. Quando, em

(14) Rev. do Inst. do Ceará - T/XLIV - 1929/30 - Leandro Feitosa - pág. 281/83.

1708, Francisco Alves Feitosa obteve por sesmaria o mesmo quinhão, desencadeou-se a guerra entre as duas facções, chegando ao ponto crítico a partir dos anos 20, quando maiores somas de prestígio lhe foram cumuladas. Consta como protetor dos irmãos Lourenço e Francisco Feitosa o então Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, que somente entre os anos de 1717/20 fez-lhes mercê de polpudas sesmarias. A partir de 1723, quando no governo da Capitania já estava o indeciso Manuel Francês, sopraram-lhes favoravelmente os bons ventos da justiça, trazendo para a Ouvidoria o atribiliário José Mendes Machado.

Mendes Machado, conforme vimos em outro local, estreou na Ouvidoria indispondo-se contra a Câmara e posteriormente com o próprio chefe do governo, criando problemas de grande magnitude. Ficou sem apoio. Depois, à guisa de tirar correições e punir infratores que deviam ao fisco, bandeou-se para a região do alto Jaguaribe, onde conheceu os Feitosas e com eles reforçou a parcialidade. Queimou-se o estopim da cizânia. Dentre os conflitos de que se tem notícia, constam o da fazenda Cangalhas e o da fazenda Emboscada, sendo o primeiro nas proximidades do Arneiroz e o segundo na região do Cariri. Além desses e ainda sob a tutela do Ouvidor Mendes Machado, várias famílias do Crato foram vítimas, tendo suas residências invadidas e devassadas. Participaram também dos conflitos grupos indígenas, recrutados da tribo dos Jucás, e outros da mesma vizinhança, culminando com a invasão de fazendas do clã Francisco Montes e Silva, onde 13 pessoas foram assassinadas. Esses conflitos chegaram ao término quando, por interferência do governo central e diante da deserção do Ouvidor Mendes Machado, Manuel Francês conseguiu por vias pacíficas determinar o fim das hostilidades. (15)

(15) A vinculação de Martins Chaves ao tronco Feitosa tem sido questionada em versões conflitantes da mesma família.

CAPÍTULO VI
ASPECTOS ECONÓMICOS



PEPRO RICARDO

6.1 O HOMEM E A GLEBA

Quando se fala em economia cearense, pelo menos durante os três primeiros séculos de colonização, a primeira idéia que nos assalta o pensamento oferece indicadores bastante modestos e, por questão até mesmo de racionalidade, leva-nos a admitir como tal os requisitos mínimos de subsistência alimentar. Em verdade, nossa economia, sempre estritamente provinciana, não passou do estágio primário, dos ensaios monoculturais de baixo rendimento, dos feudos improdutivos, enfim, da escassez de meios que somente em raros momentos proporcionou maiores avanços. O homem, então, vinculou-se à terra adamicamente, preso à gleba com profundas raízes e dela fazendo caso de vida e morte. Quem adquiria o seu pedaço de chão, por qualquer das formas admitidas, nele se insulava, cultivando-o rudimentarmente e dele retirando apenas o essencial para manter a prole. Criavam-se, portanto, os filhos e os filhos dos filhos, cada geração a se manter estagnada e sem perspectivas de horizontes mais amplos. Além do mais, sendo o Ceará geofisicamente desprovido de áreas férteis, com cerca de apenas 20% em terrenos de solos profundos e cultiváveis, ainda assim essa fatia não podia ser considerada como de exploração permanente, visto como em ciclos bem apertados o flagelo da seca aparecia como divisor de situações. Tudo o quanto se produzira, por exemplo, no curto espaço de cinco anos, desaparecia no hiato de doze meses e assim sucessivamente como se tangido pela mão de um deus cruel e insaciável.

A seca, por suas características destruidoras e por sua inexorável repetitividade, merece observação à parte, considerando que nem a sua inexorabilidade é fatalista nem os seus efeitos maléficos são irreversíveis. Trata-se apenas de questão de convivência. Se, no passado, em estádios bem distantes dos dias contempo-

râneos, o homem não tinha por flagelo somente a seca, mas também a chuva, impedindo-o de viver com dignidade ao sabor de campos abertos, deve-se levar em conta que ele também sofreu e teve os seus momentos de desilusão. Molhava-se conforme os períodos de hibernação intensa, e com o mesmo rancor, com que ciclicamente costumava praguejar contra a seca, maldizia também contra a chuva, tendo-a sob o conceito de flagelo. Daí nasceu o troglodita, o chamado homem da caverna, e metade do flagelo desapareceu, pelo menos nas regiões onde seco e molhado dividem o ano em duas estações.

Da caverna o homem evoluiu para a construção de tapumes, a edificação de choupanas e subseqüentemente para a casa e aí nos encontramos até com certo orgulho de nossas moradias. A chuva, então, outrora estigmatizada pelos males que proporcionava, passou a transmitir salutareos efeitos, convertendo-se em dadivosas mercês divinas. Mas, se o homem evoluiu com relação à chuva, chegando a venerá-la como dádiva celeste, o mesmo não fez com relação à seca, deixando-se perder na errônea concepção de seus efeitos serem irreversíveis. Ninguém, por mais otimista que tenha sido, tentou construir a "casa da seca", preferindo relegá-la ao conceito de flagelo, quando em verdade o contrário acontece ou pelo menos deveria acontecer. O período de estiagem, comparado às quadras de hibernação intensa, às regiões de baixa temperatura ou de geada, terá aproveitamento integral, resumindo-se tudo a uma questão de convivência.

Quando de outra forma se diz que a nossa economia foi sempre estanque, devem ser levados em conta os fatores de ordem produtiva, sua expansão em termos de lucratividade e suas características regionais dentro da estrutura fundiária que o meio oferecia. De modo geral, a atividade-fim, o objetivo a ser alcançado pelo feudocrata, não ia além das chamadas culturas de subsistência, o arroz, por exemplo, o milho, o feijão e a mandioca. Nos invernos bonancosos, atufavam-se de gêneros paíóis e caixões, porém sem nenhum sentido de comercialização. Negociar, no estrito sentido da palavra, morria no preconceito como profissão aviltante, própria somente do turco e do mascate ou pessoas sem

nenhuma importância, as quais nada guardavam de nobreza. O sertanejo honrado, o fazendeiro que na diária usava botinas e chapéu de fundo alto, estes jamais desciam à ralé, mesmo na venda de produtos de sua própria lavra. Quando muito fazia, e isso com certo orgulho, emprestava ao compadre ou ao vizinho o produto que lhe caía em falta, mas sem nenhuma intenção de lucratividade. De acordo com esses critérios, poder-se-á dizer teria a economia mão única, emigrando sempre que as necessidades de compra se faziam presentes e sem retorno de efeito migratório, gerando como consequência o empobrecimento regional. O equilíbrio, no entanto, residia na atividade cujo desempenho era motivo de orgulho, no criatório, em que na maior parte os rebanhos eram exportados para outras regiões. As províncias açucareiras, por exemplo, e os setores de mineração, onde a força de trabalho empregava milhares de homens, nestas o consumo de carne superava a capacidade própria de criação, saindo por essa via o que em termos de importação se expulsava em capital. Além da bovinocultura, de que o Ceará foi grande hospedeiro, tinha-se como fonte correlata a monocultura da cana, além do plantio de algodão, fumo e até mesmo o látex de maniçoba, cuja produção era bastante significativa. Delineia-se neste quadro o perfil estrutural da economia cearense, suas relações de equilíbrio e suas estreitas chances de enriquecimento regional, podendo ser analisada dentro das seguintes especificidades.

Primeiro engenho do Ceará

6.2 CANA-DE-AÇÚCAR

Segundo a opinião de abalizados pesquisadores, o açúcar começou a ocupar espaço no continente europeu a partir dos primeiros anos do século XIII, transportado da Ásia pelos Cruzados. Nessa fase preambular, suas aplicações eram mínimas e sua aquisição rara e de elevados preços. Os adoçantes comuns ficavam por conta do mel de abelha, de modo que somente em farmácias e em pequenas quantidades era vendido e isso mesmo a figurar no rol dos medicamentos. Funcionava como regulador da circulação, na cura da tuberculose e nas doenças do aparelho respiratório. Sua expansão em termos mais abrangentes deveu-se ao Imperador Frederico II, da Sicília, graças às técnicas adquiridas com os judeus.

Vencida a fase de implantação e adaptado em termos de economia, depressa o seu uso generalizou-se, cobrindo em pouco tempo o continente europeu e suas colônias. A Itália, privilegiada pelo feliz acaso, teve proeminência sobre os países vizinhos, vindo em seguida França, Portugal, Inglaterra e Holanda, de sorte que por ocasião do descobrimento do Brasil a cana-de-açúcar já havia adquirido maturidade, podendo ser cultivada em larga escala, visto como nesta parte do mundo as condições de solo e de clima ofereceram total receptividade.

Sua introdução em território brasileiro iniciou-se na primeira metade do século XVI, nos albores da colonização, sendo responsáveis por essa fase as regiões onde logo mais se localizariam a Capitania de São Vicente e território de sua futura congênere de Itamaracá. Os primeiros ensaios constam como sendo de 1527. Jerônimo de Albuquerque, o primeiro na sucessão dos Jerônimos ilustres, instalou em Pernambuco o engenho a que denominou de "Engenho Nossa Senhora da Ajuda", constando já do ano de

1528 os primeiros embarques para a Europa. Em São Vicente, coube a Martim Afonso de Sousa o privilégio de igual procedimento, instalando a fábrica a que denominou de "Engenho do Governador" (1531).

No Ceará, deve-se o pioneirismo a Martim Soares Moreno, pelo menos na faixa litorânea de Fortaleza, visto como na Ibiapaba e no Cariri o direito de preeminência pertence a outros colonizadores. No Cariri, terão sido os pernambucanos, enquanto na Ibiapaba, onde em 1590 se estabeleceram os franceses de Montbille, haverá como procedência Caiena, reduto onde os também franceses desenvolviam grandes cultivos. Será este o momento de chegar às causas pelos efeitos. Além dos retalhos de história, perdidos num ou noutro pesquisador mais arguto, sabe-se que durante três séculos predominou na região serrana a cana "cayana", numa corruptela muito bem justificativa da suposição.

Diversamente do ocorrido nas demais Capitanias do Nordeste, com relação ao cultivo da cana, o Ceará ficou excluído do processo de convergência industrial, deixando de figurar no chamado "Ciclo do Açúcar". Dois fatores preponderantes podem ser responsabilizados por essa exclusão. No primeiro deles, encontramos com século e meio de atraso, com relação às suas congêneres nordestinas. Enquanto Soares Moreno plantava as primeiras mudas, Pernambuco exportava o produto em larga escala. No segundo, levou-se muito em conta a exigüidade de áreas cultiváveis, sua dispersão e o encarecimento motivado pelas distâncias. O conceito dessa última hipótese, pelo menos em parte, deve ser considerado como falho, considerando que extensas áreas podiam muito bem ser aproveitadas. O Cariri, por exemplo, as serras da Meruoca, Baturité, Uruburetama, sem contar com os vales ubérrimos das ilhargas, reuniam excepcionais condições para grandes plantios. Prevaleceu, contudo, a suposição de imprestabilidade e apareceram como sucedâneos do açúcar a rapadura e a aguardente.

A rapadura gerou matriz folclórica na vida do nordestino, tanto por sua expansão em termos de mercado quanto pelo aproveitamento na ração diária, notadamente em meio às pessoas de baixa renda, em que se tinha por base o feijão e a farinha. Quan-

tas fábricas existiam ou qual o volume de produção anual ninguém teria condições de afirmar, mas à vista de indicadores práticos pode-se muito bem chegar a termos conclusivos. Os engenhos, quer nos brejos dos vales frescos, nas serras ou no litoral, pouco se distanciavam uns dos outros, tirando os meses de safra em plena atividade. O consumo ultrapassava os limites do Ceará, desde o lavrador por dependência feudal ao proprietário de terras mais abastado, o que de certa forma dava aos sitiante certo equilíbrio. Se não gerou riquezas, na verdadeira acepção econômica, historicamente teve o grande mérito de funcionar como dique de retenção financeira, impedindo sob condições de uso a evasão de capital.

Menos expressiva que a rapadura, em suas linhas de produção e consumo, destaca-se em segundo plano a aguardente, ocupando nas várias projeções canavieiras regulares espaços. As fábricas não guardavam preferência de região, mas a escolha do proprietário, podendo em muitos casos, como geralmente ocorria, funcionar em conjunto com a produção de rapaduras, o que de certo modo proporcionava algumas vantagens. A cana estragada, por exemplo, e aquela produzida em terrenos baldios tinham relativo aproveitamento, embora as condições de rendimento oferecessem índices mais modestos.

Diremos, conclusivamente, que se a participação do Ceará no ciclo de produção canavieira não ofereceu grandes vantagens, também não resultou em perdas consideráveis. Não houve os atropelos do declínio, a angústia da mão-de-obra ociosa, nem o sufoco do endividamento fantástico, permanecendo apenas na modéstia do ruralismo estável.

Obs: O cultivo da cana-de-açúcar no Ceará não chegou a atingir uma posição considerável na economia.

BH/UFG

3.3 ALGODÃO

O algodão pode não ter ocupado lugares de relevo na coorte dos produtos de excepcional rendimento, no contexto mundial dos bens de consumo, mas historicamente guardou posição de destaque, figurando como contemporâneo das principais civilizações de que se tem notícia. Dele nos falam os hebreus, os persas, os egípcios, gregos e babilônios e todos a dar o testemunho prático de sua existência. São referências que no momento não nos ocupam. No Brasil, quando os primeiros colonizadores pisaram o chão da nova-terra, já o encontraram, não só na flora, onde em algumas regiões brotava ao lado das espécies naturais, como na ilustração prenominal de estirpe, servindo para designar importantes figuras do mundo nativo. Os "Soares Algodão" são referências típicas dessa assertiva. Por força de outros hábitos, culturalmente arraigados, o silvícola brasileiro fazia uso de suas especialidades, embora pela convivência não ignorasse a sua existência, abundando em várias regiões da Colônia.

Logo no começo, quando a colonização assumiu proporções econômicas, iniciou-se o seu aproveitamento e até se avantajou com relação aos demais tipos de cultura, chegando ao ponto de transformar-se em plantio obrigatório. Nas roças indígenas e mesmo entre lavradores brancos, regidos pelo sistema de parceria, o algodão se fazia presente, ainda que por excesso de produção parte deixasse de ser colhida.

Os primeiros sinais de aplicação e aproveitamento da cotonicultura surgiram com o aprimoramento das técnicas de beneficiamento ou a transformação do capucho em fio, graças naturalmente ao emprego do fuso manual. Por meio desse instrumento de manuseio doméstico, as mulheres nativas substituíam a ociosidade pelo trabalho, ocupando o melhor do tempo como fiandeiras. Na

BH/UFG

antiguidade brasileira o fuso e a roca, pelo menos no seio das classes mais modestas, adquiriram poéticas evocações, com jovens sonhadoras e pundonorosas matronas a "dar banana" com as suas mãos ágeis. O seu condicionamento primário era feito em forma de novelo, de onde passava aos teares, também manuais e transformava-se em produto acabado, entrando na confecção de redes e panos grosseiros para vestuário dos que não tinham condições de usar o tecido do reino. O escravo, especialmente, usava tanga de algodão, enquanto que os libertos e os menos aquinhoados da fortuna usavam camisa e ceroula. No Maranhão, chegou a funcionar como moeda divisionária, ao preço de vintém por fuso, e a suprir momentaneamente a escassez do dinheiro convencional.

Quando, por volta da segunda metade do século XVII, o ciclo da cana-de-açúcar entrou em declínio, grande parte dos investidores recorreram ao algodão, salvando da ociosidade milhares de braços escravos. Pernambuco e Maranhão se destacaram como vanguardeiros nas relações de cultivo, obtendo por essa forma substancial parcela dos capitais perdidos. As exportações chegaram a atingir 24%, em termos nacionais, e sustentaram durante meio século, até que outros produtos fossem introduzidos, guardando desse passado alentadas reminiscências.

O Ceará, sempre modesto e a vegetar na sócio-periferia do complexo nordestino, conservou sua produção dentro dos padrões de carência local, embora alguns referenciais indiquem algumas cotas de exportação. O grosso, porém, era consumido internamente, absorvido pelos teares, o trabalho manufatureiro da dona-de-casa e do marido sem condições de melhor emprego.

6.4 FUMO

O fumo consta como sendo nativo da América Central. Quando Colombo aportou em território mexicano, aí já o encontrou, usado e difundido entre os nativos como planta sagrada. Usavam-no em canudos ou folhas enroladas, forma precursora do cigarro e do charuto, narcomancia até então desconhecida pelo europeu. Em outras procedências, têm-no como natural da Índia, de onde também terá emigrado para a Europa. Os que se inclinam em favor da América Central, dão-no com o nome de *perun* ou *betum* e ainda *petama*, embora noutras fontes se afirme o contrário, dizendo que esses denominativos designam outras espécies. Sejam quais forem a procedência, o nome ou a forma de uso, no Brasil o fumo guarda reminiscências do descobrimento, podendo ser considerado tão brasileiro quanto o índio.

O seu cultivo no Ceará não foi além das necessidades de consumo interno. O cachimbo, o queixo e o tabaqueiro foram os seus principais veículos de saboreio, havendo épocas que funcionava como bebida. Era a infusão, a princípio feita pelos nativos e depois pelos portugueses, resultando dessa forma de uso o régio decreto de proibição. D. José I, não satisfeito com os seus súditos na embriaguez, achou por bem adotar a "Lei Seca", embora entre Portugal e um pé-de-serra no Ceará houvesse grande distância. As principais regiões produtoras situavam-se no dorso das serras molhadas, notadamente na Ibiapaba e na Meruoca, onde grandes plantios eram realizados.

6.5 CAFÉ

A introdução do café no Brasil tem duas procedências. A primeira delas consta como sendo de responsabilidade do capitão-tenente Francisco de Melo Palheta. Em viagem à Guiana Francesa, Palheta subornou ou recebeu de presente cinco mudas e as conduziu no retorno para o Grão-Pará (27-05-1727). Dessa procedência emigraram as sementes que iriam povoar o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, além de outras Províncias do Sul e até mesmo do Nordeste. O café do Ceará, pelo menos em parte, deve ser considerado como tio do seu homoziogoto paraense e veio diretamente da França, trazido pelas mãos de um cearense.

Segundo Gustavo Barroso, em seu livro "À Margem da História do Ceará", coube esse privilégio ao capitão-mor da vila de Sobral, José de Xerez Fuma Uchoa, vinte anos após a descoberta de Melo Palheta (1747). Em visita à França e recomendado especialmente por nobres da Corte portuguesa, mereceu o sobralense ilustre as graças do poderoso Duque de Choiseul, com quem manteve cordial e proveitoso encontro. Por ocasião de suas despedidas e querendo o francês parecer simpático ao rei de Portugal, enfiou-lhe de presente duas mudas de café, presente raro e régio com que alguém de maior apreço poderia distinguir personalidades de elevado conceito. Em Portugal, o clã sobralense foi igualmente distinguido, recebendo de Sua Majestade as duas mudas de café e conduzindo-as em sua bagagem para Sobral. Uma dessas plantas morreu em viagem. A outra fixou "residência" no sítio Santa Úrsula, na serra da Meruoca, então propriedade do agraciado capitão-mor Xerez Uchoa. Dessa procedência resultariam os cafezais da Meruoca e da Ibiapaba, com especial destaque para esta última parte, onde as extensões de área eram mais pronunciadas, ficando

o café de Baturité e do Cariri por conta do ramo naturalizado paulista.

Em termos de expansão econômica, o café cearense guardou as mesmas dimensões quantitativas dos demais produtos regionais. Funcionou apenas como vanguardeiro do meio circulante, abastecendo o consumo interno e protegendo o capital contra as incidências de evasão.

6.6 BORRACHA

Quando falamos em borracha, a primeira idéia que nos ocorre desloca-nos em pensamento para as regiões amazônicas. Em verdade, não se poderia imaginar o contrário. A Amazônia fascinou o Brasil e de modo especial o Nordeste, provocando de um momento para outro verdadeira revolução social. Milhares de famílias desfizeram-se de seus bens, suas nesgas de terra e seus interesses menos venturosos e se mandaram em busca da sorte, embora que somente em casos excepcionais tenham logrado sucesso. Mas o Ceará teve também a sua borracha, não propriamente o *hevea brasiliensis*, porém a maniçoba, espécie igualmente latecente e de aproveitamento vantajoso. As principais regiões produtoras concentravam-se na serra da Meruoca, assim como na de Baturité, estendendo-se por suas ilhargas até os sertões vizinhos. Colhia-se o látex, procedia-se ao armazenamento em forma semi-acabada e exportava-se, embora pouco se saiba dos quantitativos em rendimento. Qualquer que tenha sido a produção, sua presença não podia passar sem registro, assim como a sua destruição gradativa e permanente, tal como aconteceu com as demais espécies de nossa flora.

6.7 PECUÁRIA

A pecuária no Brasil nasceu com os primeiros colonizadores portugueses. Situou-se inicialmente no coleamento litorâneo, conduzida pela mão de pioneiros em assentamentos e conservada por gerações sucessivas. Dizia-se, em tom gracejante, mas em verdade de estímulo, que do boi até o berro se aproveitava, tamanhas eram as suas qualificações produtivas. As primeiras levadas situaram-se em território fluminense, reduto dos mais antigos da Colônia e dos que rapidamente se desenvolveram, datando dos primeiros anos do século XVI. No ano de 1600, quando a maioria das Capitâneas permanecia em abandono, o Rio de Janeiro já contava com os seus rebanhos, havendo como destaque a fazenda da Real Coroa. Depois, numa fase de maior expansão, o criatório tomou a rota dos aprofundamentos sertanejos, vinculando-se estreitamente ao sistema de colonização.

Aos baianos, pernambucanos e paulistas coube a iniciativa dessa aventura, a condução desordenada de rebanhos, a interiorização e fixação do criatório nas terras que iam sendo encontradas sem ocupação. Somente no setor nordestino três correntes migratórias se destacaram, uma a buscar as regiões intermediárias do litoral, outra a varar os altos sertões e a terceira a derivar em busca do Oeste, passando pelo Ceará e a tomar a rota que dava para o Piauí. Tinham como procedência as regiões são-franciscanas. No Ceará, propriamente dito, houve como que entroncamento ou cruzamento migratório, reunindo investidores das três variantes e procurando cada grupo instalar-se ao sabor das ofertas. As maiores concentrações, no entanto, situavam-se nas regiões norte e centro-oeste da Capitania, notadamente no semi-árido jaguaribano, onde o gado facilmente se aclimou e proliferou em quantitativos fantásticos. Dizia-se, então, que o Ceará transformara-se em "Curral da América", tamanha a prosperidade alcançada.

Em outra corrente de migração, anterior às descidas são-franciscanas, tem-se no Ceará o título de pioneirismo, devendo-se esse rasgo de preeminência a Martim Soares Moreno. Quando, em 1621, instalou-se na Capitania, trouxe consigo as primeiras reses que iriam povoar o litoral, delas havendo notícias pelos holandeses. Cerca de duzentas e cinquenta cabeças foram encontradas por ocasião da ocupação batava. Entre essa primitiva fase e os assentamentos posteriores, com extensão até o terceiro quartel do século XVIII, o Ceará se projetou no cenário econômico da Colônia, proporcionando aos fazendeiros o fausto de grandes riquezas. Mas, para que se possa ter idéia mais nítida do quanto representou a bovinocultura, passemos à análise de alguns dados importantes, seguindo de per si os seus desdobramentos.

→ Em arrimo ao enunciado gracejante, segundo o qual do boi até o berro se aproveita, deve-se lembrar, naquilo que pareça exagero, que em verdade isso acontece. O berro funciona como forma de orientação ao rebanho e de modo especial com relação ao filhote, quando dele a vaca se separa e se distância, procurando trazê-lo de volta. Nos terreiros de fazenda, onde se tenha abatido alguma rês, o berro do novilho dá o alarma e logo em seguida reúnem-se as manadas, todas a um só tempo a prestar ao extinto o seu preito de lembranças. Isso pode parecer lenda mas, se analisarmos o fato dentro da sociologia animal, outra explicação não podemos encontrar, a não ser que também os brutos choram e veneram os seus semelhantes.

A carne, cujo teor protéico dispensa comentários, por ser a parte mais nobre, era consumida em larga escala, tanto na domesticidade da fazenda quanto nos centros urbanos, assim como nas concentrações dos pólos açucareiros e nas áreas de mineração. No atendimento a esses centros de demanda, duas formas de abastecer existiam, uma em que o gado era tocado em rebanhos e outra através da carne-seca ou charque, nome pelo qual se popularizou, sendo que nesta última hipótese o Ceará tornou-se pioneiro. A vila do Aracati, então, passou a concentrar as principais atividades da Capitania, abatendo por ano cerca de 25.000 bovinos e exportando o produto para os mercados consumidores. Vinha em

segundo lugar a vila do Mossoró, ainda em questão de limites com o Ceará, e logo a seguir Granja e Acaraú, derivando em busca de Sobral, figuravam como detentores de grandes reservas. Ignoram-se os quantitativos em arrobas ou mesmo em valores de conversão monetária, e oferecê-los por estimativa seria leviandade, sabendo-se apenas que os números eram bastante elevados. Dir-se-á tão somente, para não se entrar em pontos controvertidos, que no Ceará se "amarrava cachorro com lingüiça", o que em versão popular significa fartura.

Nos desdobramentos subsequentes, encontramos no rol dos subprodutos a courama, o espichado propriamente dito e a sola, cabendo a esta a primazia de maior rentabilidade. Depois de seco, o espichado era partido ao meio, donde vem a denominação popular de "meio-de-sola" e colocado em processo de lixiviação durante cerca de um mês, tempo a partir do qual se dava a transformação. O couro era, então, curtido. Essa atividade não era propriamente do fazendeiro ou do proprietário do charqueado, mas de pessoas intermediárias e quase sempre alheias ao criatório. Quanto aos métodos de transformação, estes eram demasiado precários, resumindo-se ao aproveitamento de águas estagnadas e tanques adrede preparados. Juntavam-se nesses receptáculos porções de cascas, extraídas de espécies alcalinas e deixava-se que o sol e a água se encarregassem de dar os retoques finais. Depois da secagem, os meios-de-sola eram transportados para os centros urbanos, onde tanto eram utilizados internamente quanto exportados pelas vias de embarque, gerando de qualquer forma apreciáveis quantias. Dizia-se que pelo porto do Aracati cerca de 100.000 rolos de sola eram exportados anualmente, vindo em segundo lugar a vila de Granja, cujo montante chegava a 60.000 unidades por ano.

Em terceiro nível de aproveitamento vinham os derivados do leite, a coalhada no consumo doméstico, o queijo, que chegava aos mercados urbanos, e a manteiga, que também figurava nas parcelas negociáveis. Nesses derivados estava a ração suculenta do cearense, aquela que em mistura com o milho, o feijão e a rapadura, além da carne-seca, causou espanto aos nutricionistas internacionais. Em "Geopolítica da Fome", obra de autoria do sociólogo

Josué de Castro, dá-se para esse tipo de alimentação 2.600 calorias diárias, o que elevou o nordestino a padrões excepcionais de alimentação.

As partes menos nobres, como as gorduras ou o sebo, propriamente dito, e os músculos, esses eram levados a outros processos de transformação ou propriamente o sabão, sabão preto lixiviado e consumido em larga escala. Restavam, então, os chifres e os cascos, os últimos com aproveitamento na confecção de pentes, cabo de terçado ou facas de cozinha, enquanto os primeiros só raramente chegavam ao adubo através da incineração.

No campo do artesanato, o couro e a sola formavam grande elenco de produtos manufaturados, destacando-se dentre outros a sela, o selim, o ginete, o chapéu de couro, o gibão e perneiras, arreios em geral, malas, caçuás e até moringa, recipiente no qual o sertanejo viandante conduzia suas reservas de água potável. Esses artefatos eram comercializados em todos os mercados do País e produzidos sem exclusão de lugar ou região, justificando-se por essa forma o enunciado axiomático segundo qual do boi até o berro se aproveita.

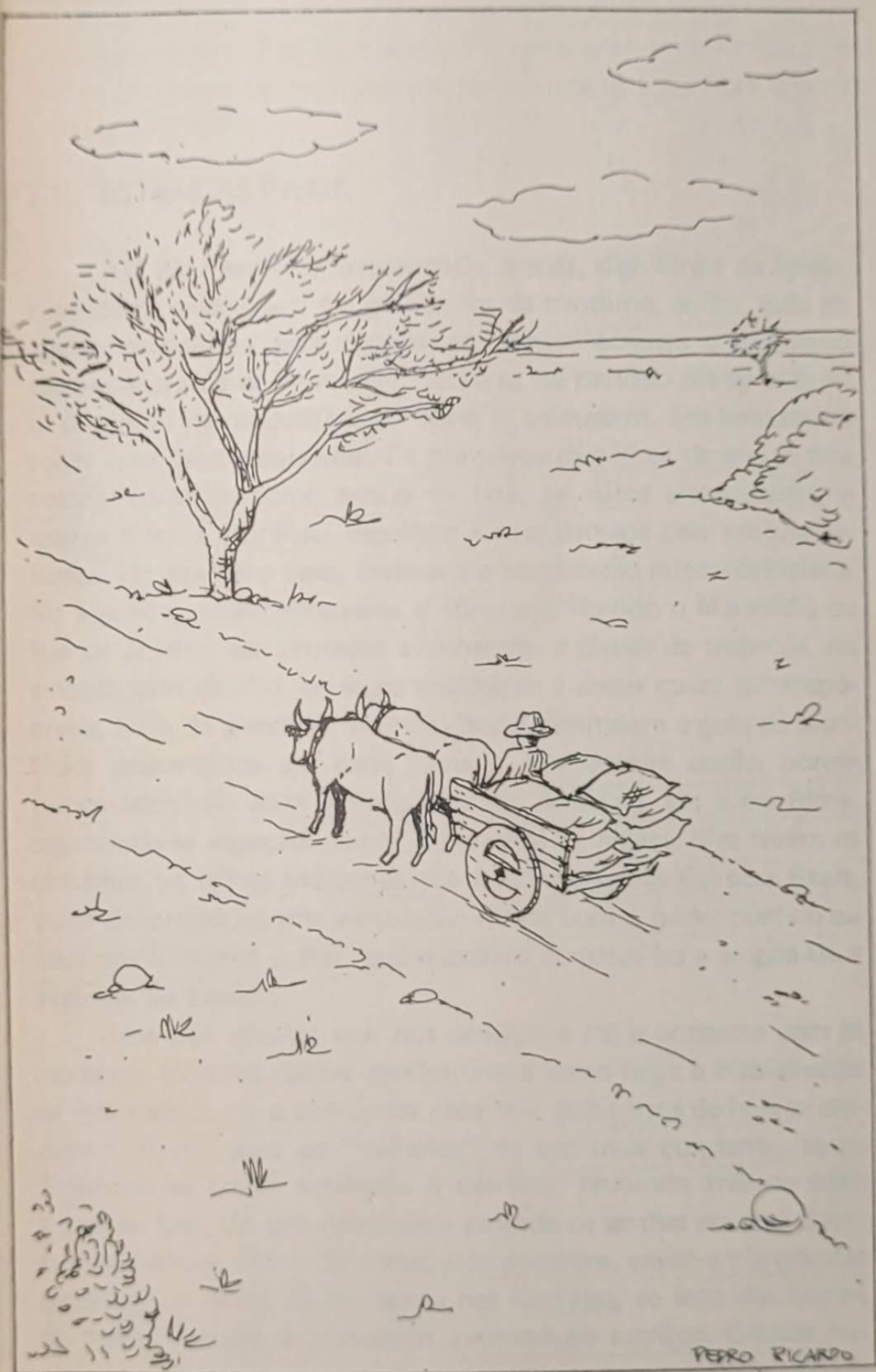
Nesse perfil, modesto e realista, encontramos o porte econômico da bovinocultura no Ceará em sua transição colonialista, singular em seus vários aspectos e sólido até que as vicissitudes do próprio tempo se encarregassem de cortar-lhe os passos ou impedir sua evolução rumo ao progresso. A seca dos "Três Sete" (1777), aliada a fatores de ordem local, interceptou-lhe o caminho, gerando hiato que só tardiamente seria desobstruído. A seca dizimou os rebanhos. Além da seca, que por si só seria suficiente para arrasar a economia, houve a ação nefasta dos especuladores, dos que se forneciam nos armazéns, durante os períodos de entre-safra e na época de prestar contas desviavam os rebanhos para outras praças, deixando os investidores em situação falimentar. Restou da bovinocultura a experiência e algumas sobras de capital, que logo emigrariam para o Rio Grande do Sul, levando do Ceará a idéia das charqueadas.

Consta como pioneiro dessa nova fase o aracatiense José Pinto Martins, que, acossado pelo flagelo, emigrou no ano de

1780, instalando-se em Pelotas, onde fez fortuna e atraiu para a mesma atividade outros investidores. (1) As terras nas quais se fixou constam como sendo de propriedade do sesmeiro Manuel Carvalho de Sousa, e o reconhecimento por seu pioneirismo seria posteriormente traduzido em monumento em sua honra, como forma agradecida de fazer-lhe justiça.

(1) Renato Braga - Rev. do Inst. do Ceará - 1947 - pág. 149/60.

CAPÍTULO VII
SISTEMA VIÁRIO COLONIAL



7.1 ESTRADAS REAIS

Até aqui temos movimentado tropas, dignitários da Igreja, autoridades civis, povo em geral, bens de consumo, enfim, tudo de que se necessitava para colocar em funcionamento o complexo sócio-econômico da Província, como se no período em apreciação os prodígios da modernização viária já existissem. Em verdade, as coisas eram bem diferentes. Os primeiros caminhos de que se tem notícia constam como sendo os rios, os leitos alternadamente secos e a faixa litorânea, seguindo a rota deixada pela própria natureza. No primeiro caso, fazia-se a comunicação interprovinciana. No segundo, acompanhava-se o itinerário ligando o Maranhão ao Rio de Janeiro, em jornadas aventureiras e cheias de tropeços. As embocaduras de rios, os lagos atoladiços e areais quase intransponíveis, além da presença do índio hostil, limitavam o grau de sacrifícios despendidos em cada jornada. Em terceira opção, porém menos acessível, dada a irregularidade de curso, era a marítima, registrando-se espaçadamente a presença de navios. Mas foram os caminhos ou trilhas indígenas que deram origem às Estradas Reais, assim denominadas por vinculação direta com o poder público ou mais precisamente o Rei, que mandava construí-las e ampliá-las a expensas do tesouro.

Nos três séculos que nos ocupam e até o encontro com as modernas técnicas viárias, predominava como regra o bitolamento de sete metros ou o suficiente para que dois carros de bois se cruzassem. Eram estes os "veículos" de uso mais constante, tanto isoladamente como atrelados a carretas, reunindo três ou mais juntas de bois em um comboio e varando os sertões em seus diversos quadrantes. Além do transporte de cargas, envolvendo grandes distâncias, o carro de boi servia nas fazendas, ao lado dos burros de carga, também a prestarem inestimáveis serviços. Grande nú-

mero de tropeiros vivia exclusivamente do transporte de mercadorias. Com isso, as rotas foram-se definindo e ao mesmo tempo ampliadas, até se atingir o estágio de onde posteriormente nasceriam as modernas rodovias. Constan dos primitivos tempos as seguintes vias itinerantes.

7.2 ESTRADA VELHA

A Estrada Velha consta como sendo a mais antiga de que se tem notícia. Em primeiro plano, ligava o Ceará à Bahia e desse ponto alongava-se até o Rio de Janeiro, estendendo-se na parte norte até o Maranhão. No trecho propriamente cearense, buscando sempre a faixa litorânea, começava em Mossoró e passava o Porto dos Barcos (Aracati), Iguape e Rio Ceará. Cortava a enseada de Curumicuara (Paracuru), descia em busca do Acaracu (Acarau) e cambava diretamente rumo ao povoado de Macaboqueira (Granja), de onde seguia a rota que dava para o Punaré (Parnaíba). Desse ponto em diante, descia em busca do Maranhão, passando pelos Lençóis e esbarrando na então vila de São Luís, depois de cortar braços de rios, embocaduras e vastas regiões de alagadiços ou salgados.

Por essa via caminharam Pero Coelho de Sousa em 1604, quando de sua entrada à procura da Ibiapaba, e os missionários Francisco Pinto e Luís Figueira, igualmente frustrados em seus objetivos, quando tentaram firmar o domínio religioso em terras indígenas. Tivemos também Martim Soares Moreno, em várias descidas rumo ao norte da Capitania, e o padre Antônio Vieira, Superior da Missão Jesuítica do Maranhão, quando em 1660 visitou a Ibiapaba, fazendo a pé o percurso entre Camocim e a Ibiapaba. Por fim, tem-se como último caminheiro importante o desembargador Gama Casco desembarcando nas imediações de Granja, no ano de 1759, e desse ponto fazendo a viagem a cavalo até o reduto ibiapabano de Viçosa. De todas essas jornadas constam circunstanciados relatórios, notadamente com relação ao último, que não regateou espaço para descrever sua trajetória.

7.3 ESTRADA GRANJA-VIÇOSA

Antiga quanto a Estrada Velha, a Estrada Granja-Viçosa nascia na povoação de Macaboqueira e logo a seguir, numa distância de sete quilômetros, bifurcava-se por um ramal direto e outro em semicírculo, buscando os costados oeste do município. Neste ramal, cortava a fazenda Curral Grande, tomava a direção de Ubaituba, passando pelo riacho Pirapora e chegava ao lugar denominado Sítio do Inocência Aragão, já nas testadas noroeste do planalto ibiapabano. Desse ponto, corria pelo desaguadouro da Grande-Serra, passava pelo sítio Uruoca e tomava a direção reta que dava para Viçosa. O outro ramal, bifurcado no lugar denominado Mucambo, passava a Lagoa da Jaburuna, a fazenda Pedras de Fogo, onde também se bifurcava e seguia em duas linhas paralelas. Na rota esquerda, passava pelo sítio Riacho de Dentro, atingia o povoado indígena de Tubarão, ao sopé da Ibiapaba, de onde subia a ladeira, passava pelo lugar denominado Tope e chegava finalmente ao reduto ibiapabano de Viçosa. O terceiro ramal, partindo do bifurcamento da fazenda Pedras de Fogo, passava a fazenda Lagoa Redonda, Morro do Irapuá e sítios Vereda de Dentro e Sambaitiva, indo reunir-se ao segundo ramal no vilarejo de Tubarão. Em último ramal, mais à deriva leste, nascendo também da fazenda Pedras de Fogo, havia a rota que passava o rio Itacolomy, fazenda Caraúbas, sítio Manhoso e povoação de Oiticicas ao sopé da Ibiapaba, de onde tomava a rota da ladeira e chegava também a Viçosa. Por esses quatro ramais se processava a comunicação entre sertão e serra, proporcionando aos moradores das duas regiões o intercâmbio de produtos.

7.4 VIÇOSA-IPU

Esta via pode ser considerada como extensão da Estrada Granja-Viçosa, pois apenas tinha prosseguimento, passando pelo sítio Barroco (Tianguá), riacho do Jacaré (Ubajara), Ibiapina, rio Arabê (São Benedito), Vila Nova Del-Rei e Serra dos Cocos (Ipu), de onde prosseguia em direção ao Riacho do Macaco (Santa Quitéria), local de entroncamento viário de outra rota.

7.5 ESTRADA DA CAIÇARA

Esta via, embora se tenha afirmado ter o seu começo na vila da Caiçara (Sobral), em verdade suas nascenças são em Granja, visto como desta parte se movimentavam os comboios procedentes não só do Ceará como também do Piauí. Pode ser considerada como bifurcamento da Estrada Velha, um paralelo mais à deriva sertaneja e com destinação final de alargamento regional e expansão em busca do sul da Capitania. Ao deixar Granja, passava pelos sítios Cabeceiras, Jaguarauí (Campanário), Palma (Coreaú) e desse ponto seguia em direitura ao povoado de Caiçara. Deste ponto varava as caatingas de Santa Quitéria e encontrava-se com a Estrada das Boiadas, em Santo Antônio do Quixeramobim, passando rumo a Pernambuco pelos redutos de Maria Pereira (Mombaça), Telha (Iguatu) e Icó.

A abertura dessa estrada veio atender a interesses de fazendeiros instalados na ribeira do Coreaú, assim como de produtores margeantes dos rios Acaraú e Groaíras, além dos que habitavam os altos sertões da Barra do Sitiá e até mesmo Canindé, proporcionando-lhes melhor acesso aos mercados consumidores. Sabia-se que, além das vantagens com relação a distâncias, os campos forrageiros asseguravam melhores condições de pastoreio e consequentemente a manutenção do gado sem quebra de peso.

7.6 ESTRADA DA TAQUARA

Esta via foi construída mais para atender os interesses metropolitanos de Fortaleza e é tão antiga quanto à chegada dos primeiros colonizadores ao Rio Ceará. Martim Soares Moreno, antes mesmo que os holandeses assumissem o domínio da Capitania, já abrira o precedente, visando descobrir minérios nos contrafortes da serra de Maranguape. Em 1662, o padre Jacob Cócleo e seus companheiros missionários utilizavam-se dos vestígios deixados, transportando nativos e recursos de subsistência alimentar para a Aldeia da então Porangaba. Partia do Riacho Pajeú, nas imediações da Fortaleza, atravessava a Aldeia da Porangaba, o sítio Cágado e estendia-se até à meia-serra denominada de Ladeira Grande, onde se dava o bifurcamento que dava para Canindé e serra de Baturité.

7.7 ESTRADA DAS BOIADAS

A Estrada das Boiadas partia de Pernambuco e penetrava no Ceará depois de haver passado pelo território rio-grandense e varado a Província da Paraíba, atingindo o Boqueirão do Umari ao sudeste da Capitania. Ao atingir a vila de Icó, encontrava-se com a Estrada Geral do Jaguaribe e derivava em busca da vila da Telha, de onde caía à procura do oeste, passando pelas vilas de São Mateus (Jucás) Carcará (Saboeiro), Arneiroz e São João do Príncipe. Desse ponto buscava as regiões centro-oeste do Ceará, seguindo pelo Riacho dos Camaleões, Vertente (Independência) e Piranhas (Crateús), de onde um pouco mais a leste encontrava-se com a Estrada da Caiçara. Por essa via escoavam-se grandes manadas, tanto do Ceará quanto do Piauí, procurando alcançar os mercados de Pernambuco.

7.8 ESTRADA GERAL DO JAGUARIBE

Esta via nasceu na época florescente da bovinocultura. Partia do Aracati, guardando certa distância do rio Jaguaribe, atravessava o lugar denominado Passagem das Pedras e procurava a direção de Russas. Desse ponto dirigia-se ao Icó, de onde prosseguia rumo ao Crato, sempre margeando o Rio Salgado. Na parte norte, partindo do Aracati, atingia a vila de Mossoró, e desse ponto se projetava na Capitania do Rio Grande do Norte, atingindo as regiões onde mais se destacava o criatório.

7.9 ESTRADA NOVA DAS BOIADAS

Essa estrada procedia de Paus dos Ferros, em território do Rio Grande do Norte e transpunha a serra do Pereiro, passando ao Ceará. Cortava a Estrada Geral do Jaguaribe e descia em busca do Riacho do Sangue (Solonópole), à procura do nordeste da Capitania. Seguindo essa direção, cruzava os campos do Oriá, Riacho das Pedras e chegava ao Banabuiú, à altura do lugar denominado Laranjeiras. Desse ponto tomava a direção de Quixeramobim e buscava a povoação de Cavalo Morto (Boa Viagem), indo desse ponto ao Piauí na direção de Crateús. Havia um ramal secundário a derivar em busca do nordeste da Capitania, passando por Santa Quitéria e tomando o destino de Sobral, onde se dava o entroncamento com a Estrada da Caiçara.

7.10 ESTRADA SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE-QUIXERAMOBIM

Partia essa estrada da vila de São João do Príncipe (Tauá), passava pelo Riacho das Favelas e prosseguia sempre margeando-o até transpor a serra do Flamengo, de onde prosseguia e atingia a povoação de Maria Pereira (Mombaça). Desse ponto, descia à procura de Quixeramobim, margeando o Banabuiú, pela esquerda, até encontrar-se com a Estrada das Boiadas. Deve-se a construção dessa nova Estrada ao então Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, entusiasta do sistema viário na Província e seu benfeitor em várias direções.

7.11 SOURE-CANINDÉ

Consta como tendo sido obra também do Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos. Partia de Caucaia, buscava a povoação de Taquara, atingia a Ladeira Grande e se confundia nesse ponto com a Estrada da Taquara.

7.12 CRATO-PIANCÓ

Procedia de Patos na Paraíba, correndo pelo entroncamento de Espinhara, passava o Piancó, em cruzamento que dava para Misericórdia e Conceição e penetrava no Ceará pela povoação de Mauriti. Dessa penetração dirigia-se em busca de Missão Velha, Barbalha, Crato e Araripe, cortando a Chapada do Araripe, com terminal cearense em Várzea das Vacas (Campos Sales), de onde tomava o destino do Piauí. (1)

Além das Estradas Reais propriamente ditas, havia com certa freqüência os caminhos vicinais, obra dos próprios colonizadores e de vital importância para o intercâmbio regional. Embora tenha sido Bernardo Manuel de Vasconcelos o seu maior dinamizador e construtor de importantes vias, coube o direito de preeminência ao sertanista João Velho do Vale, figura dos primeiros tempos com atuação não só no Ceará como também no Piauí, onde plantou fazendas e deixou também no sistema viário a marca de sua presença.

(1) As principais informações estão contidas em Rev. do Inst. do Ceará - T/LX - 1937 - Carlos Studart Filho - pág. 15/47.

CAPÍTULO VIII
ASPECTOS GEOGRÁFICOS

RH/UFC



PEDRO RICO

CAP. VIII

8.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Ceará contemporâneo, e não o que no período nos ocupa, detém do território brasileiro 148.016 km² e situa-se entre o Piauí e o Atlântico, nos extremos leste e oeste. A este e sudeste limita-se com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, respectivamente, enquanto que ao sul tem como referencial lindente o Estado de Pernambuco. No começo, entretanto, conforme em outra parte dito, esses limites eram bem mais avantajados, pelo menos em sua forma linear de extensão. Partia de Tutóia, no Maranhão, e estendia-se até o Açú, no Rio Grande do Norte, compreendendo nessa versão cerca de 200 léguas. No aprofundamento sertanejo, seria "até onde desse o braço do conquistador". Esse "braço", evidentemente, cresceu e alcançou o dorso da Ibiapaba, em suas denominações várias, até o sul da Capitania, embora na extensão linear tenha sofrido consideráveis reduções. Perdeu nos confins norte o que existia depois de Chaval, enquanto no sentido inverso deteve-se no Aracati, deixando para o Rio Grande do Norte o território que hoje lhe é pertinente.

Em suas relações geográficas, o Ceará participa do complexo litorâneo compreendido entre o Cabo de São Roque e o delta parnaibano, numa distância superior a 600 quilômetros. Nesta parte, mantém-se a elevação na casa dos 50 metros, podendo em alguns casos ultrapassar esse limite, porém nunca a exceder a cota dos cem metros, o que lhe dá certa regularidade em seus aspectos de relevo. Esta região apóia-se nas serras de Baturité e Uruburetama, nos seus confrontos meridionais, enquanto na parte norte tem como retranca os contrafortes da Ibiapaba. Em seus aspectos gerais, poder-se-ia dizer o seu território compreender seis áreas distintas e que para melhor entendimento poderão ser assim classificados: Faixa Litorânea, Semi-Árido, Planícies, Vales, Serras, Rios.

Esse seria o perfil aerogométrico do Ceará que nos ocupa, excluído obviamente dos suportes modernos que lhe dariam configuração de maior relevo histórico e por conseguinte mais compatível com a então realidade contemporânea. Sem nos alongarmos em considerações prolixas e de conteúdo menos geográfico que literários, passamos à descrição individual de cada fator inerente, apresentando os quadros que adiante se delineiam.

8.2 FAIXA LITORÂNEA

A Faixa Litorânea propriamente dita ocupava área correspondente a 5.270 km² e compreendia os vales encravados na bacia dos rios Ceará, Cocó, Pacoti e estendia-se aos contrafortes das serras de Baturité, Aratanha e Maranguape, sendo também conhecida como Triângulo de Fortaleza. A vegetação característica desta região constava e ainda deverá constar, pelo menos em parte, de espécies xerófilo-psalófilas, ficando reservados aos tabuleiros os tipos xerófilos, numa interpolação de extensas áreas. São sem dúvida aspectos comuns de sua formação geológica, predominantemente composta de terrenos xisto-cristalinos e povoados de tabuleiros e encadeamentos areníferos no coleamento do mar. Nos bordos interiores ou internos desta cinta não se registra o enrodlhamento de chanfraduras, fenômeno geológico que em outras zonas mais distantes se verifica.

O clima desta região apresenta-se seco e até mesmo hostil, misto de fornalha tropical alimentada pelo bafo de vulcano e a castigar o viandante desprotegido durante as horas de sol abrasante. São fatores de moderação, com momentos de agradável brisa, os ventos matinais e os do entardecer, notadamente nos domínios próximos do mar, onde as lufadas de frescor amenizam os efeitos caniculares. Estes foram certamente os principais instrumentos de sedução nativa, as correntes mais fortes que prenderam o aventureiro luso e dele fizeram o seu escravo mais dedicado, plantando com raízes profundas as sementes da colonização.

Do ponto de vista demográfico, registram-se nessa faixa os maiores índices populacionais, o que de modo mais amplo tem justificado o povoamento litorâneo em termos de maior densidade. Apresentam-se como fatores preponderantes, além dos interesses lusos, os aldeamentos indígenas, motivados pela sedução das ofer-

tas naturais, considerando que nessa faixa costeira o pescado dava aos nativos os recursos de que necessitavam para sua magra dieta. Formaram-se inicialmente povoações e vilas. Depois com os prod(gos da colonização branca, originária do homem jungido à gleba, deu-se a interiorização de forma mais ampla, surgindo desse fenomenal encontro a infra-estrutura que compatibilizaria as ofertas do solo com as necessidades mais prementes de cada grupo.

8.3 SEMI-ÁRIDO

O Semi-árido ou sertão propriamente dito, compreende as zonas de transição entre a Faixa Litorânea e as contexturas serranas, detendo em suas diversificações os maiores volumes de áreas. Suas condições de solo são geralmente estéreis, pedregosas e rasas, com preponderância para o cacto e espécies correlatas, nada se aproveitando em termos agrônômicos. A vegetação mais característica desta região fica por conta da caatinga, onde com certa abundância proliferam espécies xerófilas e resistentes às grandes estiagens. Nas quadras estiais pode-se dizer confundir-se a caatinga com a desolação da própria natureza. Ressequida e esparsa, somente a galharia desfolhada aparece, dando a impressão de milhões de dedos gangrenados apontando para as alturas. A despeito de semelhantes características, ainda é na caatinga que o criatório encontra seus recursos forrageiros, notadamente na caprinocultura, em que pouco se exige e muito se espera.

8.4 PLANÍCIES

Planícies são porções de terras que se enfaixam por intrusão medianeira entre as regiões serranas e litorâneas ou em pleno domínio do semi-árido, formando áreas de grande aproveitamento pastoril. A vegetação dessas áreas compreende espécies arbustivas e arbóreas, escassas e magras, sendo responsáveis por essa anomalia fatores geológicos de significativa importância. Os baixos índices de permeabilidade do solo, além de raso e pobre, não permitem o desenvolvimento de espécies mais nobres, ficando o seu aproveitamento por conta dos tipos que melhor se adaptam, servindo apenas para o abastecimento forrageiro e isso durante as quadras invernosas.

Na parte setentrional da Província, onde com maior assiduidade as Planícies se sucedem, o município de Granja aparece como principal detentor de grandes áreas cuja localização se estende entre o rio Coreaú e os vales circundantes da serra da Ibiapaba. Limitam-se na parte meridional com as projeções tangenciais do rio Acaraú e nos confinamentos orientais nos rebaixamentos serranos que se integram ao Piauí sem grandes elevações. Registram-se, por fim, as Planícies do Orjá, nos sertões centrais dos rios Pimenta e Valentim, principais afluentes do Banabuiú, onde cresce farta variedade de gramíneas.

8.5 VALES

Vales são depressões alongadas, formadas nas zonas de influência dos principais rios e ocupam grandes extensões do semi-árido. Os vales mais importantes do Ceará são os do Jaguaribe e do Cariri, formados ao longo dos rios Jaguaribe e Salgado, ficando em segundo plano o Vale do Acaraú. Além dos vales propriamente ditos, existem boqueirões de extensas planuras, reunindo solos diversos, mas de grande aproveitamento agrônômico, destes se destacando o do Riacho do Machado no Cariri, o do rio Cariús na mesma região, o da Lagoa do Barro e o do Lambedouro, no município de Viçosa. Geralmente nesses boqueirões o tipo de solo é humoso e fértil, além de profundo, registrando-se com abundância lençóis subterrâneos de água. Nestas regiões prosperam o arroz, a cana-de-açúcar e outros plantios de subsistência, proporcionando aos moradores a extração de grandes safras. Nos apontamentos a seguir, daremos breves notícias sobre os vales, sua formação geológica e suas dimensões territoriais, a fim de que melhor compreendamos a sua importância.

8.6 VALE DO JAGUARIBE

O Vale do Jaguaribe compreende, além das Planícies do Baixo Jaguaribe, a começar da jusante do Boqueirão do Cunha ao Icó, as várzeas do Iguatu e do Banabuiú, formando interpoladamente extensas áreas produtivas. O solo do Vale é formado por materiais húmíferos ou argilo-húmíferos, decorrentes de depósitos regulares do limbo concentrado no fundo de antigos lagos. Próximo ao Boqueirão do Cunha, encontra-se trecho diferente, pedregoso e desprovido de várzeas importantes, sendo constituído de pequenos depósitos aluviais, porém de alta fertilidade. Cerca de cinquenta quilômetros adiante, abre-se novamente o Vale, em cruzamentos com tributários do rio Salgado e a formar as famosas várzeas do Icó. Pouco adiante, em busca do norte, concentram-se as serranias do Orós, formadoras do embasamento sinclinal que atravessa o Ceará de norte a sul, constringindo o Vale pela formação do Boqueirão do Orós. Acima deste Boqueirão, o Vale apresenta-se bastante reduzido, mas ao atingir o município de Jucás abre-se novamente em várzeas. Desse ponto em diante, o solo torna-se irregular. Cerca de 85% do Vale constituem-se de terrenos impermeáveis originários do complexo cristalino e um pouco de rochas paleozóicas, todos mais ou menos injetados de rochas graníticas, dioríticas e sieníticas, além de outras. Apenas o trecho compreendido nas cabeceiras do Rio Salgado ou propriamente na bacia do Rio dos Porcos, bem assim as partes que se localizam entre Iguatu e Orós são de rochas sedimentárias, secundárias ou terciárias. O maior índice de fertilidade, entretanto, repousa nas terras margeantes dos rios cuja formação geológica compreende acentuadamente parcelas preponderantes de formação aluvial.

8.7 VALE DO CARIRI

O Vale do Cariri compreende as terras encravadas desde a montante do Rio Salgado ao Jardim, abrangendo porções consideráveis do município de Santana do Cariri e outros da circunvizinhança. O solo dessa região é ubérrimo e apresenta quadro geológico muito singular, visto como da serra do Araripe abundam sedimentos eruptivos que o enriquecem e se renovam a cada ano, desde que as precipitações pluviais assim o permitam.

Nessa área, quase simultaneamente à largada colonizadora do litoral, desbravadores oriundos do Baixo São Francisco aí se instalaram e progrediram vertiginosamente, nascendo desse complexo humano o tipo de cultura que lá se formou e deu maior impulso nas relações sociais da região. Como forma natural de estímulo, além da uberidade do solo e do acultramento diversificado, houve como destaque a abundância de recursos hídricos, tanto no subsolo quanto nos brejos, mesmo nas ocasiões de grandes estiagens.

8.8 VALE DO ACARAÚ

O Vale do Acaraú tem como limites, pelo menos no período que nos ocupa, a partir do litoral ou costa leste da Província, cortando desse ponto em direção norte até as Planícies de Granja e desse extremo a buscar o oeste da Ibiapaba até o encontro com a zona de influência do Rio Poti, nos extremos que dão para o Piauí. Nas suas relações de solo predomina o complexo cristalino, com intrusões graníticas, donde se formam as serras da Meruoca, Rosário e numerosos serrotes dos quais se destacam o Barriga, Caminhadeira, Corrente, Pajé, Picos, Rajada e Feiticeiro. Na parte oeste do rio e nas vertentes à esquerda, o terreno apresenta-se como de formação orgânica ou sedimentária e tem como fonte eruptiva a serra da Ibiapaba, onde restos talvez de formação cretácea ainda sejam encontrados.

8.9 RIOS

Os rios cearenses o são das nascentes ao litoral, talvez por bairrismo da própria natureza e ainda dão de presente a outras Províncias algumas de suas reservas, como o Piauí, por exemplo, que recebe águas da serra da Ibiapaba. São rios estiais ou rios secos, em sua denominação correta, e por isso são duplamente generosos. Nos períodos hibernais banham as terras vertentes, molhando várzeas e planícies e nas quadras de estio têm servido de caminhos, como que a convidar o investidor branco em seus desejos de plantar fazendas. O Jaguaribe figura na linha de maiores potencialidades hídricas, vindo em segundo lugar o Acaraú, e na linha descendente algumas dezenas que ao longo da Província se reúnem. Destacaremos em nossos estudos os que preferencialmente se alinham, os de maior volume e de maior extensão, deixando os de menor porte para momentos mais oportunos.

JAGUARIBE — O Jaguaribe possui duas versões. Na primeira delas, aparece como ponto de origem a serra da Joanhina, no extremo oeste dos Inhamuns e distante do litoral cerca de 550 quilômetros. Na segunda versão, tem-se como nascente o município de Crato ou precisamente o Riacho da Batateira, de que se gera o Rio Salgado. O entroncamento desses dois rios dá-se na vila de Icó, ponto a partir do qual o Salgado perde a sua denominação de origem e incorpora-se ao Jaguaribe. Sua bacia fluvial estima-se em 7.200 km², e tem como afluentes os seguintes rios: Banabuiú, 280 km; Salgado, 160 km; Cariús, 130 km; Bastiões, 130 km; Truçu, 110 km; Figueiredo, 110 km; Quixeramobim, 145 km; Palhano, 130 km; Riacho do Sangue, 120 km.

Dentro do contexto social em que se situa, o Jaguaribe se destaca pelo caráter bonançoso e legendário de que se reveste, embora cruel e inexorável por ocasião dos transbordamentos, haven-

do quem o qualifique de "Eufrates dos Hebreus Cearenses". Em verdade, essa característica lhe é própria. Além das terras agrícolas e de pastoreio, que durante os tempos de bonança abrigaram hospitaleiramente milhares de investidores, tem-se como fonte subsidiária e natural o peixe, cujas potencialidades oferecem grandes oportunidades. Todos os seus afluentes são piscosos e tempos há, quando a regularidade dos invernos proporciona, em que milhares de famílias fazem o seu ressarcimento doméstico, reunindo toneladas de espécies várias. Mas o Jaguaribe apenas dorme em suas configurações de seco e molhado, à espera naturalmente de ao correr do tempo o seu bonançoso Vale seja redimido, bastando para isso metade do seu potencial.

ACARAÚ — O rio Acaraú possui tanto quanto o Jaguaribe duas versões importantes, uma na Serra das Matas e outra na Ibiapaba, mantendo em seu curso 320 quilômetros. Os seus principais afluentes são o Jaibaras, o Groaíras e o Riacho dos Macacos, além do Aracatiçu mais à deriva meridional, sendo que em Sobral se dá o entroncamento que o torna mais volumoso. Encontra-se com o Jaibaras. Sua bacia hidrográfica estima-se em 14.500 km² e suas características geográficas já foram descritas por efeito de vinculação ao próprio Vale, pouco restando a ser acrescentado,

Além desses dois rios, que por si formam sistemas próprios, existem no elenco dos rios secundários outros que merecem referência, destes se destacando: Pirangi, 140 km; Choró, 190 km; Pacoti, 120 km; Ceará, 120 km; Mundaú, 100 km; Timonha, 110 km; São Gonçalo, 120 km; Curu, 220 km.

Com esses principais indicadores, completamos as informações hidrográficas do Ceará, embora sucintamente, mas de qualquer forma a servir como roteiro para estudos mais aplicados, restando-nos o complexo montanhoso do qual forneceremos o seguinte quadro.

8.10 COMPLEXO MONTANHOSO

O Complexo Montanhoso do Ceará possui formação eruptiva ou erosiva bilénar e subdivide-se em Cordões e Planaltos, havendo em classificação de terceira categoria morros ou serrotes, que isoladamente povoam o semi-árido em proporções diversificadas. Nos alongamentos de maior expressão os picos mais elevados ultrapassam a cota dos mil metros, acima do nível do mar, e são providos de vertentes próprias ou os chamados olhos-d'água, além de córregos e riachos que se perenizam das próprias fontes. O clima nessas regiões apresenta-se ameno, frio em algumas épocas do ano e até mesmo brumoso nas quadras hibernais de maior intensidade. Vários tipos de solo compõem a sua estrutura geológica e quase todos ubérrimos, próprios para a agricultura e a fruticultura, se bem que irregular ou entremeado de sucessivas elevações. Enumeraremos a seguir os que mais se destacam.

SERRA DA IBIAPABA — A Serra da Ibiapaba tem de superfície 14.000 km², na parte mais elevada atinge a cota dos mil metros e começa cerca de 45 quilômetros do litoral norte. Estende-se na direção norte-sul até o Boqueirão do Poti, por cerca de 300 quilômetros e desse ponto prossegue até o Cariri, porém a manter outras denominações. Nas proporções leste-oeste guarda de extensão 30 quilômetros, variáveis em alguns locais e de modo mais acentuado nos extremos norte e sul, onde os índices de compressão se estreitam consideravelmente. O dorso caracteriza-se por um maciço sedimentar, plano e composto de material outrora acumulado nas profundezas oceânicas e no momento a formar chapadões de grandes altitudes. O solo é permeável, humoso em sua maioria e ligeiramente inclinado para o oeste e entrecortado de córregos perenes, formando brejos que se sucedem. No sentido

leste abre-se em profundos sulcos, verticalizados em algumas partes e noutras a formar extensos boqueirões, que por sua vez dão origem a pequenos vales ou baixios de grande aproveitamento agrônomo. A partir do Boqueirão do Poti toma a denominação de Serra Geral, até encontrar-se com a Serra do Araripe, sendo que nas imediações de Campos Sales descaracteriza-se por sensíveis rebaixamentos.

Na parte compreendida no maciço, armazenam-se rochas sedimentares, geralmente de falsa estratificação e apoiadas em terreno cristalino, exibindo camadas de grande espessura somente visível nas escarpas. A vegetação dessa área resulta de antigas florestas driáticas, resíduo que ainda se encontra nos cabeçotes de maior projeção e em lugares não castigados pela devastação. Acima de Ipu, no sentido que demanda em busca da região norte, existe a chamada Zona Fresca ou Zona da Mata, espremida entre os escavados abruptos e os carrascais que demandam em busca do Piauí.

A zona do Carrasco, espécie de escória geológica da própria natureza, caracteriza-se pelo solo estéril e seco em que se assenta e pela vegetação arbustiva que lhe serve de enfeite, havendo como destaque algumas favelas de permeio. Sua estrutura ecológica compõe-se na maior parte de arenito não decomposto. Nas escarpas que dão para o leste e em busca do norte, dá-se o escoamento das águas em quedas abruptas, enquanto na banda oeste o escoamento apresenta-se lento e suave, perdendo-se na absorção das caatingas piauienses.

Em termos de aproveitamento agrícola, pode-se afirmar que toda a serra, à exceção do Carrasco, fornece condições excepcionais de plantio, notadamente no que se refere às espécies de subsistência. A maior produção, no entanto, concentra-se na monocultura da cana, que, ao lado da fruticultura, propicia aos moradores sólidas condições de equilíbrio, embora sem a concentração de grandes riquezas. A serra é mãe de todos, desde o proprietário de engenho ao agregado que medra das sobras, havendo em toda a extensão verdadeiro clima de harmonia e de perfeito entrosamento entre os que lhe são radicados.

SERRA DO ARARIPE — O maciço da Serra do Araripe estrutura-se em rochas sedimentárias e planas e atinge altitudes que variam de 900 a 1.050 metros, ocupando cerca de 7.200 km². Destaca-se da Serra da Ibiapaba na parte mais conhecida por Serra Grande, em estreitamento depressivo que chega a encobrir o terreno adjacente do "complexo fundamental" e dirige-se para leste numa extensão de 180 quilômetros, mantendo nessa direção larguras que variam entre 30 e 50 quilômetros.

A encosta norte forma o Vale do Cariri, num empinado fronteiro variável entre 600 e 700 metros de altitude. Na parte que dá para Pernambuco, a queda d'água é apenas de 200 metros. Era primitivamente ligada à Ibiapaba no seu flanco ocidental, tendo sido rasgada pelas águas que deram origem aos rios Conceição, afluente do Jaguaribe, Itaim e Guaribas que despejam no Paranaíba. Os imensos depósitos sedimentários que formam o seu embasamento geológico estruturam-se em rochas cristalinas, sendo mais elevados nas projeções oeste e sul. As camadas sedimentárias sobrepõem-se de baixo para cima, sendo a primeira de arenito conglomerático de grande espessura e além da cota entre 400 e 500 metros são de arenito vermelho. Nas elevações entre 500 e 590 metros (nível do mar) são de calcário (Santana do Cariri) e a partir dessa cota e até os 675 metros são de arenito amarelo-avermelhado. Entre 675 e 900 metros são de arenito vermelho com falsa estratificação. Entre 900 e 950 metros predomina o arenito escarlate. Toda essa estrutura constitui-se de depósitos clásticos da idade cretácea.

A composição vegetal da chapada destaca-se sob o aspecto edúlfico e climo-botânico e forma conjunto característico que comporta duas divisões especiais, sendo uma a leste e outra a oeste. Na zona oeste compreende em quase sua totalidade o tipo xerófita. Nas quebradas, a leste, verifica-se terem existido luxuriantes florestas, cujos vestígios ainda são encontrados, sendo que na parte de maior expressão o braço do homem já transformou em canaviais. De modo geral, a Serra do Araripe padece pela escassez de água e as partes lavradas pouco se aproveitam, exceto no cultivo da mandioca, que se estende em grandes lavras.

SERRA DE BATURITÉ — A Serra de Baturité ocupa cerca de 1.300 km². Sua composição destaca-se pela formação de blocos ou rochas xistosas estruturadas em camadas duplas e decorrentes de violentas ações tectônicas. Possui abundantes rochas eruptivas. O relevo é bastante acidentado, com amplas e repentinas baixadas, com profundos vales e escarpas de rochas despidas, cortando ou interrompendo socacos. O ponto mais elevado atinge a cota de 1.500 metros e empina-se para o lado ocidental, onde existem contrafortes abruptamente alcantilados. Ao contrário da Serra da Ibiapaba, não possui brejos ou córregos frescos, mas existe água em abundância. O clima é idêntico e as terras são agricultáveis e próprias para o desenvolvimento da fruticultura. Os rios e riachos que se formam, notadamente nas quadras invernosas, despejam nos rios Pacoti e Aracoiaba, com escoamentos que dão para leste e norte em busca do oceano.

Em sua composição geológica encontram-se rochas cristalinas e eruptivas, que afloram mais ou menos abundantes em toda a extensão, sendo de cor avermelhada, relativamente argiloso, mas frouxo e humoso em muitos lugares. Nas lombadas o solo é aluvial e ainda espesso, tendendo a adelgaçar-se pelos efeitos da erosão. Em volta da montanha, numa cinta que se eleva entre 400 a 500 metros de largura, a vegetação assemelha-se à das caatingas próximas. São espécies exóticas, como que intermediárias e a revelar certa aparência de desenvolvimento. Nesta região abundam palmeiras. Mais em cima, reside uma faixa de transição entre caatinga e mata, onde crescem o pau-branco, o pau-d'arco, a jurema e o piquiá. No cimo existem vestígios driáticos, com espécies que compreendem aráceas, espífitas, fetos arborescentes, rosáceas etc., deixando transparecer que o braço devastador do homem apagou também dessa região o ecossistema primitivo.

SERRA DO PEREIRO — A Serra do Pereiro divide o Ceará do Rio Grande do Norte em grande extensão. No Ceará, apenas alguns espigões ou serrotes formam cadeia, todos sem grande importância e a derivar em busca do norte. Desses acidentes os de maior expressão formam o encadeamento composto pelas serras

de Porteiras, Melancias e do Jatobá, sendo que esta última separa-se do grupo constituído pela Serra dos Martins, pelo Vale do Apodi ou Mossoró no Rio Grande do Norte. O aspecto fisiográfico desta região deixa a suposição de que outrora houvera vasto planalto e que em tempos também remotos tenha sido drenado pelos rios Figueiredo, no Ceará, e Mossoró, no Rio Grande do Norte, além do Piranhas, na Paraíba. Em suas relações de volume, ocupa cerca de 2.000 km², numa extensão de 100 quilômetros e a medir de largura entre 20 e 25 quilômetros.

O solo possui características avermelhadas, mais ou menos argiloso e por vezes calcário, sendo arenoso nas regiões onde predominam capeamentos areníticos. Será o resultado de rochas eruptivas, com predomínio granítico, diorítico e argilítico, sedimentares de remota antiguidade. Outrora coberta de vigorosa floresta, sofreu mais que outras o processo violento da devastação, assumindo o lugar-comum das terras encapoeiradas.

CORDÃO CENTRAL — Inicialmente deve-se esclarecer que os denominados Cordões são estruturas encadeadas entre si e às vezes isoladamente, mas sempre partindo de uma grande serra. O Cordão Central pertence a esse grupo e corre a leste da Ibiapaba, buscando a região do Cariri, ao norte da Serra do Araripe. Deste ponto ele se estende pela costa ocidental dos Inhamuns, busca a Serra das Matas, bifurca-se na Serra do Machado, um ramal ligando-se à Serra de Baturité, sob as denominações de Serra do Maranguape, Serra da Aratanha, Serra da Arara e Serra do Juá. O segundo ramal, descrevendo trajetória bastante irregular, finda-se no oceano, depois de se haver integrado à cadeia da Serra da Urubetama.

A composição geológica deste Cordão tem como predomínio rochas arqueozóicas e resíduos alonquianos, depósitos estes que se verificam em alguns trechos. No cimo registram-se camadas de arenito densas e rijas. Este majestoso conjunto divide-se em blocos separados por vales e gargantas, que por sua vez formam as serras denominadas Bastiões, Arneiroz, Marruás, Santa Rita, Calogi, Machado, Serra Azul e Itapajé. Ocupa em termos de volume

cerca de 1.200 km² e as condições de solo oferecem opções de aproveitamento tanto na agricultura quanto na fruticultura, notadamente a banana, de que é pródigo o sistema Itapajé-Uruburetama.

CORDÃO DE SANTA CATARINA — Este Cordão destaca-se da Serra da Borborema no lugar denominado Passagem, próximo à cidade de Patos, na Paraíba, e entra no Ceará por espigões que formam a Serra de São Pedro, ao norte da Serra do Araripe. Sua extensão mede cerca de 300 quilômetros. Em sua projeção, a partir da Serra da Borborema, partindo da Serra do Brito, atravessa Patos, onde recebe várias denominações, dentre outras as de Serra do Melado, Serra de Santa Catarina, Serra Vermelha, Serra Verde, Serra de São Gonçalo e finalmente o encadeamento que forma o Boqueirão de Aurora, no Ceará. Será a partir desse ponto que ela tomará as denominações de Serra do Coronzô, Serra do Góis e após a Serra de São Pedro toma os designativos de Fortuna, Serra Verde, Talhada e Santa Vitória, no antigo município de São Pedro do Cariri. Este conjunto montanhoso revela a antiga existência de vasto planalto, formado por rochas paleozóicas, das quais resta o monoclima, donde brotam pequenas colinas, serras e serrotes.

PLANALTO DOS INHAMUNS — Este Planalto se eleva inicialmente a partir das serras que compõem o Cordão Central e a leste da cordilheira é formado pela Serra Grande a oeste. Sua configuração geográfica mantém com muita autenticidade as características próprias dos sertões nordestinos. A água é escassa, os rios são hibernais, o sol apresenta-se mais intenso, com extrema luminosidade e o clima é sobremodo abrasante.

A vegetação desta região é característica da caatinga, acen-tuadamente xerófito e rala. Mede aproximadamente 10.000 km² e mantém altitude média de 450 metros do nível do mar. Superfície uniforme, mais saliente a partir da Serra da Joanelha, em seu ponto de articulação com a Ibiapaba e projeta-se em busca do nordeste, formando divisa entre os rios Jaguaribe e Poti. A estrutura

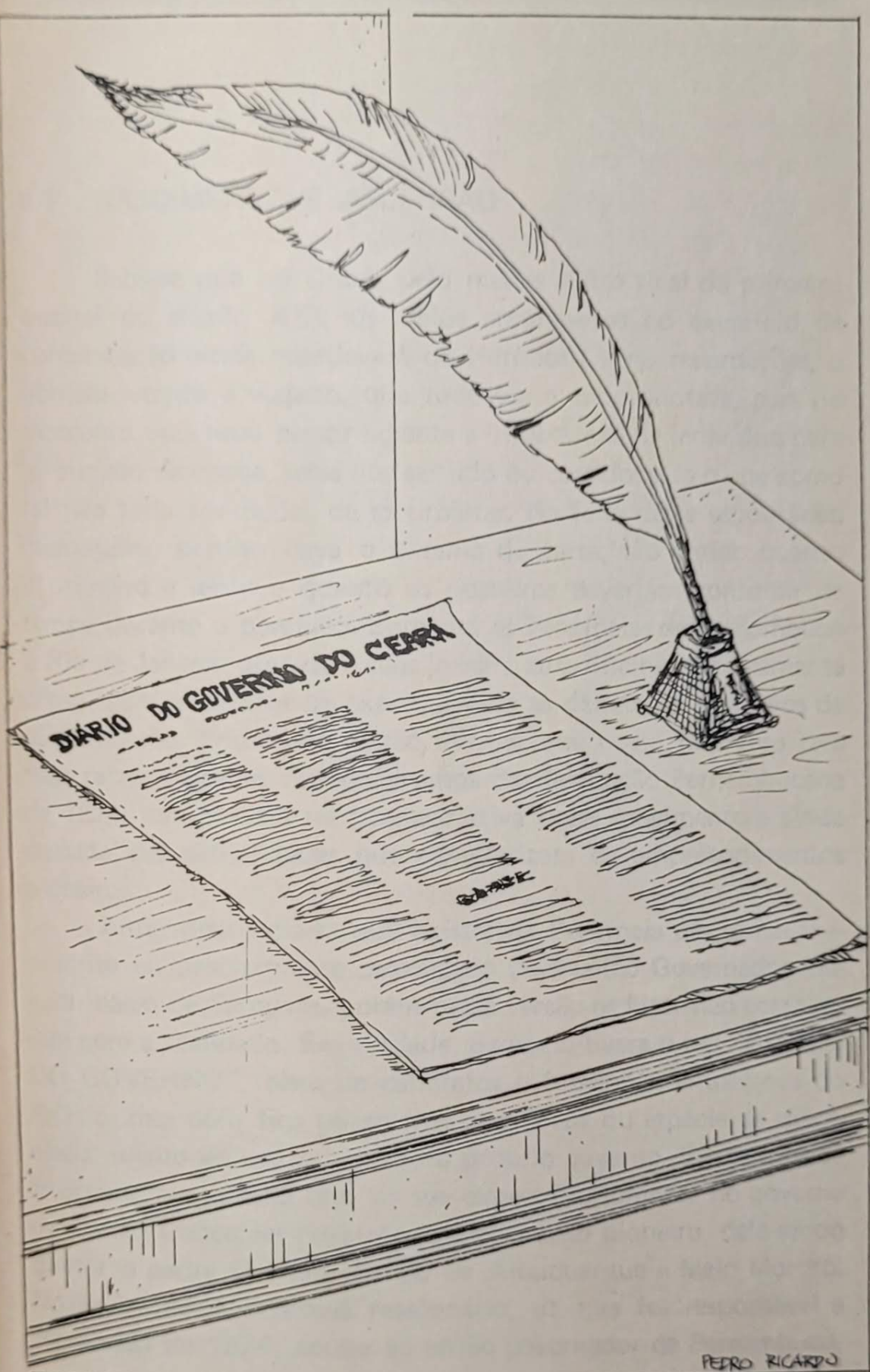
geológica, pelo menos nos domínios da chã, compõe-se de rochas cristalinas, complementada com intrusões graníticas. Abrem-se aqui e ali profundas reentrâncias, notadamente na parte que se limita com a Ibiapaba, formando numerosas grotas ou socavões de onde jorram pequenas fontes. Nos constantes recuos pende para o piauí, onde são vistas inúmeras lombadas, todas de vegetação xerófito e de solo aluvial. (1)

Nesta síntese resume-se o quadro geográfico do Ceará, não em definitivo naquilo que for mutável, mas pelo menos dentro do período que nos ocupa. A própria natureza possui os instrumentos de modificação, enquanto o homem, através das técnicas que vão surgindo, produz as alterações que bem ou mal o acodem em suas necessidades mais prementes.

(1) As principais informações deste capítulo estão consignadas em Rev. do Inst. do Ceará — 1938 e 1940 — T/XIV — pág. 153/192 — Thomaz Pompeu Sobrinho.

BH/UFC

CAPÍTULO IX
IMPRESA



9.1 NASCIMENTO E ASCENSÃO

Sabe-se que no Ceará, pelo menos até o final do primeiro quartel do século XIX, os meios empregados no exercício da comunicação ainda guardavam de Heródoto vivas recordações, o homem letrado e viajado, que tudo via e tudo anotava, para no momento oportuno passar adiante a informação. O indivíduo bem informado da época, teria que ser lido ou corrido, sem o que como tal não teria condições de se projetar. Na falta desse espontâneo mensageiro, predominava o sistema de carta, tão antigo quanto o primeiro e lento o quanto os posteiros deveriam consumir de tempo durante o percurso. Somente as Províncias de Pernambuco e Rio de Janeiro possuíam seus jornais, suas oficinas tecnicamente organizadas e capazes de exportar para as demais os prodígios da comunicação. Poder-se-á, então, afirmar que nossa Imprensa tem suas raízes calcadas nos pródromos da Revolução Pernambucana de 1824, exatamente na fase evolutiva desse movimento e ainda cercada das dificuldades que caracterizam os empreendimentos pioneiros.

Antes disso, diz-se que existia na Província um jornal manuscrito ou precisamente organizado pelo então Governador Manuel Inácio de Sampaio, porém nessa versão os fatos não corroboram com a realidade. Em verdade, Sampaio tivera o seu "DIÁRIO DO GOVERNO", obra de calígrafos e funcionários internos do Palácio, mas com fins puramente restritivos ou espécie de diário oficial sujeito ao uso privativo do próprio governo. Em termos de Imprensa, no sentido lato de sua expressão, somente no governo de Tristão Gonçalves registrou-se esse evento pioneiro, dele sendo diretor o padre Gonçalo Inácio de Albuquerque e Melo Mororó. No limiar desse processo reacionário, de que foi responsável a Revolução de 1824, coube ao então governador de Pernambuco,

Manuel de Carvalho Paes de Andrade, doar ao seu colega do Ceará as primeiras máquinas de que se teria notícia.

Além das máquinas, que por si só já representariam grande conquista, o governo pernambucano doou o material tipográfico, além do pessoal técnico, visto como na Província não existiam operários especializados. Vieram, então, o compositor Francisco José de Sales, conhecido popularmente por Jurubeba, e os impressores Filipe José Fernandes de Lana e Urbano do Espírito Santo, apelidado por Jerepemonga. Dessa preciosa carga foi responsável a escuna de guerra "Maria Zeferina", chegando ao destino em março de 1824 e logo em seguida a ser encaminhada para o local de instalação.

Antes, porém, de serem instaladas as máquinas, houve como precedente de organização o cumprimento de certo ritual burocrático, o preenchimento de normas sem as quais o governo se via impedido de autorizar o funcionamento. Esses requisitos seriam de competência do Conselho de Província. Como em oportunidade anterior já se havia tratado do assunto, na tentativa de editar-se o jornal através da Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, com a denominação de "GAZETA DO CEARÁ", procedeu-se apenas aos termos de adaptação das normas, baixando-se o seguinte Acórdão:

"Acórdão que o Governo faria para criação dos Oficiais que deveriam compor o trabalho da Tipografia Nacional e os ordenados que deveriam vencer enquanto do rendimento dela não pudessem ser pagos, devendo os impressores Jurubeba e Jerepemonga auferirem o ordenado de cento e sessenta réis cada um e por dia e aumentando daí por diante nas proporções do seu rendimento". (1)

Desse arranjo burocrático ficou o governo cearense autorizado a colocar em funcionamento o seu "parque gráfico", restando apenas o instrumental disciplinar, a periodicidade do jornal, vendagem e comissão, além das regras éticas que conduziriam o norteamento das matérias.

(1) Rev. do Inst. do Ceará — T/XLIV — 1930/31 — pág. 267 — Euzébio de Sousa.

9.2 DIÁRIO DO GOVERNO DO CEARÁ

O "Diário do Governo do Ceará" e não "Gazeta do Ceará", conforme anteriormente programado, entrou em funcionamento em data de 01 de abril de 1824, contendo especialmente matéria de cunho político ou à difusão dos ideais republicanos, atividade-fim sem a qual a Imprensa no Ceará teria sofrido maiores delongas. Teria apenas dezoito edições. Sua distribuição e venda, por se tratar de "produto" instituído pelo poder público, guardava certas proporções burocráticas, nascendo desse pressuposto a necessidade de regulamentação. Houve, então, entre governo e gazeteiro uma espécie de contrato ou instrumento de adesão, cujos termos são os seguintes:

"O gazeteiro recolherá à Fazenda Pública o resultado da venda das folhas, mensalmente e a contar do dia de hoje, 29 do corrente mês de março de 1824. O Diário do Governo terá princípio a 01 de abril seguinte e o redator será obrigado a dar o jornal duas vezes por semana, nos dias de quarta-feira e sábado. O impressário exigirá do governo um título de papéis, que recebeu por preço e os deverá vender, transmitindo o título para o governo, a fim de ser enviado à Junta de Fazenda e, ao cabo de três meses, ajustar contas do que houver sido vendido e recolhido". (2)

O contrato previsto nesta disposição teve como signatários o governo da Província e o negociante João Bezerra de Albuquerque, como cedente e cessionário, respectivamente. O custo do

(2) Rev. do Ceará — Id. pág. 265

jornal ficou estipulado em quarenta réis. Quando se tratasse de folhetos, tamanho meia página e duplamente impressos, o preço cairia para vinte réis, calculando-se em oito por cento a remuneração por venda.

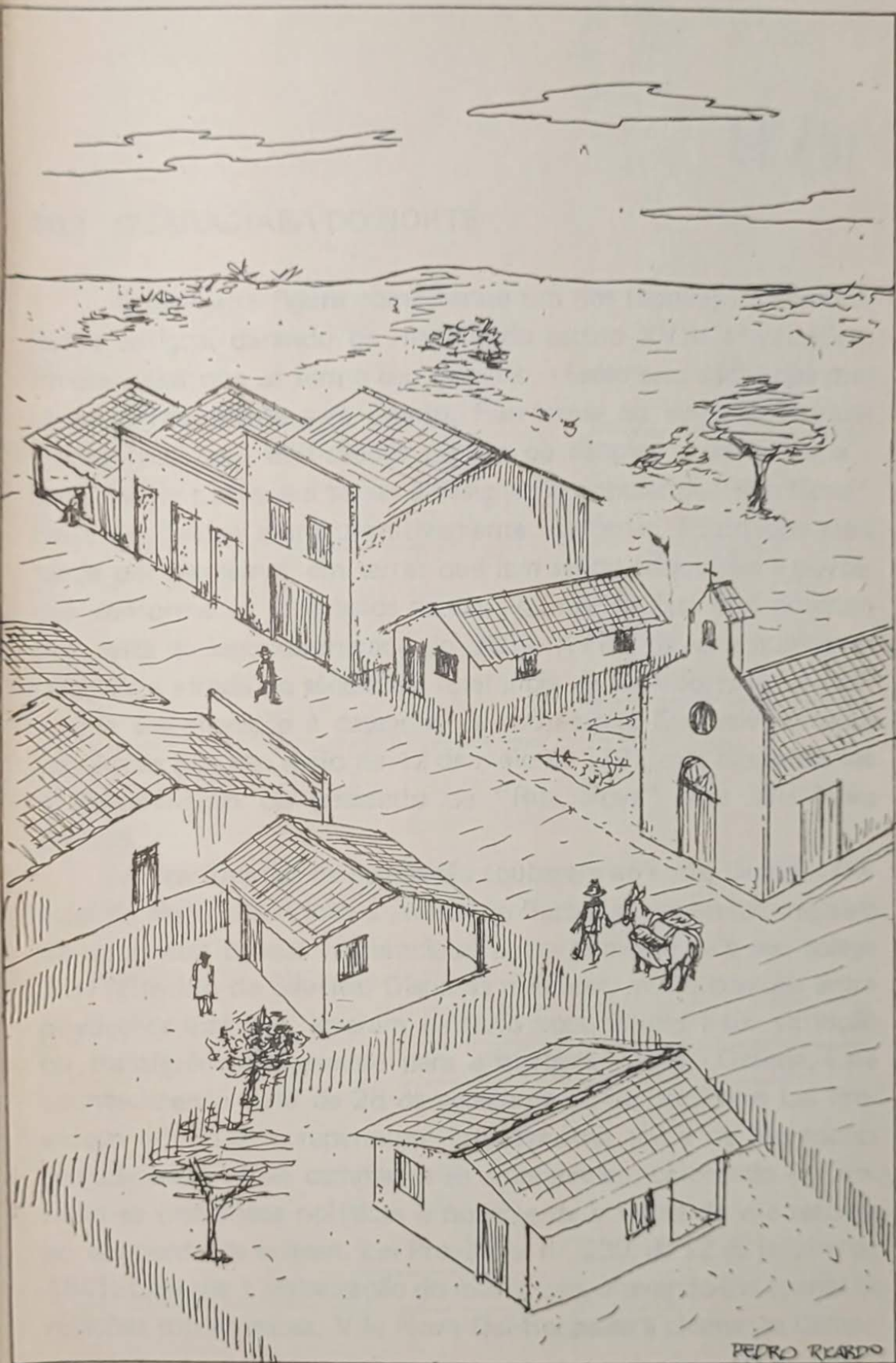
Além do zelo até aqui demonstrado, exigia-se dos que se utilizassem do jornal o reconhecimento de firmas, visando com isso a isentar de responsabilidade a tipografia e conseqüentemente o governo. A dignidade alheia era, também, preservada, não sendo permitida a publicação de matérias ofensivas ou difamatórias, restando ao governo o direito de fazer inserir segundo o seu desejo os assuntos de natureza política.

9.2 GAZETA DO CEARÁ

A "Gazeta do Ceará" consta como sendo o segundo periódico de circulação cearense, porém de confecção em outra Província, visto como o seu projeto antecede ao "Diário do Governo". Dele se tem notícia por haver sido distribuído com data de 6 de abril de 1824 e elaborado pela Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, ficando comprovada a sua substituição pelo similar da terra, considerando que dessa data em diante não constam mais informações nesse sentido. Surgiram o "Cearense" e o "Ceará", nos anos ainda de 1824 e 1825, respectivamente, mas também de vida efêmera e de projeção que apenas guardou magras reminiscências.

Se politicamente o Ceará regou com sangue republicano o seu projeto de extinção imperial, precedendo em quase setenta anos a queda da dinastia bragantina, não menos sacrificante o foi com relação à Imprensa, sua implantação burocrática, com instalações precárias e o destino carcerário a que seriam submetidos os seus obreiros. Jurubeba e Jerepemonga curtiriam na cadeia meses de terrível expectativa, a inexorabilidade dos julgamentos sumários e a pena de morte que por certo lhes haveria de surgir como prêmio. Eram culpados por vinculação profissional, talvez mais republicanos que os demais seguidores da mesma linha de conduta, visto como no dia a dia de seus afazeres trabalhavam as matérias de sua competência. Mororó pagaria tributo ainda mais cruel. Como redator-chefe e mentor por excelência do que fora publicado, caber-lhe-ia por prêmio submeter-se ao fuzilamento.

CAPÍTULO X
VILAS E POVOAÇÕES



PEDRO REARDO

10.1 GUARACIABA DO NORTE

Guaraciaba figura como sendo um dos municípios considerados antigos, datando de meados do século XVIII as primeiras informações que se têm a seu respeito, porém sem dados que precisem corretamente esse evento. Formou-se ao longo da Estrada Viçosa-Ipu, com edificações pobres ou simples casas de taipa e cobertas de palhas e a tomar a designação popular de "Rua Nova". Seus habitantes eram primitivamente indígenas, absorvidos mais tarde por sesmeiros, em terras que iam sendo adquiridas e povoadas conforme os progressos de cada momento. Isso terá ocorrido por volta da segunda metade do século XVIII, de sorte que ao ser atingida a virada do século em referência, os moradores já reivindicavam sua elevação à categoria de município. Essa reivindicação satisfaz-se por ato régio de 12 de maio de 1791, mas alterando-lhe a denominação ou passando de "Rua Nova" para Vila Nova Del-Rei.

As cerimônias de instalação couberam ao então Ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, porém sem registro de data, mas apenas referenciada posteriormente pelo seu colega José Vitorino da Silveira. Disputas políticas, muito comuns entre povoações vizinhas, levaram o título conquistado à sua extinção ou transferência, passando para a povoação de Ipu Grande. Esse acontecimento data de 26 de agosto de 1840, conforme Lei Provincial n.º 200, e repercutiu intensamente entre os moradores prejudicados. Nova campanha se empreendeu, colocando em aferição as lideranças políticas e novamente o título de vila retorna ao seu ponto de origem. Lei Provincial n.º 230, de 12 de janeiro de 1841, concede a restauração do município, alterando-lhe apenas as relações toponímicas. Vila Nova Del-Rei passa a chamar-se Campo

XVIII - XIX

1791

1840

1841

Grande, numa alusão fisiográfica de seus aspectos característicos e Ipu Grande retorna à sua antiga situação de povoado.

Por ato de D. Joaquim José Vieira, bispo diocesano de Fortaleza, cria-se a Freguesia de Nossa Senhora das Mercês, desmembrando-a de Ipu Grande e dando novas dimensões às suas projeções religiosas. Consta como seu primeiro vigário o padre Bernardino de Oliveira Memória, vigário-colado a partir da década seguinte e a permanecer na Freguesia por anos seguidos.

A elevação da Vila à categoria de cidade ocorre por força de Lei Estadual nº 448, de 20 de setembro de 1938, oportunidade em que o antigo topônimo se altera, passando à denominação de Guaraciaba. Em junho de 1846 (14-06-46), consoante resolução do Conselho Nacional de Geografia, nova alteração toponímica se registra, passando de Guaraciaba para Inhuçu, vindo posteriormente a se consagrar como Guaraciaba do Norte, nome pelo qual se fixaria sem mais tropeços.

O município de Guaraciaba situa-se nas chãs do planalto ibiapabano, em área correspondente a 986 km² e mantém de altitude 902,40m, limitada ao sul pelo município de Ipu e ao norte pelo de São Benedito. Suas condições de solo guardam idênticas proporções com os demais que formam o altiplano e são ricamente produtivas, destacando-se de suas culturas a cana-de-açúcar e espécies cerealistas que contribuem para sustentação alimentar de seus habitantes. O clima apresenta-se ameno e com inclinações para queda, notadamente nos distritos de Inhuçu e Sussuanha, onde somente com agasalhos se pode dominar o enregelamento. (1)

(1) Principais informações - Enciclopédia dos Municípios - IBGE - T/XVI - pág. 265.

10.2 ITAPIPOCA

Constam como primeiros colonizadores a se estabelecer no território, onde posteriormente seria instalado o município de Itapipoca, o português Francisco Pinheiro do Lago e sua mulher D. Josefa Ferreira de Oliveira, natural do vizinho município de Acaraú. Eram seus parceiros de sesmaria o português Tomé de Oliveira Chaves e sua mulher, tendo como localização possesória os sítios Santo Amaro e São José.

Com o falecimento de D. Josefa de Oliveira, fato registrado em 1747, participaram da herança filhos e genros, destes se destacando Jerônimo de Freitas Guimarães e sua mulher D. Francisca Pinheiro do Lago. Destes e outros, vinculados ao mesmo gregamento, nasceu a povoação de São José da Serra de Uruburetama, que durante longo espaço exerceu lugar de preeminência na colonização do município.

Em 1757, D. Francisco Xavier Aranha, então bispo de Pernambuco e com jurisdição eclesiástica no Ceará, baixou Provisão através da qual o Curato do Acaracu (Acaraú) ficou dividido em quatro Freguesias, uma delas com sede em São Bento de Amontada. São José da Serra de uruburetama ficou subordinado a essa Freguesia. Em 1778, segundo praxe adotada na formação de patrimônios eclesiásticos, Jerônimo Guimarães fez doação de meia légua de terras, situando nesse local o espaço físico onde deveria ser construída a capela-matriz. Mesmo com a ereção da capela, o termo eclesiástico continuou sendo o de Amontada e assim permanecendo até 1846. Nesse ano e em data de 29 de julho, transferiu-se a Freguesia para o crescente reduto, sendo seu primeiro vigário o padre Luís Antônio Rocha Lima, vigário-colado desde 1838.

Durante os anos compreendidos na década 1840/50, houve no município grandes colheitas de algodão, porém com armazenamento ao sopé da serra de Uruburetama, de onde era removido para os mercados de exportação. Essa nova fase atraiu para o local produtores e investidores mercantis, formando em pouco tempo o povoado que daria lugar ao reduto-sede, já com denominação própria e independente da vinculação anterior.

VILA
1862
1889

Durante os anos 50, batalharam continuamente Antônio de Oliveira e Vicente Xavier de Lima, no sentido de que fosse obtido o título de vila, posição de relevo para maior desenvolvimento do município. Essa aspiração teve lugar a 3 de novembro de 1862, consoante Lei Provincial n.º 1.011 e a fixar como topônimo a denominação de Imperatriz. Essa denominação se manteve até 1889, quando por força do Decreto n.º UM, de 2 de dezembro desse ano, Imperatriz desapareceu e em seu lugar passou a vigor o locativo de Itapipoca.

A elevação da vila à categoria de cidade ocorrerá somente na segunda década do século XX, conforme Lei Estadual n.º 1.288, de 31 de agosto de 1915, permanecendo inalterada a denominação anterior. (2)

(2) Principais informações - Enciclopédia - Obr. cit., pág. 299.

10.3 JARDIM

O território da região onde se situaria o município de Jardim sofreu considerável retardamento em sua ocupação, embora suas condições de habitabilidade fossem bastante atraentes. Sua localização em recanto isolado, ou precisamente no reôncavo meridional da Serra do Araripe, terá sido um dos fatores preponderantes, de modo que somente nas grandes estiagens teria maiores chances de atrair investidores, havendo como pioneiro de semelhantes oportunidades o turbulento padre João Bandeira de Melo.

Bandeira de Melo acostou em terras do futuro município em 1792, premido pela seca e tendo como procedência o Pajeú das Flores, região encravada em território pernambucano. Fazia-se acompanhar de escravos e parecia não acreditar muito nos prodígios do crucifixo, visto como ao lado deste carregava como arma defensiva a espada. Aos negros de sua suserania reuniu nativos da região e com o trabalho por eles realizado edificou moradia, uma casa de taipa, relíquia junto à qual nasceria a povoação.

Na mesma época, mandou construir uma capela e deu como patrono o Senhor Bom Jesus e por essa forma ampliou o gregamento, criando suficiente espaço para em breve se estabelecer a chamada Barra do Jardim, primitivo nome com que foi designado o reduto.

A despeito de sua condição de pioneiro e de ter situado seus rebanhos e construído igreja, oito anos mais tarde o irrequieto padre-fazendeiro deixava o arraial e bandeava-se para outras regiões. Levou consigo os escravos, rebanhos e a própria espada, transferindo-se inicialmente para as bandas do Piancó e posteriormente para a vizinha Província do Piauí. Se mais não fez, em termos de progresso, deixou no povoado pelo menos o nome e o nicho religioso do qual emergiria a igreja-matriz.

Consta do ano de 1799, e portanto ainda no seu tempo, a visita do famoso pregador e profeta Frei Vidal Frascorolo ou Frei Vidal da Penha, assim conhecido em todos os quadrantes da Província. Dessa visita consta a ereção de um majestoso cruzeiro, localizado defronte à capela e mais tarde transferido para o cemitério de São Miguel.

Por Alvará régio de 30 de agosto de 1814, criou-se o instrumento de emancipação municipalista, com a elevação do povoado à categoria de vila e alterando a denominação para Santo Antônio do Jardim. As solenidades de instalação guardam como data o dia 3 de janeiro de 1816 e como seu primeiro capitão-mor o fazendeiro José Alexandre Arnaud. Este, porém, não chegaria a assumir o cargo. Em viagem que fizera ao Rio de Janeiro, morrera no caminho de volta, deixando como sucessor Pedro Tavares Muniz, a quem caberia o histórico privilégio de reger os destinos da vila. As solenidades de ereção foram presididas pelo então Ouvidor João Antônio de Carvalho, magistrado republicano a serviço do sistema em breve a desabrochar e de vida efêmera, conforme temos visto em outras referências.

A Freguesia, criada em data de 11 de outubro de 1814, mas assistida somente a partir de fevereiro de 1816, teve seu primeiro vigário o padre Antônio Manuel de Sousa, o benze-cacete dos momentos de turbulência. Seria a partir dessa época, e durante quase duas décadas, que o Jardim passaria ao noticiário político de maior evidência, com cenas dramáticas e sangrentas, notadamente pela presença quase constante de Joaquim Pinto Madeira, companheiro de lutas e de infortúnio do padre Antônio Manuel de Sousa.

Em sua história política, Jardim guarda farto material informativo, a começar de 1817, quando as desavenças de maior gravidade começam a surgir. As desavenças políticas, havidas entre monarquistas e republicanos, levaram a julgamento o então Juiz Ordinário Leonel Pereira Alencar, cunhado de D. Bárbara de Alencar e aderente do frustrado movimento republicano de Pernambuco. Através do seu prestígio, José Martiniano de Alencar obteve da Câmara do Jardim o apoio de que necessitava, embora que levianamente, visto como logo após o contrário seria deter-

minado. A contenda entre litigantes chega ao ano de 1818, quando a justiça prolata sentença contra Leonel, porém sem se ter notícia de que ele tenha ido à prisão.

Em 1824, quando novamente o movimento republicano atinge o Ceará, não só Leonel Pereira como também o filho Raimundo Pereira de Alencar e seus parciais tenente-coronel Bandeira e José da Costa Sozinho são assassinados (28-09-1824). Todos esses líderes haviam participado do Grande Conselho, realizado em Fortaleza e chefiado pelo então governante Tristão Gonçalves de Alencar. Seria, então, o caminho que levaria José Pereira Filgueiras ao extremo de sua vida política.

Informado dessa ocorrência, quando ainda se achava na vila de Icó, Filgueiras partiu imediatamente em busca do Jardim, disposto a vingar ou punir conforme a lei os responsáveis pela chacina. Sua chegada a Jardim conta como tendo sido em 01 de novembro de 1824, porém, antes, ao passar pelo sítio Croatá, mandara executar 13 prisioneiros monarquistas, submetendo-os ao castigo da roda-de-pau. Ao deixar Jardim, já perseguido por tropas legalistas, ainda deixou no comando da vila o sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho, que morreria heroicamente nos combates de Salvaterra (15-11-1824).

Além desses recontros, todos dramáticos e politicamente inevitáveis, outros se sucederam, desses figurando a revolta de Joaquim Pinto Madeira, cujos lances serão objeto de futuros destaques.

No campo das atividades religiosas e culturais, sabe-se que o vigário Antônio Manuel de Sousa, ressaltados os períodos de turbulência, regeu os destinos da Freguesia até 1857, quando cego e octogenário faleceu. Houve como substituto o padre Joaquim de Sá Barreto, a quem coube tocar adiante os trabalhos de construção da segunda igreja-matriz, visto como a primeira ruína em dezembro de 1873. O segundo templo teve sua inauguração festejada em 1876. E em suas projeções culturais, inaugura-se, em 7 de agosto de 1887, o Clube Literário e Recreativo, numa demonstração evidente de que nem só de crimes viviam seus habitantes, sendo presidente dessa entidade o Dr. Gustavo Horácio de Figueiredo. E finalmente seu primeiro jornal, "A Pátria", data de 22 de

novembro de 1900 e teve como fundador o tenente-coronel José Caminha de Anchieta Gondim, conhecido na intimidade por "Coronel Dudé".

A elevação do distrito à categoria de cidade data de 3 de setembro de 1879, passando dessa época em diante ao fruímento dos privilégios inerentes à sua condição emancipacionista. (3)

BH/UFG

(3) Principais fontes — IBGE — Obr. Cit., pág. 324/25.

10.4 LAVRAS DA MANGABEIRA

Lavras pode não figurar no elenco dos municípios mais antigos, em termos de organização, mas tem suas raízes calcadas nos primórdios da mineração no Ceará, datando de 1712, quando Pernambuco passou a interessar-se pelas supostas jazidas de São José dos Cariris. Os primeiros indícios de ouro surgiram nas regiões banhadas pelo Riacho Fortuna, em Barreiros e no Morro Dourado, não havendo maiores informações sobre exploração nessa época.

Nos anos 50, do mesmo século XVIII, Pernambuco enviou para os Cariris Novos a expedição da qual era superintendente o sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, sendo dessa empresa as informações mais animadoras sobre minério. Prospeções em vários sítios foram realizadas. No mesmo período, mas com procedência interna do próprio Ceará, estiveram presentes na região o Capitão-Mor Luís Quaresma Dourado e o Ouvidor Proença de Lemos, ambos interessados na colheita do precioso metal. O sonho de mineração, no entanto, desfez-se por volta de 1758, com a supressão de quaisquer investimentos na região, sendo responsáveis por essa situação os baixos rendimentos apresentados.

Durante o período de prospecção, Missão Velha e Missão foram os distritos que mais se destacaram, no Cariri propriamente dito, situando-se mais abaixo a projeção que daria lugar ao município de Lavras. As "Lavras" eram locais onde os mineradores processavam os detritos auríferos, com o emprego de técnicas rudimentares e com o aproveitamento das águas represadas em pequenos reservatórios.

Ao remanescente gregário deixado pelos mineradores deram várias denominações, a começar por Lavras, Mangabeira, São Vicente Férrer, São Gonçalo das Lavras e finalmente Lavras da Mangabeira, reunindo toponimicamente os primeiros nomes. Por

ocasião da expedição do ato régio, elevando o povoado à categoria de município, ou precisamente 20 de janeiro de 1816, predominou como topônimo a designação agiográfica de São Vicente Férrer. A instalação do município ocorreu em 8 de janeiro de 1818 e sua elevação à categoria de cidade data de 20 de agosto de 1884, consoante Lei n.º 2.075.

Em termos eclesiásticos, havia como projeção subordinante a Freguesia do Icó, dependência que vigeu até 30 de agosto de 1813, quando então ocorreu o desmembramento e criou-se a Freguesia de São Vicente Férrer. Consta como sendo seu primeiro vigário o padre José Joaquim Xavier Sobreira.

Em termos de desenvolvimento, Lavras apresenta perfil histórico bastante elevado, notadamente no que se refere ao criatório e à monocultura do algodão. Por volta de metade do século XIX, quando em outros municípios a bovinocultura havia entrado em declínio, contavam-se no município cerca de 208 fazendas, número que representa significativo grau de progresso. A cotonicultura guardou sempre lugar de destaque, além do plantio de cereais, donde com maiores vantagens aparecem o milho, o feijão e o arroz, proporcionando aos seus moradores garantia de subsistência. (4)

(4) Principais informações — IBGE — Obr. Cít., pág. 344/46.

10.5 RUSSAS

O município de Russas tem origem nos primeiros vestígios de colonização regional das terras jaguaribanas. As primeiras sesmarias concedidas em seu território datam do ano de 1690, sendo beneficiários o médico pernambucano Luciano Cardoso de Veigas e os portugueses Francisco Ribeiro e Gaspar Rebouças Melheiros, além de outros. Sua elevação à categoria de vila data de 6 de agosto de 1802 e teve como denominação "São Bernardo do Governador", alusão ao primeiro governante do período que nos ocupa. Sua história guarda reminiscências de longo passado e percorre meandros que se intercalam na história da própria Província, gerando fatos de significativa importância.

Em 1701, o ex-Capitão-Mor do Ceará Pedro Lelou instalou na povoação um forte, projeção militar à qual denominou de "Forte do Jaguaribe". Seguiu nesse empreendimento instruções recebidas da Corte, como forma de deter os índios em seus avanços e proporcionar aos colonizadores meios mais condizentes com a segurança. Por inexistir denominação mais adequada, o local passou a ser conhecido como "Presídio do Jaguaribe" e posteriormente "Presídio de São Francisco Xavier", com certeza o santo de veneração do reduto. Com a retirada do Presídio, o lugarejo recebeu a denominação popular de "Sítio da Igreja", topônimo que vem corroborar com existência de um nicho de orações, o que na época era comum junto às projeções militares.

A partir de 1707, ano em que o Desembargador e Corregedor Clóvis Soares Reimão iniciou a delimitação de áreas jurisdicionais da Capitania, o povoado passou a tomar feição comunitária, com algumas residências mais importantes e casario próprio do gregamento indígena. Nessa oportunidade multiplicaram-se as concessões de datas e sesmarias e muitos colonos se instalaram, dentre

estes Gregório Gracismán de Abreu, sem dúvida o seu maior benfeitor. A ele se deve o patrimônio eclesiástico da capela, constante de meia légua em quadro e envolvendo o centro do reduto. Em 1709 e antes mesmo de se edificar oficialmente a capela, moradores do lugar se reuniram e construíram o seu próprio nicho, denominando-o de "Casa de Orações", que em seguida passaria a chamar-se "Casa de Nossa Senhora".

Em 1735, quando se instituiu para o povoado a Freguesia, deu-se a esta a denominação de Freguesia da Vila de Russas", nascendo dessa designação o nome que se perpetuaria. A área de influência dessa Freguesia resultou de Provisão baixada pelo bispo D. Luís de Miranda e conserva a data de 11 de março de 1735. Na área civil houve também como denominação o qualificativo de "Julgado de Russas", extensão judiciária que se associava ao vocabulário eclesiástico.

Quanto ao topônimo Russas, alguns pormenores devem ser observados. Consta à margem da história que suas raízes etiológicas estão vinculadas à existência de pedras esbranquiçadas, ruças por extensão e assim transpostas para o locativo. Essa versão não prospera. Pedras "ruças" se existem no município são em forma de pedregulho, pedra miúda e sem nenhum motivo especial para determinar a escolha. Além disso, "ruças" com dois "ss" não determinaria cor, mas nacionalidade e as "Russas" jaguarianas eram grafadas com dois "ss". Outros referem sobre a existência de "égua ruça" na fazenda. Também não faz sentido. Qualquer animal ruço teria que transmitir para o seu homógrafo os mesmos valores morfológicos. Finalmente, há quem faça referência a um grupo de cidadãos russas, na verdadeira acepção pátria, e terão sido estas as raízes consagradas pelo vulgo. Deixemos aos russanos a polêmica, se bem que por indicação do bom senso possamos nos inclinar em favor da última referência.

Decorridos oito anos após o estabelecimento das primeiras fazendas, isto é, já em 1798, moradores do então Julgado de Russas dirigem representação ao Capitão-General de Pernambuco, solicitando a elevação do povoado em vila. Os seus reclamos foram ouvidos. A resposta veio por expediente de 16 de maio de 1799

e autorizava ao Ouvidor da Capitania do Ceará a instalação do objeto reclamado, personalizando o topônimo com a designação de "Vila de Santo Antônio do Ouvidor".

Santo Antônio do Ouvidor, sugerido pelo capitão-General ou insinuado pelo próprio que teria o seu nome perpetuado, não satisfez ao então Capitão-Mor do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, e primeiro na série dos governantes a ser distinguido com a denominação de "Governador". Prevaleceria esta última versão. Decorridos dois anos, em expediente de 15 de junho de 1801, Bernardo de Vasconcelos oficiava ao Juiz Ordinário da Comarca (Fortaleza), determinando se processasse em Russas a "derrama", a fim de que as despesas de instalação da vila fossem providas. Essa forma de ressarcimento, proposta pelos próprios signatários da representação inicial, seria apenas o óbvio, considerando que as vias de acesso ao Tesouro Real não continham trilhas de contrafluxo. Cumpridas essas exigências, determina o chefe do governo ao Ouvidor Manuel Leocádio Rademaker a instalação da vila, denominando-a de "São Bernardo do Governador".

Em atendimento ao proposto governamental, Rademaker manda publicar os editais de instalação, determinando a sua fixação na Câmara do Aracati e designando como data do evento o próximo dia 2 de agosto. Por motivos não justificados, as solenidades de instalação se realizaram em 6 do mês em referência e não conforme fora previsto, ficando o seu quadro administrativo assim composto: Francisco Xavier de Matos Fontes, Juiz Ordinário; José Facó de Freiras, Juiz Ordinário; Capitão-Mor José de Sousa Galvão, Juiz de Órfãos; Manuel Ferreira de Mendonça, Vereador; Agostinho Vicente Colares, Vereador; Simão Pita de Holanda, Vereador; Manuel Dionísio de Araújo, Procurador.

Em 8 de agosto do mesmo ano, procede-se à delimitação jurisdicional do município, compreendendo, além do território pertencente à Freguesia, os Julgados de São João do Jaguaribe, subordinado a Quixeramobim, e o do Riacho do Palhano, com vinculação jurisdicional ao município de Aquiraz. (5)

(5) Benedito A. Dos Santos - Rev. do Inst. do Ceará - T/XXIII - págs. 289/95 - Ano 1909

A Lei Provincial n.º 900, de 9 de agosto de 1859, eleva o distrito à categoria de cidade, mas a simplificação do nome virá somente em 1932, quando então passará a Russas. O comando superior da Guarda Nacional criou-se pelo Decreto n.º 3.456, de 8 de abril de 1865, sendo seu primeiro comandante o coronel Antônio Manuel Ferreira Maia.

No tocante à sua organização judiciária, tem-se como instrumento criador da comarca a Lei n.º 1.415, de 25 de agosto de 1871, declarada de 2.ª entrância pelo Decreto n.º 5.195, de 11 de janeiro de 1873, sendo seu primeiro juiz o Dr. Francisco de Araújo Lima e como promotor interino o capitão Inácio Antônio Rodrigues Machado, seguido do titular e primeiro nessa ordem, o Dr. Caetano Alberto da Fonseca Lima. Funcionou como oficial do Registro Hipotecário, consoante nomeação feita pelo juiz da comarca, o Dr. José Joaquim Domingos Carneiro, tendo como data de criação 10 de fevereiro de 1872.

A comarca foi extinta por força do Decreto n.º 1.956, de 5 de julho de 1891, e restaurada conforme Lei estadual n.º 422, de 29 de setembro de 1897, compreendendo os Termos de Limoeiro e Morada Nova. Houve como juiz nessa segunda fase o Dr. Raimundo Francisco Ribeiro e promotor interino o Dr. Joaquim Guedes Moreno Alcoforado, seguido do titular nomeado o bacharel Vicente Marques da Rocha.

No setor de educação, foram criadas duas cadeiras para o sexo masculino e igual número para o sexo feminino, as primeiras em 1827 e 1833, respectivamente, e as últimas nos anos de 1855 e 1872. A cadeira de Latim, criada consoante Lei n.º 1.368, de 12 dezembro de 1872, teve como professor Joaquim Floriano Delgado Perdigão. (6)

(6) IBGE - Obr. Cít., pág. 469/73.

10.6 SABOEIRO

O município de Saboeiro está centrado na Zona Fisiográfica do Sertão Sudeste e o seu território encrava-se totalmente no semi-árido, cortado no sentido oeste-leste pelo rio Jaguaribe. O solo apresenta-se irregular e pedregoso, entremeado de caatingas e planícies rasas e presta-se para o cultivo do algodão e o criatório. Os primeiros vestígios de colonização datam do início do século XVIII e tem como primeiros habitantes Domingos Rodrigues e Ventura Rodrigues, consoante cessão de terras feitas pelo então Capitão-Mor Manuel da Fonseca Jaime. Os seus registros de sesmaria datam de 4 de junho de 1718 e compreendem áreas encravadas entre os sítios Santa Cruz e Santo Antônio, contendo três léguas de fundos por uma de frente. Em seguida, aparece como sesmeiro o capitão Lourenço Alves Feitosa, um dos maiores latifundiários da região, que em suas primeiras doações recebeu por sesmaria uma légua de terras no sítio Santa Cruz de Baixo, entre os sítios Santa Cruz de Cima e Camaleões. Moravam também na região sete irmãos portugueses, vindos do Icó, sendo seis mulheres e um homem, cujos nomes são os seguintes: Domingos Sancho de Carvalho, Eugênia Gonçalves de Carvalho, Agostinha da Silva Carvalho, Anacleto da Silva Carvalho, Antônia Franca de Carvalho e duas de nomes não anotados.

José de Oliveira Bastos, português de origem, contraiu matrimônio com Antônia Franca e passou a residir na fazenda Santa Cruz, posteriormente Carcará, onde constituiu família e fez fortuna. A povoação também progrediu, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, com ostentações de causar inveja aos moradores de outras vizinhanças. Diz-se, à margem da história, ser por essa época a riqueza tamanha que até as correntes de

atar rede eram de ouro maciço. Lenda ou não, tem-se como verdade o fausto da bovinocultura, os imensos rebanhos que povoavam serrotes e várzeas e abasteciam com regularidade os mercados consumidores.

A elevação do povoado à categoria de vila deu-se por Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823, mas com instalação no arraial de São Mateus (Jucás), considerando para tanto o número de residências existentes. Somente em 1851 a sede do município seria transferida para o reduto de Saboeiro, antiga Santa Cruz do Carcará, tendo como instrumento regulador a Lei Provincial n.º 558, datada de 7 de novembro desse ano. A despeito de sua fixação em Saboeiro e de haver decorrido mais de meio século, em 1913 a sede do município retornou para São Mateus, sendo responsável por essa alteração a Lei Estadual n.º 1.084, de 19 de abril desse ano. No ano seguinte, conforme Lei n.º 1.181, de 23 de julho de 1914, restaurou-se o município, para novamente ser considerado extinto em 1928 (Lei n.º 2.634, de 06-12-1928). Em 1935, protegido pela Lei Estadual n.º 1.591 (23-05-35), o município readquire sua antiga condição e sua elevação à categoria de cidade data de 1938, consoante Lei Estadual n.º 448, vigente a partir de 20 de dezembro do mesmo ano.

No campo de suas projeções eclesiásticas, consta como sendo de 1856 a primeira manifestação de seus habitantes, assinada por requerimento do qual foram signatários o Dr. Manuel Fernandes Vieira e seu pai o Visconde do Icó, Francisco Fernandes Vieira (24-12-1856). No petitório, os signatários solicitavam autorização para construir no povoado uma capela, nicho que seria dedicado ao culto do Santíssimo Sacramento, valendo esclarecer existir no lugar um templo de menores proporções. Essa nova casa de orações viria exatamente em substituição à anterior, que por não comportar mais as ostentações de seus habitantes precisava aparecer com requintes de igreja-matriz. Essa pretensão, satisfeita por despacho do bispo de Pernambuco, data de 4 de janeiro de 1857, sendo de pronto iniciados os trabalhos. As bênçãos de assentamento da pedra fundamental datam de fevereiro do mesmo ano (09-02-1857) e têm como assistente religioso o padre

Luís do Rego Lima, a quem caberia o privilégio de dirigir a Freguesia.

Em termos de organização judiciária, com desmembramento jurisdicional do Termo do Icó, teve sua comarca por força da Lei Provincial n.º 757, de 5 de agosto de 1856. Logo no ano seguinte, consoante Lei 1.787, de 5 de agosto, houve transferência da comarca para o vizinho município de Assaré, ficando Saboeiro sob a jurisdição de Iguatu. Sua restauração se deu por força da Lei Estadual n.º 1.181, de 23 de julho de 1914, mas novamente suprimida em 1924, conforme Lei n.º 2.160, restaurando-se finalmente em 1948, na forma da Lei n.º 213, de 9 de setembro desse ano. (7)

(7) IBGE - Principais informações - Obr. Cit., pág. 480/81.

10.7 TAUÁ

A colonização do território onde posteriormente se instalaria o município de Tauá data do começo do século XVIII e tem precedência no fazendeiro Lourenço Alves Feitosa. Em 1708, ele requereu e obteve por sesmaria uma sorte de terras na ribeira do rio Jucá, onde situou suas primeiras reses e prosperou. Em 1718, aparece como sesmeiro o capitão Luís Coelho Vidal, ocupando vazios existentes na região dos Inhamuns. Em segunda aquisição, vinculada ao pioneiro de 1708, Lourenço Alves Feitosa requer e obtém do então Capitão-Mor Manuel Francês meia légua de terras situadas também nos Inhamuns, sendo esta a primeira referência de sua presença naquela parte da Capitania. Além dessas concessões, constam como beneficiários outros sesmeiros, dentre estes Geraldo de Monte, ocupando terras margeantes do rio Jaguaripe. (8)

Dessa penetração dos Montes na região, surgiram os conflitos que durante cerca de dez anos banhariam de sangue os altos sertões da Província, fazendo nascerem dessa época várias denominações de lugares. Riacho do Sangue, Tríncheiras, Emboscadas, Batalha, Cruzes e Tropas são testemunhos de turbulentos recontros, se bem que com relação ao Riacho do Sangue exista outra versão. O nome estaria vinculado a certos tipos de solo com coloração especial, o que não é muito verossímil, visto como nenhum vestígio residual existe.

No início do século XIX, sendo governante da Província Bernardo Manuel de Vasconcelos e em atendimento a uma Ordem

(8) A maioria dos historiadores negam a existência de Geraldo Monte, sem contudo negar a existência de cinco irmãos no conjunto familiar que se instalou na região. Se não era Geraldo, poderia ser outro nome, o que torna a questão irrelevante.

Régia de 22 de julho de 1766, apareceram as primeiras chances de elevação do povoado à categoria de vila. Em expediente de 14 de dezembro de 1801, Bernardo Manuel de Vasconcelos manda averiguar as condições locais, com vistas ao cumprimento da régia de terminação, encarregando dessa tarefa o próprio Ouvidor da Comarca do Ceará, no caso o Dr. Gregório José da Silva Coutinho. Houve sucesso no empreendimento. Ao contrário do propalado dando aos Inhamuns o conceito de velhacouto, a população recebeu o visitante com ruidosas manifestações de acolhimento. Em retribuição e por ser de inteira justiça, não só o magistrado concordou com a ereção do povoado à categoria de vila como ainda designou como data de instalação o dia 3 de maio de 1802.

Na data aprazada, reunidos povo, clero e nobreza, levantou-se o pelourinho e lavrou-se ata do evento, consagrando-se o título de vila com a denominação de São João do Príncipe. A Freguesia data de 17 de agosto de 1832 e nasceu sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, sendo desse dia a emancipação eclesiástica do distrito. Com o advento do sistema republicano, em que se procurou apagar da história as mais remotas lembranças, modificou-se o topônimo, substituindo-o por São João dos Inhamuns, denominação que somente no governo Nogueira Acioly se fixaria em Tauá (Lei n.º 485, de 14-03-1898). Sua elevação à categoria de cidade ocorreu por força da Lei Estadual n.º 2.677, de 2 de agosto de 1929, mantendo a mesma denominação e respectivos distritos.

Em termos de organização judiciária, a comarca de Tauá foi instituída conforme Lei Provincial n.º 52, de 25 de setembro de 1836. Durante sua existência, várias alterações se processaram, com extinções e restaurações, sendo posteriormente elevada à primeira entrância e assim permanecendo. (9)

(9) As principais informações estão contidas em IBGE - Obr. Cit.

ÍNDICE

CAPÍTULO I — Governadores e Presidentes

- 1.1 — Governadores 11
- 1.2 — Reações Interioranas 28
- 1.3 — Deposição de Alberto Rubim 30

CAPÍTULO II — Governos Temporários

- 2.1 — Junta Provisional 37

CAPÍTULO III — Organização Política e Judiciária

- 3.1 — Conselho Geral de Província 87
- 3.2 — Ouvidoria 90
- 3.3 — Aspectos Estruturais da Justiça 98
 - 3.3.1 — Ouvidor 99
 - 3.3.2 — Juiz Ordinário 102
 - 3.3.3 — Procurador do Conselho 105
 - 3.3.4 — Juiz de Órfãos 106
 - 3.3.5 — Juiz de Fora 108
 - 3.3.6 — Juiz de Vintena 109
 - 3.3.7 — Juiz de Casamentos 110

CAPÍTULO IV — Partidos Políticos

- 4.1 — Nascimento e Evolução 117
- 4.2 — Realistas e Republicanos 119
- 4.3 — Constitucionalistas 121
- 4.4 — Republicanos e Imperialistas 123

CAPÍTULO V — Revoluções

- 5.1 — Revolução Pernambucana de 1817 129
- 5.2 — Eclosão do Movimento 135
- 5.3 — Ceará Republicano 141
- 5.4 — Fim da Revolução que não Existiu 147
- 5.5 — República do Crato 150
- 5.6 — Decadência Revolucionária 156

5.7	— Desfecho Revolucionário.	160
5.8	— Na Rota do Cárcere.	162
5.9	— Na Solidão do Cárcere.	167
5.10	— Rebelião de Fidié	175
5.11	— Expedição do Ceará.	182
5.12	— Bloqueio de Caxias	194
5.13	— Batalha de Renascimento	202
5.14	— República do Equador.	206
5.15	— Mártires do Vinte e Quatro	215
5.16	— Fase Termidoriana.	218
5.17	— Fuzilamentos.	223
5.18	— Montes e Feitosas	235

→ CAPÍTULO VI — Aspectos Econômicos

6.1	— O Homem e a Gleba	245
6.2	— Cana-de-Açúcar	248
6.3	— Algodão.	251
6.4	— Fumo	253
6.5	— Café.	254
6.6	— Borracha	256
6.7	— Pecuária.	257

CAPÍTULO VII — Sistema Viário Colonial

7.1	— Estradas Reais	267
-----	----------------------------	-----

→ CAPÍTULO VIII — Aspectos Geográficos

8.1	— Características Gerais	285
8.2	— Faixa Litorânea.	287
8.3	— Semi-árido	289
8.4	— Planícies	290
8.5	— Vales	291
8.6	— Vale do Jaguaribe	292
8.7	— Vale do Cariri	293
8.8	— Vale do Acaraú	294
8.9	— Rios.	295
8.10	— Complexo Montanhoso	297

CAPÍTULO IX — Imprensa

9.1	— Nascimento e Ascensão	309
-----	-----------------------------------	-----

9.2 — Diário do Governo do Ceará 311

9.3 — Gazeta do Ceará 313

CAPÍTULO X — Vilas e Povoações

10.1 — Guaraciaba do Norte 319

10.2 — Itapipoca 321

10.3 — Jardim 323

10.4 — Lavras da Mangabeira 327

10.5 — Russas 329

10.6 — Saboeiro 333

10.7 — Tauá 336

HISTÓRIA DO CEARÁ

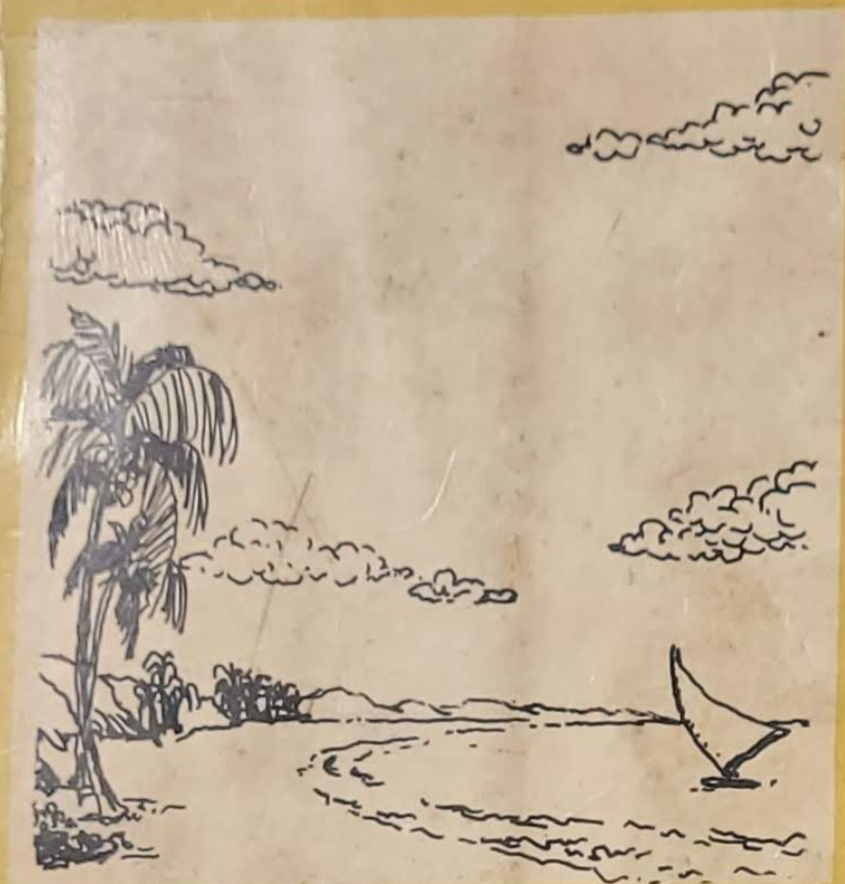
pela mesma causa sofreram os horrores do tuzilamento cujos nomes figuram na galeria dos heróis cearenses. Mororó, Carapinima, Azevedo Bolão, Ibiapina, Pessoa Anta, cada um desses nomes guarda para a História sua lenda de patriotismo e seus momentos agonizantes, regando com o próprio sangue o torrão adusto pelo qual deram suas vidas.

No campo das atividades econômicas, em que a produção de bens consumíveis apenas engatinhava, temos como destaque a bovinocultura e seus derivados, dando ao investidor chances mirabolantes de enriquecimento. O Ceará, no dizer de observadores exagerados, transformara-se no "curral da América", tamanhos e tão numerosos eram os rebanhos ao longo dos campos forrageiros da interlândia. Fomos pioneiros nas charqueadas, desde a segunda metade do século XVIII ao limiar do terceiro quartel do século XIX, quando premiados pela estiagem dos anos de 1877/79, nosso remanescente tecnológico emigrou para o Rio Grande do Sul, plantando nas cochilhas distantes a experiência de nossas pretéritas riquezas. Além da bovinocultura, tivemos de permeanho a cotonicultura, o látex da maniçoba, a produção de rapaduras e aguardente, senão em quantitativos exportáveis, pelo menos a servir como suprimento interno do mercado provinciano.

Em termos de assentamento gregário, tivemos ao fechar deste ciclo histórico a definição do homem em seu **habitat**, feudocrata por excelência, mas a fincar seu marco de posse ora nos frescos cilaes dos principais rios, ora nos vales ubérrimos em que se destacam o Cariri, o Acaraú o Curu e outros de menor porte, todos férteis e promissores dentro das cogitações interesseiras dos investidores.

Nesta 2ª Edição, reescrita por necessidade técnica, não só procuramos eliminar falhas próprias dos empreendimentos iniciais, profissionais, como procuramos dar um conteúdo literário mais fluente, didático e de fácil assimilação, com o que julgamos cumprida a nossa tarefa. Se História do Ceará, em sua sequência reescrita, não satisfizer os mestres que porventura queiram discutir o assunto, terá como mérito dotar de conhecimentos aqueles, que longe do historiador e das universidades, procuram nos livros aumentar os seus quinhões de sabedoria.

O AUTOR



OBRAS PUBLICADAS PELO AUTOR

- 01 — *Bar-Nabé (Crônicas)*
- 02 — *Um Casal em Férias (Conto)*
- 03 — *Bravos da Missão (Romance Histórico)*
- 04 — *Pedra Verde (Romance)*
- 05 — *Sombras do Asfalto (Romance)*
- 06 — *Violência e Terrorismo (Ensaio)*
- 07 — *História do Ceará — Vol. I*
- 08 — *História do Ceará — Vol. II*
- 09 — *História do Ceará — Vol. III*
- 10 — *História do Ceará — Vol. IV*
- 11 — *História do Ceará — Vol. V*
- 12 — *Sessé-Marly (Romance)*
- 13 — *Maçonaria no Ceará (História)*
- 14 — *Pedra Verde (Edição Revisada)*
- 15 — *Guerra da Honra Ofendida (Brasil-Paraguai)*
- 16 — *Pilares da Economia Brasileira (Componentes Estruturais)*